

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. José Maria Nunes Pereira Conceição (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (10h 35min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**José Maria Nunes Pereira Conceição  
(depoimento, 2006)**

Rio de Janeiro

2019

### ***Ficha Técnica***

***Tipo de entrevista:*** Temática

***Entrevistador(es):*** Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

***Levantamento de dados:*** Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

***Pesquisa e elaboração do roteiro:*** Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

***Técnico de gravação:*** Marco Dreer Buarque;

***Local:*** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

***Data:*** 15/12/2006 a 28/12/2006

***Duração:*** 10h 35min

Arquivo digital - áudio: 13; Minidisc: 3; MiniDV: 13;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. Essa entrevista, entretanto, foi publicada apenas na revista Estudos Históricos: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 39, janeiro-junho de 2007. Para acessá-la [clique aqui](#). O entrevistado foi um dos fundadores, em 1973, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Faculdade Candido Mendes, no Rio de Janeiro.

***Temas:*** Movimento negro;

## *Sumário*

### *1ª Entrevista: 15.12.2006*

Disco 1, arquivo 1: Origens familiares e nascimento no Maranhão (1937); infância no Maranhão, criado por "mãe Lúcia", na região do cais do porto; transferência para Portugal, aos 10 anos, e estudo no colégio interno João de Deus, no Porto (1947-1955); rompimento com a Juventude Universitária Católica, durante o governo salazarista, quando estudante de pedagogia na Universidade de Coimbra (1955-56); atuação como membro da Casa dos Estudantes do Império, no Porto, quando estudante de medicina (1956-1961), curso que não chegou a completar; o interesse pela África e pelos africanos; os vínculos com os movimentos de libertação das colônias portuguesas, no início dos anos 1960; a semiclandestinidade em Portugal e a volta ao Brasil em novembro de 1961.

Disco 1, arquivo 2: A volta ao Brasil, em novembro de 1961, e a fixação, em 1962, no Rio de Janeiro, onde ingressou na faculdade de medicina da Universidade do Estado da Guanabara (UEG) e atuou como assessor para assuntos internacionais da União Nacional dos Estudantes (UNE); o contato com estudantes e com dirigentes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas na África que vêm ao Brasil no início dos anos 1960; descrição dos nomes africanos dados pelo entrevistado aos quatro filhos; criação de um bureau não oficial do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) no Rio de Janeiro, com sede na casa do entrevistado; a fundação, durante o governo Jânio Quadros, do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos; menção à atuação de Golbery do Couto e Silva e de Candido Mendes para evitar a prisão do entrevistado durante o governo Ernesto Geisel; atividades do bureau não-oficial do MPLA junto a intelectuais e sindicatos; posições dos governos Jânio Quadros e João Goulart em relação à África; a posição dos Estados Unidos em relação às independências das colônias africanas, nos anos 1960 e 1970, e a dependência da base aérea de Açores, na relação com Portugal salazarista; formas de sustento do entrevistado e de sua família no início dos anos 1960: as rendas das propriedades do pai e a profissão de propagandista farmacêutico; a formação do Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (Mabla), em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 1962-63; importância econômica e política da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro, seu apoio ao regime salazarista de Portugal e ao governo Carlos Lacerda; a instalação da Polícia Internacional de Defesa do Estado (Pide), a polícia política portuguesa, no Rio de Janeiro, durante o governo Lacerda; relato de dois episódios de prisão do entrevistado, em abril e em junho de 1964.

Disco 1, arquivo 3: Relato da prisão do entrevistado (continuação) e da comprovação de envolvimento da Pide com o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), em 1964.

### *2ª Entrevista: 19.12.2006*

Disco 2, arquivo 4: A atuação não-oficial do MPLA e do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) no início dos anos 1960, no Brasil, e sua influência nas esferas de intelectuais e sindicalistas; o papel da poesia angolana no movimento de libertação e sua publicação no Brasil; diferenças entre o colonialismo português na África e

os colonialismos francês e inglês, no pós-1945; história de Angola: períodos de "nativismo" e de "protonacionalismo", as estreitas relações com o Brasil desde o século XVII, o impacto, para a economia angolana, do fim do tráfico de escravos para o Brasil (1850), e a intensa atividade jornalística no início do século XX; breve histórico de Cabo Verde; divulgação dos objetivos do MPLA e do PAIGC através da imprensa escrita, da UNE e de sindicatos, no início da década de 1960, no Brasil; os intelectuais que participavam do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos; a criação do instituto pela Presidência da República, durante o governo Jânio Quadros; a relutância do Itamaraty em seguir a política externa independente de Jânio Quadros e seu apoio ao colonialismo português; breve histórico da política externa brasileira desde os anos 1940; as relações entre Brasil e Portugal; atividades do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, no Rio de Janeiro, em inícios da década de 1960; a situação desfavorável do MPLA em 1963, em Angola.

Disco 2, arquivo 5: Razões da denominação "afro-asiáticos" no nome do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos e do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Candido Mendes; a ajuda de Candido Mendes quando da prisão do entrevistado e de outros membros do MPLA e do PAIGC, após o golpe de 1964, impedindo, por exemplo, que fossem extraditados para Portugal; razões da articulação entre a Marinha e a Pide, quando da prisão do entrevistado e de seus companheiros; o fim do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, em 1964-65; a ideia de criação, em 1965-66, da Sociedade Africana de Cultura, vinculada à embaixada do Senegal, no Rio de Janeiro; mobilização da comunidade artística negra em função do Festival de Arte Negra, em Dacar, Senegal, em 1966; a decisão do grupo formado por Joel Rufino dos Santos e outros, de não participar do Festival de Arte Negra, e a formação do Grupo Ação, que encenou Memórias de um sargento de milícias; a ausência de Abdias do Nascimento do Festival de Arte Negra em Dacar; o trabalho como redator de jornal do Partido Comunista destinado a jornalistas, do qual acabou demitido, no início da década de 1970; a comemoração do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, no Brasil, em 1974, por iniciativa do entrevistado, em conjunto com o responsável pelo escritório da ONU no Brasil; menção à viagem que fez a Portugal e aos cinco países africanos de língua portuguesa entre outubro e dezembro de 1974; motivos pelos quais Abdias do Nascimento não representou oficialmente o Brasil no Festival de Arte Negra de Dacar; relato de reunião feita na casa do entrevistado com a presença de Aimé Césaire e Alexandre Anandé, em 1963, que apresentaram o programa do Festival de Arte Negra de Dacar; caracterização dessa reunião como origem da ideia de criação da Sociedade Africana de Cultura, em 1966, que acaba não sendo efetivada; novo relato da decisão de Joel Rufino e outros seguirem caminho diverso do da Sociedade Africana de Cultura; nomes de artistas que foram ao Senegal em 1966; identificação de quem fazia parte da elite negra no Rio de Janeiro, na década de 1960.

Disco 2, arquivo 6: Identificação da composição da elite negra no Rio de Janeiro, na década de 1960 (cont.); caracterização de Anselmo José dos Santos, conhecido como cabo Anselmo, com quem dividiu a cela na prisão, em 1964; estratégias de solidariedade entre os presos e as diferenças entre o grupo do entrevistado e o grupo dos sindicalistas presos; breve menção a origens familiares judias e árabes; caracterização da atuação política do entrevistado como internacionalizante, uma vez que sempre esteve em setores de relações internacionais nos movimentos dos quais participou; relação com judeus e ligação com a organização Matspen, onde permaneceu até 1973; o reconhecimento de Guiné Bissau pelo

Brasil, em 1974, e a expectativa de reconhecimento também por parte de Angola; atuação do entrevistado em viagem à África, onde não se compreendia como poderia ter contatos importantes, sendo apenas professor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA); a autonomia que Candido Mendes concedia ao entrevistado na direção do CEAA.

*3ª Entrevista: 27.12.2006*

Disco 3, arquivo 7: O ingresso no curso do Itamaraty, onde permaneceu por pouco tempo, e o vestibular para o curso de ciências sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no início da década de 1960; o trabalho como free lance na agência de propaganda McCann-Erickson e como propagandista de produtos farmacêuticos, ao longo da década de 1960; novo vestibular para ciências sociais, na Universidade Federal Fluminense, onde ingressa em 1969; a participação no curso de sociologia política africana ministrado por Candido Mendes de Almeida na Pontifícia Universidade Católica, em 1972; a importância da biblioteca do entrevistado para sua vida profissional; relato da fundação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), em 1972-73; o primeiro curso de introdução à história da África oferecido pelo CEAA; o sucesso dos cursos de extensão realizados pelo CEAA em 1973; a situação do CEAA no cenário político da ditadura militar e a proteção que a posição política de Candido Mendes conferia a suas atividades; a importância do CEAA na vida intelectual do Rio de Janeiro no início da década de 1970; a comemoração do Dia Internacional de Combate ao Racismo em 21 de março de 1974, no CEAA, como primeiro evento "oficial" do centro; a organização do evento "Semanas de arte afro-brasileira", realizado no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, em junho de 1974; a decisão inicial do entrevistado de não envolver o CEAA no movimento negro, e a mudança dessa postura em função do curso dos acontecimentos, em 1974; a indicação de Maria Beriel, professora da Universidade Federal Fluminense, para que seus alunos consultassem a biblioteca do CEAA, em 1974.

Disco 3, arquivo 8: As primeiras reuniões de sábado, no CEAA, às quais começaram a comparecer negros e negras, em abril, maio de 1974; relação entre Candido Mendes e Golbery do Couto e Silva durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979); descrição das reuniões dos sábados no CEAA, em 1974: sua organização, o clima, as diferenças internas; as instituições do movimento negro que foram criadas a partir do CEAA; a conjuntura política, no Brasil, nos anos 1970; identificação de três influências importantes para o movimento negro no Brasil dos anos 1970: os bailes soul, o movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos e as lutas de libertação na África portuguesa; a aquisição da sede própria do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), no Rio de Janeiro, em 1977; o primeiro financiamento da Fundação Ford para o CEAA, em 1979-1980, e as mudanças que trouxe; viagem do entrevistado aos Estados Unidos, em 1979, como participante do Foreign Visitors Program; a montagem da equipe do CEAA após 1979; a influência de Thomas Skidmore para que a Fundação Ford financiasse o CEAA; relato de seminário do Nigerian Institute of International Affairs, em São Paulo, de que participou em 1980.

Disco 3, arquivo 9: Crítica de Alberto da Costa e Silva ao desempenho do entrevistado no seminário do Nigerian Institute of International Affairs, em São Paulo; breve relato de participação do entrevistado em outro seminário do mesmo instituto, no Rio de Janeiro, em

1981; relato de como conheceu sua segunda mulher, Isabel Nascimento, irmã de Beatriz Nascimento, em 1967; as diferenças internas no grupo de negros que freqüentava as reuniões de sábado do CEAA em 1974; o preconceito de alguns militantes em relação ao CEAA, visto como instituição branca e financiada pelos norte-americanos; relato de experiências de racismo em Cuba; os três fatores de renovação do movimento negro na década de 1970; análise dos diferentes momentos do movimento negro a partir dos anos 1970; características da discriminação racial no Brasil apontadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1976; as etapas do movimento negro a partir da década de 1970: denúncia, positividade, diferença e ocupação dos espaços; a Lei 10.639, de janeiro de 2003.

*4ª Entrevista: 28.12.2006*

Disco 3, arquivo 10: Relações Brasil-África em inícios da década de 1970; menção ao uso, pelo movimento de independência de Guiné Bissau, de mísseis Strella, contra a aviação portuguesa; relato de duas viagens oficiais do Brasil a 11 países da África realizadas em 1971 e 1972: organização, resultados, expectativas dos países africanos, atuação de Mario Gibson Barbosa, reação do Itamaraty; a contrarrevolução do general Antonio Espínola, na Guiné-Bissau; a diferença entre as vitórias militar e diplomática, na independência de países africanos; o projeto de articulação do Brasil com o Senegal, no esforço de intermediação de movimentos de libertação africanos; o monopólio de produtos portugueses nas colônias africanas; a resistência de Marcelo Caetano, sucessor de Salazar, em abrir o diálogo em direção às independências das colônias; a crise do petróleo (1973) e a ameaça de o Brasil não receber o produto dos países árabes; a mudança nas relações com os países africanos de língua portuguesa após a Revolução dos Cravos (1974); possíveis razões da viagem do entrevistado aos cinco países africanos de língua portuguesa, para Portugal e para o Senegal, em 1974; articulação do entrevistado com representantes do PAIGC, no Brasil, em 1972, e a visibilidade de seu trabalho junto a Luis de Almeida Cabral, que viria a ser primeiro presidente da Guiné-Bissau independente, em 1974; a reação do embaixador do Brasil em Lisboa à visita do entrevistado a Lisboa, em 1974; descrição das atividades empreendidas durante a viagem a Lisboa e aos países africanos de língua portuguesa, em 1974.

Disco 3, arquivo 11: O conhecimento que países africanos de língua portuguesa tinham do Brasil e do movimento negro brasileiro da década de 1970; iniciativa do entrevistado de trazer Kabengele Munanga do Zaire para o Brasil, em fins dos anos 1970; a questão racial em Angola, Cabo Verde e Moçambique; relato de conversa com João Cabral de Melo Neto, no Senegal, admirado com as relações do entrevistado; viagem de carro do Senegal para a Guiné-Bissau e as conversas com o presidente Luis Cabral; a intermediação do entrevistado, para a ida de Paulo Freire para a Guiné-Bissau; negociação de cooperação com a Guiné-Bissau, para a instalação de universidade no país, e as razões de seu fracasso; menção a outras viagens feitas à Guiné-Bissau e ao Senegal em 1975 e 1976.

Disco 3, arquivo 12: Episódio de conferência que seria proferida pelo entrevistado na Câmara dos Deputados sobre os países africanos em vias de independência, mas que foi cancelada por ordem de Golbery do Couto e Silva; a defesa do reconhecimento do MPLA feita pelo entrevistado em reuniões no Itamaraty, em 1975; descrição da comemoração da independência de Angola, em 11/11/1975, na Faculdade Candido Mendes, no Rio de

Janeiro; o processo de reconhecimento do MPLA pelo governo brasileiro; a repercussão, no Brasil, do convite feito pela Frelimo a Luiz Carlos Prestes e Miguel Arraes para a solenidade de comemoração da independência de Moçambique, em 25/6/1975; a consultoria que o entrevistado dá à Odebrecht, desde o início da década de 1980, a respeito de Angola.

Disco 3, arquivo 13: As estratégias da Odebrecht, em Angola, instruídas pelo entrevistado; as mudanças no CEAA com a entrada de Carlos Hasenbalg na direção, em 1986.

*1ª Entrevista: 15.12.2006*

Verena Alberti – Nós tínhamos combinado, mais ou menos... O senhor disse que elaborou um roteiro bastante completo da sua entrevista, e nós queríamos começar como a gente começa em geral as entrevistas, com um pouco da formação do nosso entrevistado. Saber de onde ele veio, como ele chegou, quais foram as escolhas e as opções que ele teve. Então, se o senhor puder começar desde pequenininho: onde o senhor nasceu – porque isso a gente não conseguiu... –, em que ano, como eram seus pais, seu ambiente familiar, o que o seu pai fazia...

José Pereira. – Eu vou pedir licença para fazer uma alternativa. Eu acho que eu montei mais ou menos bem: tem uma identificação profissional, tem o início de carreira, somente profissional, viagem à África e tal, e depois, com dez minutos, para e aí começa a história pessoal: nasci em...<sup>1</sup> Mas isso pode começar ao contrário, porque depois vocês montam etc. Eu botei assim: quem é logo, e depois... Então vamos lá.

Eu nasci em São Luís do Maranhão, 13 de maio de 1937.

V.A. – 13 de maio?

J.P. – 13 de maio.

V.A. – Nossa!

J.P. – São duas datas: aqui é a libertação dos escravos e em Portugal é o dia de Nossa Senhora de Fátima. Então, quando eu estava em Portugal, diziam: “Ah, que bonito, dia de Nossa Senhora de Fátima. ” Eu franzia a cara e dizia: “Dia da libertação dos escravos no Brasil.” [risos] As minhas duas datas. Nasci a 13 de maio; meu pai era um imigrante português, sócio de um armazém de estiva. Estiva, não, o brasileiro diz grossista; um armazém de cinco andares que vende de tudo para o interior do Maranhão.

V.A. – Grossista?

---

<sup>1</sup> O entrevistado refere-se às partes de seu roteiro.



J.P. – Grossista. Venda a grosso. A rua do Acre. É a idade de vocês que não permite saber. É a rua do Acre, que tem uma influência política importante aqui no Brasil. A rua do Acre era a rua dos vendedores atacadistas – pronto, é o termo. Meu pai era um atacadista que importava do Sul e vendia para o interior do Maranhão.

V.A. – Do Sul é aqui, do Sudeste.

J.P. – É, do Sudeste. Minha mãe era uma paraense, filha de um português imigrante que havia enricado com a borracha no Pará. Depois ele entrou em decadência, foi à falência, mas o casamento ainda se deu no meio da carreira dele, em 1936, e eu nasci em 1937.

V.A. – Os nomes.

J.P. – Meu pai, Abel Pereira da Conceição, e minha mãe, Matilde Maria Nunes Pereira Conceição. Meus pais tiveram quatro filhos, eu sou o mais velho. E, como mais velho... Mas, antes, uma parte importante, a raiz da minha história está aí: a raiz está na separação dos meus pais quando eu tinha seis anos. Se desquitaram.

V.A. – Que era uma coisa absurda.

J.P. – Se desquitaram e eu fiquei com meu pai e fui criado, primeiro, numa república de portugueses; depois da república de portugueses, papai comprou um casarão enorme e ficou lá e eu fui criado por uma família negra. Mãe Lúcia, que me criou, as irmãs, os meus dois irmãos de criação... E papai – isso é um pouco importante para mim – morava num casarão a duzentos passos do armazém, o que significa zona comercial e o casarão no bairro negro, perto da prostituição. Então eu fui um menino de bairro negro e de cais do porto. Eu não sou menino de praia. Sempre fui à praia. Eu sou um menino de cais do porto, aquele que está no cais do porto quer para brincar, quer para acompanhar o pai nas visitas. Das minhas janelas eu via o cais do porto. E aí mãe Lúcia teve muita influência em mim, aquela preocupação, eu vivia com ela, com meus irmãos de criação, que eram os que me protegiam, eram mais velhos e tal. E ela sempre se preocupava em dizer: “Você vai ser grande branco.” Ela era da Casa

das Minas.<sup>2</sup> Nunca me levou para a Casa das Minas, não me deixava nada, escondia tudo que era de culto. A única coisa que eu fazia: eu pilava, eu limpava a mesa e também ajudava no armazém. Foi uma infância que pareceu depois esquecida, mas mais tarde veio a marcar muito a minha vida. Agora, no dia 4 de dezembro, ela faria 100 anos se estivesse viva. Dia de Iansã, 4 de dezembro. Ela e papai morreram com dois meses de diferença. Eles se amasiaram, ele morreu e ela morreu dois meses depois de papai, muito novos.

V.A. – Como ele conheceu a mãe Lúcia, o senhor sabe dizer?

J.P. – Quando ele se separou, ele foi para a casa de um compadre, uma república de portugueses, para onde eu fui também. E mãe Lúcia era a gerente. No Maranhão era assim: uma empregada-gerente e seis empregadas. Porque o meu padrinho tinha um armazém, tinha bar, então tinha que lavar aquelas roupas todas, eram aquelas casas grandes com sobrados. Então depois papai comprou uma casa maior e vieram todos para essa casa maior. Depois meu pai foi recebendo os outros filhos que a minha mãe foi largando, minha mãe depois voltou para Portugal. Foi largando, não, meu pai foi assumindo meus irmãos. Então esse foi o meu ambiente de...

V.A. – E eles tiveram filhos, o seu pai e a mãe Lúcia?

J.P. – Não. Eu tenho uma irmã mulata, mas de uma relação anterior de papai, que ele não reconheceu. Eu vim a saber depois que era adulto. Aí é que eu vim a saber e a conviver com ela. Quem me criou mesmo foi mãe Lúcia e...

V.A. – E separado de tudo que fosse afro...?

---

<sup>2</sup> Terreiro com organização matriarcal fundado por escravos africanos procedentes do Daomé, atual Benin, a Casa das Minas, localizada em São Luís, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2002. Ver: Morim, Júlia. *Casa das Minas / Querebendã de Zomadônu*. Pesquisa Escolar Fundaj, Fundação Joaquim Nabuco, 2014. <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&id=1009:casa-das-minas-querebenda-de-zomadonu](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=1009:casa-das-minas-querebenda-de-zomadonu)>. Acesso em: 23 de jan. de 2020

J.P. – Ela fazia aquilo para eu ser... As nossas velhas de antigamente queriam que a nossa gente negra fosse criada no mundo dos brancos. Não era por alienação, era para vencer. Era para vencer.

V.A. – E ela fazia também com os filhos negros dela?

J.P. – Não precisava. Os filhos negros faziam a sua ascensão. Eu é que fazia ao contrário. Eu sempre fui um assimilado ao contrário, sempre fui um sujeito africanizado desde muito cedo. Então ela continha aquilo em mim: eu comia com as mãos direitinho, fazia pilão, mas as coisas de culto não.

V.A. – E os filhos também não participavam das coisas de culto?

J.P. – Não.

V.A. – E ela era da Casa das Minas.

J.P. – Ela não era ialorixá, nem mãe pequena. Era importante na Casa das Minas, mas assim...

V.A. – E não levava os filhos também?

J.P. – Não. Os filhos, nós tínhamos todos que crescer e sermos grandes: “Quando fores doutor, vais te lembrar de mim, desta preta velha que fazia não sei quê...” Preta velha que tinha 45 anos. Essa foi a minha infância primeira.

V.A. – E os irmãos que o senhor teve? O senhor disse que são quatro filhos e o senhor é o mais velho.

J.P. – Eu sou o mais velho. O segundo nasceu de parto a ferros. Atenção, consultar os livros antigos, onde se leem “parto a ferros”... [riso] Então ele nasceu com...

V.A. – Com fórceps?

J.P. – Com fórceps. Isso. Ferros é muito antigo mesmo. [riso] Então nasceu com fórceps e, portanto, ficou idiota, com raciocínio de idiota, sem fala e foi, digamos, a “cruz” da vida de papai. Depois veio o meu irmão João, que hoje é um aposentado do palácio do governo; e o mais novo, que era para ser assim um comerciante. Meu pai não tinha muita fé que ele fosse assim... Eu seria o doutor. Aí meu irmão, um comerciante, e assim foi e hoje coleciona umas trinta e poucas casas, apartamentos e tal. [riso] É o rico tranquilo da família. E o outro também é bem aposentado. Eu sou o único que...

V.A. – O doutor. [risos]

J.P. – O doutor da família.

V.A. – Quer dizer que são todos homens, não havia irmã?

J.P. – Não. Irmã só a Marlene, que é minha meia-irmã que eu só vim conhecer quando retornei para o Brasil, aqui no Rio de Janeiro.

Amilcar Pereira – Mas foram todos morar lá com a mãe Lúcia?

J.P. – Não. Marlene não. Moravam todos juntos: Joana e Osvaldo, meus irmãos de criação.

A.P. – Todos esses irmãos...

V.A. – Os outros três.

J.P. – Ah, no final todos. Porque aí o último foi João, o do meio, que ainda foi com mamãe para Portugal. Há o desquite, mamãe passa um tempo no Pará e depois vai para Portugal e leva um filho, de 47 até 51. Em 51 papai vai a Portugal e retoma, então os filhos todos ficam com ele. Eu iria estar com mamãe um tempo, ela chegou a morar comigo e com minha sogra, no meu primeiro casamento.

V.A. – E por que o senhor seria o doutor? O senhor disse: “Eu seria o doutor.” O que era?

J.P. – Minha senhora, estava escrito! A senhora não sabe das instituições da história do Maranhão. Meu pai evidentemente teve esse pensamento um século atrasado. No Maranhão ia-se para Coimbra. A elite maranhense, graças ao algodão que se fortaleceu com a Guerra de Secessão, nós tivemos uma elite, forte: João Lisboa; o nosso mais famoso poeta, do “exílio”...

V.A. – Canção do Exílio?

J.P. – Gonçalves Dias, Gonçalves Crespo<sup>3</sup>; era a elite, mulatos até, criados em Portugal, Coimbra. Então a ideia do meu pai era que o filho mais velho – atenção: filho mais velho – fosse ser doutor em Coimbra e depois exercesse a medicina na aldeia, fosse médico de família da aldeia. Aldeia era a povoação.

V.A. – Qual era a aldeia dele?

J.P. – A aldeia dele era Cabanões, conselho de Águeda, distrito de Aveiro. Traduzindo: a 80 quilômetros do Porto, entre Aveiro e Águeda.

V.A. – Ele veio para cá com que idade?

J.P. – Veio para cá com 17 anos para essa firma cujos sócios principais eram dois primos. Então ele já veio amparado, começou sendo funcionário, depois caixeiro viajante. Quando casou com minha mãe, minha mãe ainda era de família ainda “meia rica”, então ele passou a sócio da empresa para casar. Estiveram casados de 1936 até 1943, seis anos. Depois se desquitaram. Meu pai tinha uma vida muito sacrificada, era caixeiro viajante, aquele que ia para o interior vender as mercadorias da empresa. E minha mãe foi uma pessoa que muito

---

<sup>3</sup> João Francisco Lisboa (1812-1863), jornalista e deputado provincial pelo Maranhão, foi escolhido patrono da cadeira n.18 da Academia Brasileira de Letras (ABL), e o poeta Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), autor de *Canção do exílio* (1843), foi escolhido patrono da cadeira n. 15. Ver: *João Francisco Lisboa*. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/joao-francisco-lisboa/biografia>>. Acesso em: 23 de jan. de 2020. Gonçalves Crespo não era maranhense.

cedo foi para Lisboa, para Portugal. Aquela coisa: o pai dela, um velho imigrante da guarda, que saiu de Portugal com 12 anos e foi para o Pará, enricou na borracha...

V.A. – Como é o nome dele? O senhor sabe?

J.P. – Antônio Pinto Nunes Alves Vitória. Esse meu avô, quando Washington Luís foi ao Pará ficou na casa dele. Era assim. Depois veio a decadência. Eu já sou do tempo, ainda não da falência, eu sou do tempo em que dividiram os bens – papai e mamãe –, e aí mamãe entregou os bens a vovô, pai dela, que, na falência, queimou os bens. Aí meu pai, tranquilamente, passou a dar a pensão a ela. Ele era, assim, uma pessoa...

V.A. – Correta.

J.P. – É. Não é papai? Vovô e papai estão ali.<sup>4</sup> Eu falo com eles todos os dias. O resto é essa família africana toda.<sup>5</sup> A única foto que nós temos da família. Não há foto de pai, mãe e quatro filhos. Só há uma foto de pai e quatro filhos, em 1951 em Portugal.

V.A. – Então é essa aqui?<sup>6</sup>

J.P. – É. Está um pouco recente na minha casa. Eu estou na fase de retomar a minha família portuguesa. Durante muito tempo... A gente, quando casa nas condições em que eu casei – Portugal, com uma mulher negra, africana, guerra de libertação –, a gente tem que escolher uma família, e eu sempre escolhi a família da minha mulher, do meu primeiro casamento, que até hoje é a família-chefe, que comanda o segundo casamento, que já está desfeito há 18 anos e que eu convivo diariamente. Agora saiu a minha filha daqui, a mais nova. Então o sentido de família é muito forte. Mas bem, retomando...

V.A. – Então o senhor ali, criança, no cais do porto...

---

<sup>4</sup> Uma foto na estante da sala.

<sup>5</sup> O entrevistado refere-se às outras fotos espalhadas pelas estantes da sala.

<sup>6</sup> Verena pegou a foto citada e mostrou para o entrevistado e para a câmera filmadora.

J.P. – Portanto, o cais do porto marcou muito a minha infância, aquele mundo negro. Mas eu só vim a incorporar isso mais tarde. Vamos para Portugal: em 47 eu vou para Portugal.

V.A. – Com dez anos de idade?

J.P. – Eu faço dez anos a bordo. Vou para Portugal...

V.A. – Com o seu pai?

J.P. – Com o meu pai e com meu irmão mais novo, que iria voltar. Eu é que iria já com o destino de ficar.

V.A. – Em Portugal?

J.P. – Em Portugal. Fomos para a casa do vovô, papai passou ali uns oito meses, depois papai voltou e em outubro de 47 eu entrei na grande casa da minha vida: colégio interno João de Deus. Era o melhor colégio do norte de Portugal. Isso é que era o valor para o papai, e que eu repeti sempre. Meus filhos sempre foram criados em colégios caros, acima das minhas posses: Ceat,<sup>7</sup> Santo Agostinho, Princesa Isabel, São Vicente, Centro Pueri Domus, Escola Ativa... Sempre, aquela coisa bem de português. De português e das nossas mães negras também. Só que as nossas mães negras, quando queriam botar os filhos no colégio... – no colégio não, na escola – davam um pontapé na bunda e pegavam mais uma roupa em uma casa. Encostavam a barriga... Essa é a história das nossas avós.

V.A. – Não entendi que história é essa.

J.P. – Também, vocês precisam de um pouquinho de paciência comigo... Eu agora passei rápido – isso é meu defeito – digamos, do meu pai que tinha possibilidades e põe o filho no melhor colégio... E eu acho que nunca atrasei no colégio, porque os outros eram filhos de profissionais liberais, gente rica, mas que de vez em quando tinha um mês que não dava.

---

<sup>7</sup> Centro Educacional Anísio Teixeira.

Bom, o colégio. Um colégio muito bom que mudou a minha vida. Em São Luís do Maranhão eu era um aluno medíocre...

V.A. – Onde o senhor estudava?

J.P. – Eu estudava num colégio certo, que tinha a primeira classe e a segunda... Mas o meu pai depois quis me colocar no colégio marista. O colégio marista não tinha a terceira classe. Aí ele me colocou da segunda para a quarta: claro, eu era o pior aluno. Aí depois os maristas criaram a escola de terceira. Mas eu era medíocre. Absolutamente medíocre. Nem no esporte, em que mais tarde eu iria me consagrar... No Maranhão eu era aquela pessoa medíocre. A minha vida mais ativa era porque eu fazia os trabalhos de casa, vivia com mãe Lúcia, com Joana, com meus irmãos de criação... Meu irmão de sangue era muito pequeno.

V.A. – Joana era a sua irmã de criação, não é?

J.P. – É. Tudo, até a iniciação sexual, tudo com ela, desde garotinho, oito, nove anos. Ela falava: “Mas empurra! Dobra!” Aquela coisa bem maranhense, bem nordestina... Então, estou em Portugal. O colégio interno João de Deus foi enfim uma alavanca para mim.

V.A. – Onde fica?

J.P. – No Porto, na cidade do Porto. Era o melhor colégio do Porto. Eu não iria para Lisboa, para não cruzar com a minha mãe. Meu pai falou: “Você vai para o Porto, ficar perto de casa, perto da aldeia.” Então aí eu passei oito anos. Aí sim, aí foi, digamos, tudo na minha vida, o aprendizado, o treinamento, aí eu fui tudo: aí eu fui editor, aí eu fui goleiro, aí eu fui chefe de cineclube, aí eu fui fundador do jornal. Eu até fui aluno que parecia melhor do que era: eu tinha uma boa retórica e, na hora das notas, eu era assim aluno de oito, mas parecia dez! Ali foi, digamos, o grande laboratório da minha vida. Muita camaradagem, muito apoiado pelos amigos. Eu sempre fui uma pessoa feita pelos amigos. Reparem: república de Serafim, meu padrinho; república de papai; colégio interno; república de estudantes em Coimbra; república do Porto; aí caso com uma angolana cuja casa era república dos africanos; aí acabou república e fundou-se o Afro-Asiático. Então pronto: eu mudei de casa para o Afro-Asiático.



Então as visitas, os domingos, eu passava no Afro-Asiático. Sempre uma pessoa feita pelos amigos.

V.A. – A coletividade.

J.P. – Pela coletividade. Esse sentido de solidariedade muito grande, a vida toda isso. E é claro, aquela carência, evidentemente, de família. Os amigos sempre foram... Quem me criticava, quem me elogiava eram os amigos. Então foi uma vida boa. E no colégio interno havia... Quando chego a Portugal, eu me “portugalizo”, ao ponto de torcer pelo meu município e tal. Mas chegava no colégio, havia dois grupos: um numeroso, de brancos nascidos nas colônias, e um pequeno, de negros nascidos nas colônias. Mesmo os brancos já tínhamos uma unidade: nós tínhamos espaço, o mesmo clima tropical, os mesmos frutos, as mesmas brincadeiras, nós tínhamos uma identidade automática, eu e os brancos, e, depois, eu e os poucos negros, filhos de elites locais. Então desde pequeno foi a minha escola paternalista: ali eu era dirigente e sempre quem carregava a bandeira era um negro.

V.A. – Não entendi.

J.P. – Desculpa. Nesse colégio a minha aproximação se dá com os africanos. Primeiro até não com os africanos, com os filhos de colonos.

V.A. – A identidade porque havia...

J.P. – A geografia, a alimentação, o universo, tudo. Mesmo com esses brancos eu tinha essa identidade, maior ainda com os poucos negros que eram filhos de elite negra, uma dúzia deles, com quem eu lidava muito de perto.

V.A. – Elite negra das colônias?

J.P. – Das colônias.

V.A. – Os pais não moravam na capital?

J.P. – Não. Moravam nas colônias. Mandavam os filhos estudar. Toda a minha vida africana vai ser assim: sempre na casa de africanos cujos pais os mandaram estudar em Portugal, montavam república, vinha a mãe deles, alugava para mais filhos, e ficava aquela família africana, sobretudo angolana, que eu mais vivi.

V.A. – A sua identidade na escola então era com essas pessoas das colônias?

J.P. – Das colônias. Embora eu tivesse também uma... eu era um bom goleiro, era um bom retórico, depois acabei sendo o mais velho, um veterano, então os meus aniversários eram festejados de maneira especial...

V.A- E o que o senhor falou de carregar a bandeira, que eu não entendi? O senhor era paternalista...?

J.P. – Era paternalista. Claro, como um bom branco que se africaniza, ou que se negrifica, a primeira atitude que ele tem é o paternalismo. Isso eu só fui largar... Acho que eu não larguei até hoje. A briga com o teu pai<sup>8</sup> é um pouco aquele reflexo: em vez de você ser coisa, você tem que brigar, tem que estimular, mas aquele estímulo, enfim, desajeitado... Pronto. Então desde garoto. Então a bandeira: eu era dirigente, aos 15 anos eu comecei a ser dirigente, então nós tínhamos a juventude escolar católica, então tínhamos que carregar a bandeira: era um negro que carregava. Eu sempre fazia por isso. Eles também eram destacados, filhos de elite, também eram destacados. Ao lado deles também estavam filhos de grandes lavradores portugueses, o colégio era exemplar.

V.A. – Agora, em 1947 era o salazarismo em Portugal. Isso o senhor registrava?

J.P. – Não. O que predominava era a identidade mais do que a política. E mais ainda: em 1947 eu invejava aqueles que já eram mais graduados na Mocidade Portuguesa, órgão fascista da juventude, e o meu namoro pelo fascismo – fascismo está um pouco exagerado –

---

<sup>8</sup> O entrevistado refere-se a Amauri Mendes Pereira (outro entrevistado do projeto), militante do movimento negro, amigo do entrevistado desde o início da década de 1970 e pai do entrevistador Amílcar Araujo Pereira.

vai até a Universidade de Coimbra, onde eu chego ainda dirigente católico, e que pena que a Opus Dei não me aceita, porque eu não tenho formação de família... E o corte se deu ali em Coimbra. Bom, digo agora e depois se registra. Eu era mesmo assim: católico de direita ligado aos africanos. Então, numa reunião já em 1955, em Coimbra, numa reunião no Centro Acadêmico Democracia Cristã – eu ocupei o posto que Salazar havia ocupado muitos anos antes, eu era da Conferência São Vicente de Paulo –, numa reunião da Juventude Universitária Católica disseram: “O Zé Maria é a pessoa indicada. Nós estamos vendo que os nossos estudantes africanos...” Isso em 1955 na Universidade de Coimbra. “Eles estão muito rebeldes, não aceitam a praxe.” A praxe é... como se diz aqui... Aquilo que o calouro sofre...

V.A. – Trote.

J.P. – Trote. A praxe em Coimbra era cortar os cabelos e os negros diziam: “Não cortem nossos cabelos porque demoram muito tempo a crescer. O de vocês cresce em três meses...” Então havia o problema e disseram: “Zé Maria, você podia se aproximar mais desses meninos e nos trazer as informações que nós precisamos.” Eu só me lembro que foi um raio que caiu na minha cabeça. Foi ali, forte.

V.A. – E que informações eles precisavam?

J.P. – Era assim: “Olha, vão fazer uma manifestação daqui a 15 dias. Olha, vão fazer isso...”

V.A. – Dedo-duro? Era para o senhor ser o dedo-duro?

J.P. – Não era dedo-duro de polícia, mas era dedo-duro da direita católica. Foi isso e foi a demonstração que os negros eram inferiores. Me demonstraram e eu quase acreditei: “Então, um branco casa com uma preta. E o filho, de que cor? Bem mais claro! Depois o filho casa com uma branca e... Logo, eles são uma raça em extinção Zé Maria.” Isso é o pensamento social brasileiro.

V.A. – A ideologia do branqueamento ainda.

J.P. – Olha, aí não foi um raio. Aí a minha cabeça balançou. Depois é que veio o raio. O raio é aquele raio de São Paulo, quando Deus manda e ele é convertido. Ali pronto, ali eu rompi. Ali eu passei para o lado africano definitivamente. Saí de Coimbra e vim para o Porto. No Porto, eu pertencia a uma grande instituição famosa, porque a elas pertenceram todas as lideranças que depois vieram a presidir os seus países. Eu estive em Coimbra e lá eu não fiz medicina; em Coimbra eu fiz pedagogia, porque eu ia ser médico leigo para ir para a África, então eu tinha que ter pedagogia. Primeiro eu ia ser missionário na África, quando eu era garoto. Depois, o negócio do sexo: não dava para ser missionário. “Tudo bem. Eu vou ser médico, irmão leigo e vou para a África.” Isso aos 14 anos.

V.A. – Mas então, em Portugal o senhor já se direcionou, nesse colégio João de Deus: África.

J.P. – Já. África.

A.P. – E o senhor fica lá no João de Deus até ir para Coimbra?

J.P. – Até ir para Coimbra. Eu faço os meus 18 anos em maio, no colégio João de Deus, uma grande festa, e vou para Coimbra, numa república de estudantes católicos, Centro Acadêmico Democracia Cristã. Teu pai vai gostar... [riso] Porque ele sabe o que era a democracia cristã na Europa naquele tempo. Aí volto para o Porto, para fazer medicina no Porto. E aí eu me junto à Casa dos Estudantes do Império. O que era isso, Casa dos Estudantes do Império?

V.A. – No Porto?

J.P. – No Porto. Havia no Porto, Coimbra... Naquele tempo só havia três universidades em Portugal. Nas décadas de 1940, 1950 e parte de 1960, só havia três universidades. A mais famosa, no sentido romântico do termo, era a de Coimbra, em antiguidade – aliás, em antiguidade é Lisboa primeiro. Depois Lisboa e depois Porto. Então eu fui para Coimbra, mas depois eu troquei Coimbra pelo Porto. Fui para o Porto, e aí pronto: no primeiro ano de medicina eu já estava metido na Casa dos Estudantes do Império. Por quê? A Casa dos Estudantes do Império era uma instituição criada pelo governo com a finalidade de... Como era só fazer a cabecinha dos pretos, dos mulatos, dos filhos de colonos brancos, mas também,

digamos, viabilizar um pouco a vida deles: nós tínhamos república para dormir mais barato, restaurante... Mas nunca se pensava que aquela casa com uma vigilância política tão grande fosse ser um celeiro de intelectuais militantes. Por essa Casa passou o tio-avô dele, Amílcar Cabral,<sup>9</sup> Agostinho Neto – isso tudo é uma geração que eu não peguei: Amílcar, Agostinho Neto, passou Mondlane, que seu pai lembra, que é antes de Samora Machel, passou Marcelino dos Santos.<sup>10</sup> Enfim, eu ainda hoje recebo uma pensão honorífica, aquelas honras de ter sido da Casa dos Estudantes do Império, ter sido preso pela Pide aqui no Brasil e em Portugal.<sup>11</sup> A minha linguagem está... A “pensão” significa aquele bônus, não é? Quando alguém quer me apresentar, diz: “Casa dos Estudantes do Império, MPLA no Brasil.” Pronto. O calouro, o novato só falta bater continência. Enfim, é o “mais velho”,<sup>12</sup> que foi... Aí eu começo, de fato, a me africanizar. A me africanizar no seguinte sentido: primeiro, eu fui escolhido o último membro da diretoria porque o meu chefe cabo-verdiano dizia: “Põe aquele branquinho brasileiro para ensinar aos miúdos história da África. Porque ele lê muito.” Eu já naquele tempo já tinha biblioteca. No meu aniversário todo mundo dava livros. Enfim, já tinha biblioteca naquele tempo.

V.A. – Seu chefe, não entendi?

---

<sup>9</sup> O entrevistado alude ao prenome do entrevistador Amílcar Araújo Pereira, para evocar esse “parentesco” com Amílcar Cabral.

<sup>10</sup> Amílcar Cabral (1924-1973) fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1956, e foi um dos dirigentes da luta pela libertação da Guiné-Bissau. Em 1972, anunciou a criação de um governo provisório nos territórios controlados pela guerrilha do PAIGC, mas foi assassinado pouco depois, em janeiro de 1973. Seu irmão, Luís de Almeida Cabral, também fundador do partido, foi o primeiro presidente da República de Guiné-Bissau, após a independência, em 1974. Agostinho Neto (1922-1979), líder e fundador do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), foi o primeiro presidente da República Popular de Angola, de 1975 a 1979. Eduardo Mondlane (1920-1969) foi o primeiro dirigente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Samora Moisés Machel (1933-1986) tornou-se o líder da Frelimo após a morte de Mondlane e foi o primeiro presidente de Moçambique após a proclamação da independência, em 25 de junho de 1975, permanecendo no cargo até sua morte por acidente de avião, na África do Sul. Marcelino dos Santos (1929), poeta e político moçambicano, ocupou a vice-presidência da Frelimo e alguns altos cargos do governo de Moçambique. Ver: *Almanaque Abril*. São Paulo, Editora Abril, 2002; *Enciclopédia Abril*. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1971; Nei Lopes. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo, Ed. Selo Negro, 2004; *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. s/l, Nova Cultural, 1998.

<sup>11</sup> Pide: Polícia Internacional e de Defesa do Estado, polícia política do governo salazarista. A Pide surgiu em 1945, no contexto do final Segunda Guerra Mundial, e foi mantida até 1969, quando mudou de nome para Direção Geral de Segurança (DGS), no quadro da política de reformas de Marcello Caetano, que havia assumido o governo de Portugal em 1968, após o afastamento, por doença, do general Salazar, que comandava o regime desde 1933. Ver: *Álvaro Cunhal: pide*. CITI – Centro de Investigação para Tecnologias Interativas. Disponível em: <[http://www.citi.pt/cultura/artes\\_plasticas/desenho/alvaro\\_cunhal/pide.html](http://www.citi.pt/cultura/artes_plasticas/desenho/alvaro_cunhal/pide.html)>. Acesso em: 04 de maio de 2007.

<sup>12</sup> A ancestralidade é um valor civilizatório presente em diversas culturas africanas. O “mais velho” é o sábio, respeitado e responsável, entre outras coisas, pela transmissão do conhecimento para as gerações futuras.

J.P. – Meu chefe era o presidente da Casa dos Estudantes do Império – desculpa, Verena. Ele dizia: “Põe o Zé Maria para ensinar aos nossos miúdos geografia, história da África...”

V.A. – Miúdos eram quem?

J.P. – Os pequenos.

V.A. – Porque eles vinham também?

J.P. – Vinham. Miúdos eram os calouros, estudantes do primeiro ano de universidade, eram miúdos.

V.A. – Ah, não eram crianças.

J.P. – Não. Os “miúdos” era uma expressão. Eu ainda chamo de miúdos uns dois ou três ministros com quem eu falo hoje, que compravam cigarros para mim quando eram garotos. Ainda chamo de miúdos. Então ali eu comecei a sistematizar o estudo de África. E ali eu comecei a me *kafrializar*. *Kaffir* é uma palavra árabe que significa “negro”. Em Portugal, branco *kafrializado* é aquele branco que vai para o interior<sup>13</sup> e monta uma lojinha de vender vinho e comprar borracha do nativo. Então a gente fala que aquele branco é *kafrializado*, aquele branco se tornou *kaffir*, com dois *f*. E a gente diz então que *kafrializar*...<sup>14</sup>

V.A. – Muda, então, troca as letras.

J.P. – É. *Kafrializado* é o branco que tem vida de negro, mora no interior, é o branco português até. A expressão é dedicada aos portugueses que moram no interior, têm filhos mulatos, nunca chegaram a ter dinheiro para voltar à metrópole, casar com uma branca e retornar. Então esses filhos mulatos que iam depois... Eles enricavam um pouquinho na sua loja, não iam para Portugal, não casavam com brancas, ficavam lá com as negras, então esses mulatos iam estudar em Portugal. E eram uma grande elite, especialmente no Movimento

---

<sup>13</sup> Refere-se ao interior das colônias portuguesas na África.

<sup>14</sup> O entrevistado enfatiza a troca de “ir” por “ri”, de “kaffir” para “kafrializar”.

Popular de Libertação de Angola, ao qual eu pertenço – ainda hoje eu sou da Comissão de Relações Exteriores do Bureau Político. Então aí sim, aí começo a ser um estudioso das coisas africanas, porque tinha livros, aquela curiosidade dos livros. E, ao mesmo tempo, existem na comunidade africana, no Porto, em Coimbra e Lisboa, as repúblicas de estudantes, mas existem também os chamados “lares”. O pai não manda só o filho, manda a filha. A primeira filha fica num lar de freiras. A minha primeira mulher assim ficou. A segunda filha, ou mais um filho, ele manda a mulher, a mulher forma um lar onde fica a filha e o filho e onde ela aluga vagas para outras meninas. Forma-se um lar africano. Mãe Ceiçã, mãe Luíza, são os meus grandes lares africanos. Mãe Ceiçã, Conceição, era mãe de um grande jogador de futebol. Aí eu tenho aquela vida africana da comida, do vestuário, da...<sup>15</sup> Sabes o que é isto? Não sabes não? A gente punha a meia para poder assentar a carapinha, no espelho. Além daqueles passos de merengue que a gente sabe. A gente não, nesse tempo eu já não tinha cabelo mesmo. [riso] E as nossas meninas... Eu estou relatando uma cena de sábado à noite, quando a gente vai buscar nossas meninas para ir para os bailes. Então os rapazes estavam... E as meninas, com ferro quente alisando o cabelo. E aquele cheirinho que até hoje eu sinto. As comidas... E aí o Zé Maria ia comprar tabaco, cigarro porque elas fumavam... Sabe como as velhas fumavam cigarro? A parte acesa era para dentro. E aí eu engraxava os sapatos dela, comprava cigarro, fazia tudo para elas me contarem as histórias do antigamente. Pagava cerveja para aqueles marinheiros... O Porto tinha o seu porto, não é? Vinham aqueles marinheiros de navios portugueses, africanos, pretos, semianalfabetos, e eu pagava cerveja para ouvi-los. E depois, todo mundo queria contar a sua história para aquele “branquinho nosso”. Então o que eu tenho de ouvido não está...

V.A. – E o senhor registrava essas histórias?

J.P. – Não. Só aqui.<sup>16</sup>

V.A. – Na memória.

---

<sup>15</sup> O entrevistado bate com a mão na cabeça.

<sup>16</sup> Refere-se à cabeça.

J.P. – Na memória e depois na multiplicação. Hoje eu vou ao mercado de Luanda, que Marco<sup>17</sup> não me escute, mas eu tenho um péssimo olho. Fotografia é olho. Eu não tenho olho. Você tem que olhar por mim, aí eu descrevo. Uma imagem não vale mil palavras. Uma imagem só vale com palavras, o resto é sentimento. Então ainda hoje eu vou ao mercado, que é o grande lugar para a gente observar a vida, e sempre tem uma sobrinha... O “mais velho” tem ajudante que faz tudo para ele; tem um motorista e o ajudante, que faz tudo: tirar chinelos, refeições, tudo. É o *status* de “mais velho”. Eu comecei isso pela primeira vez em uma casa angolana em Londres. Aí eu vou para o mercado: “Tio, tu está vendo aquela pessoa assim...” Aí é que eu vou olhar. Eu não sou capaz de distinguir sozinho. Aí eu olho e conto para ela por que é assim, como era antigamente, aí eu revivo aquelas histórias. Perante uma certa falta de paciência dessa juventude de 40, 50 anos, que fica assim: “Esse velho...”

V.A. – Lá vem ele de novo...

J.P. – “Lá vem ele de novo!” E os velhos da terra nem se dão ao trabalho de contar histórias para os mais novos. Eu também conto um pouquinho por exibição, é aquilo: “Ele se lembra das coisas...” Mas enfim, vem desse tempo, os marinheiros, estudantes em Paris, eu pagava. Perto do hotelzinho onde eu ficava tinha uma *cafétérie*, e eu pagava refeição, bebida a gabonês, congolês, senegalês, pagava para ficar discutindo coisas, muito. A minha vida oral de África é enorme. Muita leitura também.

V.A. – Agora, eu ainda não entendi de onde veio esse desejo de África.

J.P. – Ele veio aos pedaços. A minha família portuguesa, que eu agora estou reconquistando também, durante muitos anos era uma separação total. Vem de mãe Lúcia! Aí uma prima, que agora está ministra do serviço social, eu explicava para uma prima uma cerimônia de casamento.

A.P. – Lá em Portugal?

J.P. – Não. Na África, agora, mais moderno.

---

<sup>17</sup> Marco Dreer Buarque, responsável pela filmagem da entrevista.



V.A. – O senhor explicava à prima que é de Portugal?

J.P. – Não, desculpe. Eu estava com uma prima africana. É porque eu vou contar outra história porque a senhora perguntou: “Como é que houve essa africanização?”

V.A. – Isso.

J.P. – Vem desde São Luís do Maranhão e depois vem da vida africana. Porém, aí eu vou acrescentar um terceiro fator: vida rural portuguesa. Aquele senhor era um velho de aldeia, que era um *griot*, era um juiz, o meu velho avô.

V.A. – Pai do seu pai?

J.P. – Pai do meu pai.

V.A. – Um *griot* em Portugal?

J.P. – Na aldeia portuguesa. Vou explicar. Isso até ultrapassa a entrevista, mas é interessante como matéria.

V.A. – Faz parte.

J.P. – Só me corrijam a ordem, porque eu bagunço e tal. Eu estava – é recente, faz uns cinco anos – no aeroporto, sentado com minha prima e minha tia.

V.A. – Onde?

J.P. – Aqui no Rio de Janeiro, porque a família angolana vem e vai, essa minha prima formou-se aqui e como ministra vai e vem aqui, agora implicou comigo nessa última visita, eu apanhei, embora ela seja mais nova... E ela estava falando com o pessoal da Odebrecht, onde eu sou consultor há 22 anos: “Esse aqui foi feito por nós.” Você conhece a figura do

preto de alma branca, não é? Então há o branco de alma preta, não é? O Vinicius de Moraes dizia: “Eu não tenho nada disso.” E ela se vangloriava: “Isso foi feito por nós.”

V.A. – “Isso foi feito por nós” era o quê, que ela dizia?

J.P. – Eu, a minha vida, a minha percepção de vida etc. Porque eu explicava, eu estava contando a cerimônia de pedido de casamento a que eu fui como testemunha, e eu dizia que isso eu tinha aprendido também em Portugal, nas coisas rurais. Eu cheguei em Portugal em 1947. Traduzindo historicamente, 1947 em Portugal era 27 no interior da França. Então o pedido de casamento... eram sociedades rurais. Eu estava tentando explicar à minha tia que algumas coisas eu aprendi mais cedo em Portugal. Ela cortou: “Não! Tu foste todo feito por nós!” Ponto final. Não se discutiu mais. É essa influência, essa de Portugal, além da infância brasileira. Toda essa minha formação sempre foi nesse meio. Ora bem, passamos agora que eu estou...

V.A. – Deixa só eu perguntar: o senhor, já quando estava interno no colégio João de Deus, recebia de presente livros de história da África?

J.P. – Não. Livros. Só livros. Livros de história da África eram proibidos. Então eu me lembro que o meu grande mestre era um sujeito de São Tomé, que depois foi presidente da República. Vem cá!<sup>18</sup> Onde é que você está? Trovoadá, aqui, explica para essa senhora que você, quando era garoto, abria aqueles baús, tirava uma porção de roupa suja e depois, lá por baixo, estavam os livros da *Présence Africaine*, de Paris, os livros de África.<sup>19</sup> E ele me

---

<sup>18</sup> Referindo-se a uma foto de Miguel dos Anjos Trovoadá, eleito presidente de São Tomé e Príncipe em 1991, afixada em um quadro de cortiça pendurado na parede da sala. Mais tarde, por ocasião da revisão da entrevista em junho de 2007, o entrevistado afirmou que se enganou em relação a essa informação. Quem lhe emprestava livros era, na verdade, Tomás Medeiros, que depois viria a dirigir o movimento de libertação de São Tomé e Príncipe.

<sup>19</sup> A *Présence Africaine* foi uma revista francesa, publicada em Paris e Dacar a partir de 1947, que tinha entre seus colaboradores escritores como André Gide, Albert Camus e Richard Wright, e intermediava as informações que chegavam da África, tornando conhecidos vários poetas negros de língua francesa. Tratava-se de órgão importante para a difusão do movimento literário que ficou conhecido como *Négritude* e que surgiu na década de 1930, reunindo produções que valorizavam o patrimônio cultural e a perspectiva negro-africana, em contraposição à cultura ocidental.

emprestava com muito cuidado. Não é “veio”?<sup>20</sup> Emprestava com muito cuidado para mim. Então os primeiros livros de África que eu vi foi em Portugal, em Lisboa. Ele me ajudou.

V.A. – Ele era seu colega nesse colégio?

J.P. – Não. Isso aí já era na Casa dos Estudantes do Império. Era para explicar como foi a minha formação livresca. Não era a do colégio. No colégio, por exemplo, eu passei a minha infância, até os 14, 15, 16 anos, lendo livros católicos, livros de santos, livros de formação. Eu lia muito. Todo o colégio lia muito. E teve uma história de editor que vai desde 1955, quando eu fui editor da revista do colégio, até 15 anos de editor da Revista de Estudos Afro-Asiáticos, e até agora. Tem essa história. Nunca passei de “foca”. Cineasta? Nem chego a isso. Fui verbeteiro, passei três anos fazendo verbete para o Houaiss na *Enciclopédia Britânica*. Bom, mas vamos então pôr ordem...

V.A. – Por uma questão de cronologia: o senhor fica nesse colégio interno no Porto...?

J.P. – Até 1955. Completo oito anos de colégio: um ano fechando o primário e os sete anos fechando o secundário. Aqui é: ginásio quatro, colegial três. Lá é: ginásio cinco, colegial dois. Então com oito anos lá eu vou para Coimbra.

V.A. – Vai para Coimbra estudar pedagogia?

J.P. – Pedagogia, em 1955, até 1956. Em 1956 eu fecho...

V.A. – Então o senhor não se formou em pedagogia?

J.P. – Não. Era só necessário fazer cadeiras, para depois, como médico, eu poder ter a capacidade de exercer, digamos, o laicato religioso. Eu tinha que ser um pedagogo para ser médico e ensinar as pessoas a se cuidarem etc. Eu seria o grande irmão leigo na África, missionário leigo, médico leigo.

---

<sup>20</sup> Ainda se referindo à mesma foto.

V.A. – Isso é a sua influência católica que ainda está...?

J.P. – Até aí. Exatamente, ainda está forte.

V.A. – Porque o senhor poderia, em princípio, ir para a África sem ter cursado pedagogia, só com medicina.

J.P. – Sim. Mas não. Eu tinha que ser um irmão leigo. Eu não podia ser irmão de verdade porque eu tinha que casar. Não dava.

V.A. – Isso eu entendi.

J.P. – Isso aos 14, 15 anos...

V.A. – Já estava resolvido.

J.P. – É. Não dava. Eu já comecei muito cedo...

V.A. – Mas o senhor tinha a sua inclinação religiosa católica, que disse: “Eu tenho que ser um irmão leigo, eu tenho que estudar pedagogia para poder...”

J.P. – Isso. Aí fiz as cadeiras básicas de pedagogia, que eram suficientes. Não era preciso o curso todo. Assim como quando a gente tira o bacharelado, e você tem duas ou três disciplinas de didática.

V.A. – Essa é a licenciatura. Licenciatura que tem didática.

J.P. – Não. Quando se tira bacharelado em ciências sociais... eu não sou licenciado, sou bacharel. Eu tive umas disciplinas de didática. Eu tive que dar aulas. Sem que fosse suficiente para ser licenciado. Para ser licenciado são dois anos com três ou quatro cadeiras por semestre.

V.A. – Aí, em 1956 o senhor volta para o Porto, para a universidade, e aí já para medicina.

J.P. – Faculdade de medicina.

V.A. – E aí o senhor fica no Porto quanto tempo?

J.P. – Aí eu fico no Porto de 1956 até 1961. Cinco anos. Não passei do terceiro ano de medicina. No primeiro terceiro ano eu fui proibido de fazer as provas, com razão deles, por negligência administrativa, embora ninguém fosse punido dessa forma, mas tecnicamente eles estavam certos – eu fui punido politicamente. Na segunda, expulso; na terceira, negociação e embarque para o Brasil, nossa embaixada...

V.A. – O senhor foi expulso de Portugal?

J.P. – Não, senhora. Eu sou cidadão português, do Exército português. Eu tenho: Igreja portuguesa, Exército português e Partido Comunista Português. Minha senhora, são três doutorados! [risos] Altíssimo nível. Depois tenho: Partido Comunista Brasileiro, já não tenho a Igreja brasileira, mas é como se tivesse, fui durante anos assessor da CNBB.<sup>21</sup> E falta...

V.A. – Angola.

J.P. – Não. O stalinismo. O stalinismo e o jesuitismo são as minhas formações básicas. É uma maravilha.

A.P. – Mas o senhor foi expulso da Universidade de Porto?

J.P. – Fui expulso da segunda vez.

V.A. – Como assim, da segunda vez? Porque na primeira vez o senhor não pôde fazer as provas...

---

<sup>21</sup> Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

J.P. – Não pude fazer exames. Erro meu.

V.A. – Aí o senhor ingressou de novo...?

J.P. – Na segunda vez, expulso, mas com possibilidade de retornar no outro ano. Mas aí não retornei porque aí começou a guerra em Angola. Começou a perseguição e eu estava envolvido no processo de organizar fugas para africanos. E aí eu já estava na semiclandestinidade. E aí meu padrinho entrou e ele e o Navarro, que era o nosso cônsul em Portugal, me botaram num cargueiro inglês para o Brasil.<sup>22</sup>

V.A. – O seu padrinho quem era?

J.P. – Um português comerciante que tinha dinheiro. Um dos amigos de papai.

V.A. – Como era o nome dele?

J.P. – Serafim Tavares.

A.P. – Então o senhor entra no Partido Comunista Português nessa época?

J.P. – Não chego a entrar. Quando eu vou entrar... Primeiro, eu pertencia ao Clube Universitário de Cinema. Eu era o único não-comunista da direção. Então eu ia entrar no Partido. Cheguei a conversar com Maria, que era a nossa comissária. Mas aí, foi todo mundo preso e o Partido pegou em mim, não me deixou entrar no Partido e me botou num organismo de unidades, Juntas Revolucionárias, onde eu estaria encarregado de organizar a fuga de militares portugueses. Aí eu faço besteira: em vez de organizar a fuga de militares portugueses eu começo a organizar a fuga de brancos africanos. Aí o Partido descobre...

V.A. – Não entendi. Fuga de militares portugueses de Portugal? Que já estavam no Partido?

---

<sup>22</sup> Por ocasião da revisão da entrevista, em junho de 2007, o entrevistado corrigiu a frase para “E aí meu padrinho entrou e ele e o nosso cônsul no Porto, me botaram num cargueiro inglês para o Brasil.”

J.P. – Não. Isso foi até uma polêmica do Partido, porque o Partido dizia: “O que devemos fazer?”

[INTERRUPÇÃO DA ENTREVISTA]

V.A. – Estávamos no Partido. O senhor ia explicar que queriam que o senhor organizasse a fuga de militares portugueses...

J.P. – É o seguinte: nós estamos em 1961, arrebenta a guerra em Angola, 4 de fevereiro, 15 de março, e Portugal faz um grande recrutamento. Essas pessoas, os africanos, em número de 400, cento e tal saíram numa fuga da qual eu fui coadjuvante secundário. Saíram numa fuga organizada por uma organização protestante internacional, com passaporte falso etc.

V.A. – Africanos que estavam em Portugal?

J.P. – Africanos que estavam em Portugal estudando.

V.A. – Estudando e articulando a guerra de independência, a resistência?

J.P. – Não articulando, coitados. Estavam em Portugal isoladíssimos. Quem estava articulando era meia-dúzia de pessoas, fora. Era um período muito difícil. Então há essa fuga de estudantes em julho e o Partido se lembra de que seus militantes brancos portugueses não queriam participar daquela guerra. Então era preciso facilitar a fuga deles. Eu fui o *office boy*. Em todas essas histórias vocês vão ouvir muitas vezes as palavras *office boy*. Eu fui *office boy* para movimentar essa fuga. Só que, claro, cometi o erro de selecionar brancos oficiais milicianos que estavam para ser chamados para a guerra – brancos, não podiam ser negros, porque a fuga era uma fuga de portugueses, digamos assim –, brancos, mas nascidos em África. Então o Partido descobriu duas coisas: essa, menos importante. A segunda, o Partido disse: “Não vamos mandar a nossa gente para fora. Eles vão fazer a guerra, vão se conscientizar na guerra, vão ser os oficiais milicianos que...” Em 25 de abril foram os responsáveis pela Revolução dos Cravos. Não quer dizer que o Partido estivesse certo. Deu certo. Esses oficiais, muitos deles, eram nascidos em Angola. Tinha um grupo enorme deles,

nascidos em Angola e Moçambique. O mais famoso militar português, que depois eu tive uma visita especial, Otelo Saraiva de Carvalho, era um branco moçambicano.<sup>23</sup> Aí, no momento disso é que eu sou evacuado para o Brasil.

V.A. – Porque o governo português descobre?

J.P. – Eu chego a uma altura de militância muito exposta. Lá estava no período de eleições. Então, durante três meses de eleições não se pode prender, a não ser em flagrante. Engraçado, em Portugal não era preciso prender durante a noite, nem prender na rua. Não se prendia um militante na rua. Não era preciso. Prendia-se às seis da manhã em casa. Não era preciso nenhum tipo de tortura especial. Bastava estar preso uns três dias. Nem precisava ir em cima de lata. Por que esse tipo de tortura? Porque em Portugal não havia a ação armada direta. Então você não tinha que desmontar nenhum aparelho, nem nada. Então você não precisava normalmente de fazer grandes torturas. Elas redundaram em mortes, mas muito pequenas, dos grandes chefes que resistiam.

Desculpe por esse excesso e voltemos ao essencial. Então, eu estava muito exposto, e no dia 12 de novembro – eram as eleições no dia 13,<sup>24</sup> que eu seria preso –, embarco no cargueiro inglês, que partiu, graças a Deus, dia 11. E partiu um dia depois – eu não sabia disso – que o meu grupo assalta um avião. O primeiro sequestro de avião. O meu grupo sequestra um avião de Marrocos para Lisboa. Então, claro: “Zé Maria, do grupo do Porto”. Outros vão depois sequestrar o navio Santa Maria.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho (1936-), nascido em Moçambique, foi capitão em Angola de 1961 a 1963 e também na Guiné entre 1970 e 1973, sendo um dos principais comandantes do MFA e responsável pelo setor operacional da Comissão Coordenadora do MFA (Movimento das Forças Armadas) e foi ele quem dirigiu as operações dia 25 de Abril, que depôs, o então presidente, Marcello Caetano. Em 1976 e 1980 se candidata às eleições presidenciais, saindo derrotado nos pleitos.

<sup>24</sup> Na revisão da entrevista, realizada em junho de 2007, o entrevistado confirmou que as eleições seriam no dia 12 de novembro de 1961.

<sup>25</sup> Em 10 de novembro de 1961, um avião da companhia Transportes Aéreos Portugueses (TAP), que havia saído de Casablanca, Marrocos, com destino a Lisboa, foi tomado em pleno voo por seis guerrilheiros, comandados por Hermínio da Palma Inácio, que obrigaram o piloto do avião a fazer um voo rasante pela cidade de Lisboa, onde os guerrilheiros jogaram pela janela de emergência 100 mil panfletos com apelos à revolta popular contra a ditadura. Em seguida, o avião pousou em Tânger, Marrocos, onde os guerrilheiros conseguiram asilo político. O sequestro do navio *Santa Maria* ocorreu dez meses antes, em 19 de janeiro de 1961, e foi executado por 20 membros da Direção Revolucionária Ibérica de Libertação (DRIL), opositores do salazarismo em Portugal. O navio ia de Portugal para a América Central e acabou chegando, duas semanas depois, no porto brasileiro do Recife, onde os revolucionários se entregaram às autoridades brasileiras e pediram asilo político. O assalto ao *Santa Maria* entrou para a história ao introduzir a prática de sequestrar navios e aviões com fins políticos. Ver: *Sequestro era connosco*. Correio da Manhã: Portugal, Mundo, Sociedade, Cultura, 2002.



Vamos disciplinar, senão... É muita coisa. Eu tive uma vida muito feliz, muita coisa. Então pronto: ou eu ia para fora ou seria preso. Só que eu deixei a noiva lá. Então eu voltei seis meses depois para me casar. Aí outra vez foi necessária uma proteção grande da embaixada, eu cheguei e me apresentei logo a Pide, dizendo meu endereço, endereço falso... Bom, aí são coisas que não valem a pena sequer mencionar, muito menos sublinhar.

V.A. – Isso foi em outubro que o senhor disse...?

J.P. – Em novembro de 1961 eu venho para o Brasil num cargueiro. Demora um mês e tal. Passa pelo Caribe todo, foi uma viagem linda. Chego no Maranhão em dezembro; em janeiro estou na União Nacional de Estudantes, onde sou nomeado *ad hoc* assessor para assuntos internacionais do Aldo Arantes.<sup>26</sup> Meu endereço: Praia do Flamengo, 132.<sup>27</sup> Morava em hotel, então ali era o endereço que eu tinha. Entretanto, tonto, vou para a faculdade de medicina, me arrumam um lugar...

V.A. – Qual?

J.P. – Aqui a UEG,<sup>28</sup> que oportunamente abandonaria seis meses depois.

V.A. – Por quê?

J.P. – Incompetência. Incapacidade. Mas não dava mesmo. Eu já era um mau aluno em Portugal, porque eu fazia tudo, pertencia a não sei quantas coisas. Atrapalha. Eu sou tão ruim, que tive que ser disciplinado na prisão por Carlos Marighella, que dizia: “Fique quieto!” Eu

---

Disponível em: <<https://www.cmjornal.pt/mais-cm/domingo/detalhe/sequestro-era-connosco>>. Acesso em: 23 de jan. de 2020.

<sup>26</sup> Aldo Arantes foi presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) entre 1961 e 1962, quando consolidou o projeto dos Centros Populares de Cultura e a UNE Volante, uma caravana que percorreu todo o país mobilizando os jovens pela reforma universitária. Militou na Juventude Universitária Católica (JUC) e depois na Ação Popular (AP). Nos anos 1970, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Mais tarde cumpriu quatro mandatos como deputado federal pelo estado de Goiás, entre 1983 e 1999. Ver Abreu, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Edição revista e atualizada, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 2001. Doravante designado *DHBB*.

<sup>27</sup> Endereço da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE).

<sup>28</sup> Universidade do Estado da Guanabara, mais tarde transformada em Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

cuidava da greve de fome dele, e ele dizia: “Fique quieto!” Como eu era agitadinho naquele tempo: para Carlos Marighella me conter, não é? [riso] Nós dividíamos o colchão na prisão.

M.B. – Posso interromper um minutinho para trocar a fita?

J.P. – Sim. Aí eu paro o fluxo...

[FINAL DO DISCO 1]

V.A. – O senhor, em novembro de 1961...

J.P. – Vindo para o Brasil...

V.A. – Antes de o senhor estar aqui na UEG, o senhor chega em São Luís. E o seu pai, como recebe o senhor?

J.P. – Não, não recebe. Papai havia morrido. Foi uma das razões de eu voltar para o Brasil. Papai faleceu com 55 anos de idade.

V.A. – Muito novo...

J.P. – Muito novo. Mamãe iria falecer em 1973, portanto com 63 anos.

V.A. – Também nova.

J.P. – Nova também. Eu vou comemorar 70 anos dia 13 de maio. Portanto, já vivi. Meu avô morreu com 78. Espero chegar até lá porque eu estou muito atrasado. Ainda tenho livro para escrever, tenho muita coisa para fazer.

V.A. – Mas hoje em dia a longevidade é maior.

J.P. – O meu medo mais é tiro. De doença, eu não penso assim, pegar doença...

V.A. – Tiro?

J.P. – Tiro ou qualquer coisa, acidente. Eu caio com facilidade, a artrose e tal. Eu tenho assim muito receio, porque eu estou atrasado, tenho livros para escrever, para organizar. Estou muito atrasado na vida. Eu tirei doutorado com 62 anos. Só falta a placa na USP. Porque em ciências humanas ninguém se doutora com 62 anos.

V.A. – Então o senhor chega no Maranhão, quem está lá? Seus irmãos?

J.P. – Meus irmãos, meu glorioso Partido Comunista Brasileiro, que me recebe de braços abertos...

V.A. – E o senhor já tinha feito contato com o Partidão? Porque o senhor tinha saído daqui com dez anos de idade.

J.P. – Quando eu chego no Maranhão está lá... Eu chego no Maranhão precedido de uma certa fama. Vocês não se lembram do padre Alípio de Freitas, era um padre que se juntou a Julião.<sup>29</sup> O padre Alípio era um português a quem papai convocou para ir para o Maranhão para ser o pároco dos imigrantes portugueses. E lá foi o padre Alípio, mas já naquele tempo a rebeldia era grande e ele se insurge contra um grande industrial português. Então sai do Maranhão, junta-se a Julião e vai participar das Ligas Camponesas, tem um jornal... Depois até uma de minhas prisões coincide com a dele. E padre Alípio é quem me apresenta para a comunidade como o filho de Abel Pereira e, claro, como um sujeito de esquerda, do MPLA, eu já vinha com uma bandeira do MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola. Então a primeira conferência que eu dou sobre África em São Luís do Maranhão foi lá na universidade. Mas isso passa dois meses. Venho para o Rio recomendado à UNE, porque havia um maranhense da diretoria do Aldo Arantes, um era maranhense e ele me recomenda à UNE. Eu chego, ele me apresenta ao Aldo Arantes, é uma novidade aquele brasileiro meio

---

<sup>29</sup> Padre Alípio de Freitas foi membro da comissão militar e dirigente nacional da Ação Popular e integrante das Ligas Camponesas. Ver.: *O Padre Guerreiro*. Estilhaços da Verdade. Disponível em: <<http://www.unicap.br/webjornalismo/estilhacosdaverdade/site/?p=24>>. Acesso em: 23 de jan. de 2020.

esquisito, que vinha de Portugal, falava com sotaque português, sabia coisas que a gente não sabia e não sabia coisas que todo mundo sabia.

V.A. – Como?

J.P. – Como a história do Brasil recente. Eu não tinha acompanhamento. Eu vim no rescaldo de... eu chego aqui em 1962.

V.A. – Novembro de 1961.

J.P. – Novembro, dezembro de 1961 no Maranhão. Em 1962, janeiro, eu já estou aqui no Rio, na UNE. Com a UNE metralhada.<sup>30</sup> No dia que eu chego, a UNE metralhada. Então eu nem encontro a diretoria. A diretoria estava toda na Cinelândia num comício.

V.A. – Por que estava metralhada em 1962?

J.P. – Em 1962, o Comando de Caça aos Comunistas, já tinha coisas. Depois eu vou ter aparelhos de segurança. Al-Fatah foi nossa segurança.<sup>31</sup> Tem muita coisa...

V.A. – É bom...

J.P. – Oh, vidinha boa que eu levei... Graças a Deus! Estou atrasado, mas enfim. Venho para o Rio de Janeiro, onde sou admitido na Universidade da Guanabara por questões políticas: não interessava se eu era mau aluno ou bom aluno, era um sujeito perseguido por Salazar, então tinha vaga garantida. E eu entro na medicina na Universidade da Guanabara e era assessor da UNE; moro ali pertinho, naqueles hotéis ali pertinho. Pronto, a minha vida era ali. Então a UNE me absorve do ponto de vista político porque... Ah, o ano de 1962 é vital, do ponto de vista internacional, para os africanos. A UNE tinha uma grande posição junto aos

---

<sup>30</sup> Em 1962, a sede da UNE, na cidade do Rio de Janeiro, foi metralhada por membros do Movimento Anticomunista (MAC). Disponível em: *Linha do Tempo*. União Nacional dos Estudantes. Disponível em: < <https://une.org.br/2011/09/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 23 de jan. de 2020

<sup>31</sup> Al-Fatah é uma organização política e militar palestina criada por Yasser Arafat (1929-2004) e Khalil al-Wazir (1935-1988) em 1959.

governos socialistas. Então os nossos destinos de angolanos, moçambicanos, estava se decidindo um pouco também em nível internacional. E eu era um instrumento importante na UNE.

V.A. – Para cuidar dessas relações internacionais?

J.P. – Dessas relações internacionais. E era uma escola. Diziam: “O Zé Maria está começando a entender de política.” Porque a política era política democrática, política parlamentar. E aquilo para mim era tudo muito estranho.

V.A. – Eu ia até perguntar: essas eleições em Portugal eram para quê? Para o Parlamento?

J.P. – Parlamento e para presidente da República. Não. Em 1961 foi só para o Parlamento. Para presidente da República foi em 1958.<sup>32</sup> Foi a minha entrada na luta política, foi a primeira vez que eu apanhei: 31 de janeiro de 1958. Eu estava fazendo cordão para o nosso candidato à presidência da República, que não era o Delgado, ainda era do Partido, o Arlindo. Depois nós retiramos o Arlindo e ficamos com Humberto Delgado. Primeira vez que eu peguei cacetada.

V.A. – Aqui o senhor disse que não tinha experiência política de parlamento, não sabia de práticas democráticas que os demais tinham...

J.P. – Como eram barganhas etc. O Aldo tinha, todo mundo tinha prazer de ensinar esse brasileirinho africanizado. Quando eu chego aqui em janeiro de 1962, em fevereiro de 1962 eu tenho uma tarefa. Disseram: “Vai chegar o grupo de bolsistas africanos que o Jânio Quadros havia convidado.”<sup>33</sup> Já estamos no governo João Goulart. “Vão chegar e, portanto, te prepara para isso.” Dois minutos depois veio a notícia: “Eles já estão lá embaixo.” Eu desço e

---

<sup>32</sup> O pleito eleitoral para a presidência de Portugal no ano de 1958 foi vencido pelo militar Américo Tomás, que governando até 1974.

<sup>33</sup> Em bilhete dirigido ao Ministério das Relações Exteriores e datado de 10 de março de 1961, Jânio Quadros autoriza a concessão de 20 bolsas de estudos, ainda em 1961, e mais 280 distribuídas nos anos de 1962 a 1965, para estudantes africanos de medicina, farmácia, odontologia, arquitetura, agronomia e veterinária. “Bilhetes do presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores”, in *Cadernos do CHDD*. Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília, A Fundação, 2006, Ano V, n. 8, p. 313-484, p.331.

na chefia deles está o meu velho companheiro de política da Casa dos Estudantes do Império, Fidélis Cabral de Almada, que foi ministro da Justiça, o mais longo ministro da Justiça da Guiné-Bissau. Digamos, desde a independência até...<sup>34</sup> Morreu já há uns dois ou três anos atrás. Então lá venho eu com uma dupla função: cuido dos estudantes para a UNE – a UNE era a hospedeira deles; depois eu cuido dos estudantes para o Itamaraty. É a minha entrada no Itamaraty. Em 1962 eu inauguro a minha função de *office boy* do Itamaraty. *Office boy* é aquele que vai levar a Luciene ao dentista, que vai mostrar a matrícula para o Iraquem, que vai não sei quê. Então, esses 17 estudantes africanos vêm para o Rio para depois se descentralizarem, irem para São Paulo, alguns ficaram no Rio...

V.A. – E eles vêm de onde?

J.P. – Vêm de 11 países diferentes da África. Era a política de Jânio Quadros... Por exemplo: Fidélis Cabral não vem da Guiné-Bissau, de lá não poderia, vem do Senegal. Cristoph Moraes, cabo-verdiano, vem pelo Senegal.

V.A. – Mas eles são nascidos em Guiné e vêm pelo Senegal?

J.P. – Não podia vir da Guiné porque...

V.A. – Não existia a Guiné.

J.P. – O colonialismo português não... Depois tem três da Nigéria, Serra Leoa...

V.A. – O senhor ia falar na política externa do Jânio Quadros – independente.<sup>35</sup>

J.P. – Isso. Independente. Pode ser um outro capitulozinho. Vamos ligar isso quando falarmos do Afro-Asiático, já que o Afro-Asiático nasce do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-

---

<sup>34</sup> Fidelis Cabral de Almada foi ministro da Justiça de Guiné Bissau.

<sup>35</sup> A política externa de Jânio Quadros, que governou o Brasil de 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961, ficou conhecida como “política externa independente”, pois buscava uma via entre os blocos capitalista e comunista e tomava decisões não alinhadas aos EUA, como a condecoração de Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

Asiáticos com o Candido Mendes. Aí é uma historiazinha bonita. Eu não estou muito ruim hoje. Vocês conseguem, só pelo olhar, me controlar um pouquinho. Eu só repito coisas, porque é uma história densa. Vocês depois vão ver que isso não vai dar muitas páginas. Mas é cheia de fatos que...

V.A. – Cada vez se aprofundam mais, em determinados momentos. Bom, o senhor então é o *office boy* do Itamaraty.

J.P. – *Office boy* do Itamaraty para cuidar dos estudantes. Sou assessor da UNE para cuidar da parte internacional, África em destaque. Lembra: 1962, 1963. Em 1963 vai haver na Bahia o Fórum Internacional do Terceiro Mundo, com participação de estudantes africanos.

V.A. – Por que o senhor disse que 1962 é um ano crucial para a África?

J.P. – Porque, repara, para a minha África – Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e tal –, é o ano em que a revolução angolana está na ONU, o colonialismo português aqui está sendo defrontado, não com vitória, por Afonso Arinos, por San Tiago Dantas, por Renato Archer, que era o vice-ministro.<sup>36</sup> E eu era o *office boy* dessa gente toda. Eu era sempre o cara da pasta. Lima de Azevedo na frente, meu chefe, e eu na pasta.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Afonso Arinos de Melo Franco havia sido ministro das Relações Exteriores no governo Jânio Quadros, quando desempenhou papel importante na formulação da chamada “política externa independente”, que abandonou o alinhamento automático com os EUA e defendeu um novo padrão de relacionamento com o mundo afro-asiático, baseado na condenação ao colonialismo. Durante sua gestão coordenou a abertura das embaixadas do Senegal, Guiné, Nigéria e Congo. Seu sucessor, já no primeiro gabinete parlamentarista de João Goulart, foi San Tiago Dantas, que nomeou Renato Archer subsecretário do ministério, função que compreendia a substituição do titular sempre que necessário. Em setembro de 1961, Afonso Arinos chefiou a delegação brasileira à XVI Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, onde assumiu a direção do movimento pela autonomia de Angola. A delegação brasileira apoiou a resolução anticolonialista aprovada pela Assembleia, mas rejeitou o item que condenava explicitamente o governo português. De julho a setembro de 1962, durante o gabinete parlamentarista de Brochado da Rocha, voltou à chefia do Ministério das Relações Exteriores. Ver *DHBB*.

<sup>37</sup> Segundo informações de The Róbinson Rojas Archive, José Lima de Azevedo, angolano de nascimento, era estudante de economia em Portugal, onde presidiu a Federação de Estudantes Africanos. Com o início da luta pela libertação de Angola, em 1961, e o início das perseguições políticas pela ditadura salazarista em Portugal, refugiou-se no Brasil, onde continuou seus estudos universitários. Após o golpe político-militar de 1964, foi preso três vezes no Rio de Janeiro pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), em colaboração com a polícia secreta de Portugal, a Polícia Internacional de Defesa do Estado (Pide), que pretendia obter informações sobre organizações guerrilheiras de Angola. As forças de segurança brasileiras ameaçaram Lima de Azevedo de extradição a Portugal. Ver: <<http://www.rojasatabank.info/bras0000/brasc317.pdf>>.

V.A. – Quem?

J.P. – Lima de Azevedo era o meu chefe. Espera lá... Estou um pouquinho indisciplinado. Eu sou capaz de pôr por ordem. Bom, portanto, venho e eu estou nessa atividade em janeiro de 62, assessor para África. Carnaval de 1962, chegam os estudantes africanos, como chega o Galvão. O Galvão é aquele que assaltou o navio Santa Maria, com gente minha amiga, então também são os meus companheiros da época.<sup>38</sup> Passo o carnaval de 1962 com o Galvão, que era um grande general português que depois se rebela. Tem uma história, mas nós temos tanta coisa que ele fica um pouco secundário aí. Só a curiosidade é que eu passei o carnaval com ele e ele era amigo das pessoas que vinham, que assaltaram o navio, com quem depois eu fazia amizade de ir à praia, de ir às casas...

Então, essa função até fevereiro, março. Quando chega março, chega o primeiro angolano, não oficialmente do MPLA: José Manuel Gonçalves.<sup>39</sup> Depois vão ser todos presos, ele vai pertencer ao grupo das prisões. Ele hoje é nosso professor aqui, doutor em sociologia pela Rural, pelo...

A.P. – CPDA.<sup>40</sup>

J.P. – Até isso eu esqueço, CPDA. José Gonçalves está no Brasil. É um angolano branco que se assimilou ao Brasil. Faz Brasil – África do Sul. Ele ganha dinheiro na rádio e na televisão

---

<<http://www.rrojasdatabank.info/bras0000/brasc311.pdf>>

e

<<http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Espolio8>>. Acesso em: 31 de maio de 2007.

<sup>38</sup> Henrique Galvão foi militar, político e escritor, enfatizando temas como os da África. Depois de ter participado do governo de António Salazar, aderiu à oposição democrática. Exilado na Venezuela desde 1959, celebrizou-se pelo assalto e ocupação, do navio Santa Maria no ano de 1961, juntamente com o grupo DRIL (Direção Revolucionária Ibérica de Libertação), como uma forma de protesto contra a falta de liberdade cívica e política em Portugal. Morreu exilado no Brasil. Disponível em: <[www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=henrgalv](http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=henrgalv)>. Acesso em 1 de mar. de 2007.

<sup>39</sup> José Manuel Gonçalves, também conhecido como Jonuel Gonçalves, é diplomado em Ciências Econômicas e Sociais pela *École des Hautes Études – section de Sciences Économiques et Sociales* e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Participou ativamente no processo de independência e democratização de Angola e escreveu inúmeros artigos acerca da História da África. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4356051607585753>> e <<https://www.wook.pt/autor/jonuel-goncalves/3095071>>. Acesso em: 24 de jan. de 2020.

<sup>40</sup> Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.



na África do Sul para Angola e é professor aqui. E foi meu amigo, meu colega de prisão. O certo é que...

V.A. - Ele chega em 1962?

J.P. – Corta José Manoel Gonçalves e põe Lima de Azevedo. Porque o José Gonçalves é excrescência. Me desculpe o José, meu colega de prisão. É que esse é que chega para representar o MPLA.

V.A. – Quem, o Lima de Azevedo?

J.P. – José Lima de Azevedo. Ele chega com o pretexto explícito de estudar no Brasil e, embutido nesse pretexto, o de tentar legalizar um *bureau* de representação do Movimento Popular de Libertação de Angola, o MPLA. Ele chega em julho de 1962. Ele vai para a minha casa. Eu ainda não estou casado, ainda vou a Portugal me casar, com a proteção folclórica da embaixada. Então ali começa uma outra fase importante da minha vida pessoal, que é ser o auxiliar principal do *bureau* político do MPLA aqui no Brasil. Depois chega outro dirigente e vai para São Paulo. Esse dirigente é hoje famoso ainda, é o Costa Andrade, Ndunduma.<sup>41</sup> Costa Andrade é o nome Português. Ele era “cabrito”. “Cabrito” é uma mistura de branco com mulato.

V.A. – Esse Ndunduma é o nome dele? É sobrenome?

J.P. – Não. É o nome de guerra. Tem aqueles nomes portugueses. É assim: os negros assimilados têm nomes portugueses. Os indígenas não têm a cidadania portuguesa. Então, quando chega a luta, os assimilados assumem apelidos africanos. Os indígenas, que já são africanos, assumem apelidos de “Monstro Imortal”, aqueles comandantes russos, tem um que era o Paganov... Dangereux...<sup>42</sup> São comandantes que há muitos anos eu não vejo. A coisa curiosa, não é? O autêntico não precisa de nome da terra: “Dangereux”, “Monstro Imortal”...

---

<sup>41</sup> Fernando da Costa Andrade “Ndunduma” (1936-2009). Foi deputado na Assembleia Nacional de Angola pelo MPLA. Ver: *Fernando Costa Andrade (1936-2009)*. Expresso, 2009. <<https://expresso.pt/sociedade/fernando-costa-andrade-1936-2009=f536976>>. Acesso em 23 de jan. de 2020.

<sup>42</sup> *Dangereux* significa “perigoso” em francês.

O assimilado, seja preto ou seja mulato, ou até branco – era uma minoria pequena, mas expressiva –, esses então tomam os nomes africanos. Vocês já adivinharam que os nomes dos meus quatro filhos – sobre os netos eu já não tive controle – são todos nomes africanos.

V.A. – Quais são os nomes?

J.P. – O mais velho, Kassul Buanga. “Kassul” deu no brasileiro “benjamim”. Você sabe o que é benjamim? Não? Devia saber. Benjamim é o mais novo. “Ben” é filho, mais novo. Mas no Brasil não pegou, pegou a palavra quimbundo “caçula”. Caçula vem de kassule. É engraçado que a gente nem sabe a palavra “benjamim”, a gente já só sabe a palavra quimbundo. Buanga significa lutador. É um nome muito comum. Mas Buanga Felê era o nome do meu grande amigo, cuja a fotografia não está aqui porque foi levada para Angola.

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

V.A. – Então o primeiro filho é Kassul.

J.P. – Esses é que são os apêndices... O Buanga Felê era o nome de guerra do maior intelectual da revolução angolana: Mário Pinto de Andrade.<sup>43</sup> Eu tenho que dizer Mário Pinto de Andrade. Esse é um nome conhecido, está na História. Teu pai, nos velhos tempos, sabia até a data de nascimento dele. Sabe que teu pai e eu fizemos juntos uns quatro ou cinco cursos?

A.P. – Ele sempre fala que fez vários cursos...

---

<sup>43</sup> Mario Pinto de Andrade (1928-1990), intelectual e presidente de 1960 a 1962 da MPLA. Após ter deixado a presidência da MPLA, dedica-se a participação de seminários e fóruns, onde representou uma importante voz na luta pela independência angolana. Desenvolvendo pesquisas e prosseguindo os estudos de sociologia, além de uma intensa atividade de publicações. Além de artigos e ensaios em publicações periódicas, publicou *Antologia temática de poesia africana* (1953, 1979), *Origens do nacionalismo africano* (1997). Disponível em: <<https://www.buala.org/pt/autor/mario-pinto-de-andrade>>. Acesso em 23 de jan. de 2020.

J.P. – Quatro ou cinco cursos. Naquele tempo era assim seguido: durante um ano, eu dei cinco e acho que seu pai participou de quatro, assim em um ano, 1974. Depois ele “sinbou”, Sinba.<sup>44</sup>

Bom, vamos lá. Então o Mário Pinto de Andrade era uma figura simbólica, um grande intelectual na França, um militante, um fundador do MPLA. E era da nossa família. Então ele seria o padrinho do meu filho. Ele viria ao Brasil em outubro, quando meu filho nascesse, viria ao Brasil convidado por San Tiago Dantas etc., do Itamaraty, viria ao Brasil, e seria o padrinho do meu filho. O nome de guerra dele era Buanga Felê. Então eu botei o nome do meu filho de Buanga Kassule, “o Buanga mais novo”. Aí, para poder sonorizar melhor o Kassul passou para a frente. Tanto que Mário ainda, quando faz a dedicatória para o suposto afilhado dele, ainda escreve Buanga Kassule. Escrevia – já faleceu, o Mário.

V.A. – Esse é o primeiro nome. E o segundo?

J.P. – O segundo nome é Nahri. É “flor silvestre”. É um nome de Moçambique até.

V.A. – Como continua?

J.P. – Nahri Ramos da Cruz Nunes Pereira. Depois vem o nome mais pomposo: Samory Soundjata. Esses são dois imperadores do Mali, um do século XIV e outro do século XIX. É um nome inconveniente, pesado. Porque uma pessoa não dá a seu filho o nome de duas figuras... Era como, sei lá, chamar de Carlos Magno...

V.A. – Napoleão.

J.P. – Napoleão, pronto. Napoleão depois virou nome comum. Mas é um nome pesado, conhecido. Depois que eu tenho um neto também chamado Samory. E depois Luena, que é a minha mais nova. É um nome tão lindo. Luena é o nome de um rio, nome de um povo e a lenda conta que Luena era uma filha de um chefe local que foi obrigada a casar com um estrangeiro. Estrangeiro não é branco. Estrangeiro devia ser um [inaudível] ou um ioruba,

---

<sup>44</sup> Sociedade de Intercâmbio Brasil-África.

possivelmente, gente importante.<sup>45</sup> E ela não quis e afogou-se no rio. E nasceu uma flor, essas coisas todas. Ficou Luena. Tudo bonito. O nome não foi por causa da princesa; foi porque, quando ela nasceu a guerra estava lá em cima, num quadrilátero, num cantinho de Angola. A guerra dura. Então, é claro, evidentemente: Luena.

V.A. – A guerra estava perto desse rio?

J.P. – Sim. Perto. Nós estávamos apanhando ali firme já. Quando ela nasceu nós estávamos apanhando. A gente ganhou 1968, 1969, 1970, e 1971 a gente estávamos apanhando. Eu: Luena! Dá-se a independência e a povoaçãozinha que se chamava Luso, a capital, passou a chamar-se Luena. Luena virou nome de cidade. Em Luanda, porque ela é a filha mais popular que eu tenho em Luanda... A Nahri e o Kassul viveram 15 anos em Luanda. Luena tem, em uns cinco anos, umas cinco visitas e é popularíssima em Luanda. Não tem a aristocracia da irmã, que a irmã é de família aristocrática, família crioula que vem desde os tempos... E Luena é do segundo casamento. Mas Luena “bakongou”. Os bakongos são um povo do norte muito discriminado em Luanda. E não é que a minha filha fez trabalho de monografia de final de curso, tese de mestrado, tese de doutorado, primeiro pós-doutorado, segundo pós-doutorado em cima dos bakongos, para grande e disfarçado desgosto da minha família angola aristocrática. Imagina, estudar os bakongos. Mas como ela é uma mãe pequena... Ela não é iaô – em Angola não tem isso –, não é a grande chefe da família, a matriarca, mas é a mãe pequena, aquela que secretaria. A matriarca é a minha tia do primeiro casamento.

Então são os meus filhos. Tem os meus netos... Seção família:<sup>46</sup> esta é a matriz; esta é minha nora, que faleceu, casada com o Kassul; esses são os dois mais velhos, que viveram em Angola mais tempo; esses são os dois mais novos, Samory e Luena. Essa fotografia é muito antiga, meu neto estava aqui na barriga ainda e hoje tem 18 anos.

V.A. – E esse?

---

<sup>45</sup> Na revisão da entrevista, em junho de 2007, o entrevistado disse que o estrangeiro não poderia ser ioruba, que viria de muito longe.

<sup>46</sup> O entrevistado mostra uma fotografia que estava em um porta-retratos na estante.

J.P. – Esse sou eu e esse é meu irmão. Esse sou eu no tempo que era Enéas.<sup>47</sup>

V.A. – Olha! No tempo que era Enéas... [risos] É mesmo. [riso]

J.P. – Todo mundo fala isso. Tem na carteira as fotos. Aí tem já quatro netos, mais dois posições, seis. São filhos da minha nora, que se casou com um português. Passou a ser minha filha. De nora passou para filha e eu passei a ser avô, como eles me chamam. Então vamos lá.

V.A. – Então em 1962 chega aqui o José Lima de Azevedo.

J.P. – Cria-se um *bureau* por aprovar, era um *bureau* não-oficial. Era a minha casa; a sede do MPLA era a minha casa. Por isso é que, quando houve as prisões, o meu dossiê era desse tamanho<sup>48</sup> – assim conta Candido, que o Golbery mostrou a ele – e os outros dossiês eram menores. Eu disse: “Professor Candido, o MPLA era na minha casa. Portanto, os documentos apanhados, em geral, eram imputados a mim porque a casa era minha.” Quando eu vou para a prisão. Aí tem um trabalho interessante, que eu vou tentar resumir. Qual é a nossa atuação? O Lima de Azevedo e depois chega o Dunduma em São Paulo, cada um faz na sua área, mas o Rio era muito ativo. O Lima de Azevedo era um cabrito, um mulato claro, mas muito patricio, como teu pai: “A cor não é impedimento. Reforça.” E, portanto, tínhamos uma grande atividade. Onde? Meio intelectual: Candido Mendes, Eduardo Portela, que eram figuras da época, José Honório Rodrigues e Jorge Amado.<sup>49</sup> O Jorge Amado tem um famoso artigo “Saudações a Buanga Felê, chefe da luta em Angola”.<sup>50</sup> E Maria Yeda Linhares, a minha mestra. Essa era a atuação junto aos intelectuais, que nessa época estavam

---

<sup>47</sup> O entrevistado aparece na fotografia de barba longa e sem cabelos, semelhante ao deputado federal Enéas Ferreira Carneiro.

<sup>48</sup> Bem grande, gesticulando com os braços.

<sup>49</sup> Eduardo Matos Portela (1932) atuou como jornalista e intelectual nas áreas de letras e educação, foi diretor executivo do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, órgão da Presidência da República, entre 1961 e 1964, e ministro da Educação durante o governo de João Figueiredo (1979-1980). O historiador e ensaísta José Honório Rodrigues (1913-1987) foi professor no Instituto Rio Branco e em diversas universidades do Rio de Janeiro. Membro da ABL, publicou, entre outras obras, *Brasil e África: outro horizonte* (1961). Jorge Amado (1912- 2001) ingressou na ABL em 1961 e escreveu dezenas de romances, sendo o primeiro *O país do carnaval*, publicado em 1931. Ver *DHBB*; *José Honório Rodrigues*. Biblioteca Virtual – Literatura. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/josehonoriordrigues.htm>> e <[www.fundacaojorgeamado.com.br/](http://www.fundacaojorgeamado.com.br/)>

<sup>50</sup> Trata-se da entrevista de Jorge Amado com Mário Pinto de Andrade, publicada sob o título “Conversa com Buanga Felê, também conhecido como Mário de Andrade, chefe da luta em Angola”, em *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, setembro de 1962, p. 25-30.

concentrados no Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, de que falaremos quando for a parte do Afro-Asiático.<sup>51</sup> Mas agora eu estou ainda na minha vida privada mais na parte política.

V.A. – Quer dizer que em 1962 já havia o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos?

J.P. – Depois eu vou lá, e com clareza, porque é fundamental para explicar o Afro-Asiático. Foi fundado por Jânio Quadros, foi ideia de... Candido Mendes era chefe de Assessoria Internacional de Jânio Quadros. José Aparecido era assessor de Imprensa. E quem era mesmo o chefe do Gabinete Militar? Golbery do Couto e Silva.<sup>52</sup> Esses três fizeram uma amizade, porque naquela Brasília da época, de 1961, por exemplo, os três passavam as noites juntos. Mais tarde, Golbery, quando está fazendo a distensão de Geisel, e os padres estão infernais, então Golbery e Candido... Candido era o quê? Membro da Comissão de Justiça e Paz do Vaticano, além de secretário aqui. Então Candido, com a Igreja, e Golbery, eram os grandes interlocutores. Evaristo Arns ajudava, os dois Lorscheider e –scheiter...<sup>53</sup> Aí vinha do Vaticano...

#### [INTERRUPÇÃO DA ENTREVISTA]

V.A. – Nós estávamos na distensão, com Golbery, Candido e os padres...

J.P. – Era. Isso um pouco para explicar, está um pouco fora da ordem da pauta, mas é porque essa é a razão principal de por que o Centro de Estudos Afro-Asiáticos fazia cursos de

---

<sup>51</sup> O Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), com sede em Brasília, foi criado pelo Decreto nº 50.465, de 14 de abril de 1961, na qualidade de “centro de altos estudos destinado a incrementar as relações do Brasil com o mundo afro-asiático”. Ver ‘Legislação Federal’, em <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>. Acesso em 10 de abr. de 2007.

<sup>52</sup> Candido Mendes era chefe de Assessoria Técnica de Jânio Quadros, José Aparecido era seu secretário particular, e Golbery do Couto e Silva era o chefe de gabinete da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional. Ver *DHBB*.

<sup>53</sup> Dom Aloísio Lorscheider (1924-2007) foi Bispo de Santo Angelo em 1962, em 1968 foi eleito Secretário-Geral da CNBB, em 1972; foi eleito Vice-Presidente do Celam (Conselho Episcopal Latino Americano). Foi Arcebispo de Fortaleza 1973, aonde permaneceu 22 anos quando renunciou para ser Arcebispo de Aparecida de 1995 até 2004. Ver *DHBB*. Dom Ivo Lorscheiter (1927-2007) Bispo da Diocese de Santa Maria por 30 anos, durante esse período assumiu de 1972 a 1978 a Secretaria Geral da CNBB e foi presidente dessa instituição por dois mandatos consecutivos, de 1979 a 1986. Ficou conhecido na luta contra a ditadura militar, quando denunciou casos de tortura e chegou a ser perseguido pelos militares. Ver *DHBB*.

guerrilha em plena Ipanema, em 1974, e o II Exército não invadia. Eram: Candido, a figura vital do Vaticano, e Golbery. Eram dois interlocutores. Houve uma vez em que a direita, não respeitando Golbery, foi a Candido Mendes... Não invadiu o Afro-Asiático. Aliás, nós estávamos comemorando a independência de Moçambique na Associação Brasileira de Imprensa.<sup>54</sup> Então o coronel foi falar com Candido para me prender etc. Naquela hora o pensamento do Itamaraty era romper com todos os países africanos. Por quê? Moçambique, na hora de sua independência, convidava como chefe da delegação brasileira o Luís Carlos Prestes – aquelas “esquerdizadas” do Samora... Então aí Candido consegue...

A.P. – Daí o “teto do Vaticano”?

J.P. – Daí o teto do Vaticano e o teto do Candido também, que Candido era o interlocutor que Geisel tinha do lado da Igreja e do lado da esquerda. Candido havia sido dirigente da velha AP, no tempo do Grupão.<sup>55</sup> O Golbery me evitou a prisão duas vezes. Isso é um parêntese só para se entender um pouco a época. Voltando agora objetivamente...

V.A. – O senhor disse que vai explicar esse envolvimento dos intelectuais – José Honório Rodrigues etc. –, quando nós estivermos falando sobre a história do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, não é isso?

J.P. – Isso. Mas aqui eles têm influência porque vão nos ajudar com o MPLA. Como? Tentando fazer com que o Itamaraty autorize a instalação do *bureau*; tentando dar bolsas de estudos, nunca chegaram a dar... Aí é um período de extrema ambiguidade do Itamaraty. A maior ambiguidade foi no período Jânio Quadros. Os Estados Unidos votaram a favor de Angola duas vezes e nós não votamos nenhuma. Votamos só uma abstenção. Não! Votamos uma abstenção no governo Jânio Quadros e um voto a favor no governo João Goulart.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> No ano de 1975 ocorreu a independência de Moçambique, tendo seu primeiro presidente o líder da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) Samora Machel.

<sup>55</sup> AP – Ação Popular, a qual foi formada, em 1962, a partir de dois grupos ligados a Igreja Católica e ao movimento estudantil: o Grupão e a Juventude Católica. Ver *DHBB*.

<sup>56</sup> Embora a política externa independente de Jânio Quadros defendesse a autodeterminação dos povos africanos, adotando posições semelhantes às dos Estados Unidos da América em tempos de Guerra Fria, as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal também colocavam entraves para uma postura mais incisiva quanto à independência de Angola. O ministro das Relações Exteriores dos dois governos citados pelo entrevistado, Afonso Arinos, no entanto, coloca em perspectiva a defesa pela autonomia de Angola em setembro de 1961, já

Houve um... O presidente faz um pronunciamento à nação através de uma mensagem ao Congresso. Na mensagem original, Goulart manifestava o apoio à independência dos países africanos, “inclusive Angola”. Foi impresso e não foi publicado. Quando foi publicado estava cortado “inclusive Angola”. Nós temos esse documento.

Bom, portanto: papel do MPLA no Brasil? Intelectuais realizavam conferências, e este locutor que vos fala, que vivia pendurado nas faculdades fazendo cartazes, fazendo murais e conferências e tal. Eu lembro de uma, de que um certo senhor não gostou nada, porque tinha fotografias de guerrilhas. Foi no Sindicato dos Metalúrgicos. E o senhor entrou e avisaram: “Tem um painel ali da luta de Angola.” Ele não olhou. Entrou em frente. Era Luís Carlos Prestes. Nós éramos agentes provocadores. Não era hora de falar de guerrilha naquele tempo. E o velho tinha razão. Nem tinha razão de ter razão, porque nós acabamos perdendo por fazer barulho, perdendo por não fazer resistência... Enfim, era da época. Outra coisa importante, que tocou muito os portugueses, foi a atuação de Lima de Azevedo nos sindicatos. Imagine os portuários boicotando o envio de feijão do Brasil para Portugal. E outras coisas assim, pequenas, mas na época eram significativas. Depois até vinha o contrabando de armas com o embarque, a esquerda tinha acesso a armas de fora... Era um projeto meio utópico, mas tudo isso está no... Vocês vão ganhar as fotocópias grandes dos jornais onde isso está mais detalhado. Portanto, a minha atuação aí era discreta, de *office boy*. Ela só aparece porque, nas prisões, a sede era na minha casa, e eu sou preso na minha casa junto com o José Manuel Gonçalves, com o Lima de Azevedo, com um português que era antifascista e nos ajudava,<sup>57</sup> e dias depois vem a Marinha para limpar a casa. Isso já em 1964. Mas espera lá. Veja se eu tenho alguma falha: 1962 é essa atuação; 1963 nós nos aproximamos do Itamaraty, o Renato Archer...

V.A. – Essa aproximação é que eu queria entender melhor. Tem o Renato Archer, o San Tiago Dantas, o Afonso Arinos... O que é isso que aconteceu durante o governo Jânio, que despertou...?

---

durante o governo de João Goulart, na XVI Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Nova Iorque. Ver: Alves, T. J. J. (2019). *Uma ex-colônia portuguesa em xeque*. Revista Espaço Acadêmico, 19(219), 162-174. Recuperado de <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/46940>. Acesso em: 27 de jan. de 2020; Afonso Arinos de Souza no *DHBB*. Acesso em: 27 de jan. de 2020.

<sup>57</sup> Na revisão da entrevista realizada em junho de 2007, o entrevistado informou o nome do português: Antônio Louro.



J.P. – Não. Tudo foi Jango.

V.A. – Mas os estudantes que vieram, não vieram porque o Jânio...?

J.P. – O governo Jânio se apaga. Ao se apagar, a única coisa que ficou foram esses estudantes, no plano do concreto. No plano de uma política externa independente, ela continuou, ela até conseguiu ser mais sólida. Repare: foi no tempo de João Goulart que se instalaram as embaixadas, não naqueles curtos sete meses de Jânio. De Jânio há um episódio interessante: Jânio abre duas embaixadas, uma em Gana, a outra no Senegal. Jânio abre uma embaixada em Gana e envia Candido Mendes para anunciar essa abertura.<sup>58</sup> E agora eu vou contar um episódio interessante: Candido Mendes, diante de N'krumah, explica: “Senhor presidente, o meu presidente vai enviar para o senhor um embaixador negro.”<sup>59</sup> Quem seria o embaixador negro? Souza Dantas, jornalista, vocês conhecem.<sup>60</sup> Nkrumah disse: “Ótimo, mas diga ao seu presidente para mandar Souza Dantas para a Suécia e venha o senhor para cá.” Essa eu nunca vi escrito. E é a primeira vez também que eu me atrevo a passar. Eu ouvi isso. Claro, Candido esconde o “venha você para cá” e diz “manda o Souza Dantas”. Mas o original, quando ele fala para estrangeiros, ele fala em inglês, a frase original é “venha você para cá”. Porque Nkrumah fica entusiasmado com aquele brasileiro falando muito bem três, quatro línguas, sabendo as coisas da África... Ele era um pouco ligado a Julius Nyerere, presidente da Tanzânia, aquele presidente do “socialismo santo” – conta para teu pai que eu

---

<sup>58</sup> As relações diplomáticas entre o Brasil e Gana foram estabelecidas em 1960, com a criação da Legação em Acra, capital, elevada à categoria de embaixada no ano seguinte. Raymundo Souza Dantas foi o primeiro embaixador. Ver: *Legislação Informatizada Nº 47.912, DE 11 DE MARÇO DE 1960 – Publicação Original*. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-47912-11-marco-1960-387295-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 27 de jan. de 2020. Em bilhete dirigido ao Ministério das Relações Exteriores e datado de 6 de abril de 1961, Jânio Quadros determina a instalação imediata de embaixadas do Brasil em “Dacar (Senegal), com serviço consular; (...) em Conacri, na Guiné, cumulativa com Mali; (...) em Lagos, na Nigéria, cumulativa com a República dos Camarões, (...) em Abidjã, na Costa do Marfim, cumulativa com Alto Volta, Níger e Daomé; (...) em Acra, na Gana; (...) em Adis-Abeba, na Etiópia”, e de consulados “em Salisbury, na Rodésia; (...) em Leopoldville, no Congo; (...) em Nairóbi, no Quênia.” No dia seguinte, um novo bilhete reforçou a urgência: “As embaixadas e consulados na África têm absoluta prioridade na instalação.” Ver “Bilhetes...” in *Cadernos do CHDD, op.cit.*, p. 351 e 352.

<sup>59</sup> Kwame N'Krumah (1909-1972) foi líder no processo de emancipação de Gana em 1957 e presidente desse país de 1960 a 1966.

<sup>60</sup> Souza Dantas foi o embaixador do Brasil na França durante a ocupação alemã na segunda guerra mundial, exercendo essa função de 1922 a 1944 e presidiu a delegação brasileira na primeira Assembleia Geral da ONU, no ano de 1946. Ver: *Um salvador de vidas*. Jornal da USP, 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2005/jusp725/pag1314.htm>>. Acesso em: 01 de mar. De 2007.

chamei de socialismo santo.<sup>61</sup> Nyerere, porque era católico, era amizade do Vaticano. Então, Candido tinha também essa fama nos pequenos círculos das independências africanas.

V.A. – Então é em Gana e Senegal que o Jânio abre as embaixadas?

J.P. – Gana e Senegal. Depois as embaixadas são mais abertas durante o período de João Goulart.<sup>62</sup> Jânio foram sete meses. João Goulart foram 1962 e 1963, dois anos, em termos de atividade diplomática possível. Então era muito importante nessa época, e nessa época a luta em Angola estava feroz. Não feroz do ponto de vista militar, mas feroz do ponto de vista político. Os americanos ainda estavam hesitando entre apoiar a independência de Angola e não apoiar. Isso é um problema entre Pentágono e Departamento de Estado. Porque a grande arma de Salazar eram as bases dos Açores, indispensáveis para o Pentágono. Já tinham sido indispensáveis em 1958, Berlim... Os aviões americanos precisavam se alimentar nos Açores, no meio do Atlântico, para chegar a Berlim e vencer o cerco...

V.A. – O bloqueio de Berlim é em 1948, 1949.

J.P. – É já 49... Espera lá. Estou errado, troquei. Não é o bloqueio de Berlim que é importante. É mais importante Líbano, em 1958;<sup>63</sup> depois vai ser importante... 1973 vai ser vital, mas já o destino está traçado. Em 1973 Marcelo Caetano não autoriza os aviões americanos a socorrer Israel em plena guerra, em 1973.<sup>64</sup> Henry Kissinger manda uma carta desesperada, eu vou sintetizar: “Senhor presidente, por favor me mande autorização por escrito até as oito da noite, porque depois dessa hora os aviões americanos vão pousar nos

---

<sup>61</sup> Julius Nyerere foi o primeiro presidente da República Unida da Tanzânia e permaneceu no cargo de 1964 até 1985.

<sup>62</sup> Durante o governo de Jânio Quadros (1961) foram abertas as embaixadas de Senegal, Gana, Nigéria e Zaire. Ver: *DHBB*.

<sup>63</sup> Durante o ano de 1958 ocorreram uma série de conflitos civis contra o presidente Camille Chamoun (simpatizante dos Estados Unidos), sendo incentivados pela Síria e do Egito, regimes pró-soviéticos.

<sup>64</sup> Marcello Caetano (1906-1980) permaneceu à frente do governo de Portugal de 1968 até a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. Em outubro de 1973 ocorreu a Guerra do Yom Kippur, o “dia do perdão”. Egito e Síria atacaram Israel em uma das principais datas religiosas do calendário judeu, tentando recuperar os territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias (1967). Israel reagiu, bombardeando Damasco, e o conflito se encerrou após 19 dias, sem apresentar alterações territoriais. Na ocasião, Henri Kissinger era secretário de Estado dos Estados Unidos, cargo que exerceu de 1973 a 1977.

Açores.”<sup>65</sup> Isso é um pouco “folclore do Zé Maria”, mas eu sou muito imitador do estilo de Kissinger, porque aquelas manhas me seduzem. Então parecia que Kissinger estava pedindo por misericórdia, porque senão teria que invadir os Açores desrespeitando o governo. Aí Marcelo Caetano passou a carta. Enfim, voltemos ao que interessa: governo João Goulart.

V.A. – Sim. Aí o senhor estava dizendo que estava difícil a situação política em Angola, porque os Estados Unidos...

J.P. – Os Estados Unidos ainda estavam na ilusão de ter a capacidade de apoiar a independência de Angola e as independências todas. Qual era o dilema? Portugal tinha os Açores, que eram importantes na Otan. Nós estávamos no ano da crise dos mísseis, ano de guerra fria, derrota da França na Argélia, aí os americanos têm que abandonar a África e vão apoiar o colonialismo português.<sup>66</sup>

V.A. – Muito bem. Aí o senhor chega aqui em janeiro de 1962 e o senhor disse que vai para a UEG. O senhor não precisava fazer vestibular?

J.P. – Não.

V.A. – Porque nessa época era o Lacerda o nosso governador aqui da Guanabara, e a UEG era submetida ao Lacerda.

J.P. – O poder da UNE na UEG era maior que o do Lacerda. A UEG estava fazendo uma greve dos dois terços,<sup>67</sup> enfim, conjuntura política...

---

<sup>65</sup> Henry Kissinger (1923-) diplomata naturalizado estadunidense, teve um importante papel para o fim da guerra do Vietnã na década de 1970, que lhe valeu o prêmio Nobel da Paz, em 1973. Durante o período descrito pelo entrevistado, ocupou, de 1969 a 1975 a chefia do Conselho de Segurança Nacional e tornou-se secretário de Estado em setembro de 1973.

<sup>66</sup> A crise dos mísseis seguiu-se à instalação de mísseis soviéticos em Cuba, em 1962, em resposta à instalação de mísseis nucleares norte-americanos na Turquia, em 1961. O reconhecimento da independência da Argélia pela França ocorre em 1962, após violenta guerra, iniciada em 1958, tendo sido proclamada a República Popular Democrática da Argélia após as eleições.

<sup>67</sup> O entrevistado se refere à Greve do Um Terço, uma das primeiras mobilizações estudantis encabeçada pela União Nacional dos Estudantes.

V.A. – Então quer dizer que foi a força da UNE que viabilizou o seu ingresso na UEG?

J.P. – Minhas histórias com o Lacerda vão continuar daqui a pouquinho, daqui a três minutos ou quatro. Informação também de primeira, não tenho documentos... É uma negociação que eu tenho que ter com a Marinha. Nisso talvez depois vocês vão poder me ajudar. Tem muitos documentos originais nossos com a Marinha. Às vezes até documentos que têm uma importância, digamos, histórica e não política, umas fotos da luta na Guiné que não existem mais, eu nunca mais vi. Nós temos uma série de coisas.

A.P. – Que a Marinha pegou nessa limpeza que fez lá na sua casa?

J.P. – Isso.

V.A. – Eu queria saber o seguinte: antes da sua prisão, que foi depois de 1964, o senhor vivia de quê aqui? Porque isso é uma parte fundamental da sobrevivência. O senhor traz a sua esposa para cá, ela mora aqui.

J.P. – Isso. E vivemos de quê? Eu vou dar o depoimento do detetive russo do Dops me interrogando: “Profissão?” “Proprietário.” “Gente, nós temos um capitalista aqui!” Eu estava herdando... Não tinha emprego naquela altura de 1962. Fui só ter emprego em 1963, em publicidade, e 1964, no Ministério da Educação, no Programa Nacional de Alfabetização, método Paulo Freire.

V.A. – Antes de março?

J.P. – Eu não fui despedido. O meu emprego desapareceu. Então, era a herança de papai, aqueles bens disponíveis, não sei quanto de empréstimos... Eu ia recebendo as mesadas assim.

V.A. – Lá de São Luís para cá?

J.P. – Para cá. E eu sustentava a minha mulher. Depois eu fui virar propagandista, mais tarde.

V.A. – Pois é, isso que eu queria saber. O senhor disse que trabalhou em publicidade, em quê?

J.P. – Propaganda. Era propagandista médico, de produtos farmacêuticos. Eu tive umas vinte e poucas profissões, mais ou menos, daquelas de ganhar dinheiro com elas. Estou meio encabulado porque eu estou... Vocês não estão sentindo informação demais e bagunça...?

V.A. – Não. É assim mesmo.

J.P. – É assim mesmo?

V.A. – É. [riso]

J.P. – Ora bem, 1962, por que é um ano importante? Não era só porque Angola estava em luta. É que também em Angola havia dois movimentos rivais e nós estávamos perdendo para o nosso rival.<sup>68</sup> Esse é o tema de um trabalho grande que eu estou fazendo agora para a Comissão de Relações Exteriores do MPLA, que o *bureau* político me encomendou – eu sou da Comissão de Relações Exteriores –, da história de política externa do MPLA. E era um período difícilíssimo para a gente. O engraçado é que nós sofriamos na África e, no Brasil, tinha um *bureauzinho* vagabundo que fazia um barulho, um estardalhaço, aparecia na imprensa internacional e depois ainda coroou, ainda por cima, com a nossa prisão pela Pide. Foi a glória! Ainda hoje vivo de dividendos, a minha aposentadoria política são as pensões que eu recebo de glórias desse período.

Bom, então eu falei das figuras básicas e vou falar agora dos sindicatos, que foi muito importante. O Lima de Azevedo conseguiu tirar daqueles sindicatos de imediatismo sindicalista, que não tinham... De África se dizia assim: “Viva Lumumba! Abaixo o imperialismo!” Era a palavra de África nos discursos. O Lima de Azevedo tira apoio – isso tudo é acessível a vocês porque está no jornal *O Globo*, que publicou a íntegra de um

---

<sup>68</sup> O entrevistado refere-se ao MPLA, do qual fazia parte, e ao seu principal oponente naquele momento, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

relatório de Lima, onde essas coisas estão escritas, e o movimento estudantil... E criamos o Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola, Mabla.

V.A. – Onde?

J.P. – Eu pensei que fosse eu, no Rio de Janeiro. Tive como cumplicidade disso o Walter Oaquim, que hoje é dirigente do Flamengo. Aquela turma disse: “Não senhor. Foi criado pela turma de São Paulo, pelos africanos e negros de São Paulo.” Eu aqui era filial. Eu pensei, pela memória que eu tenho, acho que tinha sido aqui. E o Poerner, o cronista da UNE da época, todo mundo achou que foi aqui, que era eu.<sup>69</sup> Não, foi São Paulo.

V.A. – Como é que o senhor descobriu que era em São Paulo?

J.P. – Descobri em escritos do movimento negro de São Paulo. Outra história é a disputa Rio - São Paulo sobre quem começou primeiro. Isso tu sabes.

V.A. – E quando foi a criação desse movimento?

J.P. – Final de 1962. Foi um ano... Quase que eu ia à faculdade, de vez em quando... O Mabla logo se estende para o Rio também. A atividade era grande, nós tínhamos a UNE, nossa grande fortaleza, tínhamos a infraestrutura da UNE, meu endereço era a UNE, meu escritório era na UNE porque eu era assessor, então mobilizava todo aquele aparato da UNE. O Lima de Azevedo e, depois, precisávamos... Em 1962, 1963 a nossa atuação começa a incomodar os portugueses, primeiro os comendadores, depois a própria Pide. Vamos chegar lá daqui a pouco. Em 1963 é a radicalização. Em 1963 tem um grande congresso internacional do terceiro mundo na Bahia. Nós todos vamos. Eu, como fiquei tomando conta da cozinha, não

---

<sup>69</sup> Arthur José Poerner (1939-) foi escritor, jornalista e compositor. Presidiu a Casa Cuba-Brasil e foi professor de Jornalismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Exilado na Alemanha nos anos da ditadura militar no Brasil, trabalhou na rádio Voz da Alemanha, e foi correspondente do jornal “Pasquim”. Voltando ao Brasil, em 1984, foi editor de cultura da TV Globo e colaborador do “Jornal do Brasil” e “O Estado de São Paulo” e da revista “Cadernos do Terceiro Mundo”. Ver: Assis Jr, Itamar de. *Arthur Poerner*. União Nacional dos Estudantes, 2004. Disponível em: <<http://une.org.br/2011/08/arthur-poerner>>. Acesso em: 28 de jan. de 2020.

pude ir. Mas toda a nossa delegação foi, Angola e o PAIGC. Eu também era auxiliar do PAIGC, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.<sup>70</sup>

V.A. – O senhor disse que ficou cuidando da cozinha. O senhor ficou no Rio então?

J.P. – No Rio. 1963, por essa época, San Tiago Dantas sai para primeiro-ministro...

V.A. – Mas não é aprovado. Ele é candidato, mas não é aprovado.

J.P. – Espera lá. San Tiago Dantas... Quem vai ser o primeiro-ministro é Tancredo.

V.A. – Tancredo, depois o Brochado da Rocha, depois o Hermes Lima.

J.P. – San Tiago Dantas sai num período em que assume Afonso Arinos...<sup>71</sup> Aí depois vocês corrigem. Eu sei que estava fora e quem aparece como vice-ministro em exercício? Renato Archer, amigo de papai. E eu lembro de Renato telefonar para mim marcando uma reunião no Itamaraty. Seria a glória. Reunião essa que já não se deu. Foi a mudança já. Aí tem um jogo interessante. Aí, sim, aí é CPDOC de verdade. Vamos logo ao CPDOC: nós temos 1962, todas as atividades, 1963 cresce e temos um jogo político importante. 1963, Lacerda começa apontando a sua candidatura para 1965. Lacerda e Kubitschek. Ora bem, aí é um papel que só mesmo vocês acreditando em mim e nos jornais da época. Vejamos o que era a comunidade portuguesa no Rio de Janeiro em 1963, 1964: não havia Casas da Banha, não havia supermercados. Então como é que a senhora comprava o arroz, o feijão? Na mercearia da esquina. Essa mercearia da esquina era fornecida pelos grandes grossistas... Me corrijam...

V.A. – Atacadistas.

J.P. – Atacadistas. Os atacadistas da famosa rua do Acre, vocês já devem ter ouvido falar. Essa é uma força organizada pelo governo português, por Salazar. Primeiro porque estamos

---

<sup>70</sup> Paigc, fundado em 1956 por Amílcar Cabral, foi um dos importantes movimentos para a emancipação de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

<sup>71</sup> Afonso Arinos ocupou o Ministério das Relações Exteriores e foi sucedido, em 1961, por San Tiago Dantas.

naquele fio da navalha de Salazar, 1963 começa a guerra na Guiné-Bissau – já não é só Angola, é Guiné-Bissau. 1963, a ONU está em plena efervescência conosco, e o Brasil de João Goulart periclitando. Depois daquelas declarações abertas de Jânio Quadros, começa a ambiguidade, Afonso Arinos manda votar na ONU, mas passa por Lisboa para ouvir Salazar e o voto transforma-se em abstenção. Então Salazar diz: “O grande apoio que nós vamos ter é o Brasil. O Brasil vai ser estratégico para a defesa do nosso plano. Primeiro, temos o Tratado de Amizade e Consulta, o Brasil nada pode fazer e não faz sem nos consultar.”<sup>72</sup> Esse Jânio Quadros já foi embora e esse João Goulart, safado, a gente tem que domar.” O Rio de Janeiro, do ponto de vista do imigrante, como São Paulo é italiano, o Rio era português, politicamente português. A comunidade era grande porque ela tinha um sustentáculo interno, os atacadistas, e tinha 17 instituições portuguesas: Casa das Beiras, Casa do Douro, Casa do Minho... Inocentes casas com um poder de arrecadação de dinheiro enorme. E aquela pessoa, o português imigrante que ainda chegou nos anos 1950 para ser balconista de uma padaria, ele obtinha um financiamento da Caixa Geral dos Depósitos para poder comprar seu botequim, sua padaria e alimentava o poder econômico da comunidade. E o poder político não precisava de dinheiro. O Itamaraty era no Rio de Janeiro. A capacidade de Salazar vir distribuir louvores, “puxa-saquismos”, comendas – eu sou filho de comendador – aos chefes da comunidade portuguesa era enorme. João Neves da Fontoura dizia: “Nós não tínhamos política externa com Portugal. Portugal era família e com família não há política externa.”<sup>73</sup> Assim tem uma frase dele. Então Salazar tem um grande investimento no fortalecimento... Cinco jornais, três importantes programas em emissoras de rádio... A comunidade portuguesa marcava presença. Nós tínhamos deputados salazaristas aqui mais salazaristas do que os de Portugal. Conceição Neves... Tínhamos *O Globo*. *O Globo* era todo. Alves Pinheiro era um jornalista que mandava na Globo.

V.A. – E os atacadistas da rua do Acre são também portugueses?

---

<sup>72</sup> O Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal foi assinado no Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1953.

<sup>73</sup> João Neves da Fontoura (1889-1963) foi embaixador do Brasil em Portugal entre 1943 e 1945 e ministro das Relações Exteriores em 1946, durante o governo de Eurico Dutra, e entre 1951 e 1953, durante o segundo governo Vargas. Ver *DHBB*.



J.P. – São portugueses. Claro! São eminentemente portugueses. Então Lacerda olha para todo este aparato, que já o ajudou a eleger-se governador em 62, onde ele ganhou porque o Tenório Cavalcante entrou e o Serginho perdeu por pouco.<sup>74</sup> Bom, 1963, 1964 está a preparação para a presidência. Lacerda ganha a dianteira no apoio. Agora vou direto ao assunto: 1964, Lacerda facilita a instalação da Pide, Polícia Internacional de Defesa do Estado, no Brasil. Era a Gestapo portuguesa, como se dizia. A Pide se instala secretamente no Brasil, na rua Santa Clara, número 36, aquele prédio grande, e começa acompanhando o nosso movimento, o movimento dos nacionalistas africanos. Eu me lembro bem do agente da Pide, todos nós sabíamos que o velho Gusmão era da Pide. Mas o Gusmão era inocente, ele não ia fazer mal nenhum. Eu então, que era desse tipo, sempre tive que engolir papel porque sempre fui descuidado com segurança. Do Gusmão, a gente desconfiava e tinha até desmazelo. Mas o Gusmão era um agente da Pide, não tanto para nós, era mais para Delgado.<sup>75</sup> Em 1961 Delgado estava exilado aqui; em 1961, 1962. E a Pide se instala no Brasil com apoio do Lacerda, sem grandes autorizações do governo central. Aliás, nem isso, era antes do golpe. Há o golpe em 1964 e Lacerda consegue que a Marinha se associe à Pide para controlar as nossas vidas e sobretudo as nossas prisões. Então vem aquele episódio revelador que está nos jornais.

V.A. – Qual é o episódio revelador?

J.P. – Eu vou contar. Eu sou preso em 8 de abril. Eu estava até com a namorada de Lima de Azevedo, e ela percebe que os carros do Dops estavam se aproximando e eu sou preso. Folcloricamente eu fujo pelo prédio e tal. Eliminemos o folclore: sou preso e Vasconcelos, o

---

<sup>74</sup> Sérgio Magalhães (1916-1991) foi político, sendo eleito a deputado federal pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do Distrito Federal em 1954. Fundou a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Em 1960 foi lançado candidato ao governo do estado da Guanabara, sendo derrotado pelo candidato da União Democrática Nacional (UDN), Carlos Lacerda. Dois anos depois foi reeleito para a Câmara, assumindo então a presidência da FPN. Novamente lançado para disputar o governo da Guanabara, desta vez pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), não pôde participar da eleição por ter tido seus direitos políticos suspensos por dez anos em 1964. Ver *DHBB*.

<sup>75</sup> Humberto Delgado (1905-1965), general da aeronáutica de Portugal, participou do movimento militar que rompeu com a república em Portugal, em 1926; em 1944 foi nomeado diretor do Secretariado de Aviação Civil. Em 1945 fundou os Transportes Aéreos Portugueses (Tap), que criou a primeira carreira regular da TAP (Lisboa-Madrid) e a ligação aérea regular com Angola e Moçambique, a chamada "Linha Imperial". Em 1958 se candidata a presidência, saindo derrotado e exilado para o Brasil de 1959 até 1964. Ver: *Humberto Delgado*. Associação dos Amigos da Torre do Tombo. Disponível em: <<https://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1599>>. Acesso em: 29 de jan. de 2020.

delegado da Pide, e o Mário Borges, que mais tarde se tornaria um famoso torturador, eles me interrogam.<sup>76</sup> Eu fiquei preso sozinho na sala de entrada do Dops. Já estava até um pouco acomodado, porque ouvia as coisas lá embaixo, mas disse: “Não. Tenho que brigar pela minha liberdade.” Aí começo pressionando o Vasconcelos: “Eu não fiz nada.” Aí Vasconcelos manda perguntar para o agente que me prendeu: “Tinha camas na casa dele?” Ele disse: “Não.” “Tinha isso e aquilo?” “Não.” Então me liberam e eu sou solto. No dia 21 de junho vem nova prisão. Aí todos somos presos pelo Dops. Aí é que se revela a trama. No dia seguinte aparece a Marinha lá em casa para fazer a limpeza total: desmontar a geladeira,<sup>77</sup> a televisão, a minha biblioteca vai toda e vem uma van da Marinha para levar as coisas. E vem um senhor baixo... O agente da Marinha ficou famoso depois como torturador – João Perestrello Feijó<sup>78</sup>, era comandante de mar-e-guerra. Toda essa gente era muito suave naquela época, muito delicada, muito esperta, gente que treinava. E a Marinha estava um pouco interessada por nós porque éramos um grupo que propagava a guerrilha e eles tinham tido a experiência dos marinheiros.<sup>79</sup> Então isso os seduziu um pouco a tomar conta do caso angolano, os levou a aceitar a Pide. Não sei como que o Lacerda conseguiu meter a Pide dentro da Marinha. Então quando eu sou preso é pelo Dops, nem Pide entra. No dia seguinte vai inspecionar a casa o capitão de fragata, comandante Feijó, e vem um senhor com quem Feijó fala em inglês. E Filomena não é craque em inglês, mas sabe o suficiente participar.

V.A. – Filomena é sua esposa?

J.P. – Minha mulher. Aí Filomena começa falando com ele. Daqui a pouco o comandante Feijó encontra um documento que incriminava diretamente a minha mulher como pertencente

---

<sup>76</sup> Vasconcelos Esteves foi chefe da Pide. Mário Borges foi agente do Dops (Departamento de Ordem Política e Social) do Rio de Janeiro. Ficou conhecido por ter prendido o cantor Wilson Simonal.

<sup>77</sup> Na revisão da entrevista realizada em junho de 2007, o entrevistado solicitou que retirássemos a palavra “geladeira” deste trecho.

<sup>78</sup> O entrevistado se refere a João Maria Perestrello Feijó, capitão tenente do estado do Rio de Janeiro.

<sup>79</sup> Em 25 de março de 1964, cerca de dois mil marinheiros, sob a liderança de José Anselmo dos Santos, o “cabo Anselmo” – que depois seria identificado como agente de informação dos órgãos de repressão –, reuniram-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, comemorando o aniversário de dois anos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e desobedecendo às ordens do ministro da Marinha, que proibira o funcionamento da entidade. O ministro ordenou o cerco ao local, mas João Goulart proibiu sua invasão. Chegou-se a uma solução negociada, com a intermediação de um líder do Comando Geral dos Trabalhadores. Sentindo-se desprestigiado, o ministro da Marinha renunciou. Os revoltosos foram presos, mas logo anistiados por Goulart, o que causou revolta entre os oficiais, que consideraram o ato um incentivo à quebra da hierarquia militar. Ver *DHBB*.

à Organização da Mulher Angolana. Aí a minha mulher estava com um filho no colo e com a barriga de seis meses, eu tenho dois fillos que nascem em menos de um ano. Aí o Feijó disse: “Dona Filomena, guarda esse documento.” Aí Filomena guarda o documento. O cara da Pide vem e avança: “O que é isso?” Aí o comandante Feijó ficou ofendido e disse: “Dona Filomena, eu quero apresentar à senhora o agente Passos da Pide.” E dona Filomena: “Muito prazer.” Veterana, já tinha pegado prisões minhas aqui.

V.A. – Mas por que falavam em inglês? Para disfarçar?

J.P. – Por causa do sotaque...

V.A. – De português de Portugal.

M.B. – Deixa eu interromper mais uma vez, no meio da narrativa.

J.P. – No meio de uma prisão pela Pide, meu Deus do céu!...

[FIM DO DISCO 2]

A.P. – Está gravando.

V.A. – Então vamos.

J.P. – Ainda não atrapalhei, meu filho, às vezes tinha mania. Eu sou um bom pauteiro, de pauta de televisão. Tem caras que vêm ao Brasil, me entrevistam para eu dizer com quem deve falar, por que deve falar.

V.A. – Então, na sua casa, sua mulher com o filho no colo, com outro na barriga...

J.P. – E pronto. Aí no dia seguinte, minha mulher com muita iniciativa, porque já tinha experiência da minha vida política em Portugal, de polícia, já tinha tido umas prisõeszinhas em Portugal etc. Eram prisões confundidas: eu já era do Partido Comunista, mas era um líder

católico que havia tido tanta expressão que a polícia me prendia para eu ler a subversão que os comunistas faziam na Igreja. Eu era preso de manhã, almoçava em casa e voltava à tarde. E depois só na segunda prisão que eu fui a julgamento em Portugal.

V.A. – Não entendi. Ler?

J.P. – Em vez de me interrogarem, eles me davam para ler como é que os comunistas corrompiam os católicos.

V.A. – E o senhor tinha que ir na igreja?

J.P. – Não. Eu ia ser preso na Pide.

V.A. – E o senhor tinha que ler aquilo?

J.P. – Era para me assustar, porque para eles eu era um dirigente católico importante, e era protegido do bispo do Porto. Pois bem, vamos lá, no concreto.

V.A. – E a sua esposa descobre que aquele baixinho era o agente...

J.P. – Era agente da Pide. Descobre, não, é apresentada pelo capitão. Aí, dois dias, ou três depois eu sei disso na prisão. Eu estou já na ilha das Cobras e vejo a manchete da *Última Hora*: “Pide prende angolanos no Brasil.” Filomena de dedo em riste com um filho no colo, ainda me lembro da fotografia da *Última Hora*. Aí foi uma denúncia.

V.A. – Ela foi aonde? Ela foi ao jornal dizer?

J.P. – Foi ao jornal sim. Quando eu fui preso a primeira vez, Filomena foi ao Lacerda, conseguiu ser atendida pelo Lacerda, e Lacerda deu a ela o carro do chefe de gabinete dele para ela percorrer os Dops à minha procura. Filomena era aquela aristocracia velha angolana, a chamada “sociedade crioula”, educada nos bons colégios, falava francês e inglês. Foram os

melhores anos da vida dela. No túmulo dela agora quando eu fui, eu saí de mim... A tia dela chorou... Voltando.

V.A. – Ela foi ao *Última Hora* denunciar?

J.P. – Foi ao *Última Hora*. Depois aos outros jornais. Depois *O Globo*, em resposta, publicou o dossiê todo apreendido pelo Cenimar.<sup>80</sup> Aí depois, quando eu fui preso em Pernambuco, aí o *Correio da Manhã* era o meu padrinho. Carlos Heitor Cony, Márcio Moreira Alves, cada vez que eu era preso... Uma vez em Pernambuco, eu consegui anunciar a minha prisão por um débil mental que varria o chão – uma pessoa doente e tal. Eu dei para ele um dinheiro para o telegrama, o cara passou o telegrama ao *Correio da Manhã* e a velha senhora, que eu esqueço o nome, dona do *Correio da Manhã*, e o Edmundo Moniz, o Paulo Francis, o velho Carpeaux, tudo isso a gente envolvia.<sup>81</sup> Ô grupinho barulhento! Como fazíamos barulho.

Então, denúncia. Aí, quando eu sou interrogado, já não sou interrogado... Sou interrogado por um advogado brasileiro com as perguntas de Angola. Mas aquilo já com um certo constrangimento, na segunda prisão. Aí eu sou solto, *habeas corpus* ao fim de 50 dias, sou solto uns dois meses. Aí essa prisão foi uma maravilha, meu Deus do céu, outra escola. Olha a minha cela: Marighella, Mário Alves, AP...<sup>82</sup> Era a chamada cela das forças populares, porque eram várias esquerdas, não é? Marighella, meu colega de colchão, que nunca se queixou de mim. Depois as pessoas me contaram que eu me mexia de noite e mexia no ferimento dele, que ele foi... A primeira e única prisão dele, fora a de 1935. Então foi uma

---

<sup>80</sup> Cenimar: Centro de Informações da Marinha.

<sup>81</sup> O entrevistado se refere a Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1916-2003), jornalista e empresária. Edmundo Moniz foi jornalista e redator-chefe do jornal “Correio da Manhã”, na época descrita pelo entrevistado. Paulo Francis, pseudônimo de Franz Paul Trannin da Matta Heilborn (1930 - 1997) foi jornalista, e escritor. Foi também editor do *Segundo Caderno* do jornal “Correio da Manhã”. Escreveu, entre outros textos: *Opinião pessoal - cultura e política* (1966) e *Certezas da dívida* (1970). Otto Maria Carpeaux (1900- 1978) jornalista nascido na Áustria. Vindo para o Brasil foi diretor da Biblioteca da Faculdade Nacional de Filosofia (1942-1944). E em 1942 naturalizou-se brasileiro e aprofundou-se no estudo da literatura brasileira. Foi também diretor da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas. Em 1950 tornou-se redator-editorialista do jornal “Correio da Manhã”. Escreveu *A cinza do purgatório*(1942). Ver *DHBB*.

<sup>82</sup> Carlos Marighella, nascido em 1911 e membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde 1934, foi preso em maio de 1964, em um cinema, no Rio de Janeiro, onde foi baleado, e permaneceu 80 dias na prisão, sendo solto por *habeas-corpus*. Em novembro de 1969 foi morto em uma emboscada na cidade de São Paulo por agentes do Dops. Mário Alves, nascido em 1923, era membro do PCB quando foi preso em julho de 1964 e libertado um ano depois, também por concessão de *habeas corpus*. Preso novamente em janeiro de 1970 pelo DOI-Codi do Rio de Janeiro, morreu sob torturas. A Ação Popular (AP) foi fundada em 1962 e reunia membros da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC). Após o 31 de março de 1964 muitos de seus membros foram presos, ou passaram à clandestinidade. Ver *DHBB*.

prisão muito rica, eu cheguei um tempo a ser vice xerife, portanto, a organizar as coisas. Quando eu digo que o Marighella me fazia aquelas... Eu lembro que no dia em que eu fui solto, fui solto às três horas, às cinco eu ainda estava fazendo a pauta para o dia, era uma conferência sobre centralismo democrático dada por Ivan Ribeiro.<sup>83</sup> Ivan Ribeiro era da sala conservadora do Partido, ao lado. A nossa era aqui, a sala 6, das forças populares, e, defronte, aquela sala, que nunca me sai da cabeça: a sala dos ferroviários e portuários. Minha senhora, um monte de latas de sardinha, de conserva. Aquilo é que era sala. Eu comia a comida que Pontual, do Museu de Arte Moderna, que a mãezinha de Pontual mandava, porque houve um tempo em que eu comi comida podre. Na primeira prisão eu comi comida podre. Bom, foi muito bom nesse sentido assim... O que eu apanhei? Coronhada. Na hora que eu ia pegar sabão em pó nos olhos, foi preso o filho do general Resende.<sup>84</sup> Então amansou a repressão. Eu fui salvo pelo gongo. Ainda tinha uma coisa interessante, quando nós passamos para a Marinha, da Pide para a ilha das Cobras, Filomena, minha mulher, era avisada. Nós tínhamos um comportamento... Éramos veteranos da Pide, todos nós já tínhamos sido presos em Portugal. Depois daquela esquerda onde tivemos militantes, sindicalistas, para elas a prisão era uma novidade, eles falavam abertamente o que diziam, não por deduração, é porque aquilo era legal: “Por que eu não havia de dizer?” Vários dirigentes. Nesse tempo todo, a gente tinha uma refeição a mais, distribuía com os presos da Marinha, nós tínhamos aquele comportamento, não populista – sinceramente – muito bem dirigido por um velho comunista português que morava comigo, era um cara maduro. Nós tínhamos uma atuação muito popular. Então, quando era deslocado de uma prisão para outra, um daqueles guardinhas pretos... Porque eu era casado com preta; Louro, casado com preta; José Gonçalves namorando com preta, então era uma coisa estranha para aqueles soldados e marinheiros pretos. E a gente: “África, África...” Então, nós tínhamos uma popularidade muito grande. Então eu era deslocado de uma prisão para outra e, quando chegava, lá estava Filomena: “Zezé!” Avisada por telefone pelos... Foi um período bonito.

Muito bem. Passou as prisões, agora vamos fechar...

---

<sup>83</sup> Ivan Ribeiro, nascido em 1911 e filiado ao PCB desde 1933, foi preso em junho de 1964, só sendo solto em junho do ano seguinte. Faleceu em 1970, durante uma reunião clandestina do comitê central do PCB. Ver *DHBB*.

<sup>84</sup> O economista Sérgio de Resende, filho do general Estevão Taurino de Resende, foi preso em Recife em julho de 1964, acusado de participar de ações subversivas. Ver *DHBB*, verbete “Taurino de Resende”.

V.A. – Eu queria voltar um pouco, porque não entendi direito a questão do San Tiago Dantas, Afonso Arinos e Renato Archer. O senhor disse que o Renato Archer era amigo do seu pai. Como? O San Tiago Dantas saiu e foi para algum lugar...

J.P. – Espera lá. Vamos aqui. Primeiro, há uma nebulosidade na minha cabeça. A nebulosidade só se apaga num ponto: Renato Archer era vice-ministro das Relações Exteriores. E num determinado momento... – aí é minha confusão – San Tiago Dantas, Afonso Arinos, alguém viaja. Renato...

V.A. – É o ministro interino.

J.P. – Ministro interino. Não é por ser amigo do meu pai. É que aquele momento era favorável... Era um momento qualquer de 1962 – eu ainda estava no Hotel Flórida – de tentar dialogar com a delegação. Como eu tinha o telefone conhecido, o Renato Archer telefonou para mim e não para o meu chefe. Então foi o momento mais próximo de nós...

V.A. – Como assim, seu chefe era quem?

J.P. – Lima de Azevedo, o angolano. Eu era um brasileiro faz-tudo, mas era um brasileiro. Ao mesmo tempo, o representante de São Paulo é recebido, aí sim por San Tiago, que o elogia: “Você é um grande diplomata.” Mas também não conseguimos nada. O Rio ainda conseguiu aquele apoio popular. O Rio estava muito melhor informado do que São Paulo. O chefe do Rio foi um sujeito importante na fuga dos... Então todos tinham uma gratidão ao Lima e enviavam notícias. Nós parecíamos um grande *bureau*.

V.A. – Aí o Renato Archer chamou o senhor?

J.P. – Para uma reunião que depois não houve.

V.A. – Porque já veio o golpe?

J.P. – Não. Antes, continuou o governo ainda, governo de João Goulart. Isso foi em 1963.

V.A. – E ele conhecia o seu pai por quê?

J.P. – Era maranhense. O Renato era maranhense, como Alípio também conhecia meu pai.

V.A. – Está certo.

J.P. – Mas isso não teve fundamento. Nem sei se o Renato sabia que eu era filho de Abel Pereira. O que é interessante são esses momentos políticos de descenso para nós. Falta uma coisinha que depois vou ligar com o Afro-Asiático, que é o meu conhecimento de Candido. Como Candido me conhece, como Eduardo Portella me conhece, que é a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiático. Isso é o gancho para entrar no Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

V.A. – Então vamos marcar isso para começar na terça-feira?

J.P. – Exatamente.

V.A. – O senhor tem mais alguma coisa para contar até 1964, que o senhor se lembre agora? Porque pode contar na terça-feira também. Não há problema. Não precisa ser...

J.P. – Essa identificação profissional tem que ser rápida, para pegarmos bem.<sup>85</sup> Faltou a identificação profissional. Mas isso aí é menos importante.

V.A. – Então começamos com essa identificação profissional antes do Instituto?

J.P. – Já está aqui... Porque a participação profissional é pequenininha e vem logo a história pessoal, que já passamos toda ela.

V.A. – Toda ela não. Ainda falta um bocado.

---

<sup>85</sup> O entrevistado consulta suas anotações.



J.P. – É?

V.A. – Depois de 1964 a história pessoal continua. Isso que eu estou falando.

J.P. – Mas aí ela se confunde já com o Afro-Asiático. Não é nem a profissão, é um projeto. É o Afro-Asiático.

V.A. – Então vamos marcar de terça-feira começar com o Instituto.

J.P. – Sim senhora.

[FINAL DA PRIMEIRA ENTREVISTA]

*2ª Entrevista: 19.12.2006*

V.A. – O Amilcar vai lembrar onde nós combinamos que íamos começar hoje.

A.P. – A gente combinou que ia começar falando sobre essa articulação com os intelectuais, lá entre 1961 e 1963, que chega mais tarde, com o Candido Mendes, no Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, que a gente não tinha conhecimento e nos interessa muito conhecer essa história.

J.P. – Isso aí é bem traçadinho, misturado com pretensões minhas e com pseudo-aptidões, algumas aptidões mesmo até pela própria experiência... Quantas dezenas de vezes eu já repeti em gabinetes presidenciais, ministeriais, universitários, o que é o Afro-Asiático, o que é o Instituto. Essa história que hoje conto, e que peço que vocês me disciplinem, já foi contada muitas vezes. Isso é uma pequena vantagem que eu tenho. Nós estávamos falando de uma atuação do Movimento Popular de Libertação de Angola no Brasil junto com o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. Embora essa atuação tenha sido embrionária, não tenha tido estatuto oficial e não tenha conseguido mudar em pontos decisivos a política africana do Brasil, ela, indubitavelmente, serviu para sensibilizar setores muito diversos da opinião pública, especialmente entre intelectuais, políticos e sindicalistas.

Vivíamos o ano de 1962 quando essa ação se inicia e, naquela época, eu me lembro que no movimento estudantil, no movimento político, as expressões de apoio à África limitavam-se quase a: “Viva Lumumba! Abaixo o imperialismo!” Havia uma muito pequena circulação de ideias acerca de África. Então, mesmo o movimento estudantil não tinha uma informação boa. O jornalismo, de certa forma, havia um semanário que tinha um franco-belga dirigindo e que tinha informação sobre África.

V.A. – Qual era o semanário?

J.P. – Chamava-se *O Semanário*.<sup>86</sup> E eu fazia biscate para a *Liga Camponesa*, onde o Julião às vezes permitia eu ganhar uma página inteira, onde eu misturava a poesia dos nossos guerrilheiros...<sup>87</sup> Angola é um celeiro de poetas. Isso tem uma explicação.

A.P. – Inclusive, tem um livro específico, *Poemas de Angola*, de Agostinho Neto, que é citado no Brasil quase todo como uma referência importante de construção de identidade negra, pelos militantes que reconhecem na poesia de Agostinho Neto algo emblemático.

J.P. – Eu escolheria mais três ou quatro. Assim como vivente – inventei essa palavra agora –, como vivente de uma Angola urbana, moderna – não sou um homem do interior –, a poesia de um Viriato da Cruz é mais chegada à minha sensibilidade angolana, e a poesia de Agostinho Neto é mais chegada a uma sensibilidade pan-africana e tem um mérito poético acima daquilo que normalmente passa pela poesia daquele tempo, uma poesia de retomada de consciência, de reedificação.<sup>88</sup> A do Neto tem uma estrutura mais arquitetônica de poesia,

---

<sup>86</sup> O entrevistado quis se referir ao semanário *A Liga*, fundado em 1962 por Francisco Julião, militante das Ligas Camponesas.

<sup>87</sup> As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco e, depois, nos estados da Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás e outras regiões do país. Exerceram atividades entre 1955, quando surgiram, e a queda do governo de João Goulart, em 1964. Suas reivindicações se concentravam em torno da posse e do usufruto da terra e na crítica aos latifúndios improdutivos. Elas promoviam a organização dos camponeses – tanto pequenos proprietários de terra como posseiros ou arrendatários – contra a expulsão da terra, a elevação do preço do arrendamento e a prática do “cambão” (pela qual o colono tinha de dar um dia de trabalho por semana de graça para o dono da terra). Ver *DHBB*, verbete “Ligas camponesas”.

<sup>88</sup> Agostinho Neto (1922-1979), primeiro presidente da República Popular de Angola, de 1975 a 1979; líder e fundador do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Ver: Lopes, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo, Ed. Selo Negro, 2004, verbete “Neto, agostinho”. Viriato Clemente da Cruz (1928-1973) foi membro-fundador e primeiro secretário-geral do MPLA. Após ter abandonado este movimento,

temas mais universalistas e, sobretudo, Agostinho Neto era “Eu não sou aquele que espera, eu sou aquele por quem se espera.” Frase síntese de um messianismo que a época pedia e reconhecia, não era nenhuma construção abstrata dele, ele era mesmo por quem se esperava. Ele e algumas dezenas. Então a poesia tem boa presença no Brasil, porque ela é de uma qualidade especial, marca muito a sua época, e era a forma de expressão preferida e possível. Vamos começar pelo possível: porque era mais fácil de fugir à censura. E preferida porque era aquela de mais barato fazer: uma página, uma pena, um quarto de jornal e lá vinha a poesia. Ainda tenho algumas das minhas relíquias: são livros, coleções esgotadas, que eu por sinal estou em franca negociação com Maria Eugênia Neto, viúva do presidente, para dar uma coleção que ela não tem. E temos um carinho grande um pelo outro. Ela já não me apresenta como professor ou como velho militante, eu sou o “sobrinho da tia Rufina”. A minha tia Rufina, matriarca da família, é uma mulher muito expressiva na Organização da Mulher Angolana. É um pouco mais velha que eu: tem 74 anos. É aquela encarnação da ortodoxia do matriarcado e da disciplina. É a minha querida tia, que eu amo acima de tudo. É a marca da minha família. Pois bem, isso a propósito de poesia angolana de Agostinho Neto.

V.A. – Sim. O senhor estava dizendo que tem uma explicação por que Angola era um celeiro de poetas. Qual é a explicação?

J.P. – Exatamente. Eu a dei em parte. A poesia era a expressão mais possível...

V.A. – Mesmo em Angola?

J.P. – Sobretudo. Porque repare: não havia, na África dos anos 50, incluindo o país do *apartheid*, uma censura como na África de língua portuguesa e, atenção, no próprio Portugal, que era a única potência colonial que vivia na metrópole uma ditadura. Então isso marcou o destino do nacionalismo angolano, o destino dos anos de independência e o destino por algum tempo ainda. Então a poesia era o caminho. Depois veio a literatura, com... Hoje nós

---

esteve exilado em diversos países entre eles Portugal e China, onde faleceu. Viriato da Cruz teve grande importância no desenvolvimento da literatura angolana sendo um dos mentores do “Movimento dos Novos Intelectuais de Angola” (1948) e escritor da revista “Mensagem”. Dentre suas obras está *Poemas* (1961). Ver: Serrano, C. *Viriato da Cruz: um intelectual angolano do séc. XX. A memória que se faz necessária*. África, n. esp, p. 165-178, 25 ago. 2012.

apreciamos mais os grandes escritores angolanos do que os novos poetas. Mas na época era a expressão possível, mais barata, mais transmissível, podia circular clandestina, do que um romance.

V.A. – Mas tinha mais em Angola do que, por exemplo, em Moçambique, Guiné e Cabo Verde?

J.P. – Não. A expressão era comum aos cinco países de língua portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A melhor expressão literária vinha de Cabo Verde. Não digo a mais antiga. Aí eu vou enveredar por um pedacinho... Mas isso não custa muito dinheiro, não é? [risos] É o seguinte: enquanto eu agora falei do caráter ilhado, do caráter cercado da vida política das colônias portuguesas, que já era diferente da vida política das colônias francesas e inglesas no pós-guerra... No pós-guerra há uma abertura nas colônias francesas e inglesas, em graus diferentes, de acordo com o tipo de colônia. Em Portugal não. Elimina-se o trabalho forçado nas colônias francesas, regulamenta-se com mais rigor o trabalho forçado nas colônias portuguesas. Centenas de jovens de cada colônia importante inglesa ou francesa chegam mais ainda à Inglaterra ou à França para estudar. Em 1947, contava o teu padrinho político, Amílcar, que já fazíamos dois times de futebol, e acrescentava com humor: “Mais o árbitro tinha que ser português.” Porque não havia 23 estudantes. A grande distância entre o colonialismo português e o colonialismo francês e inglês vem da modernidade. Antes, a repressão, o tipo de asfixiamento, era mais assemelhado.

Agora, atenção, eu vou dar um passo atrás, um passo na virada do século XIX para o XX – que essa é uma parte muito desconhecida da história angolana, mesmo para os angolanos – que é o seguinte: Angola era um território sob influência econômica e política brasileira decisiva. A gente até chama “o período brasileiro da colonização de Angola”. Que vai desde a libertação de Luanda. Vocês vão se rir: quando os holandeses são expulsos de Luanda por tropas brasileiras, aquela data é considerada pela elite local, culturalmente mestiça, a elite crioula, como uma data nacional durante séculos, décadas, o 15 de agosto era um feriado...

V.A. – 15 de agosto de mil seiscentos e...?

J.P. – 1648. Minha senhora, como se pode não saber uma data dessas, tão fundamental na vida do planeta!? [riso] Mas enfim, aí sim nós tivemos um nativismo, depois um protonacionalismo. O nativismo se caracteriza – desculpe por dizer a coisa à moda de lá – por uma reivindicação de progresso, de desenvolvimento, a queixa “Se Portugal não nos conseguir civilizar, vamos pedir que sejam os Estados Unidos”. Então o nativismo tem duas marcas: a marca do progresso, não a marca da independência; a marca da responsabilização da autonomia do povo da terra, dos filhos da terra, em detrimento dos colonos que vinham. Filhos da terra eram brancos, mulatos e pretos nascidos em Angola. Essa classe não tinha o mesmo nível social. Mas a sua camada superior, de fato, teve um papel importante. Quando? 1850 termina o tráfico, e Angola vai fazer o quê?<sup>89</sup> Em Angola cai a economia. Os homens do tráfico portugueses vêm para o Brasil pegar seus capitais, plantar em café ou qualquer coisa, continua um certo comércio, mas insuficiente, e Angola se esvazia de brancos. Então, quem vai ocupar a milícia, a administração pública, de segundo escalão para baixo? São esses crioulos, essa gente que é mais mestiça cultural do que biologicamente. Portanto, tem branco crioulo em pequeno número, muito mulato crioulo, preto crioulo também; a minha família é uma família crioula em que eu acho que fui o primeiro branco a entrar assim nos anos recentes. Então esse período aí é um nativismo. Depois, aí já nos anos 1910, 1920, já começa a reivindicação mesmo pela independência. Então já é um protonacionalismo: uma independência ainda feita, digamos, em irmandade com a metrópole, queriam a igualdade de situações e tal. E dessa época nós temos em Angola um movimento jornalístico de primeira linha. Bom, vamos amortecer essa “primeira linha” porque eram setenta e tal jornais que não duravam mais do que dois, três, quatro anos, com exceção de cinco ou seis. Mas era uma grande efervescência jornalística, sempre naquele sentido: “Vocês da metrópole não cuidam da gente! Vocês são uns atrasados! Nos deixam atrasados. Esses filhos da terra, nós temos que falar, temos que ter representação política!” Sempre essa marca. E, aliás, nesse tempo também a representação política angolana jogava muito ao lado da representação política brasileira pós-independência, e depois da independência. Nós temos a cláusula de 1825 na nossa independência, que rezava que o Brasil “abandonava qualquer expectativa de união

---

<sup>89</sup> A Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, determinou o fim do tráfico de escravos para o Brasil.

com Angola”.<sup>90</sup> Atenção: essa expectativa era a união de Brasil e Angola como mercado único de tráfico de escravos, e não movimentos populares. O certo é que as classes dirigentes das duas margens do Atlântico eram muito entrosadas. Quando, ao fim do tráfico, o Brasil amortece os seus contatos com Angola, evidentemente baixa o nível de negócios em Angola, de 1860 até 1880. Nesses 30 anos a minha querida criouldade sobe, ela põe jornais, ela comanda, ela são os oficiais de segunda classe, ela são os clérigos mais básicos, ela são os escrevões, enfim, ela são a classe quase subdirigente de Angola. Enquadrada por muito poucos metropolitanos, não é? Então é um período muito rico. E aí vem uma literatura de afirmação nacional, aí vêm aqueles grandes nomes que a gente aprende. A gente, aqueles meninos acima de 60, porque... Ah, já estou farto de Angola!... Ouço palmas e mais palmas. Nenhuma pergunta. Abaixo de 40 anos... Eles ainda sabem um pouco de Angola, sabem pouco de África... Mas isso em Angola. Em Moçambique menos. Até Cabo Verde...

Aí volto: Cabo Verde era um celeiro, é aí que eu volto atrás para engatar que a literatura não era uma exclusividade de Angola nem uma predominância. O que era Cabo Verde? Cabo Verde era uma oficina, era um celeiro. Cabo Verde eram dez ilhas vulcânicas em que teimam em plantar milho. O milho seca porque, de três anos, dois são de seca. E como vivia aquela gente nos velhos tempos? Primeiro eles foram um posto de experiência de açúcar. Não deu certo: ilhas vulcânicas, pouca produtividade. Depois ela virou um ponto importante: na virada do século XIX para o XX era um depósito de carvão dos ingleses, para que os navios do Atlântico Norte, ao atravessarem do lado americano para o lado europeu, se abastecessem ali. Depois veio o petróleo e Cabo Verde dançou. Mas Cabo Verde o que era? Tinha um seminário muito cedo, depois liceu. Cabo Verde era formação de quadros médio-inferiores para Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Então Cabo Verde era uma espécie de *quartier latin* da colonização portuguesa. Ora, uma civilização crioula, uma nação de dois, três séculos... O crioulo é falado por 100% da população. E atenção à curiosidade: o português era falado por 85, agora está por 90, 95%. Os velhos do interior da grande ilha não falam português. Mas o curioso é: como é que uma língua nacional, falada por todos, convive com uma língua oficial estrangeira, portuguesa, que é falada por 80%. Lembro a vocês que qualquer bom país africano, Nigéria inclusive, não fala mais do que 35, 40% de inglês, e francês ainda é menor. É típico das sociedades crioulas, essa coisa extensa. Então, portanto, a

---

<sup>90</sup> Em 1825 Portugal e Brasil assinaram um acordo do qual Portugal reconhecia a independência brasileira, e também proibia qualquer vínculo de domínios portugueses ao Brasil, o Tratado do Rio de Janeiro.

poesia cabo-verdiana é a poesia do “cais de pedra”, é a poesia da vontade de partir, de imigrar. Há mais cabo-verdianos no exterior do que em Cabo Verde. Só na “república de Massachusetts”, como eu chamo, que é ali a volta de Boston, se concentra um grande número de cabo-verdianos, que, junto com os da Holanda, Portugal, Senegal, mas principalmente Portugal, Holanda e Estados Unidos, fornecem invisíveis que mais ou menos chegam à metade do PIB cabo-verdiano. É um país que vive de imigrantes. Então as estatísticas mostram que não há produção; haveria uma fome terrível em Cabo Verde, e não há por causa dos invisíveis, que permitem isso.

V.A. – O que são os invisíveis?

J.P. – São as divisas que se mandam... Isso é resto da Fundação Getulio Vargas, desse tempo do trabalho... [riso]

V.A. – Por que se chamam invisíveis?

J.P. – Eu não sei direito, mas pensando alto, eles não aparecem explicitamente. Eles não aparecem em exportação, nem em importação. Eu acho que é um item de transferência de capital. Porque não são nem reconhecidos como transferência. Eles são aqueles que você vai no banco e transfere, paga um imposto *x*. Quer dizer, se é um investimento você tem que registrar esse investimento. Então talvez por isso tenha esse nome de invisíveis. Que é fundamental. O Brasil já tem 20 bilhões de invisíveis.

V.A. – O senhor disse que no início do século XX, então houve um movimento jornalístico muito forte em Angola...

J.P. – Em Angola. Depois, nos anos 1930, em Cabo Verde; nos anos 1910, em Moçambique. Agora, atenção: em nenhum deles – Moçambique, Cabo Verde – chegou ao nível de Angola, em número, duração, expressão... Angola era uma grande colônia. Naquele tempo Angola não tinha petróleo, mas já tinha diamantes, tinha uma agricultura que era uma maravilha, cinco ramos de agricultura, agricultura de exportação, maior produtora de café na África,

depois foi passada pela Costa do Marfim... Enfim, Angola tinha grandes potencialidades. Então eu me perdi agora na resposta...

V.A. – Sobre os jornalistas em Angola.

J.P. – Os jornalistas em Angola. Esse jornalismo vai desaparecer ainda antes de Salazar, quando há um movimento de autonomia dos colonos em relação à monarquia. Quando vem a República, ela procura centralizar.<sup>91</sup> Não de imediato. Vem um novo administrador, Norton de Matos<sup>92</sup>, uma figura-chave na virada da situação colonial em Angola. Foi um alto comissário, igual a governador, por duas vezes. Esse aí termina com essa autonomia. E vem Salazar então e, digamos, põe isso até o máximo: as colônias têm que se autofinanciar. E, mais do que isso, elas dão excedentes de divisas para Portugal e dão mercados protegidos, o que, na época, já não existia. Nem a França exigia que as suas colônias comessem o pão francês, o trigo francês, nem exigia que o vinho francês fosse para Togo ou Senegal. E em Angola você faz uma transformação da alimentação local para o pão, o vinho, o chouriço, grandes produtos de exportação de Portugal para Angola. E de Angola para Portugal, o milho que eu comi muitas vezes em garoto em Portugal e mais o algodão, que sustentava a indústria algodoeira com preço baratíssimo, abaixo do mercado internacional. Esta, um pouco a situação.

V.A. – Bom, nós tínhamos deixado o Brasil lá nos jornais do Francisco Julião, em que o senhor conseguia publicar...?

J.P. – Nós fazíamos páginas de Angola junto com...

---

<sup>91</sup> Em 1910, Portugal tornou-se uma república, e em 1926 ocorreu o golpe militar que instituiu o regime salazarista no país.

<sup>92</sup> José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867-1955) foi general e político português. Este sob o comando de Angola em duas ocasiões: em 1912 tomou posse como governador-geral de Angola, sendo demitido do cargo em 1915, como consequência da nova situação política que se vivia em Portugal durante a Primeira Guerra Mundial; em 1920 é promovido a general e nomeado alto-comissário em Angola, onde procura beneficiar a região com novas estruturas. Foi também delegado de Portugal na Conferência de Paz de Paris, em 1919, e candidato a presidência da República nas eleições de 1948 em Portugal, anunciando sua desistência em 1949. Ver: Matos, *José Maria Mendes Ribeiro Norton de*. Politipedia | Portuguese Political Encyclopedia. Disponível em: <<http://www.politipedia.pt/matos-jose-maria-mendes-ribeiro-norton-de-1867-1955/>>. Acesso em: 29 de jan. de 2020.



V.A. – Era o jornal das Ligas Camponesas? Como chamava?

J.P. – *Liga Camponesa*.

V.A. – O jornal chamava *Liga Camponesa*?

J.P. – *Liga Camponesa*. E o traço de união era padre Alípio, que naquele tempo ainda era padre, digamos, que tinha sido amigo de meu pai, tinha trabalhado no Maranhão, virou à esquerda, veio para o Rio, nos juntamos; e Lima de Azevedo, meu chefe, que foi trabalhar com o Julião. Foi trabalhar na Liga para ganhar um dinheirinho. Então, lá ia eu fazer matéria para a Liga. Eu era assim um *office boy*...

A.P. – Isso é muito interessante, porque é uma articulação entre o MPLA e a Liga. Porque o Lima de Azevedo veio para ser...

J.P. – É, o Lima pegou essa carona do padre Alípio. Lima morava comigo; depois, quando veio o golpe, o Lima estava morando com o padre Alípio, e foram encontradas duas ou três armas na casa do padre Alípio, o que complicou a vida de Lima e a vida de padre Alípio, que, na altura, eu acho que já tinha abandonado a batina, já tinha aderido à guerrilha e foi um daqueles que não esqueceu nada e não aprendeu nada. Mas, enfim, não perdeu nenhuma de sua integridade, seja ela torta ou direita, mas era uma integridade grande.

Sim, nós tínhamos uma difusão na sociedade. Olha aqui: quais eram os maiores alto-falantes da sociedade politizada brasileira em 1962, 1963? Os maiores alto-falantes, vamos lá: a imprensa escrita, grande alto-falante, a *Última Hora*, nós tínhamos... Eu não posso deixar para terceiro lugar a UNE, a União Nacional de Estudantes. Nós tínhamos duas manchetes diárias. Manchetes diárias – conta isso para o velho. Dois andares, o terceiro e o segundo. O terceiro tinha, como é que se diz, a faixa com o indicativo internacional nosso, quer dizer, a palavra de ordem internacional, e, no segundo andar, a palavra de ordem nacional. Aquilo, minha senhora, não havia manchete mais permanente.

V.A. – Mas mudava diariamente?

J.P. – Mudava de três em três dias, e como a vida política naquela época eram muito... Era o meu endereço oficial. Eu morava num hotelzinho perto, mas eu passava ao dia na UNE, era uma espécie de escritório até 1963. Em 1963 a gente já passou o escritório para a minha casa, o MPLA amadureceu – depois do meu casamento, no final de 1962. Então nós tínhamos uma presença ali dentro: José Maria primeiro, José Manuel Gonçalves depois. Eu, assistente de Aldo Arantes; o José Gonçalves, assistente do José Serra – ainda tenho amizade desse tempo. E tínhamos o Betinho, que vocês conhecem como Caó, que era o vice do José Gonçalves, o meu vice era o Martins.<sup>93</sup> Bom, portanto, UNE era um canal.

V.A. – *Última Hora*, UNE...?

J.P. – *Última Hora*, UNE e os jornais sindicalistas, porque dava-se muita entrevista... Em 1964 nós tivemos entrevista na Excelsior, na televisão, com aquele vozeirão...

V.A. – Quem deu entrevista?

J.P. – Fidélis Cabral, dirigente do PAIGC, e quem...? Meu Deus, aqui não tem ninguém com idade suficiente para lembrar daquele que emprestava a sua voz... Ele não entrevistava, só aparecia a voz... Não dá para lembrar. Um grande homem...

V.A. – Eu sei quem é. A gente recupera.

J.P. – Portanto, jornal, entrevista... Há uma ação subterrânea de sindicato – que depois tenho que trazer; hoje não trouxe – no sentido de produzir boicotes ao feijão brasileiro que ia para Portugal, no sentido de mobilizar mesmo greves para produtos portugueses no natal; no sentido até um pouco mais subterrâneo, de apoios financeiros, medicamentos e inclusive armas; isso na área sindical. Na área estudantil... Na área intelectual era importante, porque... Aí sim, nós tínhamos... A volta do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, que é a

---

<sup>93</sup> Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos (1941-2018) foi deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1983 e de 1987 a 1991, na legenda do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Foi secretário de Trabalho e Habitação do primeiro governo de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro (1983-1987), e secretário do Trabalho e Ação Social do segundo governo Leonel Brizola, de 1991 a 1994. Deputado constituinte em 1987-88, foi responsável pela emenda que tornou o racismo crime inafiançável na Constituição de 1988. Ver *DHBB*, verbete “Caó”.

porta de entrada para falar, mais tarde, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Ora bem, nós tínhamos uma plêiade – quem eram os grandes intelectuais da África? Primeiro, meu velho historiador, José Honório Rodrigues. Da África, porque nós temos da política, do desenvolvimento, descolonização e desarmamento, nós temos San Tiago Dantas, depois temos o nosso grande baiano, daqui a pouco eu me lembro... Intelectuais ligados à África: José Honório Rodrigues... A equipe do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, que era Candido Mendes, Eduardo Portela, Maria Yedda Linhares...

V.A. – Jorge Amado, que o senhor falou.

J.P. – Jorge Amado, muito ligado à tribo baiana... Impressionante aquela tribo.

V.A. – Agora, como foi criado esse Instituto Brasileiro? Isso que a gente está interessado.

J.P. – Agora é hora de nós entrarmos, abrindo talvez possivelmente veredas, neste deserto Zé Maria que envereda sempre com notícias paralelas... Nós temos que olhar para Jânio Quadros e Candido Mendes. Não vou me debruçar muito em Jânio Quadros. Candido Mendes é de 1928, portanto em 1960 ele tinha 32, 33 anos. Era um menino brilhante, tinha se doutorado na universidade de direito, era formado na PUC em direito com doutorado, não existia doutorado no Brasil, aquele doutorado de direito, devia existir um em cada dez anos, e ele foi para Fundação Getulio Vargas dar aulas e tal e atraiu a atenção de Jânio Quadros, da equipe de Jânio Quadros. Então ele foi ser chefe da Assessoria Técnica Internacional de Jânio Quadros. Técnica é um nome pequeno, era um nome formal, mas na verdade vamos ver pelas suas ações... Este é um jovem brilhante, falando quatro línguas com fluência, com aquela erudição...

V.A. – Entre elas o candidês, não é isso? A língua dele, não é isso?

J.P. – O candidês foi agora passado em Paris para condição de “barroco moderno”. [risos] O “nouvel observateur, intelectual, barroco moderno” [riso] Eu sei ler. O candidês tem vantagens, ele dá curto-circuitos em frases. Ele demoraria duas frases para dizer uma coisa, aí ele curto-circuita numa frase. Mas isso é só para iniciados, não é? [risos] Ele não tem jeito.

V.A. – Ele era um jovem erudito...

J.P. – Um jovem erudito, conhecedor, ligado já à Igreja, é conde papal desde a questão militar do Império, que o Papa deu o título hereditário... Bom, então Candido vai parar no planalto central, ele como assessor internacional, José Aparecido como secretário particular de Jânio Quadros e um tal de Golbery do Couto e Silva como chefe da Casa Militar. Essas três figuras que mais me chamam a atenção. Ah, e depois os “Afonso Arinos”... O San Tiago Dantas é posterior, outro esquema. Enfim, Jânio, não vou me estender porque isso está no domínio público: as motivações que levaram Jânio para uma abertura para o terceiro mundo. Na verdade, a posição brasileira em 1960 era muito chocante nas Nações Unidas. Mais chocante foi depois. Em 1960 não precisamos apoiar o *apartheid*, em 1960 a gente só votava a favor da França, a favor de Portugal, mas ainda não havia guerra – com a França já. E possivelmente, digamos, eu não sei por que Jânio tinha na mesa dele Tito e Nero, como figuras, digamos, paradigmáticas para ele de uma política de terceiro mundo. Vamos deixar Jânio e vamos entrar em Candido. Candido entra com aquela vitalidade de traçar uma política externa brasileira, mas especialmente a política externa nova, aquilo que iria ser criado. A política para Portugal iria ser um combate, a política para Europa e para os Estados Unidos iria ser diferente. Mas a política nova era a política para o terceiro mundo. Então, Candido: África. Jânio Quadros o encarrega de abrir duas, três embaixadas: Lagos, Gana e Senegal. Ele vai em missão, já contei o episódio do “venha você para cá e Souza Dantas para a Suécia”... Candido e Portela sentem a necessidade de ter um gabinete de estudos, de ter um instituto que pudesse, primeiro, reunir aquela elite que estava muito predisposta – ainda falta o professor Gusmão –, Yedda Linhares, o José Linhares, o meu favorito, marido de Yedda, que me contava as histórias. Enquanto a grande dama fazia a sua narrativa grandiloquente, eu ficava com o velho Linhares ouvindo as fofocas de bastidores.

V.A. – Esse professor Gusmão, como era o nome?

J.P. – Não me lembro o nome. Era um muito famoso na época, era da equipe do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, nós iríamos juntar aí o nosso Milton Santos, que era

para ser embaixador.<sup>94</sup> Não era para ser o Raimundo Souza Dantas, era para ser o Milton Santos. Milton Santos estava na França na época, e o Souza Dantas estava disponível e, mesmo despreparado, foi o escolhido para ser o primeiro embaixador negro brasileiro e foi representar Gana e países vizinhos. Bom, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos foi criado para produzir políticas para o Itamaraty. Corta o som Marcos, para eu dizer: “políticas contra o Itamaraty”. Porque nós tínhamos o catetinho e o Itamaraty aqui.<sup>95</sup> Era um antagonismo permanente. Os bilhetinhos não eram só uma mania de Candido, era para “curto-circuitar” aquelas normas pesadonas ali do Palácio dos Cisnes. Lembra? Porque naquela altura o ministro das Relações Exteriores em Brasília – não é o catetinho; já é Brasília –, isolado no Planalto. Então o Instituto era um pouco feito para cortar um pouco as bases do Itamaraty.

V.A. – Não entendi. O Itamaraty está aqui. Jânio está em Brasília. Ele dá os bilhetinhos para onde?

J.P. – Os bilhetinhos de Jânio eram famosos para todo lado, mas dava os bilhetinhos para os seus do Executivo, para sua assessoria internacional, para o Executivo e também para a casa-grande... Perdão: para o Itamaraty. Ainda se diz casa-grande até hoje.

V.A. – Por que casa-grande?

J.P. – Olha, eu acho que não fui eu que inventei isso não. Embora eu fosse quem mais usasse. Em Lisboa tem a casa-grande, depois tem uma ponte que une a senzala. A senzala somos nós todos os que pertencem...

V.A. – Às colônias?

---

<sup>94</sup> O geógrafo Milton Almeida dos Santos (1926-2001), formado pela Universidade Federal da Bahia (1948), doutorou-se na França, pela Universidade de Estrasburgo (1958), e foi professor na França e nos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970.

<sup>95</sup> Foi a primeira residência presidencial em Brasília, construída em dez dias e inaugurada em novembro de 1956, quando o presidente Juscelino Kubitschek expediu os primeiros atos destinados à construção de Brasília. O nome Catetinho é uma homenagem ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, que abrigou durante anos os presidentes brasileiros.

J.P. – Não. São os homens do DEC, Departamento de Escadas e Corredores. [risos] São como eu, aqueles *office-boys*, aqueles consultores, gente ligada à casa por tradição. Eu comecei em 62 e tal. Eles têm um respeito muito grande. Outro dia me causaram até um problema diplomático porque me botaram num lugar primeiro do que o meu reitor. Claro, tecnicamente eu era o moderador da mesa, mas enfim... Mas aquela gente gosta, porque vem de 30 anos atrás, daquela grande efervescência do Itamaraty...

Jânio Quadros...

V.A. – Agora o Instituto foi criado...?

J.P. – Pela Presidência da República.

V.A. – Quando?

J.P. – 1961, julho de 1961. Depois até a gente...

V.A. – Um mês antes de ele renunciar. Porque ele renunciou em 25 de agosto.

J.P. – Não. Está errado. Eu já estava aqui refletindo. Não, aquilo é bem antes...

A.P. – Mas é Jânio quem cria, na Presidência da República?

J.P. – Cria junto à Presidência. Embora, em 1962, a sua sede já estivesse no Rio de Janeiro, no prédio do Ministério da Educação.

V.A. – Espera aí. Em 1962 já é Jango.

J.P. – Ah, sim. A senhora me disciplina. É porque eu não chego aqui no tempo de Jânio, eu já pego o tempo de Jango. Então eu chego aqui em janeiro de 1962 e já encontro o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos no prédio do Ministério da Educação, ainda sobrevivendo.

V.A. – Ali nas colunas da educação, no prédio do Capanema?

J.P. – Do Capanema.

V.A. – Mas antes ele foi criado em Brasília, no governo Jânio Quadros?

J.P. – Em Brasília, no governo Jânio Quadros. Não há dúvida, ali nos três, quatro meses...

V.A. – Agora eu queria entender o seguinte: o senhor diz que ele foi criado para criar políticas para o Itamaraty. Aí o senhor pediu para corrigir “contra” o Itamaraty. Eu queria entender.

J.P. – Ali foi a minha brincadeira. Senhora, o Itamaraty não evoluiu no governo Jânio Quadros para uma política de abertura para o mundo, para uma política, digamos, de pegar na dependência e diversificá-la para diminuí-la.

V.A. – Que é a chamada política externa independente.

J.P. – Não. O Itamaraty não.

V.A. – Só o Jânio que fez?

J.P. – Só Jânio e Jango... O Afonso Arinos, que vai ser ministro dele, não era da carreira. Então, inclusive, o Williams Gonçalves tem uma tese de doutorado que é básica, sobre Portugal e Brasil...

V.A. – Não faz mal, a gente descobre. No currículo Lattes a gente chega lá.<sup>96</sup>

J.P. – E aí está bem distinto.

---

<sup>96</sup> Williams da Silva Gonçalves. O realismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo, USP, 1995.

V.A. – Então, o senhor estava dizendo que o Itamaraty não seguia a política externa independente do Jânio?

J.P. – Ora bem, é um exagero. Qualquer um, se vai ler isso: “O Zé Maria virou o Elio Gaspari aleijado.” É um exagero. Mas cortando o exagero, era relutante. A política do Itamaraty era uma política de apoio ao colonialismo português. E daí derivava a ligação com a Europa. Não era tanto os Estados Unidos que estavam em questão, era a Europa. E isso não é gratuito. Marcos, por favor... Por que nós entramos numa política de “seguidismo” de Portugal? Não era a nossa marca. Vamos rapidinho. Custa pouco. Estamos em 1944, Getúlio Vargas faz aquela barganha... Eu vou reduzir, resumir, simplificar, portanto errar. Faz a barganha, nasce da barganha, Alemanha-Estados Unidos, todos vocês sabem... Nós ganhamos uma importância grande: uma América do Sul neutra ou hostil, uma Argentina era pior que nós, um Chile não ia muito distante. E nós alinhamos com os Estados Unidos triplamente: politicamente, bases no Natal – crescente São Luís do Maranhão, que tem uma basezinha pequenininha – e participação na guerra. Quem na América Latina participou na guerra? 24 mil. Claro que não foram os duzentos mil africanos de um lado e os quatrocentos mil do outro. Seiscentos mil africanos participaram da Segunda Guerra Mundial, perante 24 mil brasileiros. Bom, isso nos deu uma relevância política. E os Estados Unidos queriam que nós pertencêssemos ao Conselho de Segurança.<sup>97</sup> Aí a União Soviética diz: “Não, espera lá, colônia não vale.” Então nós não pertencemos, nós fomos fundadores, Portugal não foi. Portugal não foi, foi entrar só em 1951 – em 1955, perdão; em 1951 preparou-se para isso.<sup>98</sup> Então nós tínhamos uma importância. Eis que termina a guerra, em 1947 começa o risco de Itália e França com partidos comunistas no poder,<sup>99</sup> o risco de Berlim, o risco de... A

---

<sup>97</sup> A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada em outubro de 1945, sendo então integrada por 51 países, inclusive o Brasil. O Conselho de Segurança é composto por 15 países, sendo cinco membros permanentes – China, França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (hoje, Federação Russa), o Reino Unido e os Estados Unidos – e dez escolhidos por um período de dois anos. O Brasil já foi membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU por dez biênios não consecutivos, sendo o primeiro de 1946 a 1947.

<sup>98</sup> Portugal ingressou na ONU em 14 de dezembro de 1955, com mais 16 Estados, após um acordo entre a União Soviética e os Estados Unidos, que vetavam sistematicamente a admissão de candidatos do bloco oposto Ver: CASTANO, David. *Portugal e a ONU: a primeira aproximação*. Relações Internacionais, Lisboa, n. 47, p. 9-38, set. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992015000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992015000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 jan. 2020.

<sup>99</sup> Na Itália, nas eleições de 1948, houve um enfrentamento claro entre o centro e a esquerda e, na França, as primeiras três eleições do pós-guerra (outubro de 1945, junho de 1946 e novembro de 1946) testemunharam um avanço considerável dos partidos de esquerda. Quanto a Berlim, trata-se do bloqueio de Berlim Ocidental pela



Inglaterra pede demissão de Chipre, Creta e arredores, e os Estados Unidos têm que pegar...<sup>100</sup> A Guerra Fria. Aí a Guerra Fria trouxe toda a tensão americana para a Europa. Plano Marshall e tal. A gente sobreviveu àquele governo Dutra que gastou as divisas que tínhamos feito na guerra, veio Juscelino. E Juscelino precisava de...

V.A. – Veio o Getúlio.

J.P. – Getúlio. Getúlio faz 1954, completa. Eu dei agora um passo grande, porque eu passo de 1950 para 1956. 1955 nós não ganhamos nada. O que fizemos em 1955 com Vargas foi um nacionalismo sem apoio americano. Os americanos estão distantes de nós.

V.A. – Em 1955 o Vargas já tinha se matado.

J.P. – Em 1954. Eu não posso dar um errinho em Brasil que você pega bem. Me perdoe. Eu sei que, em 1956, com o desenvolvimentismo industrial, Juscelino precisa de capitais, precisa de uma abertura. Aí nasce a Operação Pan-americana.<sup>101</sup> A Operação Pan-americana foi uma ridícula. Aí Juscelino diz... Atenção, que isso já não é bem de Juscelino. Quem sente essa necessidade de Europa já é Getúlio Vargas, essa necessidade de apoio europeu, de contraponto europeu. Repare: nós tínhamos na guerra ganho, digamos, a maior visibilidade, a maior expressão junto aos americanos na América do Sul. Depois nós perdemos isso, há o risco peronista... Nós perdemos isso, e estamos à procura de uma nova macro-parceria, que seria a Europa. Mas como entrar na Europa? A porta do cavalo: Portugal. Daí o Getúlio fazer aquele tratado de amizade e consulta em Portugal, 51-54 – 51, a elaboração; 54, a aprovação –, que era uma satelitização da política brasileira a Portugal. Não pretendia ser isso. Essa satelitização era visível no formal: nós tínhamos que consultar Portugal. O que objetivávamos eram os capitais europeus, que acabaram afinal vindo. Então, essa ligação nossa com Portugal é fruto do fracasso de uma reavaliação do Brasil nos interesses americanos, que vai vir logo

---

União Soviética, que vigorou de junho de 1948 a maio do ano seguinte, seguindo-se a essa crise a divisão da Alemanha em dois países (1949).

<sup>100</sup> Pode ser que o entrevistado esteja se referindo ao fato de a Inglaterra ter solicitado a expulsão de Chipre e Creta da ONU, como resposta a independência desses dois países, até então áreas de influência britânica.

<sup>101</sup> OPA foi desenvolvida durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), no qual compreendia um conjunto de recomendações, tais como investimentos em áreas atrasadas do continente; programas de assistência técnica; proteção aos preços de produtos primários; e recursos dos organismos financeiros internacionais para o combate ao subdesenvolvimento.

em seguida. Mas vai vir com Fidel Castro... Aí está o traçado da nossa diplomacia satélite de Portugal. Agora, há fenômenos de caráter cultural, histórico, ligações que precisam ser um pouquinho mais costuradas, e possivelmente perceptíveis, principalmente de caráter subjetivo... A nossa diplomacia, a diplomacia portuguesa... Portugal era a Europa que nós podíamos copiar. E Portugal dedicou o melhor do seu esforço para fazer do Brasil um cliente global – meu Deus do céu, só faltam as novelas da televisão portuguesa... Eu já citei todo o aparato financeiro, organizativo, que Portugal manteve na sua comunidade aqui, que possibilitava nós termos uma imigração que ascendesse rápido, através de financiamentos da Caixa Geral de Depósitos, uma espécie de BNDES português para imigrantes. Agora temos o cerco ao Itamaraty. Naquele tempo o Itamaraty não ia a Paris. Enfim, só depois do Chateaubriand é que conseguiu carruagem em Londres.<sup>102</sup> Então entendamos, não ia à Paris. O Itamaraty ia ao Jerônimos, era o máximo que se ia na Europa.<sup>103</sup> Então era uma política de sedução. O José Honório Rodrigues, uma vez, não bateu na cabeça, mas disse: “Você é um burro. Esta é a maior cidade portuguesa do mundo.”

V.A. – Qual?

J.P. – O Rio de Janeiro. “Zé Maria, esta é a maior cidade portuguesa do mundo.” Não disse só para mim não, disse em público. No sentido da imigração, nós não éramos saborosamente italianos, como os paulistas, não éramos sírio-libanês, nós éramos portugueses. Então era uma cidade com muita queda para esse Portugalismo. E o nosso Itamaraty de veludo era isso. Aí há *lobbies*, aí há coisas que Williams revela na tese dele. Então estava eu, já meio perdido, no...

---

<sup>102</sup> Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello (1892-1968) é um dos grandes nomes história do jornalismo brasileiro. A partir de 1924, com a compra, no Rio de Janeiro, do matutino *O Jornal*, Assis Chateaubriand começou a montar um grande conjunto de empresas que chegou a abarcar, anos mais tarde, dezenas de jornais, rádios e emissoras de televisão espalhados por todo o Brasil. Este conjunto era denominado “Diários e Emissoras Associados”. Em 1957, foi eleito senador pelo Estado da Paraíba e, posteriormente, pelo Estado do Maranhão, tendo renunciado a este mandato para assumir a embaixada do Brasil no Reino Unido. Ver *DHBB*.

<sup>103</sup> O mosteiro dos Jerônimos tem suas origens no movimento de eremitas surgido na Itália desde o século XIV. Durante o século XVI, já instaurada a dinastia Avis, fundou-se o convento Santa Maria de Belém, em Lisboa. Ver: *Ordem de S. Jerónimo*. Mosteiro dos Jerônimos. Disponível em: <<http://www.mosteirojeronimos.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=223&identificador>>. Acesso em: 29 de jan. de 2020.

V.A. – O Instituto está aqui no Capanema quando o senhor vem para o Rio.

J.P. – Isso. Esse Instituto está no Capanema. Ele faz duas coisas: aquilo que a gente não vê, e na verdade eu nunca vi, que são os relatórios que faz para Jânio. E eu aposto que faz – eu fiz-me de fazer depois, na década de 1970, e eu era “euzinho”, quanto mais o Instituto. E havia uma atividade externa marcada por conferências, cursos e livros. Esses livros são em número de seis: um livro sobre o Mário de Andrade, um sobre Israel, um livro sobre Angola, Candido faz um belo livrão sobre nacionalismo e desenvolvimento, são cinco, seis livros.<sup>104</sup>

V.A. – Quem são os autores? São traduzidos?

J.P. – Não. São nossos todos: Moacir Werneck de Castro, *África*, com uma entrevista com o Nasser, entrevista com o Mário de Andrade, depois... Alguém que eu não me lembro...

A.P. – O Mário de Andrade Ramos, lá de Angola?

J.P. – Sim, o Mário de Andrade de Angola. Quem mais, meu Deus? Pereira Soares, também, outro sobre desenvolvimento... São cinco livros. Até eu mesmo já tenho que lutar para descobrir na minha biblioteca.

A.P. – Eu só queria fazer uma perguntinha, para não sair de 1962, 1963. Nas palavras de ordem internacionais lá da UNE, existiam frases, vocês conseguiam acrescentar coisas sobre Angola, sobre África, naquelas faixas da UNE?

J.P. – Nas faixas da UNE, não. Nunca tivemos uma faixa específica. Repara: era uma época... Eu cheguei aqui em janeiro de 1962, e nós estávamos com o problema da expulsão de Cuba da OEA.<sup>105</sup> Depois tivemos a visita de Fidel. Não, a visita de Fidel foi antes de mim. Havia uma polêmica tal que as faixas não se referiam a certas unanimidades, elas se referiam a

---

<sup>104</sup> Na revisão da entrevista feita em junho de 2007, o entrevistado corrigiu essa informação para: “um livro sobre África, com uma entrevista com Mário Pinto de Andrade; um sobre Israel; Candido faz um belo livrão sobre nacionalismo e desenvolvimento; Pereira Soares, também, outro sobre desenvolvimento...”

<sup>105</sup> Em 1962 ocorreu a expulsão de Cuba da OEA (Organização dos Estados Americanos. Ver: *Fidel Castro delega suas funções pela primeira vez*. UOL Notícias, 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/07/31/ult1808u71000.jhtm>>. Acesso em 08 de mar. de 2007.

assuntos polêmicos. A faixa era uma palavra de ordem. Digamos, Angola, África, nunca mereceu uma faixa. E também deve acrescentar-se que, quando o bom dirigente, o meu Walter Oaquim, que ainda está por aí... – o Aldo Arantes eu perdi de vista... Eram três ou quatro frases chavões sobre África que normalmente terminavam com “Viva Lumumba!”. Pequeno parênteses: muitos anos mais tarde, um embaixador da África do Sul ironicamente disse para mim: “Mas os negros brasileiros se interessam muito por África. Eles sabem o que se passa na África do Sul. Eles vivem gritando ‘Abaixo o *apartheid*!’” Essa eu apanhei na cara e não pisquei os olhos. Quer dizer: eles se interessam muito pela África, eles sabem o que se passa na África do Sul, eles vivem dizendo “Abaixo o Apartheid!”, um simples *slogan*. Nunca produziram um texto, uma coisa qualquer. Então nós também nunca tivemos, a nossa elite nunca teve três parágrafos descentes para falar sobre África. Sempre o *slogan*. Inclusive o nosso bravo movimento negro, que era “Abaixo o *apartheid*!”

O Walter Oaquim depois de velho tornou-se famoso, é o nosso presidente do Flamengo. Ele é que meteu na cabeça que eu era fundador do Mabla e eu acreditei. Depois eu fui investigar e não era fundador do Mabla.

V.A. – O que é o Mabla?

J.P. – Vamos depois passar lá, é o Movimento Afro-Brasileiro para Libertação de Angola. Vamos já. Está nesses 1961, 1964.

V.A. – Está certo. Então o senhor estava nas publicações do Instituto.

J.P. – Nas publicações. As conferências tinham um impacto, elas eram realizadas ali no Ministério de Educação. Isso tudo 1962, 1963. Em 1963 os homens do Instituto estavam já muito comprometidos também com a própria crise. Nós entramos em crise depois do... Retomamos o presidencialismo em janeiro e depois eu já me... 1963 foi um ano muito pesado para mim, mas foi um ano angolano, foi um ano de derrotas para nós. Sofri derrotas de dezembro... derrotas internas. Eu me lembro que foi o ano da criação da Organização de Unidade Africana, foi um ano bonito, e para nós foi paradoxal, porque trabalhamos muito

pelo MPLA e PAIGC no Brasil e foi um ano ruim para nós.<sup>106</sup> Por quê? Porque o MPLA despedaçou-se. Em dezembro de 1962 o MPLA despedaçou-se entre duas facções, quando Neto assumiu, Viriato da Cruz foi deposto.<sup>107</sup>

V.A. – Assumiu o quê? A presidência do MPLA?

J.P. – A presidência do MPLA.

V.A. – E o Viriato era presidente?

J.P. – O Viriato era secretário-geral. O presidente era o Mário de Andrade, que abriu o lugar. A razão era a seguinte: nós estávamos instalados em território inimigo. Nós estávamos instalados no Congo Zaire. O partido rival nosso, que expressava uma etnia, expressava uma política natural da época, tinha todo o domínio. Então nós não podíamos nem fazer guerrilha a partir do Zaire. E éramos perseguidos, tivemos várias mortes. E a única coisa que nós tínhamos legal é que o MPLA – veja a estrutura de um partido, o perfil de um partido – naquela época colocou no Zaire 11 médicos. Era maior, esse número, do que os médicos existentes em toda capital, em toda Kinshasa. O MPLA, um partido nacionalista de Angola atrasada, tinha mais médicos a seu serviço do que toda a cidade de Kinshasa. Esses médicos foram para servir os refugiados e tal. Isso para contrapor a validade de nosso projeto e ao mesmo tempo a derrota política, porque o governo do Zaire acabou nos expulsando. E, pior ainda, quando houve a cisão, a OUA, recém-fundada em maio de 1963, manda uma missão em Angola e o meu Agostinho Neto engrossa e resolve não falar com x e falar com y.<sup>108</sup> A OUA não aceita e nós fomos “desreconhecidos” em 1963. Perdemos o reconhecimento, fomos expulsos, graças a Deus houve um golpe de esquerda no país vizinho, no Congo-

---

<sup>106</sup> Organização de Unidade Africana foi criada em Addis Ababa, Etiópia, no ano de 1963. Essa organização foi a antecessora, até 2002, da União Africana (UA). O documento que oficializou a constituição da entidade foi assinado, à época, por representantes de 32 governos de países africanos independentes. Ver: *Estudantes da UFMG celebram aniversário da Organização da Unidade Africana (OUA)*. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Disponível em: <[www.ufmg.br/online/arquivos/003561.shtml](http://www.ufmg.br/online/arquivos/003561.shtml)>. Acesso em: 8 de mar. 2007.

<sup>107</sup> É possível que o entrevistado esteja se referindo ao conflito de longos anos, promovido pelo MPLA e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), os quais tiveram sucessivas confrontações políticas e físicas nas primeiras décadas da independência de Angola.

<sup>108</sup> A Organização da Unidade Africana (OUA) foi criada em Addis-Abeba, Etiópia, em maio de 1963, por 32 países africanos independentes. Essa organização foi antecessora, até 2002, da União Africana (UA).

Brazzaville, e nós fomos convidados a atravessar o rio e nos instalarmos em Brazzaville.<sup>109</sup> Aí sobrevivemos e aí crescemos.

V.A. – O partido rival que o senhor fala é a Frente...?

J.P. – É a FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola. Ora bem, voltemos então ao Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos. Ele tem essa atuação, e tudo é diminuído, tudo tem uma intensidade grande em 1962, 1963, quando é a metade de 1963 desaparecem da minha ideia as grandes atividades brasileiras pró-África. Por erro meu... É quando se forma o Mabla, é quando se faz muita conferência. Porque em 1964, eu até sou dispensado do MPLA para dar assistência a um representante que chega da Guiné-Bissau, do Partido Africano da Independência da Guiné. Então eu sou um pouco liberado. A minha casa continua sendo a sede do MPLA, mas eu vou ajudar Fidélis Cabral, que era um estudante que havia se formado aqui, da Guiné, voltou para a luta e retorna como representante para a América Latina. Aí leva a todos os órgãos da imprensa, televisão também, esse que foi a televisão...

M.B. – Me dá um minutinho para trocar a fita?

#### [FINAL DO DISCO 4]

V.A. – Só uma observação: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, depois é o Centro de Estudos Afro-Asiáticos. O que tem de asiático?

J.P. – Tem que ser dito. Isso é uma liçãozinha e das boas. Estudos africanos e estudos orientais. A tradição europeia e americana, sobretudo europeia, era estudos de África e estudos do Oriente, que incluía do mundo árabe ao mundo hindu, ao mundo chinês. Estudos afro-orientais. O centro de estudos da Bahia chama-se Centro de Estudos Afro-Orientais.<sup>110</sup>

---

<sup>109</sup> O entrevistado deve estar se referindo a revolta ocorrida no Congo Brazzaville em 1963, três anos após ter obtido a sua independência da França, que culminou com o afastamento do então presidente Fulbert Youlou. Nesse instante assumiu a presidência Alphonse Massamba-Débat que, em 1964, fundou um partido de índole marxista-leninista adotando uma economia planificada, de base socialista. Ver: Le Vine, Victor T. *Politics in Francophone Africa*. Boulder, Colo: Lynne Rienner Publishers, 2004.

<sup>110</sup> O Centro de Estudos Afro-Orientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia foi criado em 1959, por iniciativa do professor português George Agostinho Baptista da Silva (1906-

Ocorre em 1955 a grande Conferência de Bandung, o renascimento dos países afro-asiáticos, ázio-africanos até na época.<sup>111</sup> Então consagra-se a expressão “afro-asiático”. Então entra Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, filho dileto desse espírito de Bandung, de Candido. E depois o Centro de Estudos de Documentação Africana... Centro de Estudos... Aí Candido diz: “Não, Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos... Centro de Estudos Afro-Asiáticos!” Ao criarmos o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Candido tinha a nostalgia de reviver, na iniciativa privada, na sua universidade, o projeto e o espírito do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos. E eu analiso a linha histórica dessas denominações que correspondem a olhares diferentes. O olhar afro-oriental é um olhar colonial, embora com lucidez, com paternalismos. E o Afro-Asiático... é a época da descolonização, digamos, a época da grande unidade afro-asiática, que depois vai ser tricontinental. Nós temos ali um período chamado de os “vinte anos de ouro”, vinte anos gloriosos ou vinte anos de fogo... Trinta anos de ouro são os do capitalismo, 1943-1973. Não tem crise; até a crise do petróleo é ascensão. E nós tivemos, de 1955 a 1974, os nossos anos de brasa. Brasa é uma expressão infeliz, é uma expressão bem francesa. Em português não tem essa força. Então, bom, anos de brasa, anos de fogo, que foram os anos em que, graças à guerra fria, à descolonização, nós fizemos cara feia para o mundo. Tivemos uma série de... 1955, 1956: Bandung e Suez.<sup>112</sup> Suez foi o enterro solene das veleidades franco-britânicas de restaurarem o colonialismo. E foi o momento de unidade telefônica Estados Unidos-União Soviética. [riso]

V.A. – Nessas publicações que foram feitas não havia nenhum estudo sobre Ásia? As publicações do Instituto Brasileiro...

---

1994), que viveu no Brasil de 1947 a 1969, perseguido pelo regime salazarista. Ver: *Centro de Estudos Afro-Orientais*. Disponível em: <[www.ceao.ufba.br](http://www.ceao.ufba.br)>. Acesso em: 29 de jan. de 2020; *Portal Agostinho da Silva*. Disponível em: <<http://www.agostinhodasilva.pt/>>. Acesso em: 29 de jan. de 2020.

<sup>111</sup> A Conferência de Bandung, ocorrida em 1955, na Indonésia, tinha como objetivo promover a cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição às influências dos Estados Unidos e da União Soviética.

<sup>112</sup> Em julho de 1956, o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser nacionalizou o Canal de Suez, acabando com o controle anglo-francês sobre a região. Em outubro, França, Grã-Bretanha e Israel iniciaram uma guerra contra o Egito. Israel tomou a península do Sinai e Inglaterra e França conquistaram Port-Said, na entrada do canal. A invasão repercutiu negativamente junto à opinião pública mundial e o Conselho de Segurança da ONU exigiu, com os votos favoráveis dos Estados Unidos e da União Soviética, que os três países se retirassem do Egito. Em seguida, tropas da ONU passaram a ocupar a fronteira entre Israel e Egito. Ver: *A crise do Canal de Suez*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/CanalSuez>>. Acesso em: 29 de jan. de 2020.

J.P. – Oriente Médio só. Isaac Ackselrud – é o autor do livro sobre Oriente Médio. Eu posso estar confundindo. Benjamim Ackselrud tem a minha idade e é uma figura hoje mitológica em Israel. Benjamim foi meu colega de ginásio em Portugal. Foi o primeiro judeu que eu conheci como tal. E ele voltou para Israel e tornou-se o homem de Israel junto aos povos de língua portuguesa. Então é mitológico. Então eu acho que não é Ackselrud o Isaac, esse é o Benjamim.

V.A. – Mas é uma publicação sobre Oriente Médio.

J.P. – Sobre o Oriente Médio.

V.A. – Então a Ásia chegava no Oriente Médio?

J.P. – Desculpa, meu filho. Esse menino deve estar com quase 70 anos.

V.A. – Então estamos lá nas publicações.

J.P. – Elas não têm grande impacto.

V.A. – As conferências... Ainda é um órgão da Presidência da República, só que transferido de Brasília para cá.

J.P. – Para cá, em 1962.

V.A. – O senhor sabe por que veio para cá?

J.P. – Não... Ah, claro. Onde é que estava a intelectualidade que apoiava o órgão? Estava toda no Rio de Janeiro. Engraçado, mais no Rio de Janeiro do que em São Paulo. Eu não tenho uma grande figura política africana contemporânea em São Paulo. Os Fernandes Henriques, os Otávios Iannis, os Bastides, digamos, a vertente negra não tem uma *task-force* assim tão africana como tinha o Rio, com José Honório e tal.



A.P. – E o que lhe conduz para esse Instituto é esse processo de sensibilização, essa articulação com o MPLA aqui?

J.P. – Não, esse Instituto valia por si. Eu sou um homem africanizado desde criança, eu era um estudioso de África na altura, eu dava conferências e tal. Então o Instituto... E depois é Candido Mendes. Candido Mendes vai ter uma participação importante no MPLA e no PAIGC, nas nossas prisões. Quando nós somos presos quem vai nos valer é Candido Mendes.

V.A. – Como assim? Como ele faz?

J.P. – Igreja, mais uma vez. Então impede-se que Lima de Azevedo seja retornado para Portugal – o que eles não tinham coragem de fazer, mas ameaçaram fazê-lo. E que Costa Andrade também fosse. Então Candido oferece a passagem para Lima de Azevedo e Costa Andrade... – não, o Costa Andrade foi o Júlio de Mesquita –, para eles irem para o estrangeiro. O Costa Andrade vai para a Itália e o Lima de Azevedo volta para Leopoldville, onde está ainda o MPLA, via Gana etc. E nessas prisões foi importante a posição de Candido na retaguarda. Ele impediu situações mais drásticas. Nós chegaremos lá nessas prisões...

V.A. – O senhor chegou a contar.

J.P. – A situação da Pide.

V.A. – Isso, que chegou na sua casa, o baixinho, que foi apresentado a sua esposa...

J.P. – Isso nunca foi falado.

V.A. – O senhor contou.

J.P. – Isso teve implicações sérias porque foi uma maculação para a Marinha. A Marinha só se tornou famigerada depois de 1968. A Marinha deu conta da gente por uma imposição de Lacerda e por uma curiosidade de ver até que ponto esses guerrilheiros de papel não estão influenciando os meus “Anselmos”. E por acaso eu até fui preso com o Anselmo, eu fui preso

na mesma cela de Anselmo. Então a Marinha aceitou a imposição de Lacerda de carregar com ela a Pide, mas por que não ficou só Dops e Pide? Porque a Marinha também quis ver “quem são esses angolanos?” A questão guerrilheira.

V.A. – Mas havia relação entre vocês e a associação dos marinheiros?

J.P. – Não.

V.A. – De onde que eles tiraram que haveria?

J.P. – Pouco depois veio Caparaó; não havia ainda existido Caparaó.<sup>113</sup> Mas a atuação... O que nós fazíamos? Éramos os propagandistas da guerrilha. Os marinheiros eram propagandistas da rebelião com cheiro perigoso. A Marinha não queria outro João Cândido.<sup>114</sup> Então eu acho que isto os fez aproximar nós da Marinha. Mas eu penso que Lacerda atendeu à Pide e a Pide viu que com o Dops ela não obtinha nada.

V.A. – Por quê?

J.P. – Porque o Dops não tinha a eficiência da Marinha. Uma vez eu fui a um interrogatório e tomei a frente, já era cliente velho, algemado, aquela coisa, entrei na porta errada lá no INPS da Venezuela. A porta errada tinha seis mesas, caras trabalhando, tudo em material meu. Lembra, eu era a sede do MPLA, papel não nos faltava, e eu fazia relatório que Deus me livre. Então a Marinha era organizada. “Cuidado, ele trata o sogro de pai. Ele foi a Cuba ou não?” Essas cartas, eu não sei como eu apanhei essas cartas, como eu as roubei, depois eu

---

<sup>113</sup> A Guerrilha de Caparaó foi um evento armado promovido pela oposição do governo militar brasileiro, ocorrido entre os anos de 1966 e 1967. O cenário de tal movimento foi a região do Parque Nacional de Caparaó, localizado na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Ver: Guimarães, Plínio Ferreira. *A Guerrilha de Caparaó (1966-1967) e o pânico das populações residentes próximas ao Parque Nacional do Caparaó*. In: Simpósio Nacional de História, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206569\\_9e125a29626681b51573c002eb3e397d.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206569_9e125a29626681b51573c002eb3e397d.pdf)>. Acesso em: 29 de jan. de 2020.

<sup>114</sup> João Cândido (1880 – 1969), marinheiro brasileiro, era chamado de “Almirante Negro”, após ter liderado a “Revolta da Chibata”, movimento de marinheiro que tinha como preensão abolir os castigos corporais na Marinha. Ver: Lopes, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo, Editora Selo Negro, 2004, verbete “Cândido, João”.

levei para o *Correio da Manhã*, que as guardou. Eu era protegido do *Correio da Manhã*, do Cony, do Márcio Moreira Alves e tal.

V.A. – O senhor tirou do Cenimar as cartas? O senhor conseguiu tirar essas observações?

J.P. – Minha senhora, eu agora estou... Primeiro, vamos ver se elas existem? Existem, elas foram parar no *Correio da Manhã*. Eu as levei. Como é que eu as obtive? Não foi por devolução. Então como é que elas estavam com essas anotações – eu me lembro bem? E isso não foi de olhar assim. Não me lembro. É possível que as tenha subtraído. Aliás, uma das mais valorosas acusações está no *Globo*: “José Maria Nunes Pereira Conceição, agente comunista internacional, braço direito de José Lima de Azevedo, responsável pela campanha de desmoralização do Cenimar no Brasil.” Diz o meu filho que é para eu guardar, que, quando eu for julgado como um traidor da revolução, aquele documento pode aliviar a minha pena. Mas é possível que eu tenha tirado isso. Agora a senhora me colocou numa... Porque eu não tinha forma de ver isso.

V.A. – Agora, o senhor foi a Cuba? [risos]

J.P. – Não. Não cheguei a ir a Cuba. Estava preparado para ir a Cuba pelo Partido Socialista. Meu Deus, era uma vida muito... Não uso a palavra louca não. Uso a palavra agitada, própria da época.

V.A. – O senhor conhecia então o Candido antes de ser preso? O senhor conhecia pessoalmente o Candido?

J.P. – Sim.

V.A. – Como é que o senhor conheceu o Candido?

J.P. – Nas conferências, muito superficialmente. Eu conheci Candido em três ocasiões importantes. Superficialmente, Candido sabia que eu era o ajudante daquele angolano que ele recebia em 1962 – um. Candido me via nas conferências – dois.

A.P. – Do Instituto Brasileiro?

J.P. – Do Instituto Brasileiro. Três: Candido se lembra de mim quando eu vou assistir a uma conferência Brasil-África na PUC, ele se lembra de mim...

A.P.- Isso em 1972 já?

J.P. – 1972. Ele se lembra de mim e diz: “Precisamos reorganizar o Instituto Brasileiro...” Meses depois eu vou ser assistente dele.

V.A. – Sim, mas eu estava falando de antes de 64. Porque se ele intercedeu a favor dos que estavam presos...

J.P. – Ele era do grupo africano. Lima de Azevedo é que foi falar com ele, e não eu.

A.P. – Então mais em função do MPLA e do PAIGC?

J.P. – MPLA. Jorge Amado, Eduardo Portella, a tribo baiana... Jorge Amado tem um grande artigo na revista *Tempo Brasileiro*, número 1 ou 2, “A Buanga Felê, líder da revolução de Angola”. Aqueles baianos... Aí o que Jorge Amado faz, o Eduardo Portella continua. Eduardo Portella estava no Instituto. E mesmo era política de Estado.

V.A. – O senhor disse que ficou preso dois meses, alguma coisa.

J.P. – Sim.

V.A. – Que o senhor foi transferido, que a sua esposa logo sabia...

J.P. – Sim, são coisas enfim... Então o Instituto Brasileiro... Vamos já fechar essa parte. Nós temos uma atuação. Saímos da atuação do MPLA e passamos para o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, pronto. Esse Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, eu só

vou ter depois contato com ele quando Emmanuel Carneiro vai à minha casa, em 1964, para preparar o fechamento do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos.

V.A. – Quem é Emmanuel Carneiro?

J.P. – Um filósofo famoso, da equipe de Eduardo Portella, *Tempo Brasileiro*, filósofo.<sup>115</sup> Então, era, digamos, parceiro de Portella. Candido era o criador, como chefe da Assessoria; Eduardo Portella foi o primeiro diretor e Candido o segundo diretor do Instituto, e, depois, eu acho que Emanuel Carneiro ficou encarregado de fazer os funerais do Instituto, que foi absorvido pelo Ministério das Relações Exteriores e depois desapareceu.

V.A. – E esses funerais consistiam em quê?

J.P. – Candido inventa que milhares de livros do Instituto foram parar no Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Invenção de Candido com um ligeiro erro de ótica. Conseguiram encontrar nos depósitos do Instituto, lá no Ministério...

V.A. – Já no Ministério das Relações Exteriores?

J.P. – Não. Ainda no Capanema. Encontraram umas centenas de volumes desses cinco livros, com mofo etc., e levaram para as instalações do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, em Ipanema. Aquilo nem foi aproveitado. Portanto, a biblioteca do Instituto ficou absorvida pelo Itamaraty, nunca veio para o Centro de Estudos Afro-Asiáticos. A biblioteca toda do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, durante meses, não teve um livro de fora que não fosse meu. Durante meses, até que eu viajei em 74. Durante um ano e tal.

A.P. – Vamos reconstituir esse processo, do Instituto até o seu reencontro com o Candido em 1972 na PUC. O que acontece nesse...?

---

<sup>115</sup> Emmanuel Carneiro é filósofo e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ver: *Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Emmanuel Carneiro Leao)*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3759015233768689>>. Acesso em: 29 de jan. de 2020.

J.P. – Isso é a minha vida. [riso] Não. Não há espaço, repara. O Instituto desaparece em 1964. Nós somos presos. Aí é minha vida.

V.A. – Mas o Emanuel Carneiro, o que ele vai falar para o senhor na sua casa?

J.P. – Não me recordo bem. Mas é algo no sentido de fazer um pouco um inventário. Isso foi em 1964, 1965, depois das prisões. Ele sabia que eu tinha sido ligado ao Instituto e foi lá. Não me recordo bem. Me recordo bem de vê-lo lá sentado, perguntando, mas era assim uma espécie de como era espólio. Não era oferta de livro, se fosse eu tinha ficado de olho.

V.A. – E os livros foram para o Ministério das Relações Exteriores...

J.P. – Mas não os livros da biblioteca. Os livros editados pela casa. Porque o Instituto tinha uma biblioteca.

V.A. – Os da biblioteca desapareceram no Ministério das Relações Exteriores.

J.P. – Desapareceram no Ministério das Relações Exteriores. E esses lá que estavam mofados e tal é que foram parar lá no Centro e o Candido inventa que...

V.A. – De 1964, 1965 até 1972, nada acontece nessa área? Ou não?

J.P. – É muito ano para se deixar não acontecer. Só em pequenas notas: 1964, as prisões, aí fecha. Em 1966 nós inventamos outra confusão: uma grande frente de movimento negro com movimento africano. Foi a mais ampla frente: ia desde coisas que tu não conheces, como a nossa aristocracia do alto da Tijuca, aqueles médicos riquíssimos, desde aí, até Tião Medonho, até os artistas de cinema, passando pelo grande grupo de jovens – Milton Gonçalves, Antônio Sampaio, hoje conhecido como Pitanga, a nossa Ruth, Abdias do Nascimento na chefia...<sup>116</sup> E organizava a Sociedade Africana de Cultura, sob o teto

---

<sup>116</sup> Tião Medonho foi a personagem protagonista do filme *Assalto ao trem pagador*, de Roberto Farias, vivido pelo ator negro Eliezer Gomes, em 1962. Milton Gonçalves, ator e diretor, surgiu no cenário artístico no final da década de 1950. Atuou no Teatro de Arena em São Paulo, onde participou de montagens que abordavam a questão do negro, tais como *Arena conta Zumbi* e *A mandrágora*. Na televisão, distinguiu-se nas funções de ator

acolhedor da embaixada do Senegal no Rio de Janeiro. 1965 para 66, não sei precisar a data. Depois eu vou precisá-la, porque vai acontecer um evento que referencia essa data. Foi uma tentativa de fazer a união negros-estudos africanos; a África passar para as mãos dos negros brasileiros. Bom, essa iniciativa, a marca dela, é porque de fato eu nunca vi tantas gerações, tantas classes diferentes. Já não me lembro dos nomes. Eram nomes assim antigos, aqueles professores negros do Pedro II. Eram nomes que também se eu não for pesquisar isso, ninguém vai. Ainda vou levantar esses nomes. E Antônio Olinto, pela parte africana, disputando com a hegemonia de Abdias.<sup>117</sup> Antônio Olinto querendo, digamos, que a Sociedade Africana de Cultura fosse mais ligada à filial da *Présence Africaine* nos Estados Unidos, nós querendo mais na França...

Bom, ou se fala e se clarifica, ou não se fala. Se eu falei tenho que clarificar. A África, ali por volta de 66, nós ainda estamos com um certo aquecimento. Senghor vem aqui

---

e diretor de telenovelas e programas especiais da Rede Globo. Ao longo de sua carreira tomou como preferência não interpretar personagens que ferissem a autoestima dos afrodescendentes. Ver: Persia, Mary. "*Já senti vergonha de ser negro*", diz Milton Gonçalves. Folha de S. Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u52190.shtml>>. Acesso em 8 de mar. 2007; ver também, Nei Lopes. *Enciclopédia...* (op.cit.). Antônio Pitanga é pseudônimo de Antônio Luiz Sampaio, ator e político. Foi vereador do Rio de Janeiro (1993-2000) e secretário de Ação Social, Esporte e Lazer do estado do Rio de Janeiro (1999). Entre outras produções cinematográficas, participou dos filmes *Ganga Zumba* (1964) e *Quilombo* (1984). Ruth Pinto de Souza (1921) iniciou sua carreira em 1945 no Teatro Experimental do Negro (TEN), atuou nas primeiras radionovelas do país e nos teatros das TVs Tupi (Rio) e Record (São Paulo), na década de 1950. Em 2004 participou de *Filhas do vento*, filme de Joel Zito Araújo. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/personalidades/personalidade-18243/>>. Acesso em: 08 de mar. de 2007. Abdias do Nascimento (1914) fundou o TEN em 1944 e foi um dos organizadores da Convenção Nacional do Negro, encontro realizado por dois anos (1945 e 1946), no Rio e em São Paulo, que propôs à Constituinte de 1946 a tipificação da discriminação racial como crime de lesa-pátria. Participou também como organizador do primeiro Congresso do Negro Brasileiro, em 1950. Em 1968 exilou-se nos Estados Unidos, em decorrência do endurecimento do governo militar, e foi professor em diversas universidades norte-americanas. Participou da fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978. Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 e senador pelo mesmo estado de 1991 a 1992 e de 1997 a 1999. Ver *DHBB*. Antonio Olyntho Marques da Rocha (1919), escritor e crítico literário, foi nomeado adido cultural em Lagos, Nigéria, em 1962, exercendo o cargo por três anos. Em 1964 publicou *Brasileiros na África*, resultado de pesquisa sobre o regresso dos ex-escravos brasileiros ao continente africano. Foi professor visitante na Universidade de Columbia, em Nova York (1965-1967), e adido cultural em Londres a partir de 1968. Escreveu inúmeros romances, ensaios e poesia e ingressou na ABL em 1997. Ver: *Academia Brasileira de Letras*. Disponível em: <[www.academia.org.br](http://www.academia.org.br)>, acesso em 8 de mar. de 2007.

<sup>117</sup> Antônio Olinto foi escritor. Integrou o "grupo Malraux" tendo organizado a 1ª exposição de poesias, montada na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Recebeu em 1994 o "Prêmio Machado de Assis", por conjunto de obras, da Academia Brasileira de Letras, a mais alta laureia literária do Brasil, nesse mesmo ano foi eleito para Academia Brasileira de Letras na cadeira nº. Escreveu, entre outras obras: *Jornalismo e literatura* (1955). Ver: *Antonio Olinto*. Biblioteca Virtual – Literatura. Disponível em: <[www.biblio.com.br/conteudo/biografias/antonioolinto.htm](http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/antonioolinto.htm)>. Acesso em 08 de mar. de 2007.

em 1964 e em 1966 acontece um evento que arrepiava toda a nossa gente negra...<sup>118</sup> A senhora tem um milagre. Eu não trouxe um roteiro e a senhora faz um roteiro na minha cabeça. Não sei, induz tão bem que... Eu tinha esquecido isso, a articulação de uma coisa com a outra, que é o meu forte. Por que nós fizemos a Sociedade Africana de Cultura? Não estava batendo na minha cabeça. Festival de Dacar. O grande Festival de Arte Negra de Dacar.<sup>119</sup> A embaixada mais ativa no Brasil era a embaixada do Senegal, chefiada por um menino... Menino não, que era mais velho do que eu: Henri Senghor, um sobrinho de Senghor que era uma delícia.

V.A. – Então, o Festival de Arte Negra de Dacar em 1966...

J.P. – Mobiliza duplamente a comunidade artística negra. Vou explicar o duplamente: de um lado, o grupo pacífico, o grupo óbvio, vêm os mais novos: o Paulinho, o Edson...

V.A. – Quem é Paulinho?

J.P. – Paulo César Faria, filho de um grande violonista, que esse rapaz conhece como Paulinho da Viola e eu conheço como namorado de Íris, que era filha do embaixador Souza Dantas, lá da minha casa. Paulinho é amigo velho. Era amigo velho. A gente agora não se vê há muito tempo.

V.A. – Quem mais?

J.P. – Não. Vamos lá, primeiro...

V.A. – O senhor disse que eram “os pacíficos”.

J.P. – Não, os pacíficos eram os indiscutíveis. Então eu vou lembrar aqui a cena: eu estou na embaixada do Senegal, numa das noites mais maravilhosas da minha vida; aqui está Solano

---

<sup>118</sup> Leopold Senghor (1906-2001), poeta senegalês e um dos líderes do movimento literário *Négritude*, foi o primeiro presidente da República do Senegal, cuja independência ajudou a proclamar, em 1960, permanecendo no poder, após sucessivas reeleições, até 1981. Ver: Lopes, Nei. *Enciclopédia...* (op.cit.).

<sup>119</sup> O Festival Mundial de Arte Negra ocorreu no ano de 1966, em Dacar, no Senegal. Ver: Lopes, Nei. *Enciclopédia...* (op.cit.).



Trindade conversando comigo; aqui está Donga, Pixinguinha, está aquele pintor e compositor *naïf*...<sup>120</sup> Daqui a pouco vem...<sup>121</sup> Aqui está Clementina de Jesus, que, pela primeira vez, conhece uma africana, que é a minha mulher.<sup>122</sup> Aqui estão os paulistas, o Eduardo de Oliveira e Oliveira, o grande Adalberto Camargo, que naquele tempo era só dono de empresa de táxi, aqui está Camargo, outro poeta paulista...<sup>123</sup>

A.P. – Oswaldo de Camargo.

J.P. – Oswaldo de Camargo.<sup>124</sup> Aqui estou eu e Ataulfo Alves, minha glória!<sup>125</sup> Naquele dia eu acompanhei Ataulfo Alves com caixinha de fósforo. Ele não soube dar valor. Olhou para mim e disse: “Tu enfeita como um branco.” “Mestre, eu estou diante do senhor e não ia enfeitar?!” [riso] Passemos adiante, depois desse fato histórico que a história, infelizmente,

---

<sup>120</sup> Solano Trindade (1908-1974), poeta e ator, participou do I Congresso Afro-Brasileiro, em Recife, em 1934, e fundou, em 1936, a Frente Negra de Pernambuco e o Centro de Cultura Afro-brasileira. Na década seguinte fundou o Teatro Popular Brasileiro e a Orquestra Afro-brasileira. Publicou, entre outros, *Poemas de uma vida simples* (1944), *Seis tempos de poesia* (1958) e *Cantares ao meu povo* (1961). Ver: Solano Trindade. Literatura Afro-Brasileira. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/429-solano-trindade>>. Acesso em: 29 de jan. de 2020. Donga (1889-1974), apelido de Ernesto Joaquim Maria dos Santos, compositor brasileiro, foi um dos autores de “Pelo telefone”, em 1916, que ficou conhecido como o primeiro samba registrado. Pixinguinha (1889-1973), pseudônimo de Alfredo da Rocha Viana Filho, foi saxofonista, flautista e compositor. Paulinho da Viola (1942), pseudônimo de Paulo César Batista de Faria, músico e compositor, gravou inúmeros discos desde a década de 1970. Ver: Paulinho da Viola. Disponível em: <<http://www.paulinhodaviola.com.br/portugues/biografia/biografia.asp>>. Acesso em 28 de maio de 2007. Para todos os citados, ver também Ver: Lopes, Nei. *Enciclopédia...* (op.cit.).

<sup>121</sup> Na revisão da entrevista realizada em junho de 2007, o entrevistado lembrou tratar-se de Heitor dos Prazeres (1898-1966), ex-menino de rua, um dos fundadores das escolas de samba Portela e Mangueira, autor de sucessos como a marcha “Pierrô apaixonado” (em parceria com Noel Rosa), e que se projetou como pintor na Bienal de São Paulo de 1951. Ver: Lopes, Nei. *Enciclopédia...* (op.cit.).

<sup>122</sup> Clementina de Jesus (1901-1987), cantora brasileira, estreou nos palcos em 1965 com o musical *Rosa de ouro*. Durante sua carreira se dedicou aos ritmos musicais de jongo, corimbas, lundus e sambas da tradição rural. Sua única viagem ao exterior foi como integrante da delegação brasileira do Festival Mundial de Arte Negra, em Dacar, em 1966. Ver: Lopes, Nei. *Enciclopédia...* (op.cit.).

<sup>123</sup> Eduardo Oliveira e Oliveira (1928-1980), sociólogo, fez parte da Associação Cultural do Negro, criada em 1954, em São Paulo, e foi fundador do grupo de teatro Evolução, no interior do estado, em 1971, e do Centro de Estudos e Arte Negra (Cecan), em 1972. Adalberto Camargo (1923), político e empresário, foi diretor de várias empresas em São Paulo, entre elas a Táxi Amarelinho S.A. Foi o primeiro negro a se eleger deputado federal por São Paulo, em 1966, assumindo a cadeira em janeiro do ano seguinte. Reeleito três vezes, permaneceu ao todo quatro legislaturas na Câmara, de 1967 a 1983. Ver *DHBB*.

<sup>124</sup> Oswaldo de Camargo (1936), escritor e poeta, publicou, entre outros, *Um homem tenta ser anjo* (1959), *15 poemas negros* (1961), com prefácio de Florestan Fernandes, e *O negro escrito* (1987). Foi também cofundador do grupo Quilombhoje Literatura, em 1980. Ver: *Presenças Confirmadas*. NCE USP – Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo. Disponível em: <[www.usp.br/nce/africabrasil/paginas/presenca](http://www.usp.br/nce/africabrasil/paginas/presenca)>. Acesso em 8 de mar. de 2007; *Calendário Afro-Brasileiro*. Quilombhoje. Disponível em: <[www.quilombhoje.com.br/calendario/calendario.htm](http://www.quilombhoje.com.br/calendario/calendario.htm)>. Acesso em 08 de mar. de 2007.

<sup>125</sup> Ataulfo Alves (1909-1969) compositor e cantor brasileiro, também esteve no Festival Mundial de Arte Negra de Dacar, em 1966. Ver: Lopes, Nei. *Enciclopédia...* (op.cit.).

não releva, nós temos os garotos, o Paulinho da Viola, o... O mais velho – agora disse o nome dele...

V.A. – Solano, Donga, Pixinguinha, Abdias...

J.P. – O Abdias não estava nessa festa, porque era a delegação oficial.

V.A. – Eduardo...

J.P. – Falta um compositor... Não estava o Jorge da Silva, que você conhece como Zózimo Bulbul; não estavam os que estavam a não ir: o Milton Gonçalves, o Jorge Coutinho...<sup>126</sup> Bom, vamos lá, polêmica: o Itamaraty nomeia uma comissão, e o..., digamos, a comunidade negra – não havia movimento negro naquele tempo... Havia as instituições negras, o nosso Clube Renascença, no qual eu dancei, coisa que tu nunca dançarás, com Vera Lúcia Couto, nossa Miss Guanabara e quarta Miss do Brasil.<sup>127</sup> Conta para o teu pai, conta para o teu pai... [risos]

---

<sup>126</sup> Zózimo Bulbul, nome artístico de Jorge da Silva, ator e diretor cinematográfico. No teatro, na década de 1970, personificou *Orfeu da conceição* em duas montagens no Rio de Janeiro. Escreveu e dirigiu *Dia de alforria* (1981) e atuou, entre outras produções, em *Deusa negra* (1979) e *Dias de alforria* (1981). Em 1988 realizou, com o apoio do Ministério da Cultura, o documentário *Abolição*, produzido em ocasião do centenário do fim da escravidão. Ver Nei Lopes. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo, Ed. Selo Negro, 2004. Jorge Coutinho (1937-) ator e diretor teatral, nascido na cidade do Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores do (IPCN) Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, no ano de 1975 e do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo (1975). Profissionalizou-se em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Na política, foi assistente do gabinete civil no governo de Marcelo Alencar (1994-1998) e dirigiu o sindicato dos artistas do Rio de Janeiro. Em filmes, atuou em *Ganga zumba* (1964), *Quilombo* (1984). Nas novelas, atuou em *A cabana do pai Tomás* (1969), *Roque santeiro* (1985), *Irmãos coragem* (1970), entre outras produções. Ver: Oliveira, Eduardo de. *Quem é quem na negritude brasileira: volume 1*. São Paulo: Congresso Nacional Afro-brasileiro; Brasília: secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1998.

<sup>127</sup> O Clube Renascença foi criado no bairro Lins de Vasconcelos, localizado no Rio de Janeiro, em 1951, por um grupo de negros da classe média cujo objetivo era dispor de um espaço para atividades sociais em que não se sentissem discriminados. Logo atraiu a elite social e intelectual negra do Rio de Janeiro. Na década de 1960, o clube se mudou para o bairro do Andaraí e suas atividades, como festas, bailes de carnaval e concursos de beleza, atraíram artistas, políticos, jogadores de futebol, intelectuais e grupos de vários lugares e classes sociais da cidade. No entanto, foi na década de 1970, que surgiu a proposta de resgatar atividades especificamente voltadas para a juventude negra, que oferecessem novas formas de identificação étnica. Surgiu, assim, o “movimento soul”, a “noite do Shaft”. As rodas de samba desse período também se tornaram muito conhecidas. Ver: *Renascença Clube: 67 de resistência cultural!* Disponível em <<http://renascencaclub.com>>. Acesso em: 29 de jan. de 2020. A primeira Miss negra foi Vera Lúcia Couto, Miss Renascença, em seguida, Miss Guanabara 1964. Vera classificou-se em 2º lugar no Miss Brasil e disputou o Miss Beleza Internacional, em Long Beach, nos Estados Unidos, obtendo o 3º lugar. Foi homenageada pelo compositor João Roberto Kelly, com a marcha carnavalesca “Mulata Bossa Nova”. Ver: *Brasil elegia sua primeira miss negra há 50 anos*. EBC, 2014.

V.A. – Quais eram as entidades negras? O Renascença...?

J.P. – O Renascença, mas não eram politizadas. Então era Abdias que mobilizava. Aí há uma coincidência que eu não sou capaz de dizer se nesse tempo nós já tínhamos tentado formar a Sociedade Africana de Cultura ou não, se foi antes do Festival... Não sei. Eu quase juro que essa festa na embaixada do Senegal foi dia 4 de abril de 1966. Eu ia juntar... Indiscutivelmente, até porque as reuniões depois desse grande movimento foram na embaixada do Senegal, inicialmente, depois não me lembro qual... Na embaixada foram as principais. Isso depois não resultou. Eu me lembro que foi o Joel Rufino dos Santos encarregado de me participar... – eu era a parte, digamos, ampla e eles eram a parte negra; eu era aquela parte que juntava Partido, Antônio Olinto... – ele dizer: “Zé, tu és um cara pra frente. Nada tem a ver contigo.”<sup>128</sup> Foi a primeira vez que eu ouvi essa expressão: “um cara pra frente”. “Isso não é contigo, mas nós não vamos com vocês. Nós vamos nos separar.” Eu disse: “Pena, porque a gente ia reunir uma coisa frágil, mas uma coisa ampla.” A gente até depois podia fazer coisas paralelas, mas pegava o circuito embaixada do Senegal e tal. Não fizemos. E eles criaram o Grupo Ação. Pergunta ao teu pai quem representou *Memórias de um sargento de milícias* no Grupo Ação, um grupo de teatro: Joel... Enfim, a geração pré-teu pai. Isso vem para ocupar esse espaço: “Mas, afinal, o que houve entre 1964 e 1972?” Nós fizemos...

V.A. – O senhor estava dizendo que o Itamaraty não tinha...

J.P. – Isso.

---

Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/brasil-elegia-sua-primeira-miss-negra-ha-50-anos>>. Acesso em: 30 de jan. de 2020.

<sup>128</sup> Joel Rufino dos Santos (1941), historiador e jornalista, integrou a equipe de historiadores que elaborou a *História nova do Brasil*, conjunto de livros produzidos entre 1962 e 1964 pelo Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) (criado em 1956 e extinto em 1964), com a finalidade de renovar o ensino da história no nível médio. Após o golpe político-militar de 1964, com a invasão e a extinção do Iseb, os livros foram apreendidos e seus autores, presos — com exceção de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Rubem César Fernandes, que se exilaram. Joel Rufino foi professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e presidente da Fundação Cultural Palmares, fundada em 1988. Publicou, entre outros: *Zumbi* (1985), *O que é racismo?* (1985) e *Épuras do social - como podem os intelectuais trabalhar para os pobres* (2004). Ver Nelson Werneck Sodré, *História da história nova* (Petrópolis, Vozes, 1986) e Lopes, Nei. *Enciclopédia...* (op.cit.).

A.P. – É porque Abdias não vai.

J.P. – Abdias queria chefiar. Abdias não é convidado. Abdias é o anti-Brasil para o Itamaraty. Agora, Abdias não vai compreender nunca que quem é convidado para os festivais não são delegações, são países. Então são os governos dos países que enviam as delegações. E aqueles que, porventura, por conta própria, vão ao festival, não serão autorizados a falar no festival, porque não são representantes da delegação do país. Não olhem isso como um objeto de perseguição aos negros brasileiros, mas muito mais aos problemas de dissidências internas nos países africanos. Então são delegações oficiais. As despesas são pagas pelo respectivo país. Então Abdias ficou de falar. Abdias fez cartas, foi uma polêmica grande. Teve o apoio do Henri Senghor, que lutou para que ele fosse. Então, no rescaldo disso cria-se essa associação que depois desaparece, e chega 1967. Aí a minha história quase termina para entrar numa atividade pequenina e clandestina, de ser redator do jornal do Partido Comunista destinado aos jornalistas. Um jornal para jornalistas. E eu sou o encarregado de fazer o terceiro mundo. Coisa que consigo e, depois de numerosas repreensões, sou demitido, porque estava escrevendo sobre as frentes formadas pela Coréia do Norte, Vietnã e China... Escrevia coisas subversivas. Escrevia os podres do Egito...

A.P. – Mesmo para os comunistas era subversivo?

V.A. – Não entendi.

A.P. – Era um jornal do Partido Comunista e o senhor escrevia para jornalistas comunistas?

J.P. – Não. O pior disso tudo isso é que o meu chefe, jornalista muito bom, era um fino e tinha que proibir isso. Começou com o meu pseudônimo – também era um pseudônimo... Era Amílcar Fanon. Amílcar, toleravam, mas diziam: “Não tem nenhuma...” Fanon era nome cortado na esquerda.<sup>129</sup> E é. Fanon, para mim, não é um teórico político, é um santo. Santo

---

<sup>129</sup> Frantz Fanon (1925-1961) médico psiquiatra e escritor, nascido na Martinica francesa, nas Antilhas. Teve importante atuação na guerra de independência da Argélia e escreveu obras de referência acerca das lutas de libertação africanas, tais como: *Peles negras, máscaras brancas* (1954) e *Os condenados da terra* (1961), obra que influenciou as ações revolucionárias dos países do chamado terceiro mundo na década de 1960. Faleceu de

pela coerência, pela riqueza de análise na área da questão racial. Fanon nunca foi o “farol da frente” da revolução argelina. Ele era o “farol de trás”, era o que lia o que estava acontecendo, e não o que propugnava. Mas era um grande espírito. Mais cinco anos e Fanon tinha sido um gênio. O Guevara não. O Guevara sempre seria santo. Mas o Fanon ia passar de santo para político, se tivesse durado mais algum tempo.

V.A. – Como era o nome desse jornal?

J.P. – Nem sei. Era um jornal interno. Não era o *Novos Rumos*, que eu vendia tão bravamente quando era garoto.

V.A. – E o nome do seu chefe?

J.P. – Ora bem, Camargo Meyer, o nome do poeta... Tantas vezes eu me lembro desse nome...<sup>130</sup>

V.A. – Camargo Meyer Santos?

J.P. – Camargo Meyer era o nome do poeta. E como jornalista era... Depois eu vim a estar com ele em 1974.

V.A. – Bom, então o senhor passou a escrever...

J.P. – Escrever para o Partido, entro na Comissão de Relações Exteriores do Partido e fico ali encostado.

A.P. – Mas tem uma coisa interessante. É subversivo porque fala de africanos e com o pseudônimo...?

---

leucemia em dezembro de 1961. Ver também Nei Lopes. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo, Ed. Selo Negro, 2004.

<sup>130</sup> O entrevistado escreve o nome, para tentar se lembrar dele.

J.P. – Não, meu filho.

A.P. – É coisa do Vietnã, da Ásia...?

J.P. – Explicando esses ignorantes da sabedoria stalinista, que nunca passaram pela escola stalinista. Como é que se pode chegar à universidade sem passar pelo stalinismo?! [riso] Ah, dr. Amilcar, me perdoe. Oh, cavalheiro, naquela época, você juntar Vietnã, dizer que havia uma teia de unidade Vietnã, Coréia e China era explosivíssimo! Eu estava “chinesizando” a nossa gloriosa revolução socialista-leninista na Ásia. Mais ainda: quando eu mexi... Egito era aliado. Não se podia mexer no Egito. E eu, como era ligado ao Matzpen, que era um movimento israelense, sionista de esquerda, eu tinha essas informações.<sup>131</sup> Eu sempre tive a dualidade de judeu-árabe, de semita. Porque toda a minha família é dessa área. Então eu tinha a ligação... Eu criticava isso. Enfim: “Sujeito desaconselhável.” Mas como eu era obediente, eles mandavam escrever e eu corrigia direitinho e tal, eu permaneci um tempo. Até que fui acusado de um pecado mortal, que era ter contatos com a KGB. Isso da KGB já foi em 74. Eu a princípio achava tão estranho: “Como é que a KGB vai usar a mim como informante de Angola? Se a KGB tem Lisboa, tem...” Não, depois é que eu vim compreender que Lisboa era de uma incompetência. Aqueles “kagebianos” eram de uma incompetência... Eu devia ser muito incompetente, mas o meu cara era competente e fazia como você faz: tirava de mim a saca-rolha o que era preciso tirar. De Angola, não tinha nada de Brasil não. Era de Angola. Aí fui apanhado e o Partido me deu um castigo. Nem KGB nem Partido. Fiquei... Isso era já 1972. Aí fiquei *free lance*. A minha casa era um bom aparelho, era no Largo do Machado, 29, a AP reunia-se lá, a AP Rio de Janeiro. Passavam as noites lá a AP, Ala Vermelha.<sup>132</sup> Eu chego a prestar um serviço à AP e à Ala Vermelha: dava aulinhas de guerrilha sobre como se passava na África. Eu tinha até uma noção boa, porque eu nunca vi, mas me contavam direitinho: “Como é que se começa?” Eu dou uma aulinha de como se começa uma mobilização na cidade, depois no campo, quem é que se mobiliza... Eu quase sou capaz de reproduzir uma aulinha de Amilcar Cabral.

---

<sup>131</sup> Matzpen foi organização socialista libertária em Israel, fundada na década de 1960. Ver: *Matzpen*. Disponível em: <[matzpen.org](http://matzpen.org)>. Acesso em: 30 de jan. de 2020..

<sup>132</sup> Pode ser Ação Popular. Ala Vermelha foi uma dissidência do PC do B, criada em 1966, por oposição a corrente mais conservadora do partido. Ver *DHBB*, verbete “Partido Comunista do Brasil (PC do B)”.

Até que chega 1972 e começa a minha vida diferente: Candido vai dar um curso de sociologia política africana... Se eu fosse um menino, um velho organizado, essa coisa a respeito de um peão, eu tocava em muitas coisas de Brasil. Agora não, mas se eu for de agora para frente, a gente não vai dar conta de agora para frente. Acho melhor, acho menos prejudicial, vocês reservarem mais duas horinhas para...

V.A. – Nós reservamos a tarde de hoje para ficar com o senhor. O senhor pode ficar aqui hoje à tarde? Nós tínhamos combinado de ficar o dia inteiro, lembra?

J.P. – Não.

V.A. – O senhor marcou um compromisso para de tarde?

J.P. – Minha filha embarca para Portugal. Eu já vou chegar atrasado em casa agora.

V.A. – Então temos que marcar para semana que vem.

J.P. – Porque, sinceramente, isso está hiperdimensionado...

V.A. – Mas é assim mesmo. O senhor tem uma vida hiperdimensionada. Quem mandou? [riso]

J.P. – Tenho. Isso, se for feito com juizinho, tem utilidade. Você faz uma ligação através de um peão, um peão liga uma porção de coisas e até explica. Essa parte daqui para frente é muito rica, daqui para frente sou eu o Estado brasileiro, como dizia o grande poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto<sup>133</sup>: “Tu é um brasileiro safo. Os brasileiros aqui, esses empresários, chegam aqui para pedir um carrinho emprestado, motorista. Você já falou

---

<sup>133</sup> João Cabral de Melo Neto, poeta brasileiro, participou da diplomacia brasileira em diversos países. No ano de 1969 tomou posse na Academia Brasileira de Letras da cadeira número 6. Nesse mesmo ano assume a embaixada brasileira no Paraguai. Permaneceu no cargo por três anos, sendo transferido logo depois para a embaixada brasileira em Dacar, no Senegal, cargo que exerceu cumulativamente com o de embaixador da Mauritânia, no Mali e na Gine-Conakry. Em 1974 é agraciado com a “Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco”. Em 1976 é condecorado Grande Oficial da Ordem do Mérito do Senegal e, em 1979, como Grande Oficial da Ordem do Leão do Senegal. Ver: *João Cabral de Melo Neto*. Projeto Releituras. Disponível em: <[http://www.releituras.com/joaocabral\\_bio.asp](http://www.releituras.com/joaocabral_bio.asp)>. Acesso em 12 de mar. de 2007.



com o ministro de Relações Exteriores, o primeiro a te receber; depois soube que o secretário do ministério te convidou para ir na casa da amante, que é uma grande intelectual. Você vai ao gabinete de Senghor e obtém um retrato dele autografado... Daqui a pouco vai chegar o Silveirinha...<sup>134</sup> O Silveirinha só vai ter uma reunião com o Senghor formal. Eu não vou arrumar melhor programa do que você.” Agora, por causa de quê? Por que toda essa coisa? Quer dizer, chego em Portugal, Candido aflito – isto só como introdução... Não, vamos trabalhar.

V.A. – Isso. Eu tenho uma série de perguntas a fazer ainda do que o senhor falou.

J.P. – Isso. Agora eu só precisava de uma coisinha: eu chego lá em cima no terraço em dois, três minutos, fumo meio cigarro...

V.A. – Não tem mais terraço. Lamento muito. Fizeram uma obra e fecharam tudo. Aquele lindo terraço não existe mais. Água? Quer parar um pouquinho?

J.P. – Não. Quem está me sustentando é a adrenalina. Quando eu chegar em casa, aí é que eu sinto; fico quase paralisado... Bom, vamos embora...

V.A. – Eu queria entender a história da KGB, que o senhor disse que o senhor era acusado de estar ligado à KGB aqui, mas era questão de Angola. Não entendi direito.

J.P. – Eu estava muito ligado às Nações Unidas aqui. As Nações Unidas têm aqui um escritório. O posto sério das Nações Unidas é o PNUD, o posto oficial, o mais alto, o embaixador das Nações Unidas no Brasil, é o encarregado do PNUD, que até há pouco tempo era o meu querido mestre, quando era garoto, o Carlos Lopes.<sup>135</sup> Mas existe um cargo político

---

<sup>134</sup> Silveirinha, apelido de Azeredo da Silveira, assumiu, em 1974, o Ministério das Relações Exteriores durante o governo, do então presidente, Ernesto Geisel. Durante sua gestão o Brasil reconheceu a independência de Guiné-Bissau e foi o primeiro país a manter relações diplomáticas com Angola durante seu processo de consolidação política, pós-independência (1975). Ver: *DHBB*, verbete: “Silveira, Azeredo”.

<sup>135</sup> PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Carlos Lopes, intelectual nascido em Guiné-Bissau, foi mestre em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de Genebra e Ph.D. em História pela Universidade de Sorbonne. Dedicou-se ao ensino e à pesquisa em várias universidades em Lisboa, São Paulo, México e Zurique. Em 1988, incorporou-se ao PNUD como economista do desenvolvimento e ocupou vários cargos de direção nessa organização. Foi representante da Onu e do PNUD no Brasil e Subsecretário Geral e



interessante na ONU, que é o chefe do escritório de informação das Nações Unidas. As Nações Unidas, na totalidade dos seus órgãos, produzem publicações; essas publicações são distribuídas por um escritório de informações, que tem uma espécie de chefe político, de porta-voz político da ONU. Então eu era muito ligado a esse porta-voz político da ONU.

V.A. – Que era?

J.P. – Que era Lousada... falta o primeiro nome... Era esse escritório político que me dava cobertura. Por exemplo, a primeira atividade importante que o Centro de Estudos Afro-Asiáticos fez, um pouco sem Candido ter muita ou nenhuma participação, foi comemorar, em 1974, menos de um ano depois que foi formado, o 21 de março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.<sup>136</sup> Nunca se tinha comemorado no Brasil. Então o chefinho da ONU, Lousado, ou Lousada... Perguntar ao Ivan Junqueira, nosso ilustre membro da Academia Brasileira de Letras, que era o secretário dele na época. [riso] Estou me lembrando que outro dia eu fiz a maior das inconveniências: Alberto da Costa e Silva, Joel Rufino dos Santos, Pepetela de Angola, Ivan Junqueira e não sei quem mais, e eu os coloquei todos indevidamente – quem era o chefe da seção era o nosso embaixador – em 1974, ocasião em que todos viviam momentos delicados.<sup>137</sup> [riso] Inclusive o Ivan Junqueira. O Ivan Junqueira, nesse tempo, escala o Roberto, não é?<sup>138</sup>

---

Diretor Político na sede da Onu em Nova York, onde assumiu funções de assessoria direta ao Secretário-Geral das Nações Unidas. Ver: *Dr. Carlos Lopes*. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Disponível em: <<http://www.ihgal.al.org.br/expediente/carloslopes.htm>>. Acesso em: 30 de jan. de 2020.

<sup>136</sup> O dia 21 de março foi institucionalizado pela Organização das Nações Unidas como “Dia internacional pela eliminação da discriminação racial”, para lembrar o massacre de Shaperville, distrito negro de Johannesburg, na África do Sul, ocorrido em 21 de março de 1960. Na ocasião, o Exército sul-africano atirou sobre uma multidão de 20 mil negros que protestavam pacificamente contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação especificando os locais por onde podiam circular. O saldo da violência foram 69 mortos e 186 feridos.

<sup>137</sup> Pepetela: pseudônimo do escritor angolano Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, nascido em 1941. Alberto da Costa e Silva (1931-) poeta, romancista, ensaísta, historiador e diplomata. Foi eleito, em 2002, presidente da Academia Brasileira de Letras, sendo reeleito em 2003. Foi também sócio honorário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Ver: *Alberto da Costa e Silva*. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://academia.org.br/academicos/alberto-da-costa-e-silva/biografia>>. Acesso em: 30 de jan. de 2020. Ivan Junqueira (1934-) escritor, jornalista e foi Assessor de imprensa e depois diretor do Centro de Informações das Nações Unidas no Rio de Janeiro entre 1970 e 1977. Em 30 de março de 2000 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras na vaga de João Cabral de Melo Neto sendo eleito, em 2004, presidente da entidade. Ver: *Ivan Junqueira*. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/ivan-junqueira/biografia>>. Acesso em: 30 de jan. de 2020.

<sup>138</sup> O entrevistado refere-se ao economista e diplomata brasileiro Roberto Campos, que na época descrita pelo entrevistado, era embaixador do Brasil na Inglaterra, permanecendo no cargo de 1974 até 1982. Ver: *Roberto*

Bom, eu frequentava a ONU, o escritório da ONU, e, com o Lousada, a gente combina fazer o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial.

V.A. – Sim, mas eu quero saber da KGB aqui.

J.P. – É aí que entra a KGB.

V.A. – Mas o Dia Internacional foi em 1974...?

J.P. – A KGB só entra para mim em 1974. É depois que eu fui à África.

V.A. – Então o senhor foi acusado pelo jornal do Partido de pertencer à KGB depois.

J.P. – Não. Espera lá. Está tudo errado meu... Não é seu, é a minha... É baralhar as coisas. Esqueça. O jornal só me condenou pelos desvios de Vietnã e pelo nome tal. Mais tarde, o meu chefe no Partido é que vai me dizer: “Olha, você está fazendo uma coisa perigosa...” Eu já não estava organicamente ligado a ele; ele havia sido preso, portanto, posto em isolamento. Ele que vai me dizer: “Você se meteu com a KGB. Nunca devia ter feito isso.” Como é que eu fiz meter-me com a KGB? Eu tinha ido a Portugal. Essa viagem é inicialmente a Portugal, e a todos os cinco países, foi uma viagem escandalosa...

V.A. – Quando o senhor foi?

J.P. – De outubro de 1974 a janeiro de 1975.

V.A. – Está. Então vamos deixar isso para a semana que vem. A viagem.

J.P. – Impressionante. Foi: Portugal, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé, Moçambique, Angola, fecha em Angola. Essa viagem foi uma desproporção.

---

*Campos.* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/roberto\\_campos](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/roberto_campos)>. Acesso em: 30 de jan. de 2020.

V.A. – Então, quando a gente falar dessa viagem, o senhor fala então da KGB, não é isso?

J.P. – É, porque foi depois dessa viagem que... O cara da ONU pedia: “Você se importa de receber o Chuvovski?”

V.A. – Chuvovski, com “ch” de chuva?

J.P. – Eu vou me preparar para recuperar tudo, porque vai sair um livrinho meu com essas histórias... Logo de início...

V.A. – Está bom. A gente combina de falar nisso na próxima...

J.P. – Na próxima.

V.A. – Eu queria fechar então, com as coisas que eu ainda fiquei com dúvida. Quem foi, afinal, para Dacar? Porque o senhor disse que o Abdias não foi indicado.

J.P. – Ora bem, então Dacar foi uma delegação, que, na sua grande parte, era a óbvia delegação no sentido artístico. Agora, faltava aquele que deveria dar a expressão literária e política da comunidade negra. E aí foi Carlos Diegues Júnior, meu querido mestre, e não Abdias.<sup>139</sup> Abdias não era a pessoa competente e adequada – os dois adjetivos, por favor – para chefiar essa delegação.

V.A. – Por quê?

J.P. – Porque o Abdias era um militantista. Militante é aquele que sabe o momento em que é diplomata, em que é acadêmico, em que é político e em que é militante. O militantista não sabe. Então o Abdias era um militantista, e não sabia. Abdias nunca soube, digamos, ter uma política estratégica adequada. Ele teve a repercussão que tem, a ação que teve, porque ele

---

<sup>139</sup> O entrevistado refere-se a Manuel Diegues Júnior, escritor, sociólogo e historiador. Ver: *Manuel Diegues Júnior*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/mdjunior.html>>. Acesso em: 30 de jan. de 2020.

trabalhou muito...Ele foi grande, mas politicamente ele nunca foi do tamanho da sua cabeça e da sua dedicação. Por outras palavras: sempre seduzido pelo populismo, sempre seduzido pelo militandismo, sempre seduzido... Sempre não, depois de 1960. Porque ele foi o homem que agregou todo mundo à volta do Teatro Experimental do Negro. Para eu aparecer com as minhas companhias negras de revista de 26, foi a minha maior dificuldade, porque teatro era só... Eu apareço com 26... Eu não, a minha namorada; aparece com 26 e as companhias negras de revista... É outra história também. Portanto, a delegação vai...

V.A. – Quem foi?

J.P. – Chefiando, o Manoel Diegues Júnior – como se costuma dizer, é o pai do Cacá Diegues – e o pessoal do Itamaraty. Então Abdias limitou-se a cartas de protesto que enviou para Dacar e que publicou aqui e, digamos, isso esquentou também a nossa comunidade negra, principalmente artística, que estava envolvida na ida a Dacar. Repara: “Vamos a Dacar, vamos a África!” Então alguém que se apresentava como possibilidade de criarmos uma Sociedade Africana de Cultura... e de onde vinha essa possibilidade? Vinha de uma visita que havia feito em minha casa Aimé Césaire.<sup>140</sup> Aimé Césaire e Senghor, duas pessoas muito ligadas na minha vida, embora curtamente ligadas... O Senghor foi muito tempo, mas o Aimé foi quase uma visita só a minha casa. O Aimé Césaire, quando veio lá minha casa, deixou todos os materiais de publicidade do encontro que haveria, o Festival de Arte Negra em Dacar em 1966. Aimé Césaire esteve em minha casa em 1 de outubro de 1963. Esse eu me lembro: meu filho nasceu a 25 de setembro. Ele veio para um seminário no Brasil, “Brasil-África”, no Itamaraty, no final de setembro de 1963, ele e um, na altura, obscuro ministro da Agricultura do Benin, naquele tempo Daomé, Alexandre Adande.<sup>141</sup> Eu nem sabia quem era, nem liguei. Os dois vieram. O nosso grande Paulo da Unesco, daquelas figuras da Unesco, tal, o pessoal da Bahia... Eu tenho uma fotografia com essa gente toda. O pessoal negro servia o cafezinho. Aí acho que o Aimé Césaire perguntou: “Vem cá, não há um lugar onde a gente

---

<sup>140</sup> Aimé Césaire (1913-), poeta e político martiniquense, foi deputado pelo Partido Comunista e prefeito da capital de Martinica, *Fort-de-France*. Foi um dos líderes do movimento literário ocorrido na França na década de 1930, chamado “Negritude”. Ver: Lopes, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo, Editora Selo Negro, 2004, verbete “Césaire, Aimé”.

<sup>141</sup> Alexandre Adandé foi professor de Letras em Paris e político de Benin. Ver: *Alexandre Adandé (1913-1993)*. *Les hussards noirs de saviors | Les voix africaines de la « bibliothèque coloniale »* (Afrique Occidentale Française, 1900-1960). Disponível em: <<https://bibcolaf.hypotheses.org/notices-biographiques/alexandre-adande>>. Acesso em: 30 de jan. de 2020.

possa reunir?” Aí levaram para Abdias, acho que foi tudo assim naquele que era assim “encontro de café”: “Vamos para uma casa. Vamos para a casa da africana!” Aí avisaram-nos com um mínimo de antecedência, eu enchi a geladeira de cerveja, que ficou sem ser gasta. O que foi gasto foi caipirinha à beça. Eu não participei da reunião. Minha mulher no quarto com o meu filho, e eu na cozinha servindo. E Fernando Mourão – meu futuro orientador –, digamos, representando a comunidade africanista da casa e umas 50 pessoas, das quais Abdias e a turma de sempre: Milton Gonçalves, Joel Rufino, Zózimo Bulbul, a minha turma.

V.A. – A casa da africana então era da sua esposa?

J.P. – Era a minha esposa. Eu só fui eu depois que fui preso. “Prenderam o marido da africana.” Depois eu passei a ser o Zé Maria. O resto era a casa da africana. Então, isso para dizer que é dessa reunião lá em casa... Bonito, depois foram saudar meu filho... São aquelas diferenças... Eu acho que já contei, não é? Há umas diferenças. Quer dizer, Césaire é um homem de diáspora, francófono, fino, chega e beija a mão da minha mulher, beija a testa do meu filho. O Adande, homem também formado em Paris, antropólogo, foi ministro da Agricultura por questões políticas... Mas Adande não: ele pega meu filho, a minha filha põe a mão na cabeça para pedir a ele a saudação...

V.A. – Não entendi: a sua filha...?

J.P. – A minha mulher. Ele pega na mão da minha mulher e põe na cabeça dele – ele é o mais velho –, põe na cabeça dele para abençoar a minha mulher. E o meu filho ele levanta aos céus. Eu já tinha feito isso quando ele nasceu. Levanta aos céus. Muito bonito. E o contraste dos dois: um, aquela delicadeza universal; o outro, aquela gestuária bem africana. Eu já tinha... Tanto levanto, como faço batucada quando todos nascem, filhos e netos.

V.A. – Então isso era o início dessa reunião...

J.P. – Da reunião para Dacar. E é o último episódio que nós temos, digamos, dessa trajetória africana que atravessa Jânio Quadros, João Goulart etc., sofre o golpe. É o último episódio, em 1966, é a tentativa de criar a Sociedade Africana de Cultura, por influência de Aimé

Césaire que havia estado aqui no final de 1963. Este aí é o último movimento. É como eu digo: do ponto de vista pessoal, eu já estou trabalhando em laboratório, sou um propagandista junto aos médicos, vendedor de remédios em 1965, 1966, 1967, 1968, 1969. Em 1970 eu vou para a Enciclopédia Mirador Internacional, 1971. Pronto, encerra-se aí, digamos, uma parte narrável...

V.A. – E essa Sociedade Africana de Cultura é criada depois de Dacar?

J.P. – Não. Ela não ultrapassa Dacar. Ela tem uma série de reuniões preparatórias aqui no Brasil. O nome Sociedade Africana de Cultura é um nome da sociedade francesa que publica a *Présence Africaine*. É um nome internacional, digamos, da negritude. Aqui no Brasil ela não se concretiza. É quando vem a mim o Joel Rufino e diz: “Você é um gajo pra frente, mas a gente vai seguir um caminho separado.”

V.A. – E qual era esse caminho? Eu queria entender isso.

J.P. – Sai... “a montanha pare um rato”... Nós tínhamos uma organização que abrangia setores amplos negros e brancos ligados à África, e sai um grupo de jovens promissoríssimos – depois todos eles são figuras de destaque –, mas fazem uma peça só. O Grupo Ação, que faz a peça *Memórias de um sargento de milícias* no Cosme Velho.

V.A. – No largo do Boticário.

J.P. – No largo do Boticário.

V.A. – Está bem. E o Itamaraty então manda uma delegação para Dacar...

J.P. – Manda essa delegação para Dacar, o Brasil tem um bom sucesso no festival. Nós temos uma arte negra boa, não é?

V.A. – Quem foi representando artisticamente o Brasil?

J.P. – Eu acabei de citá-los aqui, porque essa noitada que tivemos na embaixada do Senegal era em homenagem àqueles que iriam. Por isso até o Abdias não estava.

V.A. – Então foi Clementina...

J.P. – Clementina, João da Baiana, Pixinga, Paulinho da Viola... Quase que sai o nome do parceiro dele.

V.A. – O Solano Trindade foi a Dacar?

J.P. – Acho que foi, o meu velho. Porque... Depois eu não tenho ideia de quem foi a Dacar. Eu me lembro que chegou ainda na nossa festa aquele grande capoeirista baiano... Não.

V.A. – Então por isso que o senhor disse que aquele ciclo que começa com Jânio e Jango, chega até 1966, porque em 1966 o governo brasileiro ainda manda uma delegação para lá? É por isso que o senhor disse?

J.P. – Não. É da parte da sociedade civil negra, do movimento negro. Quer dizer, ao ver Dacar como um horizonte, ele também se atíça. E também porque a embaixada é useira e veseira em trazer... Por exemplo, o balé do Senegal veio nessa época, o balé da Guiné... O Senegal fazia a recepção e lá íamos nós; a embaixada teve um papel grande na mobilização social de uma classe intelectual e artística negra. Isso aí foi de muito valor.

V.A. – E o senhor, quando fala disso, o senhor falou da aristocracia da Tijuca. O que é isso?

J.P. – A nossa elite negra, em 1960, 1970, era muito pouco visível. O que era a elite negra?

A.P. – É o Clube Renascença...

J.P. – Era, digamos, a elite negra do ponto de vista social era o Clube Renascença, aquelas famílias tradicionais, que eu frequentava; havia uma elite intelectual, Abdias não era homem de Renascença, Abdias, o Pompeu...

V.A. – Que Pompeu?

J.P. – É um desses grandes nomes que eu esqueci. Não está confirmado... E não falamos de Guerreiro Ramos. Mas Guerreiro Ramos, já nesse tempo, estava já...

A.P. – Está terminando. Vai trocar a fita, rapidinho.

[FINAL DO DISCO 5]

V.A. – Aristocracia da Tijuca.

J.P. – Quem é essa aristocracia? As elites negras são diminutas. Apesar disso, nós podemos dividi-las em quatro ou cinco camadas, não é? Temos a camada dos artistas, jogadores de futebol de maior visibilidade e menos *status* social. Temos a camada dos funcionários públicos. Naquela época ninguém dizia “eu sou tesoureiro de não sei o quê”. Bastava a palavra “sou funcionário público”, e estava identificado como pessoa de respeitabilidade e alto crédito na praça. E nós tínhamos os profissionais liberais e intelectuais. O Abdias era uma figura da intelectualidade, uma figura do lado rebelde. Os médicos: os Simpson, os dois irmãos. Um deles foi o parteiro da minha mulher. Os Simpson ainda eram do Méier, tinham uma casa grande no Méier. Depois tinha um grande pediatra negro que era citado em coluna social do *JB*.

V.A. – Qual era o nome?

J.P. – Esse há muito que eu esqueço o nome dele, porque não era muito familiar. Digamos, aí a embaixada do Senegal que identificou para mim: “Tu não conheces, precisa conhecer aquele pessoal que mora no alto da Tijuca.” Claro, seriam quatro ou cinco casas, mas eles agregavam gente que já morava na Barra, ou que morava numa mansãozinha em Jacarepaguá, era uma aristocracia não-visível. Era possivelmente aquele diretor administrativo da Petrobrás, que é preto, não é nem negro nem mestiço, é preto, mas que não aparece socialmente. Então nós tínhamos atingido isso, além de termos atingido... Essa alta



aristocracia só atingimos por virtude do embaixador Senghor, do Senegal. Então essa atividade durou uns quatro meses, ali à volta de 1966. Pronto, era isso.

V.A. – Eu tinha anotado aqui que o senhor dividiu a cela com o cabo Anselmo, foi isso que o senhor falou?

J.P. – Marinheiro de primeira classe Anselmo José dos Santos, para falar a verdade. Chama-se marinheiro de primeira classe. O cabo Anselmo nunca foi cabo.

V.A. – Por quê?

J.P. – Porque não era cabo.

V.A. – Ele era marinheiro. O que é marinheiro de primeira classe?

J.P. – Você tem marinheiro de segunda, marinheiro de terceira, cabo é outra coisa. Anselmo não era. Eu dividi a prisão com Anselmo. Uma primeira pergunta que faziam: “Anselmo já era do inimigo, já era infiltrado?” Até onde vai a minha segurança, e não em mim, mas em outros, não era. Anselmo era agitadíssimo, como eu era, na prisão; jamais mereceu a desconfiança de Marighella. Repare, nós estamos de junho a agosto de 1964. É uma prisão que Marighella sofre, porque foi apanhado num cinema baleado e tal. Depois é liberado por *habeas corpus*. Em 1964 todos nós saímos por *habeas corpus*. Anselmo não, ele era uma pessoa agitada, vaidosa, sim, agitada como eu era, vaidoso mais do que eu... Esse rapaz está burro hoje, ele não está fazendo um retrato decente de Anselmo.<sup>142</sup> Porque eu não sei fazer. Agora, nenhum de nós que esteve dois meses presos com Anselmo, nenhum de nós diz que Anselmo era infiltrado naquela hora. E alguns de nós explicam isso com relativa facilidade. Anselmo não deve ter mudado de posição, nem por tortura, nem por nada. Trabalho muito bem feito pelo menino que eu esqueço o nome, mas do Fleury vocês não esquecem. Anselmo é daqueles que, como eu... Eu passei de Juventude Universitária Católica para Partido Comunista em meses. Mudei a tomada de um lado para outro e passei. Por quê? Certos princípios básicos eram os mesmos. Era o sentido social, o grupo, ou família mais valioso do

---

<sup>142</sup> Refere-se a si mesmo.

que o indivíduo; o projeto mais valioso do que o dia-a-dia, e valores que agora, pelo cansaço, não sou capaz de desenvolver. Então bastava mostrar de maneira aliciante o sorvedouro moral e político em que caiu a esquerda, para um sujeito frágil, que gostaria que a sua vida ainda continuasse de outra forma e que terminaria ali, se não continuasse de outra forma, pudesse dar esse salto. Está uma explicação muito pobre, mas eu não consigo fazer melhor. Eu não sou bom nisso, nem razoável. Mas não era.

V.A. – Então o senhor acha que esse aliciamento foi posterior?

J.P. – Foi posterior. Se eu agisse com cuidado... Foi depois de Cuba.

V.A. – Como assim, depois de Cuba?

J.P. – Depois do retorno dele a Cuba. Tanto que não houve quedas por Anselmo durante os primeiros tempos. Há uma fuga dele pela porta da prisão, que diziam: “Está vendo, ele saiu pela porta da frente...” Saía-se, naquela época. Agora eu começo a render menos, independente... Eu acho que estou rendendo menos por cansaço, mas também por ignorância, por falta de capacidade de análise. Mas é uma convicção que veio de muito testemunho que eu ouvi, que eu não sou capaz de identificar: este é de fulano, de cicrano... Não dá. Anselmo não era, foi depois. Aliás, acho que ninguém escreve isso. Quem escreve vai no “Anselmo foi depois.” Eu fui preso com ele. Foi uma das experiências mais ricas da minha vida...

V.A. – O senhor falou. Marinheiro de primeira classe é menos do que cabo então?

J.P. – É menos do que cabo. Não sei qual é a ideia do cabo Anselmo. Isso depois foi muito corrigido, nos livros já está: “Ele nunca foi cabo, era marinheiro de primeira classe.” Era meu vizinho. A irmã dele era minha vizinha. A minha filha nasceu com um cheque coletivo da turma da Marinha: Anselmo, Beleti, Quaresma, todos aqueles que foram torturados ou mortos, era um grupo de 15. Fizeram um cheque de 21 mil cruzeiros. Me deram um cheque para eu pagar a casa de saúde. Porque o grupo angolano era um grupo *fiche*, como se diz lá em Angola. Nós éramos um exemplo para os presos comuns. Uma das maiores saudações que nós recebemos foi de gente do bicho, a quem nós atendíamos... Nós tínhamos um plantão.

Tudo era gente que já tinha sido presa na Pide, em Portugal, todos nós tínhamos experiência de vida clandestina e tal. Então chegamos aqui, e aquilo para nós, aqueles quatro – dois angolanos, o Zé Maria e o Antônio Louro –, todos presos pela Pide, a gente tinha muita experiência de tratamento, inclusive um sentido de solidariedade muito grande. Então, à noite, um preso era interrogado, nós ficávamos de plantão para, quando o cara voltasse, ter o café feito e ter alguém para falar. Quando se sai de interrogatório, a coisa que mais se tem que fazer é falar. E nós fazíamos isso exemplarmente. Coisa que a aristocracia ferroviária, a aristocracia dos INPSs e tal não fazia. Nós tivemos como xerife, e eu fui subxerife dele, um diretor do Banco do Brasil, um cara que fazia. Aquela aristocracia operária, aquela cela 4 e cela 2, tinham era um monte de latas de conserva. Era brava, era um vício de sindicalismo, aquele sindicalismo fácil de governo: você decreta pelo telefone. Isso quando a Rádio Nacional não decreta por você. Quer dizer, era gente brava, mas não tinha esse sentido de solidariedade. Então, o grande espanto foi quando um bicheiro meio famoso chegou, e nós demos a ele o mesmo tratamento: quando ele sai de manhã, lá está aquele plantão, Zé Maria e Zé Gonçalves, cafezinho, cuidando do camarada, preparando a cama etc. O bicheiro foi solto logo dias depois. Ele era bicheiro e era de umbanda. Se despediu com um canto que depois se tornou o nosso hino; um canto, elogiou a gente. Nós tínhamos uma moral na prisão. Meu maior orgulho foi quando um assistente do Prestes disse: “Você não me arruma um aparelho? Só quero por 24 horas. E é plano B, não é plano A. É o plano B de Prestes.” O Partido Comunista Brasileiro pedindo ao miserável grupo angolano um aparelho plano B por 24 horas. Não tínhamos. O nosso aparelho era famoso, mas era muito manjado, era Largo do Machado, 29. Não dava para Prestes. Pronto, a minha utilidade está se esgotando.

V.A. – Deixa só eu perguntar uma última coisa: quando o senhor falou de Suez, do Egito, o senhor disse que sempre estive na área judeu-árabe, que o senhor sempre transitou nessa confluência por causa de sua família.

J.P. – Não.

V.A. – É isso que eu queria entender: que família?

J.P. – Não. Exagerei um pouco nisso. Isso é uma consciência pós, não antes. Em Portugal todos nós tínhamos no estrangeiro um elemento de ligação, um elemento que podia nos levar cartas para fora, encomendas e tal. E havia muitos navios israelenses pousando em Portugal. Então eu era useiro e vezeiro de estar com israelenses. O judeu propriamente eu não tinha consciência; vim a ter mais tarde, porque a nossa família é uma família semitiquinha: vovó judia, os nomes todos, Oliveira, Pereira, Pinheiro...

V.A. – Todos cristãos novos.

J.P. – Cristãos novos. E o vovô árabe, da região bem árabe. Aquela província é muito semítica. Mas isso veio muito da minha formação internacionalista. Lembremo-nos: toda a minha vida política é sempre internacionalizada. Vou para o Partido Comunista: relações internacionais; MPLA: relações internacionais, tudo é relações internacionais. Por quê? Por essa vocação de mundo. Eu dou cursos que são uma beleza. Ninguém dá curso de guerra fria, ninguém dá curso de Ásia e África como eu dou, até pela bibliografia que eu tenho e porque “meninos, eu estava lá, eu vi”. Um pouco isso. Então, sempre essa vocação. Então eu exagerei. E, depois, muito ligado a uma garotada judaica daqui: Salomão Blajberg, que depois casou com uma negra sul-africana, que foi meu introdutor na militância, por volta de 1966, 1967... Eu me lembro, eu estava chegando na embaixada do Senegal e estava o embaixador cercado pelos meninos de elite daquela escola de aplicação da UFRJ. Ele cercado e eles fazendo perguntas sobre África. Quando o embaixador me viu, disse: “Zé Maria, leva esses meninos.” Gênios! Cinco ou seis deles judeus, fiz muita amizade com eles e então me liguei ao Matspen. Enfim, era muito informado. É dessa coincidência que vem... É claro, depois de 1967, essa vertente... Não, 1967 eu ainda estava ligado ao Matzpen; quando eu me separei foi em 1973. Em 1973 a OLP nos faz uma grande ajuda; eu tenho que falar na rádio da OLP, eu tenho um encontro clandestino em Dacar, para Senghor não saber que estava usando Dacar para a OLP. Tudo isso numa ilusão seguinte, senhora: o Brasil ainda não havia reconhecido Angola, na verdade. Mas o Brasil era tido como aquele país que seria importante na decisão. O Brasil, em 1974, havia reconhecido a Guiné-Bissau, que já foi um passo. O Ítalo Zappa sempre dizia: “Diplomaticamente foi mais difícil a Guiné-Bissau. Porque não

havia o partido na capital. O governo nacionalista não estava na capital. Em Angola, estava na capital, havia justificativa maior.”<sup>143</sup> Me perdi.

A.P. – O Brasil havia reconhecido Guiné.

J.P. – Então, a expectativa em relação ao Brasil era muito grande. Vocês vão ver nessa viagem que eu faço: “Esse é da CIA brasileira.” Isso eu ouvia assim no aeroporto.

V.A. – O senhor era da CIA?

J.P. – Não era a CIA americana, era a CIA brasileira, do serviço... Só podia ser. As pessoas me recebiam assim com uma estranheza... “Professor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes. Esse cara veio falar com o presidente da República, veio do ministro...” Era uma aberração. Eu parecia um espião de fato. Se não fosse a minha incompetência, eu parecia um espião. É que depois viam que eu era uma pessoa relativamente limitada, embora com muitos contatos. Eu não estou fazendo falsa modéstia não.

V.A. – Então a criação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos é anterior a essa sua viagem?

J.P. – É anterior.

V.A. – Então, na próxima reunião, a gente pode começar com criação, com a reunião na PUC em 1972.

A.P. – Que é um congresso afro-brasileiro, não é?

J.P. – Não. Já direto na criação, e uma... René Pélissier é o mais prolixo produtor de livros sobre o império português, de qualidade empírica e de número.<sup>144</sup> E é um especialista, viaja

---

<sup>143</sup> Ítalo Zappa, diplomata brasileiro nascido na Itália. Foi um dos principais artífices da política externa no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) e um dos responsáveis pelo processo de reconhecimento pelo Brasil da independência dos países africanos de língua portuguesa. Foi também ministro-conselheiro do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA). Ver *DHBB*.

pelo mundo para estudar os centros de estudos africanos: Japão, Estados Unidos, Inglaterra, França... Há uma frase dele que é: “Não sei qual será o futuro do Afro-Asiático no Brasil, no africanismo brasileiro. Mas, qualquer que seja, qualquer que venha a ser sua produção acadêmica, a sua importância como órgão de pesquisa, ela nunca chegará a ultrapassar o lugar de centro pioneiro na América Latina de relacionamento direto e diplomático com a África. Mudou as relações do Brasil com a África.” Revista... eu trago para vocês. Aliás, trouxe até. Não! Acabei não encontrando. Aquela casa está um caos. Foi fundamental. E fecho só com uma coisa: estou com um grupo de ilustres acadêmicos...

V.A. – Quando?

J.P. – Isso há muitos anos, a data é ali pelos 1980. Eu disse: “Puxa vida, Candido Mendes não me dá um apoio, não me dá uma orientação. Eu vivo sozinho aí por essa Europa, África, Bahia, e Candido não me dá uma orientação, faça isso, faça assim...” Os incrédulos ouvintes, todos diretores de institutos, gente desse tipo: “Zé Maria, você é uma besta. Não há ninguém nesse país que se queixe de que o seu reitor não o orienta. Todo mundo se queixa que o seu reitor o impede. O teu não te orienta.” E era isso. Eu decidi o destino de um seminário de 200 mil dólares sem dar um telefonema para Candido. Esse foi o Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Aquele velho embarcou.

V.A. – Então está ótimo. Temos que marcar. Obrigada, Marco.

#### [FINAL DA SEGUNDA ENTREVISTA]

*3ª Entrevista: 27.12.2006*

V.A. – Nós estávamos combinando aqui de retomar a nossa conversa por sua graduação em ciências sociais. O senhor começou o estudo de medicina, mas abandonou, não é isso? E foi escolher estudar ciências sociais aqui no Brasil em 69, como foi isso?

---

<sup>144</sup> René Pélissier (1935-) é um historiador francês cuja maior parte de sua obra se dedica aos estudos sobre o Império Português e a formação dos países lusófonos.

J.P. – Muito rapidamente: chego ao Brasil como aluno de terceiro ano de medicina, mas que havia tido um impedimento de fazer os exames e no ano seguinte uma ameaça de expulsão a ser negociada com a embaixada e com a família de modo a que eu saísse de Portugal. Eu saio de Portugal em 1961, que é um ano de eleições e um ano chave, porque havia iniciado a guerra em Angola. Então se dão as eleições legislativas em Portugal em cima de uma guerra em Angola. Então, nas eleições, há um período de dois meses em que não se faz prisão.

V.A. – Isso o senhor já contou.

J.P. – Pronto. Eu venho para o Brasil, sou aceito na UEG, naquele tempo, e evidentemente... Eu já era um mau aluno de medicina em Portugal – mau aluno porque eu fazia tudo menos estudar, eu tinha uma atividade política muito grande, sempre em toda a minha carreira foi assim. Eu fui ser o melhor aluno da turma aqui, aos trinta e tal anos. Abandonei a faculdade para tentar o Itamaraty. Naquele tempo o meu terceiro ano de medicina era suficiente, bastavam dois anos de faculdade para entrar no Itamaraty. Então fiz um bom curso de Itamaraty, onde verifiquei que não tinha também nenhuma chance, a minha melhor disciplina era francês – eu era o quarto da turma; inglês era... Bom, vamos direto... Então isso foi em 1962 e eu não retomei. Fiz o vestibular para ciências sociais, passei brilhantemente na UFRJ, frequentei umas semanas e fui chamado para um grande programa político, era o Programa Nacional de Alfabetização, o método Paulo Freire. E troquei a sala de aula por um belíssimo megafone e andava pelas favelas de Niterói convocando para que as mães mandassem os seus filhos para a escola e elas mesmas viessem para a alfabetização de adultos para que pudessem ler a receita da farmácia, ajudar seus filhos e tal. E isso durou um tempo áureo de três ou quatro semanas, quando veio o golpe. Isso eu estou... Está bem, estou em 1964, mas passo já para 1969. Então eu passo para ciências sociais na UFRJ.

V.A. – Isso antes do golpe?

J.P. – Antes do golpe passo para ciências sociais e depois, enfim, sofro aquelas prisões que mais tarde contaremos...

V.A. – Já contamos.

J.P. – Já se contou essa parte, com a Pide... É um episódio interessante. O certo é que lá fui eu vender remédios. Eu tive várias profissões durante esse período.

A.P. – Depois do golpe?

J.P. – Depois do golpe, a profissão que eu me lembro logo foi a de fazer pesquisa de *marketing*, visitar as casas: “A senhora usa Maizena?” Eu visitei o Nordeste todo numa campanha da Maizena feita pela McCann-Erickson, uma agência de... Como a gente chama? De *marketing*.

V.A. – O senhor trabalhava na McCann-Erickson?

J.P. – Era avulso da McCann-Erickson. Então, como era disponível, estava desempregado, eu fazia viagens para fora, e tinha uma boa apresentação, um bom desempenho. A minha penúltima prisão foi em Recife, na McCann-Erickson. Porque não sabiam onde eu estava e de repente eu apareço em Recife e havia a denúncia de que eu estava denegrindo a imagem da Marinha. De fato, eu consegui algumas coisas e coloquei no *Correio da Manhã* os esquemas de informação etc. Então fui preso em Pernambuco, depois fui solto com uma campanha.

V.A. – Isso foi quando?

J.P. – Outubro de 1964. Pronto, eu retorno e vou ser propagandista de produtos farmacêuticos, me caso pela segunda vez, tenho dois filhos e, em 1968, eu retorno à vida acadêmica. Eu era propagandista do Laboratório Maurício Vilela, retorno à vida acadêmica, faço vestibular para a Fluminense, era uma boa escola, pronto, aí eu faço a Fluminense em 1969.

V.A. – Entra em 1969?

J.P. – Entro em 1969. Em 1972 é que acontece um episódio que é marcante e é aquele, que inicia este nosso capítulo, que é a criação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Candido



Mendes normalmente dava, quando tinha tempo, um curso na PUC do Rio de Janeiro sobre África. Naquele ano o curso era sociologia política africana. Sabendo disso eu me inscrevi, perante a risada dos meus colegas: “O que você vai aprender com o Candido Mendes?” Eu sabia que aprenderia com o Candido, eu já o conhecia desde 1962 do Instituto de Estudos Afro-Asiáticos. Então eu me inscrevi como ouvinte. E Candido Mendes não tinha mapa da África, eu trouxe o mapa da África; ele ficava distante do mapa da África, então eu apontava aquilo que ele indicava. Digamos, ele estava dando história dos séculos XV, XVI, portanto a indicação tinha a necessidade de um certo conhecimento. E Candido, no fim logo da segunda aula, pergunta “Eu conheço esse careca...” Pergunta para um camaronês, aluno regular e meu amigo. E ele então explica quem eu era e ele fala: “Mas lembro dele, do Instituto e tal.” E tinha uma coisa que atiçou a curiosidade dele: naquele momento eu estava terminando o curso, estava trabalhando na Enciclopédia Mirador, onde eu tinha sido candidato em 1971, não-aceito – meu currículo tinha problemas – mas em 1972 eu retorno e Antônio Houaiss diz: “Manda procurar o currículo aqui do professor José Maria, entre os não-aprovados.”<sup>145</sup> E me explicou: “O seu currículo é um currículo político. Nós não podemos pôr em risco a Enciclopédia com o senhor fazendo a revolução nos verbetes.” Aí o grande biógrafo Assis Barbosa disse: “Não, eu tomo conta do Zé Maria.” Enfim, eu passei, fui aprovado por Antônio Houaiss por causa da biblioteca. Todos os empregos da minha vida, todos, não há um que não tenha sido influenciado pela biblioteca, pelo fato de eu ter uma biblioteca. Desde muito cedo. A Enciclopédia foi o mais evidente; depois da Enciclopédia, o Afro-Asiático; depois do Afro-Asiático, os projetos que ganhei. Até o próprio propagandista: eu não devia ser propagandista porque havia sido aluno de medicina, mas acabaram percebendo que eu não voltaria a ser aluno de medicina e tinha bons livros e bom conhecimento. Então essa é uma justificativa que eu dou para a família: aquela biblioteca custou dois apartamentos, mas...

Pois bem, lá estava eu na Mirador Internacional, e mais ainda: meu querido ministro... – Zé Maria, fala direito! Não brinca Delfim Neto estava precisando de um trabalho sobre África, e me disse: “Qual das três Áfricas é a que vale mais a pena? A África do Norte, a

---

<sup>145</sup> Antônio Houaiss (1915-1999), professor, diplomata, filólogo e ensaísta brasileiro., foi eleito em 1971 para a Cadeira nº 17 da Academia Brasileira de Letras, sendo presidente da entidade em 1996. Ocupou o Ministério da Cultura durante o governo do presidente Itamar Franco (1993) e foi membro do Conselho Nacional de Política Cultural, do Ministério da Cultura (1994-1995). Ver: *Antonio Houaiss*. Biblioteca Virtual – Literatura. Disponível em: <[www.biblio.com.br/conteudo/biografias/antoniohouaiss.htm](http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/antoniohouaiss.htm)>. Acesso em 15 de mar. de 2007.

África negra, ou aquela África branca, África do Sul, Angola, Moçambique e tal?”<sup>146</sup> Ele queria apostar nessa África do *apartheid* e do colonialismo português. Não porque fosse a favor do colonialismo. Para ele era o mais rentável. E o Itamaraty estava, mesmo timidamente, defendendo a África negra, a do Norte e a negra. Então Delfim ficou sem quem poder fazer o trabalho. Essas coisas são normalmente do Itamaraty. Por vias travessas o Delfim... o chefe de gabinete de Delfim, o embaixador José Maria Avelar de Queiroz<sup>147</sup> me procurou... Então e eu estava fazendo também esse trabalho. Ah, eu contei isso por causa desta casa,<sup>148</sup> porque na hora dos cálculos para esse trabalho era o Simonsen, na hora do almoço... A hora do almoço é uma hora estratégica para mim, é a hora das invasões e dos roubos – explico já. É a hora das invasões e dos roubos porque eu tenho uma biblioteca cinza muito grande. Cinza é a xerox e o papel dos organismos internacionais. E não há melhor hora para se obter copiazinha roubada de gabinete de ONU, aqueles vários, Pnud e tal, do que a hora do meio-dia, que está só a secretária, a gente entra e faz uma conversa e ela faz uma xerox. Então eu digo que é a hora do roubo. E, no caso do Simonsen, era a hora do almoço.

Então essa conjuntura toda me leva a substituir Candido Mendes. Não de imediato. Candido ainda tentou colocar o Samuel Pinheiro Guimarães – daí a minha velha amizade.<sup>149</sup> Os professores que substituíram Candido nesse curso de sociologia política africana, quando ele tinha que viajar a serviço do Vaticano, ou a serviço das coisas dele, eram Paulo de Castro, um português antigo exilado aqui; Samuel Pinheiro Guimarães... Eu me lembro que o último foi... O filho dele é um grande jornalista da *Folha de São Paulo*, o Bahia... O Bahia pai e o Bahia filho – morreu outro dia também, o pai.<sup>150</sup> Isso é fácil de recuperar... E eu me lembro que, nessa aula, o Bahia não tinha de fato o conhecimento e teve dificuldades. E eu não intervinha, mas daquela vez eu intervim. E ele disse: “Eu estou muito bem atualizado, porque eu estou aqui com um estudo que o ministro Delfim Neto me deu...” Pronto, não conto mais.

---

<sup>146</sup> Antônio Delfim Neto foi ministro da Fazenda de 1967 a 1974.

<sup>147</sup> José Maria Vilar de Queiroz foi assessor do economista e diplomata Roberto Campos e chefe da área internacional do Ministério da Fazenda.

<sup>148</sup> Refere-se à Fundação Getúlio Vargas.

<sup>149</sup> Samuel Pinheiro Guimarães Neto, bacharel em direito pela Universidade do Brasil (1963), ingressou no Instituto Rio Branco em 1963 e formou-se mestre em economia na Universidade de Boston em 1969. Entre 1971 e 1974, esteve de licença, trabalhando como economista na Serete S.A. Engenharia. Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Itamaraty durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em 2003 tornou-se secretário-geral das Relações Exteriores.

<sup>150</sup> Trata-se do jornalista Luiz Alberto Bahia, membro do conselho editorial da *Folha de São Paulo*, falecido aos 82 anos em novembro de 2005. Ver: *Luiz Alberto Bahia morre aos 82 anos no Rio; enterro ocorre às 17h*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74205.shtml>>. Acesso em 07 de mar. de 2007.

Contei a Candido, rimo-nos juntos, e eu fiquei... Luiz Henrique Bahia. O pai é Luiz Aberto Bahia! Luiz Henrique é o filho.<sup>151</sup> Ele me disse: “Preciso de uns *background papers* seus.”

V.A. – De uns...?

J.P. – *Background papers*. É aquele estado da arte. Não é bem estado da arte; estado da arte é acadêmico. É um documento de base, de 50 laudas, em cima do qual você tira um editorial de duas laudas, ou tira um artigo de dez. Eu adoro fazer *backgrounds*. É o meu papel na Odebrecht e no Itamaraty: fazer *background paper*. Isso tudo acelerou, terminou o curso e eu fui a Candido para ele corrigir as provas. “Não, você corrige.” Bom, sintetizando: da última vez era para ele dar as notas, eu dei as notas e, quando estava no último dia, eu disse: “Bom, professor Candido, então me despeço, muito obrigado...” “Não senhor. O senhor vai dar o curso ano que vem comigo.” E ele me dava o chequezinho integral dele no final do mês. Eu disse: “É bom, professor Candido, porque eu tenho uma biblioteca em casa...” “O senhor tem uns livros em casa?” “É uma biblioteca, professor Candido. Não chega a dois mil, mas tem um arquivo.” Ele gritou: “Vicente Barretto, vem aqui! Vamos criar o Centro de Documentação Africana.” O Vicente Barretto, assistente dele, hoje já esquecido um pouco.<sup>152</sup> É um pouco mais velho que eu, mas era um “brilhante preguiçoso”, como era chamado, porque poucos livros produziu. Então, em 30 segundos criamos o Centro de Documentação Africana. Mas foi em 30 segundos, porque nem entramos na sala, eu estava assim na antessala: “Vamos criar o Centro de Documentação Africana.” Aí o Vicente Barretto entra e, quando nos sentamos: “Precisamos de um financiamento... Instituto de Estudos Afro-Asiáticos...” Eu disse: “Os japoneses!” O nome do Instituto Afro-Asiático era Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos; naquele momento ele nem falou nisso. Isso é importante para ver como as decisões de Candido são assim fulminantes, acertava, no tempo em que as coisas podiam ser mais facilmente acertadas e havia mais recursos. Mas

---

<sup>151</sup> Luiz Henrique Nunes Bahia, posteriormente doutor em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj). Ver: ‘Plataforma Lattes’ em <[www.cnpq.br](http://www.cnpq.br)> acesso em 7/3/2007.

<sup>152</sup> Professor Doutor Universitário de filosofia, lecionou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Gama Filho. Ver: *Vicente de Paulo Barretto*. Escavador. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/9448057/vicente-de-paulo-barretto>>. Acesso em: 31 de jan. 2020.

fulminantes. Naquele ano o Candido Mendes criou um centro tipo o Clube de Roma<sup>153</sup>, acerca do desenvolvimento – havia um pessimismo sobre a possibilidade de desenvolvimento mundial; um centro sobre norte-sul; o Centro de Estudos Afro-Asiáticos; chamou o meu velho adorador Hélio Silva, que fundou o Centro de Memória Social.<sup>154</sup> O Hélio Silva que é, digamos, mais fundador do que eu, porque Hélio Silva trouxe todos os livros e documentos dele e um saber que até hoje não tenho, em cima de Brasil. Eu, não. Como foi criado o Centro? Demorou uns três meses para ser criado, porque não havia sala etc. Me reunia em casas, ele pagava o meu salário, pagava a metade do salário da secretária e eu pagava a outra metade. Depois ele pagou três pesquisadores, metade, e eu a outra metade, com os verbetes que eu estava escrevendo ainda para a Enciclopédia. Então dividia. Era uma coisa assim de um amadorismo brilhante.  $\frac{3}{4}$  de sala, porque o outro quarto de sala era de Heleno Fragoso, que era o Instituto de Estudos Jurídicos do grande Heleno Fragoso, nosso parceiro na Comissão de Justiça e Paz.<sup>155</sup> Então criado.

V.A. – Isso onde?

J.P. – Dezembro de 1972, em janeiro de 1973 começaria o contrato. Só consegui sala em abril de 1973.

V.A. – Mas onde?

J.P. – Até abril de 1973, minha casa. Em abril conseguimos uma sala na Faculdade Candido Mendes de Ipanema, que... havia já a faculdade de economia e estava abrindo a de direito. Estava abrindo o Memória Social, estava abrindo o centro dos argentinos, que é aquele centro de desenvolvimento de que eu não me recordo o nome, lá na Igreja Nossa Senhora da Paz, naquelas instalações da igreja. E ficamos ali. Em janeiro não tinha sala e eu ficava em casa.

---

<sup>153</sup> O Clube de Roma, criado em 1968, é uma organização internacional que reúne personalidades de todo o mundo – cientistas, economistas, empresários, chefes de estado, entre outros –, com a missão de analisar e discutir os problemas da humanidade, em princípio livre de interesses políticos, econômicos ou ideológicos.

<sup>154</sup> O historiador Hélio Silva (1904-1995) publicou dezenas de livros sobre a história contemporânea do Brasil, como *1922: sangue na areia de Copacabana* (1964), ou *1954: um tiro no coração* (1978).

<sup>155</sup> Heleno Fragoso (1926-1985) foi professor titular das faculdades de direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Candido Mendes. Foi também membro da Comissão Internacional de Juristas em Genebra e diretor da *Revista de Direito Penal e Criminologia*, editada pelo Instituto de Ciências Penais, da Universidade Candido Mendes. Ver: *Heleno Fragoso*. Fragoso Advogados. Disponível em: <<http://www.fragoso.com.br/quem-somos/heleno-fragoso/>>. Acesso em: 31 de jan. de 2020.

Só que eu não fiquei em casa; fui ali no Colégio Santa Rita, um colégio de crianças, aluguei uma sala com aquelas cadeirinhas pequenas – não as infantis, mas de criança –, e 30 alunos se inscreveram para o primeiro curso de história da África, introdução à história da África.

V.A. – Onde fica o Colégio Santa Rita?

J.P. – Em Botafogo, na Voluntários da Pátria. Entre os alunos estava... Eram pessoas importantes, vou perder... A mulher do Newton Carlos, de que eu não me lembro o nome no momento; Fernando Lopes, que hoje é deputado, mas foi secretário de Fazenda e era uma pessoa importante no jogo Brasil-Angola; Edmundo Dias, professor titular da Unicamp; o velho Moacyr Góes, e Conceição, a esposa dele... Era assim uma platéia... O que eu quero me gabar aqui não é tanto do curso.<sup>156</sup> Amilcar morreu no dia 23 e nós celebramos a morte de Amilcar.<sup>157</sup> Dia 23 eu estava em curso, quando Amilcar foi assassinado. O gostoso foi quando eu entrei no gabinete de Candido e, com todo o orgulho e empáfia, eu deposei o cheque da receita do curso. “O que é isso?” E assim foi. Depois eu dava umas aulas em vestibular, porque eu era muito ligado ao professor Falcão, e todo mundo sabia que no vestibular tinha as perguntas de África, então Zé Maria andava pelo Anglo-Americano, São Vicente, e dava cursos.

V.A. – Que professor Falcão?

J.P. – Professor Francisco Falcon. Eu disse Falcão? E meu Deus, vou ganhar um oito...

---

<sup>156</sup> O jornalista Newton Carlos (1927) colaborou para diversos periódicos, como *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo*. Fernando Lopes de Almeida (1946) fazia mestrado e doutorado na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas no início dos anos 1970. Durante os dois governos de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1987 e 1991-1994) foi secretário de Planejamento e Controle, cargo que acumulou com o de secretário de Urbanização, Habitação e Assentamentos Urbanos durante o segundo governo Brizola. Foi também deputado estadual (1987-1990) e federal (1991, 1993, 1994-1999). Ver *DHBB*. Edmundo Dias foi professor de sociologia da Universidade de Campinas (Unicamp). Ver: *MIA – Edmundo Fernandes Dias*. Marxists Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/dias/index.htm>>. Acesso em: 31 de jan. de 2020. Moacyr de Góes era secretário de Educação de Natal e foi exonerado e preso logo após o golpe de 1964. Transferindo-se para o Rio, foi professor no Colégio São Vicente de Paula. Sua esposa, Maria Conceição Pinto de Góes, foi professora adjunta da UFRJ desde 1979, e fazia graduação em História na mesma universidade no início da década de 1970. Ver: “*Plataforma Lattes*”. Disponível em: <[www.cnpq.br](http://www.cnpq.br)>. Acesso em: 31 de jan. de 2020.

<sup>157</sup> Amilcar Cabral morreu em 20 de janeiro de 1973.

V.A. – Eu pensei: “Será que é um professor da Cesgranrio que eu não conheço?”

J.P. – Aliás, a nota que eu ganhava era injusta. Eu era aluno de nove e o Falcon me dava oito. Era a nota mais baixa que eu tinha. Então, criado o Afro-Asiático... Vamos a...

A.P. – Mas eu não entendi. Esse cheque era para bancar o Centro de Estudos? Você depositava o cheque...

J.P. – Não. Desculpa, não se pode aceitar pela minha palavra folclorizada. O depositar o cheque foi um sinal de que... Porque tínhamos um contrato – era uma coisa romântica –, e no contrato dizia que todo o dinheiro que eu fizesse com o Afro-Asiático, eu devolvia a Candido. E que Candido era obrigado a me dar por mês dois e quinhentos e mais uma secretária e mais não sei o quê... não tinha verba para livros ainda naquele tempo. Então eu “*pafi*”! Vinham aquelas conferências e aquilo era “um saco”, um problema de contabilizar, nem sei se aquilo era contabilizado. Aquilo Candido mandava botar lá nas contas dele. Mas é porque não tinha como contabilizar uma coisa daquelas. Enfim, correu 1973 com cursos de extensão. Fizemos mais de uma dúzia de cursos de extensão. Uma vez Candido errou de porta, foi a Ipanema e abriu a porta errada. Quando abriu a porta, estava um grupo de 50 alunos assistindo ao Zé Maria falando desesperadamente da libertação da África. E Candido ficou surpreso. Agora vale uma nota, vale o folclore que eu disse, mas vale a nota. A nota é: estamos em 1973, aquele regurgitamento da linha dura, nem a PUC conseguia ter uma aula de história contemporânea com o teor que tinham aquelas conferências sobre desenvolvimento africano, modelo de desenvolvimento japonês, história da África, onde guerrilha era o filme do dia. E se não era com filme era com fotografias exibidas. Então, isso tudo por causa da impunidade que tínhamos dada a situação de Candido. Posição histórica de Candido e posição conjuntural. Então acho que é importante dizer, se eu for ajuizado e falar pouco, que 1973 foi um ano de maturação importante, porque nós influenciemos as escolas superiores. Na verdade só a Uerj, a Uff – a Fluminense – e a Puc. A Fluminense, a senhora lembra, porque tinha aquela professora que vai mandar os seus estudantes negros lá no Afro-Asiático. Nós influenciemos, e eu lembro que havia um curso na Puc de Oriente Médio, e nós fizemos uma coletânea de estudos de Oriente Médio. Em que eu fiz uma tolice: Sérgio Pechman era meu assistente, e eu assinei com ele uma história da Palestina. Sérgio é judeu e

a irmã dele trabalhava no consulado de Israel! A confusão que houve de Sérgio assinar uma apostila do Afro-Asiático junto com o Zé Maria... Aquela coisa de promover o assistente, não é? Não devia nem contar isso, mas já está um pouco por conta do cansaço. Para promover um assistente, eu coloquei a assinatura dele ao lado da minha, numa apostila pública – foi para os alunos da Puc –, na qual o nome dele era identificado... No consulado de Israel, era uma apostila pró-Palestina. A irmã dele trabalhava no consulado de Israel, então quase que ela é demitida. Essas coisas assim... Estou começando a perder um pouquinho o controle.

V.A. – Deixa eu fazer uma pergunta para aproveitar: esse curso que o senhor deu no Colégio Santa Rita, que o senhor disse que, no início, foram poucos alunos, mas depois foi crescendo...

J.P. – Não, foram trinta e tal. Foi logo assim de início.

V.A. – Como havia a divulgação disso? Como as pessoas sabiam?

J.P. – Nós tínhamos um grupo numeroso. O grupo africano era um grupo com muita audiência, até por questão... lá volto eu à velha palavra, acho que mais usada em qualquer gravação dessa que é a palavra folclore. Nós tínhamos, digamos, uma retumbância grande. Aquele grupo: Zé Maria, turma africana que vivia à volta..., tínhamos uma retumbância que atingia os melhores alunos da Puc, e os mais ricos. Durante 1974 eu vou ter aqueles estagiários que eu falei. Quem eram esses estagiários? Era gente da... Não consigo lembrar o nome. Daqui a pouco eu lembro. Três são do Instituto de Economia da UFRJ: Sá Earp... Mas é uma injustiça não botar o menino mais baixo, ele fez o verbete comigo, me desculpe. Isso requeria preparação, mas isso era muito tempo. Sintetizando...

V.A. – Então o senhor diz que a divulgação foi de boca em boca...?

J.P. – Foi de boca em boca. Porque havia um grupo muito mobilizado. O Afro-Asiático era o lugar onde a senhora iria, se fosse além do primário na época, às seis da tarde. Depois de terminar as aulas na PUC, era aquela coisa: “Vamos ver o Afro-Asiático, o que aconteceu na revolução mundial, na revolução africana.” Era assim. Quer dizer, isso tudo numa salinha que



não cabia meia dúzia. Mas a gente transbordava para uma sala de aula ali aberta. Então era fácil esse curso dar esse número de alunos. Nós, em 1973 e 1974, fizemos uma dúzia e meia, havia cursos com 50 alunos. E devo dizer que esse que teve 50 foi América Latina, não foi África. Porque América Latina mais falta fazia. Não havia cursos de extensão da universidade naquela época. Não havia textos de apoio. O professor dava um curso na PUC sobre Oriente Médio, um caso concreto, e quem dava os textos de apoio, as *xeroxes*, e quem fazia uma apostilazinha éramos nós. Então era importante, era um centro assim de eco. Quando eu falar do Afro-Asiático em relação ao movimento negro, eu tirei uma frase da Moutinho...

A.P. – Laura Moutinho.

J.P. – Laura Moutinho, dizendo: “O Afro-Asiático era uma entidade mitológica. Ter passado por ele era ter percorrido um rito de passagem.”<sup>158</sup> Era uma coisa mitológica. Depois virou polêmica, tínhamos o grupo dos socializantes, digamos, e o grupo erradamente chamado de pró-americano. Quer dizer, o que nós precisamos mais – negros? Uma auto-imagem melhor, uma afirmação melhor – vinha isso dos Estados Unidos. Mas juntava também com o cunho social da... Depois eu vou falar nos três grandes fatores que propiciaram a renovação do movimento negro. Então o Afro-Asiático era isso. Claro, meu Deus do céu, o resto era de um amadorismo primário, e tinha africanos. Foi esse Afro-Asiático que, um dia... Olha, para ver o que era, eu vou contar... é o grande N’Krumah da África... O Afro-Asiático trabalhava aos domingos, porque todos os meus livros, todas as minhas coisas estavam no Afro-Asiático, até a máquina de escrever. Então eu não podia fazer nada em casa.

V.A. – O senhor transferiu a sua biblioteca para lá?

J.P. – Toda. Isso é fundamental. O Afro-Asiático foi criado com a colaboração gentil da empresa Gato Preto de mudanças, que chegou a minha casa, trouxe quatro estantes tipo sueco

---

<sup>158</sup> Laura Moutinho, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991), fez seu mestrado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Lecionou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9156992025883151>>. Acesso em 31 de jan. de 2020.



– são brasileiras mas com modelo sueco –, trouxe oitocentos e poucos livros, trouxe os arquivos, trouxe uma máquina de escrever 32 Lettera – superior ao seu computador [riso] –, o ventilador... Os móveis, eu fui ao depósito de móveis velhos da casa e consegui arrancar lá umas mesas. E assim foi criado.

V.A. – A empresa Gato Preto foi a sua casa, buscou os livros e levou para Ipanema?

J.P. – Para Ipanema. Candido pagou 200 reais. Quando nós, finalmente, em abril conseguimos  $\frac{3}{4}$  de sala.

V.A. – E lá ficou a sua biblioteca?

J.P. – Lá ficou a minha biblioteca, lá ficou a minha vida intelectual. Mas isso veio a perdurar até 1986. Eu tinha uma biblioteca em casa geral, mas a biblioteca de trabalho estava no Afro-Asiático até 1986.

V.A. – Em 1986 ela voltou para a sua casa?

J.P. – Ela voltou para a minha casa. Daí aquela coisa grande que está lá. Muito bem, eu chamei a atenção do clima, eu chamei a atenção daqueles pré-vestibulares que chamavam a gente... Nós, em 1973, 1974 éramos a coqueluche, a coisa nova que havia na universidade brasileira. E isso no sentido folclórico quase do termo. Porque ali eu soube que... Não isso é depois... Estou fazendo confusão, isso é outra mistura...

V.A. – O senhor escreveu aqui Kwane N’Krumah, por quê?

J.P. – Eu vou explicar. É para ver que isso atingia... É a primeira vez que eu tenho esse raciocínio, eu não tinha tido esse raciocínio: é um centro em Ipanema, lugar inóspito para uma universidade, em cima de uma igreja etc., e aquilo deve ter atingido até o pessoal da rua. Porque só assim eu explico o episódio que aconteceu. Eu estou domingo, trabalhando... Este foi o mais famoso, é o pai do pan-africanismo moderno, a quem Candido foi avisar que Jânio Quadros ia mandar um embaixador negro e N’Krumah disse: “Mande o embaixador negro

para a Suécia e venha você para cá.” Era a figura africana mais de proa na época. Nasser, na África do Norte, e N’Krumah, em Gana. Eu estou no domingo e vejo uns passos no corredor – porque era aberto, era o andar superior da Igreja, o oitavo andar –, uns passos no corredor e uma pessoa meio perdida. Eu vejo, e a cara dele me assustou, porque ele é muito parecido com o pai, ele é filho do primeiro casamento do pai. E ele se apresentou: “Sou Francis N’Krumah, sou médico psiquiatra...” E sentou-se e começamos a conversar. O inglês dele era fácil para mim, eu tenho mais dificuldade em ouvir do que em falar. Antes de contar o resto, que é rápido, eu fico pensando: como é que aquele homem chegou ali? Ele se identificou como africano, naquela coisa de rua, e alguém disse: “África, África, ali!” Nitidamente. Não haveria outra hipótese.

A.P. – Ele não falou sobre nenhuma intermediação para chegar até lá?

J.P. – Não, não. “África” e mandaram ele subir. Estou vendo aquele diálogo. Foi muito espontâneo. Chegou muita gente importante lá naquela indecente sedezinha pequenininha. Mas aí N’Krumah chega, senta-se ao meu lado e pouco depois ele tem um susto, porque ele estava olhando para mim e olhou para trás. Para trás estava o retrato do pai dele. Um retrato absolutamente não-oficial, aquele retrato desse tamanho, que eu mandei ampliar, tirado de um comício. Portanto o *kenté* não era dourado. Era um *kenté*...

V.A. – O que é *kenté*?

J.P. – É um traje de gala, um traje comum e normalmente de gala para um chefe. É um pano que se envolve... – esse cara nunca aprende...<sup>159</sup> – o braço direito fica despido, atravessado, e aquilo é bordado em ouro. Eu estive anos mais tarde com o rei dos *ashanti*, é um rei simbólico – estive eu, Garrincha e minha mulher: Brasil 0, Argentina 0. Perdemos o Campeonato do Mundo de 1978. E o filho da mãe do *ashanti*... – filho da mãe não se pode... [riso] – Nós estávamos conversando. Ele estava vestido a civil, tinha só o símbolo da monarquia *ashanti*, que é um tamborzinho, um banquinho de ouro, é a terra do ouro, não é? Conversamos pouco, eu com ele, eu com o Garrincha, minha mulher com o Garrincha, o

---

<sup>159</sup> Refere-se a si mesmo.

Itamaraty... E ele chamou a atenção: “Vem cá.” Na janela do aeroporto, ele me mostra um avião da South Africa Airways. Me cobrou ali. Nunca me esqueço disso.

V.A. – Cobrou o quê?

J.P. – A presença de um avião da South Africa Airways em pleno Brasil. Nós devíamos ter cortado relações.

V.A. – Ah, estávamos aqui no Brasil? Pensei que o senhor estava lá.

J.P. – Me desculpe, não. No Brasil.

A.P. – A Copa foi na Argentina.

J.P. – A Copa foi na Argentina. Foi o seguinte: ele ia viajar, e o horário dele... Ele queria ver o jogo e ao mesmo tempo viajar. Bom, ver o jogo e viajar, vai ver o jogo no aeroporto. Agora, quem serão os *escorts*, é *escorts* que se diz? Os acompanhantes? Garrincha, que é o mais disponível que se pode ter, e o *office boy* do Itamaraty, o Zé Maria.

V.A. – Isso foi quando?

J.P. – 1978. É só procurar lá o jogo da Argentina com o Brasil.

V.A. – Certo. Mas ele olhou para trás e viu a fotografia do pai.

J.P. – E viu a foto e ficou surpreso. Corta, pano rápido e passo seguinte. O passo seguinte eu o levei à biblioteca. Tinha livro do N’Krumah em português, já naquela época, que é o *Neocolonialismo, último estágio do imperialismo*, tinha a autobiografia dele em espanhol, sublinhadinha, tinha *My Life*, dele também, em inglês, e tinha um estudo em francês. Mas o que mais o surpreendeu é que era tudo sublinhado em vermelho, verde, anotações ao lado e tal. O velho ficou... Velho nada, era um pouco mais velho que eu. Ficou muito satisfeito. O que eu quero dizer com esse episódio é que aquilo virou referência de rua.

A.P. – Isso é em que ano?

J.P. – Isso é 1974.

A.P. – A pergunta que eu quero fazer é a seguinte: você está dizendo que no Colégio Santa Rita, nesse curso em 1973, já como Afro-Asiático, tanto que você leva o cheque lá para o Afro-Asiático, o seu público de alunos é Moacir Góis, Conceição Góis, professores, Fernando Lopes...

J.P. – Moacir Góis, Conceição Góis, Newton Carlos... Fernando Lopes era Fundação Getulio Vargas, era da geração que fez mestrado aqui.

A.P. – O que eu queria lhe perguntar é o seguinte: havia, já nesse momento, no início do Afro-Asiático, um público de negros?

J.P. – Não. Só africanos. Naquele momento havia os africanos, porque a minha casa era visitada... Em 1974 é o segundo casamento. No primeiro casamento, a casa era cheia de africanos. E também de famílias negras tradicionais, fui sócio do Renascença...

A.P. – Mas quando o N'Krumah é mandado para lá, como “África”...

J.P. – Não, era um fenômeno de rua. Identificava-se que naquele... Repara, isso não é a minha casa, é o Afro-Asiático... Pergunta, desculpa.

A.P. – O que eu quero lhe perguntar é isso: é porque aí já é 1974. Já havia um fluxo grande de militantes e de pessoas negras frequentando o Afro-Asiático?

J.P. – Já.

A.P. – Quando começa essa interlocução?

J.P. – Em abril de 1974. Aí eu vou contar ela. Passou o assunto N’Krumah, então vamos entrar... Nós estamos em 1973, período africano, período de cursos de extensão. 1974, no 21 de março, é o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Nunca tinha havido uma cerimônia comemorativa dessa data no Brasil. Aí eu tenho uma ligaçãozinha – quando eu falei da KGB, eu fiz uma referência, eu tinha uma ligação com o escritório da ONU. Não com o Pnud, que é a sua embaixada, o escritório de informações da ONU. A data é celebrada pelo escritório de informações da ONU, que fica no Itamaraty, lá no Palácio dos Cisnes. Ele teve sede própria, agora o Itamaraty deu uma sede para eles, porque ele perdeu a importância que tinha outrora, os estudantes iam lá e pegavam muitos documentos. Era um tempo de África. Então, com o escritório de informações da ONU e eu, nós inventamos uma cerimônia e tivemos a ousadia de convidar Afonso Arinos.<sup>160</sup> Ele topou. Afonso Arinos topando, o Itamaraty mandou o Portellão também vir.<sup>161</sup> O Portella, que era o chefe do escritório daqui. E a minha clientela africana, a embaixada do Senegal topa. A embaixada do Senegal era clientela, porque desde o tempo da luta...

A.P. – O senhor já contou...

J.P. – Então Candido Mendes se vê com Afonso Arinos, Jaime Portella<sup>162</sup> do Itamaraty... Foi uma surpresa para Candido. Aquele salão todo embelezado de maneira...

V.A. – Qual salão?

J.P. – O salão da Candido Mendes em Ipanema. Aquilo foi assim, tudo amadorístico. Era impressionante. 21 de março de 1974. Tudo muito amadorístico, ainda me lembro de nós colando, Estela, é amiga do teu pai... Esse foi o primeiro aparecimento público do Afro-Asiático, foi em 1974, um ano e meio depois. O ano de 1973 passou no conhecimento da vida

---

<sup>160</sup> Em 3 de julho de 1951 foi promulgada a Lei nº 1.390, a chamada “Lei Afonso Arinos” por ter se originado de um projeto de autoria do então deputado federal Afonso Arinos de Melo Franco. A lei incluía a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor entre as contravenções penais. Ver: “*Legislação*” em [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso: 08 de dez. de 2006.

<sup>161</sup> Jaime Portela de Melo foi general do Exército e chefe do Gabinete Militar no governo do Presidente Arthur da Costa e Silva (1967-1968). Ver “Jaime Portela” em *DHBB*.

<sup>162</sup> Durante a revisão da entrevista realizada em junho de 2007, o entrevistado afirmou tratar-se do embaixador Jaime Portela, que então chefiava a representação do Itamaraty no Rio de Janeiro.

universitária, mas o acontecimento, digamos, diplomático, a primeira vez que foram diplomatas brasileiros e africanos à Candido Mendes, foi ali em abril de 1974.

A.P. – 21 de março.

J.P. – 21 de março de 1974. Depois vêm da Bahia Joana Elbein dos Santos e o nosso Deoscoredes Maximiliano dos Santos, mestre Didi.<sup>163</sup> Esposa e marido. Ator e porta-voz – Vocês desencadearam um mecanismo psicológico. Ela disse: “Zé Maria, não esperes que mestre Didi se pronuncie. Os chefes africanos não falam. Há sempre um intérprete que fala por eles.” “Joanita, isso é o do antigamente da vida. Hoje, Amilcar, Agostinho Neto, Samora Machel falam por si.” “Isso são chefes modernos, mas os chefes da tradição...” Joanita não se deu por achado, e tem razão. Só que ela falava por ele porque ela falava por ele. Ela tinha um discurso bem organizado, bem colocado.

V.A. – Então ator era o mestre Didi e porta-voz era a Joana?

J.P. – E porta-voz era a Joana. Ainda hoje. Estão vivos os dois. Didi, nos seus 90 anos, e Joanita, nos seus setenta e tal.

V.A. – Sim, vieram para cá por quê? Como souberam?

J.P. – São muito amigos de Candido já há muito tempo, e vieram para cá com uma idéia de fazer uma grande exposição de arte sacra afro-brasileira. Este é o começo daquilo em que vamos entrar em seguida e que eu já estou me comportando mal. Esse é o começo do começo do movimento negro. Então eles vêm e o mérito todo é deles. São eles que trazem o acervo de arte sacra. O acervo de Didi, não sei se uma parte do acervo era de Olinto... não. Acervo de Didi e acervo dos museus da Bahia. Era um conjunto lindo. Eu tenho fotos disso, fotos

---

<sup>163</sup> Deoscoredes Maximiliano dos Santos (1917), nascido em Salvador e conhecido como Mestre Didi, é chefe religioso, artista plástico e autor de diversos livros sobre a tradição de iorubás em terras brasileiras. Seu livro *O ioruba tal qual se fala*, de 1950, foi o primeiro manual com vocabulário dessa língua editado no Brasil. Juana Elbein dos Santos doutorou-se em etnologia pela Universidade de Sorbonne, em Paris, em 1972, com a tese *Os Nagô e a morte: padê, asesé e o culto egun na Bahia*, publicada pela Editora Vozes. Ambos fundaram a Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (Secneb), em Salvador, em 1974. Ver Lopes, Nei. *Enciclopédia... (op.cit.)*, verbete “Mestre Didi”.

amadorísticas, mas... Então, a Candido Mendes, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos e a Joanita Elbein, que na oportunidade criam mais uma instituição, a Secneb. São as sete instituições criadas no seio do Afro-Asiático: Sociedade de Estudos da Cultura Negra da Bahia, Secneb.<sup>164</sup> São os tambores de Xangô e o....<sup>165</sup> E nós então fazemos as semanas de arte afro-brasileira, realizadas no Museu de Arte Moderna, com a Isabel Lustosa pagando.<sup>166</sup>

V.A. – A mãe dela, talvez? A Isabel é a historiadora da minha geração. A mãe dela é Lustosa.

J.P. – A mãe não era Isabel? Era diretora do Museu na época.

A.P. – Isso ainda em abril de 1974?

J.P. – Estamos em abril, maio de 1974, organizando essa grande exposição. Junta-se a nós, quem? Juntam-se a nós Jards Macalé e Gilberto Gil. Então nós ficamos com quatro ou cinco salões do Museu, abrindo um *show* de Gilberto Gil e Macalé e meu Djalma Correa, grande percussionista. Ele dizia para mim: “Olha como ele tem uma esquerda. Se tu estudasses, vagabundo, serias um grande percussionista.” – dizia ele para mim por causa da esquerda. E fizemos um grande *show* e exibição. Um mês, aquelas semanas. E o Itamaraty entrou: “Conferências aqui não. Vocês vão fazer conferências na universidade.” Então nós fomos fazer em Ipanema, com um público muito reduzido, as conferências sobre arte e questões afro-brasileiras. Então ainda teve esse charme da proibição do Itamaraty. Claro que nos tirou um público muito grande, é verdade. Houve algumas sessões, algumas oficinas que permitiram fazer; uma grande peça de teatro... Outro dia eu encontrei na Bahia – esqueci o nome, daqui a pouco eu lembro – um grande ator americano que fez “Por que Oxalá usa ekodidé”, aquele Oxalá velho.<sup>167</sup> A peça de teatro foi um sucesso.

Agora, esse sucesso não podia ocorrer sem os seus episódios – como diz o Zé Maria e vocês têm que aturar um pouquinho – folclóricos. Vai visitar a exposição o ministro da

---

<sup>164</sup> Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (Secneb), com sede em Salvador, fundada em 1974. Ver: *Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (Secneb)*. Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao269606/sociedade-de-estudos-da-cultura-negra-no-brasil-secneb>>. Acesso em 31 de jan. de 2020.

<sup>165</sup> O entrevistado explica desenho que acaba de fazer reproduzindo o símbolo da Secneb.

<sup>166</sup> Refere-se a Heloísa Lustosa,

<sup>167</sup> Peça de teatro de Deoscoredes Maximiliano dos Santos.

Educação da Nigéria, e aí há mancadas de todos os lados. O ministro da Educação da Nigéria, acompanhado do encarregado de negócios – o Brasil não tinha embaixador na Nigéria. A Nigéria estava fria com o Brasil, então tinha só um encarregado de negócios que era um ioruba, que sabe ioruba moderno mas não sabe ioruba arcaico. Então Didi avança e saúda o nosso ministro da Educação da Nigéria, que ouve quietinho e o encarregado de negócios fazendo a tradução para o inglês. O ministro era do *middle belt*<sup>168</sup>, não era ioruba. E mesmo que fosse ioruba, não saberia aquele ioruba, aquele “latim de missa” – que fique bem a expressão, porque o ioruba arcaico é o ioruba de culto, é o “latim de missa”. Então deu-se esse primeiro constrangimento. Tudo bem.

V.A. – Não entendi qual foi o constrangimento.

J.P. – Desculpa, eu sou useiro e vezeiro por atropelar. Ah, Isabel eu vou te aturar mais porque eu estou vendo mesmo que eu falo tudo atropelado. O ministro é saudado por mestre Didi, em ioruba arcaico, ioruba do culto. O ministro aguenta firme, mas não entende nada. Aí o encarregado de negócios encosta e traduz um pouquinho para o inglês, assim porque ele não entendia muito...

V.A. – Não entendia ioruba.

J.P. – Não. Entendia ioruba, mas não aquele arcaico. Mas aí pega. É como se fosse italiano. É mais difícil que o espanhol, mas pegava como se fosse o italiano, que a gente pega, do latim e tal. Traduziu, muito bem. Terminada esta cena, o meu embaixador devolve com um vexame.

V.A. – Qual é o seu embaixador?

J.P. – Eu estou... O ministro da Educação da Nigéria. Já estou saindo do sério. O ministro da Educação da Nigéria devolve o quiproquó, fazendo outro quiproquó: “Não, essas peças não são brasileiras. Vocês foram buscar...” Era assim, muito amigavelmente, porque a Joanita

---

<sup>168</sup> O entrevistado se refere ao cinturão médio da Nigéria, termo cunhado para caracterizar a área de transição entre o norte e o sul do país. Devido à sua posição central, é um território marcado pela heterogeneidade linguística e cultural e por disputas de poder.



apresentou: “São peças nossas, feitas por nossos artistas daqui.” E o ministro, muito amigavelmente, disse: “Não. Eu sei que não são peças brasileiras. Mas como é que vocês conseguiram essas peças na Nigéria?” Aí Joanita passou de um salto desse tamanho para um salto 48. E todos nós botamos salto e explicamos: “São daqui, embaixador.” E eu, para não faltar à minha vocação folclórica, disse: “Um dia vou criar uma empresa de turismo, como o velho Garvey criou nos Estados Unidos, para vocês virem aprender as coisas da Nigéria aqui.”<sup>169</sup> [riso] Eu disse lá no meu inglês. Foi um belíssimo episódio. Ele ficou surpreso de fato. Aí o encarregado de negócios deu o selo de confirmação final, disse: “Não, são daqui mesmo.” Ele não era ioruba. Ioruba tem prestígio artístico, prestígio político, mas ele era do norte, aquela gente meio feudal etc. Bom, episódio passado, semanas afro-brasileiras.

Agora entramos. Por quê? O *show* do Macalé... O *show* do Gilberto Gil, perdão. É porque o Gil era mais famoso, mas o Macalé e o Djalma, naquele Museu todo ocupado, dá um frenesi na turma negra. E agora nós vamos nos aproximando do momento em que o Afro-Asiático começa recebendo o pessoal negro. Eu não me apercebi disso, os seus entrevistados talvez não, a turma grande... Eu tenho muito eco disso, as teses também mostram...<sup>170</sup> Mas encerramos o pano em junho de 1974, e voltamos atrás um mês ou dois – que eu não tenho certeza –, em abril. Em abril de 1974, o que acontece? Está uma professora, Maria Beriel, dando aula na... Aí é que é o tema central de tudo isso. Maria Beriel...

A.P. – Da Uff.

J.P. – Da Uff. Isso, agora, Amílcar, me ajuda. Me emparelha, baixa o espírito aí do velho. É um chato... Meu Deus, ele tem sempre que ser o filho... Tadinho, meu filho... Te consola, é para veres a raiva que eu tenho de teu pai... A Maria Beriel... Primeiro eu vou fazer uma nota prévia. Eu era de família negra e era das organizações negras tradicionais, eu era do Renascença, a nossa menina Couto, que ganhou o prêmio de Miss Guanabara, dançou comigo

---

<sup>169</sup> O jamaicano Marcus Garvey (1887-1940) fundou um movimento pan-africanista, no início do século XX. Estabelecendo-se nos Estados Unidos, chegou a fundar uma companhia de navegação em 1919, a Black Star Line Steamship Corporation, para promover o transporte dos afro-descendentes para a África. A empresa, contudo, foi processada por irregularidades, e Garvey foi deportado para a Jamaica. Em 1935 fixou-se em Londres, onde faleceu.

<sup>170</sup> Ver, por exemplo, as dissertações de mestrado de Laura Moutinho, *Negociando discursos: análise das relações entre a Fundação Ford, o movimento negro e a academia* (1996), e Helene Monteiro, *O ressurgimento do movimento negro no Rio de Janeiro na década de 70* (1991), ambas defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

nos 15 anos... Eu era o único branco que andava por ali, mas não interessa. Eu era da aristocracia negra, mas sempre achava que movimento negro era movimento negro. Eu tinha feito a experiência em 1966, contei para vocês, a grande organização negra. Mas depois eu disse: “Não. A função do Afro-Asiático – até a expressão que eu usava era esta – será um almoxarifado do movimento negro. Aqui eles terão todos os livros sobre África, aqui eles terão todos os livros sobre negro no Brasil. Aqui será o almoxarifado deles.” O que quero dizer com isso? “Não vamos bancar órgão militante do movimento negro. Nós somos metade brancos e metade africanos, então não vamos fazer isso.” Esse meu propósito foi ultrapassado pelos acontecimentos. Até, inclusive, depois daí, o Afro-Asiático foi, e acho que durante muitos anos, até 1986, a única instituição na história da universidade brasileira – repito para o gravador gravar bem – a única instituição na história da universidade brasileira em que a maioria dos dirigentes, pesquisadores, técnicos e funcionários, a maioria de 2/3 a 4/5, negra. Mas isso naturalmente. As secretárias concorriam: cinco. As cinco eram negras, concorriam. Eu acho que alguém explicará melhor isso do que eu. Depois, mais tarde, nós fizemos concursos financiados pelo Ford, e aí, sim, os concursos eram para estudantes negros que tivessem condições de fazer mestrado e doutorado. Aí a palavra “negro” apareceu mesmo. Mas antes não, era natural. Bom, feita essa nota prévia da estratégia que tínhamos de sermos um almoxarifado...

A.P. – A Maria Beriel...

J.P. – A Maria Beriel, em suas aulas, estava fazendo uma pesquisa sobre questão racial brasileira, sobre um aspecto do racismo brasileiro, e não tinha livros suficientes na biblioteca da Uff. Então ela disse: “Olha, vocês vão ao Afro-Asiático, que lá tem uma boa biblioteca.” E começaram a aparecer, eu sem me aperceber muito bem, aqueles dois, três, quatro negros. Vou encurtar a história. Ao mesmo tempo, a minha cunhada, Beatriz Nascimento, que é nome histórico do movimento, havia publicado uns artigos na revista *Vozes* e no jornal *Opinião*. Na revista *Vozes* era sobre quilombo e consciência negra, e no *Opinião* era espinafrando... quem era o espinafrado da época? Já tinha Zumbi em 1974?

A.P. – Já. Em 1971 que o Oliveira propõe<sup>171</sup> e, em 1973, 1974, a Beatriz acaba interagindo com o pessoal lá do Sul, porque sai uma matéria falando deles aqui no *Jornal do Brasil*.

J.P. – Não. Era o filme *Quilombo*. Desculpa. O filme *Quilombo* é posterior. Então ela...

M.B. – Vou trocar a fita aqui...

J.P. – Enquanto interrompe eu penso a memória...

[FINAL DO DISCO 7]

V.A. – Já estamos gravando. Beatriz Nascimento escreve no *Opinião*...

J.P. – Beatriz Nascimento escreve dois artigos na revista *Vozes* e um no *Opinião*, criticando o filme de Cacá Diegues, *Xica da Silva*, porque naquele filme não havia lugar para um herói negro.<sup>172</sup> E Beatriz também não soube dar valor ao personagem Xica da Silva, em que o sexo é um instrumento de poder. Embora no filme pareça que o sexo é uma vitrine de Gilberto Freyre. E também Xica da Silva era Xica da Silva, não era nenhuma revolucionária. Mas o importante é que, eu vendo aqueles alunos, eu não me lembro como foi, mas tinha que ser de mim a iniciativa, eu disse: “Vem cá, vamos nos reunir aqui aos sábados. Tem aqui os textos de Beatriz e nós podíamos discutir...” E no primeiro sábado eu me lembro que foram umas 13 pessoas. Beatriz, minha ilustríssima ex-mulher, ainda não o teu ilustre pai...

A.P. – É irmã de Beatriz, sua ex-esposa?

J.P. – Beatriz é inimiga e cunhada, meu filho.

A.P. – Qual o nome da sua ex-mulher, para a gente registrar?

---

<sup>171</sup> A data do 20 de Novembro como dia a ser comemorado pela população negra no Brasil.

<sup>172</sup> *Xica da Silva* foi dirigido por Carlos Diegues em 1976, com Zezé Motta e José Wilker nos papéis principais. Na revisão da entrevista realizada em junho de 2007, o entrevistado lembrou que o artigo sobre *Xica da Silva* foi publicado depois de 1976, no jornal *Opinião*. Os artigos de Beatriz Nascimento sobre os quais se discutiu ainda em 1974 foram os dois publicados na *Vozes*.

J.P. – Maria Isabel do Nascimento. Aquelas duas, eu vivia brigando com as duas...

V.A. – A Maria Isabel do Nascimento...?

J.P. – É irmã de Beatriz e minha mulher.

V.A. – É a segunda mulher?

J.P. – É a minha segunda mulher.

V.A. – E a sua primeira mulher, a gente registrou o nome?

J.P. – Constância Filomena Ramos da Cruz Nunes Pereira. Registramos na hora das prisões.

A.P. – Então estavam lá uns 13: Beatriz Nascimento...

J.P. – Uns 13. Eu não me lembro assim, porque logo ao fim de cinco sábados eram 40, 50.

A.P. – 40, 50 negros brasileiros?

J.P. – Negros brasileiros. Apareceram uns branquinhos, uns três ou quatro... Sabes o que é? Me veio agora ao pensamento a palavra: não tínhamos tempo. Primeira vez que eu tenho essa frase. Não tínhamos tempo para os brancos. Vamos explicar: quer dizer, eu sou branco, mas sou aculturado. Nós, para uma discussão profícua, não temos tempo de explicar aos brancos as coisas básicas do racismo que a gente já sabe. Era como se estivéssemos aqui discutindo a história da África neste nível e o público não acompanharia, não é? Então os brancos foram mais deixados para o lado, mais por não estarem, digamos. Por exemplo, nunca uma Elisa Larkin, mulher de Abdias...

V.A. – Não precisa explicar também.

J.P. – Não precisa explicar. Precisa corrigir. Eu brinco com Elisa. Mas Elisa é afro-centrista, americana, e os americanos, a gente tem que desculpar deles, a gente tem que encontrar uma...

A.P. – Mas ela acompanharia as discussões...?

J.P. – Claro.

A.P. – Mas os que não acompanhariam acabaram não frequentando?

J.P. – Acabaram não frequentando. O certo é que aquilo era impressionante. Eu começava a me impressionar não tanto na chegada. A chegada eram grupos de cinco, de três, de quatro. Mas chegava as dez da noite era o fim, fechavam o prédio. Então às dez da noite descia, e a palavra certa e científica é “negrada”, na praça Nossa Senhora da Paz. Isso começou em maio, junho, julho.

V.A. – Quer dizer, antes dessa exposição no MAM?

J.P. – Não. Desculpe. Depois. A exposição no MAM foi em junho. As primeiras foram antes da exposição. Minha senhora, isso que é argúcia. A exposição no MAM foi em junho. Nós começamos a nos reunir em final de abril, maio, a data... Até hoje não sei uma data certa. Eu ainda vou encontrar isso naquelas dezenas de caixas que nunca mexi.

A.P. – Aquelas que eu vou pesquisar bastante. Aquelas caixas que eu vou conhecer com afinco.

J.P. – Tu vai mesmo, garoto?

A.P. – Tenho que conhecer.

J.P. – Caramba, eu queria ver se arrumava dinheiro... Ali tem coisa que eu nem sei, meu filho. Tem aquelas fáceis, aquelas duas dúzias, que é “Negro-Brasil” de 1980, de 1970...

Agora, lá para trás... Bom, vamos frisar: essas reuniões em abril, maio, não têm a pompa e a circunstância que... Pronto, aí é que está. Agora, você me juntou a ideia. Que é a seguinte: nós temos abril, maio, seis ou sete sábados de 12, 20, 30 e tal; depois, as semanas afrobrasileiras em junho todo, e a dimensão aumenta muito. Então eu me referia à hora da saída, porque era a hora do impacto, a hora que todos eram obrigados a sair e saíamos juntos e ninguém saía correndo para a fila do ônibus e entrava. Ficava aquilo ali vagando por Ipanema. Bom, eu vou adiantar, para depois não esquecer, que ali por volta de setembro o Candido Mendes tem a pressão do governo. Eu digo pressão do governo porque as pressões vinham sempre através do Golbery do Couto e Silva. É hora de despachar esta coisa: por que Golbery do Couto e Silva tem tanta importância para Candido? Eu já expliquei, está gravado, que eles foram um chefe da Assessoria Internacional de Jânio Quadros, o outro chefe da Casa Militar. O que não está explicado é que Golbery está no governo em 1974. Nós estamos em 1974: a abertura geiseliana, lenta e tal. Eu já acompanho Candido... Em 1973 começam os ataques aos padres e o meu Casaldáliga fazendo a revolução nos versos.<sup>173</sup> Candido me mostrava: “Olha o teu bispo.” É engraçado que eu apanhava de todo mundo. Apanhava do dom... bispo querido nosso de Duque de Caxias...<sup>174</sup> O dom Luciano eu respeito... o ligado ao...

A.P. – Não é o Lorscheider?

J.P. – Não, o Lorscheider era com quem eu trabalhava, o Ivo e o irmão, que eu trabalhava na CNBB. Daqui a pouco eu me lembro. Isto vem a propósito da importância de Candido.

V.A. – Golbery e Candido.

J.P. – Vou fechar o parêntesis. É que está na hora do conflito com a Igreja. Já não é o conflito tão agudo, como era em 1973 para 1974; já é Geisel fazendo funcionar a distensão lenta. Então Candido era a figura chave para Golbery. Candido tinha a Igreja e Golbery tinha

---

<sup>173</sup> Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (MT), foi o principal responsável pela criação, em outubro de 1975, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Durante o regime militar, muitos agentes pastorais tornaram-se suspeitos de subversão da ordem social e foram perseguidos, presos e mesmo mortos pelos órgãos de repressão. Ver *DHBB*, verbete “Comissão Pastoral da Terra”.

<sup>174</sup> Refere-se possivelmente a dom Mauro Morelli.

Geisel. Pronto: eram os dois dialogantes. Então, tudo o que acontecia, Candido só me dizia: “O general...” E eu já sabia o que era. Ou: “O senhor”, quando era no telefone. “O senhor espera que...” Então Candido recebe a pressão e diz para mim: “Se for preciso mistura uns brancos.” Não foi preciso misturar os brancos. Golbery domesticou, já estava um clima de abertura e foi um período em que, quando estava mais agudo, nós paramos, porque eu tive que fazer a grande viagem chamada “em busca do tempo perdido”. Quando eu fui na operação “em busca do tempo perdido” esvaziou-se a operação movimento negro, porque durante os dois meses em que eu viajei não tivemos reuniões.

A.P. – Então causava espécie o fato de descerem 40, 50...

J.P. – Espécie é aquela expressão infeliz que o seu pai usa na sua ignorância... Causava espécie... Causava... Não era nem... Eu não sei, porque Golbery filtrava já as coisas, Golbery não se espantava. Candido não tinha bem sensibilidade para essas coisas. Eu me lembro de uma vez, bem mais tarde, em 1980, de Candido entrar num auditório com 400 negros... eu estava na mesa e ele até se admirou de como aquele branquinho conseguia segurar aquela... e era numa gritaria, era uma coisa. E Candido disse: “Eu nunca pensei que o racismo no Brasil fosse tão duro e produzisse...” Ele se sentiu assim angustiado por tudo, inclusive pelo primarismo da reação, primitivismo até, de a gente se esgoelar... Hoje o diálogo cotas ou não-cotas se dá de uma maneira mais articulada. Embora os brancos, nossa senhora... Como eu me condeno por ter tido essa surpresa com os nossos brancos. Nunca pensei... Corta. Voltemos.

V.A. – O que se discutia nessas reuniões de sábado?

J.P. – Isso está muito bem até. Todo mundo fala disso nas dissertações, nos testemunhos.

V.A. – O senhor mesmo participou de todos os sábados?

J.P. – De todos. Eu era obrigado a estar lá.

V.A. – Começava a que horas mais ou menos?

J.P. – Começava às quatro e ia até às dez. Como era? Primeiro, no sábado, nós tínhamos cinco salas grandes à disposição, então eu vou dizer um público médio de 80. Distribuíamos ali por quatro, cinco salas os grupos e, durante a semana... – isso é o grupão –, o grupo afro-brasileiro ia ao Afro-Asiático, já tínhamos uma secretária, que era minha secretária, mas era dedicada a atender o grupinho, que ia durante a semana... O grupinho eram cinco, seis. Vão durante a semana, escolhem os textos, datilografavam, faça as *xeroxes*, que eram os textos que iriam motivar as discussões de dinâmica de grupo aos sábados.

V.A. – Quem era esse grupinho?

J.P. – Esse grupinho... Não o senhor seu pai. O senhor seu pai já entrava ali... Não. O grupinho é o grupinho mais afro-americano. Era Carlos Medeiros, Paulo Roberto dos Santos, José Ricardo de Almeida...<sup>175</sup> Stela Maris de Oliveira era a secretária... Nem Yedo... Os grandes chefes de legiões não eram do grupinho.

V.A. – E quais eram os critérios que o grupinho usava? O senhor sugeria?

J.P. – Não me recordo. Não, eu não sugeria.

V.A. – Eles tinham a biblioteca à disposição...?

J.P. – A biblioteca à disposição e nós ali discutíamos. Eu não tinha liderança nisso. Não tenho nem memória – eu sou tão detalhista na memória. E é bom. Significa que eu não tinha uma grande representação.

---

<sup>175</sup> Carlos Alberto Medeiros participou da fundação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) e do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), ambos no Rio de Janeiro, em 1974 e 1975, respectivamente. Mais tarde foi chefe de gabinete da Secretaria de Estado Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (Seafro), durante o segundo governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1991-1994), e membro do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, órgão do Ministério da Justiça de 1995 a 1996. Concedeu uma entrevista ao CPDOC para o projeto “História do movimento negro no Brasil”, em 15 de abril de 2004. Paulo Roberto dos Santos, também militante do movimento negro desde a década de 1970, foi presidente do IPCN durante a década de 80, gerente do Plano Estadual de Direitos Humanos do Rio de Janeiro e presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Negro (Cedine), no governo Rosinha Garotinho (2003-2006).



V.A. – Então eles decidiam quais seriam os textos a serem datilografados?

J.P. – Exato. Eu só me lembro de uma mesa em que eu caí e que não tinha mulato. Era eu branco e o resto tudo preto. Então a discussão foi um pouco em cima do mulato. É a única lembrança que eu tenho. Não tenho nenhuma lembrança específica, anedótica, de lembrar episódios...

V.A. – Nenhum folclore?!

J.P. – Não. Engraçado, nenhum folclore... Tem. Eu pegando uma cadeira e avançando para cima de Zé Ricardo, porque o Zé Ricardo estava ameaçando bater no cunhado dele, o Medeiros. Vê se pode? Aí fui criticado, porque não tinha nada que puxar cadeira. Foi o único episódio.

A.P. – Quer dizer, as reuniões eram quentes, não?

J.P. – Não, é um episódio, um folclore meu deslocado. E porque eram dois cunhados. Um cunhado do outro. Então eu saí da sala onde eu estava e peguei a cadeira. Sei lá, uma coisa assim. O resto não, era quente... Depois é que foram me contando coisas, tinha gente ali que até foi armado. Tinha o pessoal do lúmpen, que não era estudante universitário. Um dos meus grandes amigos era esse menino. Depois mais tarde ele me contou: “Eu cheguei a ir armado. Eu não ia armado por causa da reunião. Eu estava armado e fui à reunião.” Havia muitas coisas assim que foram me contando anos depois.

Bom, o clima? Eu ouço a palavra catarse, dinâmica de grupo... Eu ouço não, eu leio. Porque tem vários testemunhos nesse aspeto. Olha, eu só sei que aquilo, por exemplo, a mim, me deu uma consciência nova. Eu não era pela diferença, eu era pela predominância. Eu dizia: “A cultura negra brasileira, a identidade brasileira é negra.” E ali é que eu aprendi com quem...? Meu Deus do céu... Daqui a pouco eu lembro... “É a diferença. Viva a diferença! Você quer botar todo mundo preto. Não. Viva a diferença!” Foi uma das coisas que eu aprendi naquela época, que eu me lembro. Essas reuniões, que mais marcas elas têm? Aí tem discussões das quais eu estou alheio – eu depois vim a saber e vim a ler –, que eram: bom, dali era preciso nascer... Aquilo era muito bom, mas era uma casa de branco, era uma

universidade... O resíduo ainda de “universidade não é lugar de negro, nós vamos fazer o saber fora”. Não era assim, em 1974 já não era assim. Abdias veio ao Brasil em 1968, 1969 ou 1970 e ainda havia esse resíduo. Eu me lembro que fui uma grande reunião com o Abdias e... os nomes é que... eu tenho a cara toda... Era um irmão do Jorge da Silva, que tu não conheces como Jorge da Silva, mas conheces como Zózimo Bulbul; naquele tempo era Jorge da Silva. Como tu não conheces o Antônio Sampaio, tu conheces o Pitanga; como tu não conheces a Jacy Santos, tu conheces a Thereza Santos, e por aí afora. Essa turma toda minha é de 1962, quando eu me reuni com eles. Cacá Diegues que nos reuniu para o filme *Ganga Zumba*, 1962.<sup>176</sup> Eu estava na UNE, tinha o meu trio negro da UNE – era Joel Rufino dos Santos, Wilson Barbosa, dois eméritos professores... Wilson Barbosa de economia histórica na Usp e Joel Rufino dos Santos na UFRJ, e o menino que depois de preso desmunhecou, cacimbou, ficou doente mental, o Osmar.<sup>177</sup> Era o trio de ouro da Universidade do Brasil, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, em 1962, 1966.

V.A. – Esse Osmar, qual o sobrenome?

J.P. – Eu não me lembro. Ele foi preso comigo. Eu assisti até ao início, numa das minhas prisões, da sua desagregação. Aí ficou o Wilson... Mas ele era de nível mais baixo do que Joel. Joel foi chamado por Nelson Werneck Sodré para fazer a *História nova*.<sup>178</sup> E vossa excelência tem um exemplar? Se não tiver eu ainda consigo uns originais.

V.A. – Oba.

---

<sup>176</sup> O filme *Ganga Zumba* foi lançado no ano de 1964 e dirigido por Cacá Diegues. No elenco estava Antônio Pitanga, como Ganga Zumba. Ver: *Ganga Zumba: Elenco*. AdoroCinema. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-56418/creditos/>>. Acesso em 31 de jan. de 2020.

<sup>177</sup> Wilson Barbosa do Nascimento, professor, lecionou no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Usp. Ver: *Wilson do Nascimento Barbosa*. FFLCH – Departamento de História. Disponível em: <<http://historia.fflch.usp.br/wilson-do-nascimento-barbosa>>. Acesso em: 31 de jan. de 2020.

<sup>178</sup> *História nova do Brasil* foi um conjunto de monografias produzidas entre 1962 e 1964 pelo Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (criado em 1956 e extinto em 1964), com a finalidade de renovar o ensino da história no nível médio. Além de Nelson Werneck Sodré e Joel Rufino dos Santos, participaram do projeto Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes, Pedro de Alcântara Figueira e Maurício Martins de Melo. Até 1964 haviam sido publicadas pelo Ministério da Educação e Cultura cinco monografias com o selo da *História nova*, mas logo depois do movimento político-militar de 31 de março, com a invasão e a extinção do ISEB, os livros foram apreendidos e seus autores, presos — com exceção de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Rubem César Fernandes, que se exilaram. Houve uma segunda publicação das monografias, pela editora Brasiliense, mas a edição também foi apreendida. Sobre o assunto, ver Nelson Werneck Sodré, *História da história nova* (Petrópolis, Vozes, 1986)

J.P. – Trocamos aí por qualquer coisa. [risos] E Wilson Barbosa não, depois ele foi para o exílio e doutorou-se fora. Voltamos ao Afro-Asiático, voltamos a esse clima. Oficializa-se o grupão, no sentido seguinte: esse grupinho fica meio institucionalizado, aí começa a chamar-se o Grupo Afro-Brasileiro. O Grupo Afro-Brasileiro tinha assento dentro da Candido Mendes. Não recebia salário, mas era mais oficialmente aceito – o grupo de trabalho, aquele que preparava as reuniões. Depois, passamos a viver o momento... Entretanto, os cursos de extensão. O campeão foi o teu pai; ele deve ter feito uns cinco. Já tinha data que ele dizia: “assim” – adiantava a data para mim. Meu [inaudível], era Yedo, Zé Maria e Amauri.<sup>179</sup> Amauri naquela radicalização de [inaudível], Yedo e Zé Maria nos panos quentes, que não era bem assim. A razão não estava com nenhum dos três lados do triângulo, mas passemos a frente. Então o que havia? Havia então um clima de fermentação que deu origem à criação, em épocas diferentes, que eu não sei identificar, entre 1974 e 1976, das instituições, você sabe, IPCN...

V.A. – O senhor falou que eram sete.

J.P. – IPCN, Sinba, Secneb, Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Ceab de Niterói, Grupo André Rebouças da Fluminense...<sup>180</sup> Falta o do Djalma. Sete então é hipertrofia minha. Porque IPCN, Sinba, André Rebouças e o Ceab, esses sim, e o Secneb na Bahia. Podemos consolidar em termos de cinco e não de sete. E dentro tínhamos dois tipos de correntes, correntes daqueles que achavam que... Tinha inspiração marxista: velhos militantes do Partidão, normalmente os mais antigos, os mais, digamos, consolidados. Eu era um desses casos; da parte negro, Yedo, especialmente; teu pai sempre com afeição... Teu pai não era a

---

<sup>179</sup> Yedo Ferreira foi militante comunista até a década de 1960, quando se afastou do Partido Comunista Brasileiro devido à perseguição do regime militar. Por sua experiência como militante de esquerda antes do golpe de 1964, teve grande importância na fundação e na estruturação de entidades do movimento negro na década de 1970, elaborando estatutos e contribuindo muito para a consolidação do chamado “movimento negro contemporâneo”. Participou da fundação da Sinba, do IPCN e do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. Amauri Mendes Pereira foi fundador da Sinba e participou da direção do IPCN no início da década de 1980 e no início da década de 1990, quando foi eleito presidente da entidade. Também foi fundador do MNU, em 1978. Ambos concederam entrevista ao CPDOC, para o projeto “História do movimento negro no Brasil”, em 2003 e 2004.

<sup>180</sup> A Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) foi fundada em 1974, no Rio de Janeiro. No ano seguinte foram fundados o Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), também no Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba), em São Gonçalo (RJ), e o Grupo de Trabalho André Rebouças, na Universidade Federal Fluminense.

afeição socialista que comandava, era a afeição da “nós temos que pegar a arma da teoria e agora é a prática. A prática da teoria.” A prática das armas não precisava ser. E o grupo americano, que eu acho que era o adequado para a época, por incrível que pareça. Uma mistura dos dois foi o que deu mais certo. Que era: “O que nós precisamos? De assumir uma identidade.” Ora bem, o que nós temos na época? Agora sim, agora que é o sério, que é a base histórica dessa ocasião – 1974, 1975, 1976, 1977. São os grandes anos e 1978, com o Movimento Negro Unificado. Qual é a conjuntura da época? A conjuntura, vamos começar no Brasil por uma conjuntura mais ampla. Essa conjuntura mais ampla é marcada pelo “milagre brasileiro”, resultado da repressão, tudo contraditório: milagre brasileiro, maior número de entrada de estudantes negros na universidade.<sup>181</sup> Ao mesmo tempo, esse número, que para nós pensávamos que fosse o maior percentual de negros, porque de brancos não era. É que os negros eram tão poucos, que, digamos, uns 20% a mais de negros pareciam muito mais do que os 40% a mais de brancos que entravam. O milagre, a entrada, o novo mercado de trabalho, a passagem, o pêndulo da repressão-distensão, 1974, 1975. 1975 é quando, no nosso Partido Comunista, mais morre gente. Nós tivemos ali uma série de mortes, e com referência anterior ao glorioso PC do B, que esse então é liquidado mais do que a gente.<sup>182</sup> Prosseguindo, essa conjuntura brasileira é tingida de preto por um evento que, aparentemente, nada tem a ver. Pode alguém falar por mim agora e dizer: “Os bailes *soul*.” Os bailes *soul* dirigidos por...

A.P. – Filó...

J.P. – Não. Filó, eu agradeço. Pronto, Filó e Carlos Medeiros. O nome do Filó?

A.P. – A gente conhece como Filó. Está vendo...

J.P. – Não. Eu sei o nomezinho. A memória é que me falha.

---

<sup>181</sup> Durante o período de 1968 a 1974, a economia brasileira sofreu uma notável expansão, refletida no crescimento acelerado do Produto Interno Bruto (PIB). Esse período ficou conhecido como “milagre brasileiro”, o qual ficou caracterizado por taxas de crescimento excepcionalmente elevadas. Ver “Milagre econômico brasileiro” no *DHBB*.

<sup>182</sup> Em 16 de dezembro de 1976 ocorreu na cidade de São Paulo o episódio que ficou conhecido como “massacre da Lapa”, coordenado pelo Centro de Informações do Exército e pelo DOI do II Exército, no qual foram mortos e presos, numa casa no bairro da Lapa, militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Ver verbete ‘Pedro Pomar’ em *DHBB*; Elio Gaspari, *A ditadura encurralada*, p. 233 e 377.

V.A. – Nós também temos em algum lugar.

J.P. – Asfilófilo...<sup>183</sup> Ora bem, o que são os bailes *soul*? Isso vocês não precisam porque aqui é mais um depoimento do que uma aulinha de Zé Maria. Mas os bailes *soul* era tudo o que a gente precisava. Meu Deus, era ter uma imagem... Sabe o que é ver um preto bonito, dançando música forte que dizia coisa à gente? Com todo o respeito, meu Nei Lopes, meu compadre, o sambinha não fala do meu problema. O sambinha fala da minha namorada, não fala do meu problema. É o *soul*, é a batida soul, é a letra, é o vestir bem, é o cabelo *black*. Lá em casa só tinha... Além da minha careca era tudo *black*. Dona Isabel usava uma peruca *black*, o Samori, *black*.

V.A. – Quem?

J.P. – Meu filho. Mulato tinta fraca – menos do que você<sup>184</sup> –, mas usava cabelo *black*. Então essa música e os bailes, aquela música agitada, aquele *écran* iluminado, nós não tínhamos no nosso imaginário isso. Nós tínhamos o samba. Primeiro: o samba não era de juventude, não era de garotada, no mínimo isso. Segundo: começa a haver uma preocupação em investir na beleza. A beleza não é só o afro, é o sapato, que era um símbolo da época, era a roupa justa... Falta-me o Medeiros aqui para narrar isso com precisão. Este é um clima amplo e local, brasileiro. Um clima de aparentes oportunidades, embora uma desigualdade social crescente, mas uma desigualdade na qual uma faixa pequena, mas já razoável do pessoal negro, entrava na universidade. Foi a época que muitos de nós entramos na universidade. E os outros entravam num comérciuzinho, numa coisa... Todo mundo sobe de *status* naquela época. Ao mesmo tempo, a repressão; ao mesmo tempo, um Brasil que começa reagindo um pouquinho aos efeitos quase anestésicos de 1968 a 1972, 1973. Isto aqui. Agora, olhem para os Estados Unidos. O nosso 1974 é filho de 1968. O nosso 1974, no Brasil, 1974 no Afro-Asiático, 1978

---

<sup>183</sup> Asfilófilo de Oliveira Filho (1949), conhecido como Filó, nasceu no Rio de Janeiro. Foi mentor do movimento sociocultural Black Rio, que eclodiu nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro na década de 1970, baseados nos movimentos de afirmação dos negros norte-americanos e na *soul music*. Nos anos 1990 foi presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Esportivo (Indesp). No ano de 2002 foi presidente da Superintendência de Esportes do Estado do Rio de Janeiro (Suderj). Ver Lopes, Nei. *Enciclopédia... (op.cit.)*, verbete “Filó”.

<sup>184</sup> Refere-se ao entrevistador Amílcar Araujo Pereira.

em São Paulo – e de 1974 para 1978 muita coisa ocorre –, é fruto de quê? Nós temos duas realidades. Uma realidade americana: é o final do 1968, o final agudizado do 1968 americano, movimento dos direitos civis, Martin Luther King, mas assim com Malcolm X como contraimagem.<sup>185</sup> Isso tudo americano. E temos uma coisa que chegava a nós, o raio do Afro-Asiático trazia em imprensa, fotos, filmes e *slides*: guerrilha. A luta do negro de arma na mão, e ganhando. Não era de arma na mão como os *black panthers* e depois o FBI matando.<sup>186</sup> Não. Era luta ganhando. A luta da Guiné, então, era uma beleza. A de Angola, enfim, era pequena; a de Moçambique passava menos. Mas a da Guiné era, naquela época, estonteantemente vencedora, derrubava aviões. Era o máximo. E tudo isso muito próximo. É a primeira vez que nós temos próximo a nós a África na língua, direto em português, na língua, nas imagens, nas pessoas que chegavam, nos africanos que começaram a chegar... Então, esse clima tripartido de cultura *black soul*, movimento negro americano e um movimento guerrilheiro na África de língua portuguesa são os três sustentáculos dessa plataforma de nova luta do negro pela sua emancipação. Então o Afro-Asiático é palco disso e esta coisa vai desembocar...

Nós estamos em 1975. Em 1975, mais ou menos, as entidades começam a se criar e os sábados perdem vez. Em vez de os sábados continuarem, o que continua? Os dias da semana. Já não é mais reunir aos sábados em grandes magotes, não. Se vai, na semana, fazer o curso do Afro-Asiático; se vai ler; se vai trocar experiências e ideias, organizar conjuntamente determinado evento... Eu não me lembro aqui de uma escala, mas em 1975, 1976, nasce o jornal Sinba, é vendido no Afro-Asiático, que era uma grande vitrine. Enfim, uma série de eventos... Eu estou tentando percorrer o espaço entre 1975 a 1979. São quatro anos em que a coisa está, digamos, nas brasas. O fogo reacende em 1979. Em 1979 a Fundação Ford olha para o Afro-Asiático... Eu já passei em 1977 a sede do IPCN.<sup>187</sup> A Fundação Ford vai

---

<sup>185</sup> Martin Luther King (1929-1968), pastor negro da Igreja Batista, foi líder do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960, defendendo métodos baseados no amor cristão e na ação não violenta. Foi assassinado em agosto de 1968. Malcolm X (1925-1965), cujo pai, um pastor batista, foi morto pela Ku Klux Klan, também foi líder do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, defendendo, contudo, o uso da luta armada como forma de ação. Malcolm X foi líder da Nação do Islã, organização religiosa de muçulmanos negros, de que, contudo, se desligou em 1964, sendo essa possivelmente a causa de seu assassinato no ano seguinte. Ver: Lopes, Nei. *Enciclopédia...* (op.cit.).

<sup>186</sup> Black Panthers, Panteras Negras, é o nome reduzido da agremiação Black Panther Party for Self Defense, fundada em 1966, nos Estados Unidos, com o objetivo de enfrentar, por meio da luta armada, a discriminação sofrida pelos negros. Ver Lopes, Nei. *Enciclopédia...* (op.cit.).

<sup>187</sup> Em 1977, o IPCN adquiriu sede própria na Av. Mem de Sá, no Rio de Janeiro, com financiamento da Inter American Foundation. Ver Luiz Carlos Sant'ana. "Breve memorial do movimento negro no Rio de Janeiro". *Papéis Avulsos*. CIEC-UFRJ, n.53, 1998, p.18.

financiar o Afro-Asiático e eu faço aqui uma parada e peço o favor de aceitarem que eu retorne para cobrir esse espaço entre 1974, em que o Afro-Asiático abriga dezenas e dezenas de negros aos sábados, depois nos seus cursos, depois na sua própria participação, nós vamos ter as instituições negras de fato se autonomizando e saindo do Afro-Asiático e se formando. Algumas já eram formadas quando ainda estavam no Afro-Asiático. É o caso do IPCN – parte –, mais cedo ainda o Sinba, depois o Grupo André Rebouças – sim, esse só vai se autonomizar depois, na Fluminense, em 1976. Aí, em 1979, a Fundação Ford olha para o Afro-Asiático. Mas antes da Fundação Ford olhar para o Afro-Asiático, uma outra fundação olhou para o movimento negro. Foi a Fundação Afro-American. Essa Fundação Afro-American tem uma seguinte característica: ela é uma fundação do Congresso. E, sendo uma fundação do Congresso, é uma fundação do governo. Então ela é muito mais porosa, muito mais permeável a influências do governo, tanto para o movimento negro – como era naquela época, ela financiava muitas organizações negras nos Estados Unidos – como também anti-árabe ou qualquer coisa parecida... Naquele tempo não era anti-árabe... Enfim, era muito penetrada pela CIA. O certo é que a Afro-American financia o IPCN. E financia o IPCN, Deus do céu, da melhor maneira – não interessa o que foi comprado, ou que não devia ter sido: sede, uma sede. É a primeira vez que uma organização contemporânea negra tem sede própria. Marco, corta essa porque eu não tenho certeza.<sup>188</sup> É quase certo. Eu acho muito difícil uma organização contemporânea... O que é uma organização contemporânea? É o Grupo Quilombo do Rio Grande do Sul, ou um grupo x de São Paulo, ter sede própria. Normalmente quem tem sede própria? As nossas organizações seculares. As irmandades, os clubes recreativos – esses têm sede própria. Então, o IPCN, das contemporâneas, eu acho que foi a primeira a ter sede própria. E em seguida, portanto, há outro lugar para aglutinação, para movimento.

Olha, nós estamos agora num rito de passagem: estamos agora no Afro-Asiático do tempo das reuniões aos sábados para o Afro-Asiático que foi citado nas entrevistas. Embora a referência mitológica destes sábados, destes anos iniciais, é dada não por quem se limitou a vir nesses sábados, mas por quem depois continuou e foi participar do novo Afro-Asiático, com um grande departamento afro-brasileiro, com a maioria negra, com o Afro-Asiático de fato confundido com o movimento negro. Que é do financiamento da Ford para adiante. O financiamento da Ford começa em 1979 e em 1980 ele começa funcionando. Em setembro de

---

<sup>188</sup> Dirige-se ao técnico de som, que grava a entrevista.



1979 nós vamos a São Paulo já com o financiamento da Ford. Então o financiamento da Ford vai mudar o Afro-Asiático. Primeiro: a Ford não poderia e não estava interessada em fazer um financiamento direto de um programa exclusivo de movimento negro. Então ao que a Ford faz? Ela atende a dois interesses dela. Um interesse é ver até onde é que vai essa evolução do Brasil em relação à África. Doutora, em 1974, 1975 o Brasil faz um carnaval no mundo, e eu era *office-boy*... *Office-boy*, não, eu era o que se põe lá na frente. Era o porta-estandarte, minha senhora, dessa coisa. Era o cara que era chamado “o agente da CIA brasileiro”, “nosso amigo brasileiro”, o raio-que-o-partia brasileiro. Nós fazíamos um carnaval, que assusta um pouco, que põe entre alegre e preocupado os Estados Unidos. Alegre porque estamos com Geisel, com Figueiredo na proa. Preocupado porque Geisel preocupava. Geisel tinha um projeto nacional que não passava pela peneira dos americanos. Então a Ford pensa nisso e diz: “Eu quero ver como é essa política brasileira para a África.” E escolhe a melhor instituição, onde já estava situado o *office-boy* ideal, que já tinha atuado antes e que estava pronto para continuar a atuar. Tinha uma instituição autonomíssima, em que Candido não tinha tempo de mandar. Acho que eu já contei o episódio em que eu me queixava... Então era uma instituição autônoma. Pegou um intermediário, um acadêmico, Michael Turner, negro americano de família antilhana, que havia sido professor de história.<sup>189</sup> Grande Michael, meu irmão. Tive sorte na vida que tive e na família que tenho. Continua... Michael era uma pessoa que tinha feito Brasil, e quando ele era professor de história da África em Brasília ele pegava um aviãozinho por conta dele e vinha para as reuniões decisivas do Afro-Asiático em 1977, 1978, 1979. Por causa disso – depois ele volta para os Estados Unidos e fica disponível – a Ford o chama para ser o encarregado pela Ford do projeto. Eu era tão ingênuo que bati no projeto que o Michael era meio tempo da Ford e meio tempo nosso, coisa de ingenuidade minha. E Michael era nosso. Isso depois é estudado: sempre um encarregado de um projeto tem a tendência a torcer pela instituição, sem trair a sua Ford. Mas, digamos, a... vou usar uma expressão – não vou usar o bom policial, o bom interrogador, não – a vestir a camisa da instituição, até porque o futuro dele na Ford depende do desempenho que a instituição dele tem. Então ele torce. E o Michael torcia antes, era

---

<sup>189</sup> Michael Turner, mestre e doutor em história africana e história latino-americana pelas universidades de Boston e Harvard, é diretor do Programa de Estudos da América Latina e do Caribe na Faculdade Hunter da Universidade do Município de Nova Iorque (CUNY), e cofundador da Iniciativa Global Afro-Latina e Caribenha (GALCI). Foi o responsável pela implantação do programa de assuntos afro-brasileiros da Fundação Ford (1979-1985). Ver: *Colóquio Ancestralidade Africana e Cidadania*. Abdias. Disponível em: <[http://www.abdias.com.br/nacional\\_90anos/nacional\\_90anos\\_coloquio.htm](http://www.abdias.com.br/nacional_90anos/nacional_90anos_coloquio.htm)>. Acesso em 01 de jun. de 2007.



dedicado a nós, muito firme. Entretanto, chega aqui uma americana branca, que vem para o *Time Magazine*, uma repórter do *Time* no Brasil é um bom salário, importante. Mas ela namora um sul-africano que está nos Estados Unidos e ela queria que ele viesse para cá: “Qualquer salário serve...” E ela fala com o Zé Maria, que em 20 minutos admite Victor Vockerodt. Esse aí é outro que fez a história do Afro-Asiático. Este é um sul-africano *colored*, filho de xhosa com alemão, o avô era alemão.<sup>190</sup>

V.A. – Como é que eu escrevo xhosa? [riso]

J.P. – Essa foi exibição e saiu bem. Normalmente... Hoje está saindo. Xhosa, pronto. Está contando o meu índice de vexame, que fica aumentando. E não tem uma hora ainda e eu já estou dando...

V.A. – Tem mais do que uma. Já trocamos a fita.

J.P. – Tem duas... Por isso eu estou tão vexaminoso. À medida que a hora avança...

V.A. – Então veio o Victor Vockerodt.

J.P. – Outra coisa, antes de eu chegar a Ford, era como nós recrutávamos pessoas. A gente recrutava... O Victor, vou fechar. Ela vem e sai louca, porque o Zé Maria deu emprego para o noivo dela, depois se casaram aqui no Brasil. Pouco depois, João Carneiro desce de Angola, perseguido pelas lutas lá, vem e encontra emprego no Afro-Asiático. João Carneiro faleceu, era um dos nossos angolanos brancos. Depois o Thierno Gueye... esse entra via Candido, porque via mim não entraria, porque era já muito identificado como irresponsável... Mas eu gosto, coitadinho. Esses eram nossos avulsos africanos que passavam por aqui e ficavam. E falta o principal deles.

A.P. – O Thierno era senegalês?

---

<sup>190</sup> O entrevistado pronuncia “xhosa” com um som de estalido.

J.P. – Senegalês. Deixa eu dar uma ordem aqui. Jacques d’Adesky. Esse está até hoje. Este, cidadão belga nascido em Ruanda. Mestiço, a mãe tutsi, com 1,98m, e o pai um belga que teve a ousadia, que naquele tempo nunca se fazia, no pós-guerra, pegou os cinco filhos mulatos e tirou de Ruanda e veio para a Bélgica com eles. Todos nós aqui dizemos: “Poxa, tirou os cinco filhos da mãe. Deixou a mãe sem os cinco meninos.” O que os colonos mais faziam era deixar. Ele não. Ele levou. Hoje todos eles, exceto Christine, todos são funcionários da ONU, muito bem colocados. Eu os vi agora na Bahia. Pois bem, como é que essa gente aparece aqui? É nesse período aí, de 1977, 1978, a gente consegue agregar, Candido consegue investir mais no Afro-Asiático. Então também havia uma reciprocidade da nossa parte. Pouco depois, em 1980, vai chegando Manoel Faustino.<sup>191</sup> Nós montamos um time!... Ele vem pela primeira vez para o Afro-Asiático.

V.A. – De onde?

J.P. – Cabo Verde. Vamos descrever os personagens um pouco: Victor Vockerodt foi o primeiro. Victor foi importante, porque... Veio, foi uma dificuldade para poder obter o visto dele, porque já havia aquela lei, que estrangeiro só se se demonstrasse que não havia especialista no Brasil equivalente. Mas conseguimos. ictor veio. Foi o sujeito que deu ordem à casa. Victor veio e eu fui para os Estados Unidos. Eu fui passar dois meses em Washington, naquele programa... Ah, outra coisa, para vocês verem, e aí está bem para vocês verem como se brinca de *office-boy*. Eu fui para os Estados Unidos para um programa, em 1979 – isso tudo é preparando o Afro-Asiático para receber o grande financiamento da Ford: Foreign Visitors Program. Ora bem, eu fui a um programa desses, fui chamado. Eu era o segundo do último da fila. O último era um jornalista cearense, que estava ali porque era jornalista dos Queiroz, que era um grande grupo industrial do Nordeste. Convidaram o Queiroz e o Queiroz não ia. Então o Queiroz mandou um jornalista. Depois dele eu era o último da fila em qualificação profissional, em posto. De 19 a 20, todos os outros eram lideranças de partidos no Congresso, eram altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores... A tal ponto que momento houve em que nos reunimos e cada um dizendo “por que eu estou aqui”, e a

---

<sup>191</sup> Manuel Faustino, cabo-verdiano, é vice-presidente da comissão que de quatro em quatro anos organiza o Congresso dos Quadros Cabo-verdianos na Diáspora e presidente da Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento Zé Moniz, uma ONG fundada em 1995, que atua em Cabo Verde.

grande curiosidade era: “Por que o Zé Maria está aqui?” Já não era tanto porque o Zé Maria fosse ignorante, não era tanto isso. Mas o Zé Maria era um professorzinho de um centrinho. Aí eu expliquei a eles: “Só pode ser a coisa da África. Eu estou aqui por causa de África.” Ainda não havia saído o nosso financiamento. Isso era maio de 1979. “Estou aqui por causa de África.” E foi uma grande lição para mim. Foram poucos dias, três semanas de seminário intensivo, oito horas. Eu trabalhava de manhã, de tarde, e à noite eu ia para o African Bibliographic Center aprender a... – era onde Victor Vockeroth trabalhava –, aprender a fazer documentação e tal.

Em 1979, Victor Vockroth já chegou, e chega Jacques d’Adesky em 1979... – estou preparando pré-Ford –, vindo das Nações Unidas, República Centro-Africana, era *expert* de Pnud, *expert* de terceira classe do Pnud, e Jacques se encanta pelo Brasil e quer fazer uma experiência brasileira. Debaixo do colchão tinha lá uns 10 ou 20 mil dólares e dava para ele fazer uma experiência brasileira. Eu apanho Jacques e não tinha vaga para ele. Jacques espera uns meses. Victor vai fazer o mestrado nos Estados Unidos e Jacques entra na vaga dele. Jacques chegou a ser vice-diretor comigo. Dois grandes esteios administrativos, gente que não tinha o folclore desse locutor que vos fala. Embora o carisma aqui do velho fosse fundamental. Mas foi uma parceria excelente. A mulher de Victor era jornalista e aproximou-se do representante da Ford. Ali foi um caldo. Mas o verdadeiro caldo de cultura...

V.A. – O Michael Turner?

J.P. – Não, o representante da Ford naquela época é James Gardner. Cria-se um clima favorável, a Ford começa a prestar a atenção, mas a Afro-American chega primeiro. Mas aí, o problema que dá com o IPCN, ela se retira e nós ficamos sem a afro-americana e ainda sem Ford. Aí aparece Skidmore. Thomas Skidmore me conhecia de 76, num daqueles misteriosos seminários... Misteriosos não, os seminários do grupo de relações internacionais. Lembra que depois havia o Gripe, Grupo de Relações Internacionais e Política Externa? Num seminário em Petrópolis eu conheço Skidmore. E ele fica agradado com a minha modéstia, porque ali estavam Darcy Ribeiro, Pedro Malan, o menino que depois foi presidente do Haiti, eu esqueci. Enfim, gente importante. E chega a hora em que eu vou dizer o que é o Afro-Asiático. E eu digo que o Afro-Asiático é isto. E aquilo não foi muito bem aceito porque ali não era lugar para coisas assim. Aí eu saí com esta seguinte tirada: “Eu estou descrevendo a

nossa atuação. É uma atuação de divulgação. Eu sou um homem de divulgação. Nós tivemos aqui dois eminentes professores, um trocou o nome de um país africano e outro trocou o país e a capital completamente.” Pedro Malan e Darcy Ribeiro. Depois identificou-se que eram os dois que tinham falado. Então eu justifiquei a pequenês do nosso centro, a pequenês da dimensão e tal. Se bem que nessa altura eu já tinha feito África, de fato eu estava modesto.

V.A. – Quem?

J.P. – Eu já tinha feito África.

A.P. – Já tinha viajado à África.

J.P. – Já tinha feito a operação “em busca do tempo perdido”. Foi em 1976. De qualquer modo, nós éramos aquela instituição... Eu me lembro, eu tenho uma fotografia: a primeira delegação guineense, de Guiné-Bissau, vinda ao Brasil foi cozinhada pelo Afro-Asiático, por Zé Maria. E...

V.A. – Skidmore.

J.P. – Vamos voltar para Skidmore, isso. Skidmore incentiva a Ford a nos financiar. Aí Candido me dá a grande notícia: “Tem um financiamento da Ford. Arrumei 20 mil dólares para nós.” Eu vos poupo por causa da hora: passou para 131. Eu hoje não teria feito aquilo. Eu quase fiz ameaça, eu e Michael Turner. Não era essa a frase, nem eu era menino disso, mas se eu fosse exagerado, dizia: “A gente não se vende por tão pouco.” Conseguimos puxar o financiamento para 131.800 dólares. Que mais tarde, no total, foram 500 mil dólares que a Ford financiou. 500 ou mais. Tem 500, depois tem mais uns cento e não sei quantos que não está contabilizado numa dessas dissertações aí das meninas.<sup>192</sup> Quando veio esse financiamento... Ele veio em 1979 e passa para o exercício de 1980, mas eu já vou a São Paulo com o dinheiro da Ford para um seminário arriscadíssimo. Era um seminário de uma

---

<sup>192</sup> MOUTINHO, Laura. *Negociando discursos: análise das relações entre a Fundação Ford, movimento negro e a academia*. Dissertação de mestrado em sociologia e antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

equipe do Nigerian Institute of International Affairs. Uma armadilha. A USP desaparece, Mourão desaparece, fomos nós defrontando o Nigerian Institute, que entra na base de “Vocês são racistas! Vocês são não sei o quê...”<sup>193</sup>

V.A. – Onde foi isso?

J.P. – Em São Paulo, na reitoria da USP. E eu me comportei mal, muito criança. Quer dizer, eu carimbei a frase deles, contribuí para elas. A imprensa nigeriana deu uma repercussão, e aí abrimos briga com o Itamaraty. E eu apareci nitidamente como um dos principais culpados, e era. Eu até podia ter concordado que nós éramos racistas e deveria tê-lo feito, mas deveria logo ter impostado com as questões do racismo na Nigéria. Do racismo não, do ultranacionalismo que expulsa africanos. Porque a Nigéria tinha posto no seu programa de política externa, no seu programa de Estado, que “É objeto da preocupação da política externa nigeriana todo cidadão negro, seja de que país for.” Eles tinham essa pretensão universalista, e a apresentam naquele seminário. E eu me acovardo, digo umas outras besteiras... Foi um dos seminários em que eu brilhei mais com besteiras. Embora... O seminário ocorreu assim: ninguém estava preparado. Eu disse: “Eu não estou avisado disto.” O do lado de lá disse: “Então vamos embora para a praia, porque nós viemos aqui convidados.” De fato, não nos prepararam. Eu não vou dar uma ideia exata. São Paulo organiza, a USP não está, nós somos chamados para ir a São Paulo e não há uma agenda, não há nada, não sabemos com quem vamos estar, vamos estar com nigerianos. E então eu denuncio isso. E ninguém assume e diz: “Eu estou aqui como interlocutor, fui convidado...” Alguém de Brasília, ou Mourão de São Paulo, não estava ninguém. Todo mundo fugiu e ficamos nós.

Bom, isso não é importante, a não ser como primeira, digamos, manifestação... Depois eu sosseguei. Eu vi o chefe deles, que depois, mais tarde, foi ministro das Relações Exteriores, ir ao banheiro e eu o segui no banheiro. E no banheiro é o lugar onde a gente resolve as coisas de emergência, não é? Eu disse para ele: “Não fomos avisados assim e assim... Vamos fazer o seminário de qualquer forma, tal.” Ele: “Está bem.” Aí saímos do mictório conchavados o suficiente para isso. É muito comum isso acontecer em seminários, o

---

<sup>193</sup> O entrevistado provavelmente se refere ao historiador africanista e professor da Universidade de São Paulo, Fernando Augusto Albuquerque Mourão (1934-2017).

mictório é um lugar estratégico. Até para batalha, para a invasão da Normandia... Zé Maria... É porque há uma cena... E ele insiste...<sup>194</sup> [riso]

Bom, prossigamos. Aí está o Afro-Asiático, digamos, amadurecido, agora para uma outra fase. Aí sim, aí é a fase em que o Afro-Asiático tem corpos, todos: mestre, este vai se mexer, depois não volta mais...

V.A. – O Victor?

J.P. – O Victor Vockerodt.

V.A. – Não volta?

J.P. – Não. Volta várias vezes para projetos, volta em grandes ONGs. Hoje é um diplomata americano nacionalizado, e sediado na sua ex-pátria, África do Sul. Outro dia me visitou e assim foi uma coisa muito emocionante. Eu fiz a melhor carta da minha vida para o Departamento de Estado recomendando Victor. A carta só continha defeitos de Victor. Agora desculpa, Marco eu já estou cansado e vou pedir arrego um pouquinho. Era fácil, essas cartas de recomendação de alto nível de empresas... Tem vários setores: setor de competência, setor de saúde, setor de interação cultural... E eu tinha traquejo, melhor do que o pessoal do Iuperj que, quando manda uma carta, põe tudo excelente, excelente... Eu digo Iuperj, porque, digamos, é o meu xingamento mais próximo. Então eu disse que Victor tinha umas limitações, que Victor era muito pontual para a nossa cultura, mas que mesmo assim conseguiu passar; que Victor tinha uma alimentação muito esquisita, muito controlada; que Victor tinha uma porção assim de defeitos, mas que nós reconhecíamos que ele era muito organizado, muito ponderado... Não fui eu só que escrevi a carta, fui eu e o copidesque do BNDES, que bolamos essa carta. Essa carta, diz Victor, foi decisiva para ele entrar na carreira. Então esta gente... Voltando atrás...

M.B. – Vou trocar a fita.

[FINAL DO DISCO 8]

---

<sup>194</sup> Refere-se a si mesmo.

J.P. – Eu estou então traçando um panorama de como estava o Afro-Asiático na altura em que a Ford o financia. Acabei até de citar um pouco atabalhoadamente a nossa participação num seminário internacional, em que parecia ser o resultado adiantado da Ford. Que era o seguinte: “A Ford consegue convencer o Afro-Asiático a dizer que o Brasil é o país do racismo. A tal ponto que eles declaram isso diante de nigerianos.” Quer dizer, era a conclusão razoável do Itamaraty. Anos mais tarde Alberto da Costa e Silva põe esse dedinho assim para mim... Alberto da Costa e Silva sempre foi um grande adversário, e eu o adoro. Isso foi em 1980...

V.A. – O que ele disse com o dedinho assim?

J.P. – “Vocês estragaram a nossa imagem na África. Vocês ficam denunciando racismo no Brasil e isso estoura a nossa...” “Embaixador, me desculpe...” Porque depois eu me recuperei. Quando ele me disse isso eu já tinha me recuperado. No ano seguinte houve um seminário e lá vem os mesmos nigerianos. Não veio o Olusanya, mas veio o Akindele<sup>195</sup>. Aí, nesse ano de 1981, a Nigéria havia expulsado um milhão de imigrantes ganeses, togoleses, nigerinos... Então lá vem o *Nigerian Institute*, num seminário Brasil-América Latina, com a gente no Rio de Janeiro, na nossa casa. Aí dei um *show*: “Se eu bem me lembro a política nigeriana...” E aí o Flecha de Lima, fizemos as pazes, em 1981.<sup>196</sup> Mas foi só em 1983 que o Itamaraty vai soltar um financiamento para nós. Já estamos... Eu não sei quanto tempo eu vou aguentar mais, mas eu estou com o rendimento baixando. Eu estou sacrificando vocês porque sessões de duas horas e meia é desperdício de tempo.

V.A.- Como assim? Não tem desperdício de tempo. Eu tenho uma série de perguntas. Posso?

J.P. – Pode. Porque, com pergunta eu fico mais... A cabeça já está...

---

<sup>195</sup> O entrevistado se refere a Gabriel Olakunle Olusanya e R.A. Akindele, professores e pesquisadores do *Nigerian Institute of International Affairs*, criado em 1961.

<sup>196</sup> Paulo Tarso Flecha de Lima.

V.A. – Primeiro uma pergunta mais amena: como o senhor conheceu a irmã da Beatriz do Nascimento?

J.P. – Na dúvida. [risos] Tudo é África. Isabel e eu tínhamos uma amiga comum. Essa amiga comum era ligada a um grupo de brasileiros que foi para a França estudar e lá conheceram o meu grande amigo José Maria Valadares, que é um indiano de Goa que fazia estudos lá e as conheceu assim num restaurante. Elas dizendo palavrões, porque não tinha ninguém ali que pudesse entender português e o Zé Maria Valadares levanta-se e as cumprimenta em português. Então há uma festa e eu sou convidado.

V.A. – Aqui no Rio?

J.P. – Aqui no Rio. Outubro de 1967. Outro dia comemoramos 38 anos. Já estamos separados há 20, mas comemoramos. [riso] Então eu fui a essa festa com meu mano que vivia comigo, Josa, cabo-verdiano amigo de família, morava comigo. Eu estava separado já de minha mulher, que já tinha voltado para Angola. Acabei namorando com Isabel e Josa acabou se casando com Beatriz. E Josa e eu morávamos no Largo do Machado, então Largo do Machado, para quem morava em Brás de Pina, era ótimo para ficar os finais de semana. Por isso é que eu digo... Porque as irmãs eram lindas. Eu conheci Isabel primeiro. Beatriz era linda. Eu me apaixonei por todas as irmãs. Mas era um tempo... Aí vem a pergunta...

V.A. – Como conheceram? Então foi através de amigos comuns.

J.P. – Comuns. Eu conheci Isabel. Isabel passou o primeiro final de semana com o namorado em casa e, no outro final de semana, trouxe a irmãzinha, que se enamorou por Josa. Pronto. Ali ficaram as duas.

V.A. – Ficaram as duas. Muito bem. O senhor estava falando do clima, do quadro das reuniões do Afro-Asiático, e o senhor disse que havia aqueles de linha mais marxista, havia os americanos...



J.P. – Americanos... Eu devo corrigir esse nome. É aquela linha da renovação de identidade, valorização da identidade. Não é “*black is beautiful*”, mas é “negro é bonito!”. Entendeu? Não precisávamos ser “*black is beautiful*”, não precisávamos nos americanizar, mas precisávamos dizer que negro é bonito. Ainda hoje tenho uma neta, que eu descobri... A minha neta devia ser clarinha, mas ficou mulata. E está complexada. A minha neta, uma das mais velhas. Eu tenho neta preta, depois tenho mulata e depois tenho cabrita. Cabrita é mistura. Então era necessário e, portanto...

V.A. – Ela é complexada por quê?

J.P. – Não gosta do cabelo dela, não gosta do nariz chatete, não gosta... De fato...

V.A. – Ela mora aqui?

J.P. – Mora. Agora está passando o Natal em Lisboa com a família africana toda. Neta excelente, notas excelentes, na natação ganha de rapazes, porque ela já tem 1,56m.

V.A. – Qual é a idade dela?

J.P. – Dez anos feitos. E ela é uma maravilha. Outro dia deu um 9,3 e foi um drama porque nunca apareceu menos que 9,5. Mas eu descobri isso. Eu não sabia disso. A mãe também encobria um pouco. Mas ninguém fica aflito. Ela vai lá direitinho. “Minha filha, vovô esta com você, você está bem. Agora, deixa o vovô gostar do seu nariz, deixa o vovô gostar do seu chatete. Isso é culpa minha, porque quando sua mãe era pequena eu fazia assim para o nariz dela ficar chatete. O dela não ficou, ficou o seu.” De fato, é a mais clara da família, porque é filha de uma mulata com um branco, que ficou mais escura do que uma cabrita, como se fosse mulata. Mas eu me dispersei, desculpa...

V.A. – A minha pergunta é a seguinte: as pessoas que lá estavam naquele momento tinham consciência dessa divisão que o senhor fez agora?

J.P. – Não. Eu mesmo não me apercebia bem dela. Não me apercebia não tanto por secretismo em que ela se manifestava, mas até falta um pouco de sensibilidade, porque eu era as duas coisas. Eu tinha uma consciência clara – naquela época começava a ser muito clara – de que a questão racial era uma questão nacional. Isso foi o *slogan* que eu criei e nasceu no Centro de Estudos Afro-Asiáticos: “a questão racial é uma questão nacional”. E há outro que é: “A nossa brasilidade é muito africana.” Essa é de dom Luciano Mendes de Almeida, e eu passei para ele como: “A nossa brasilidade é muito negra.” Aí dom Luciano passou na televisão: “A nossa brasilidade é muito africana.” E ficou nisso. Eu tinha claro isso. Agora... me perdi

V.A. – Eu digo assim: os grupos que lá estavam, nos sábados, eles sabiam, eles se distinguiam entre os marxistas, os mais americanos, os mais isso...? Havia uma divisão já clara entre os grupos?

J.P. – Eu soube isso depois e escrito por eles mesmos. Há um livro da Contins...

A.P. – *Lideranças negras*.<sup>197</sup>

J.P. – *Lideranças negras*. Ali ficou um pouco mais explícito.

A.P. – Márcia Contins.

J.P. – É a orientadora do teu pai.<sup>198</sup> Para mim faziam sentido ambas as aproximações. Agora, havia um certo complexo em relação ao Afro-Asiático, e forte: “Você está numa instituição branca, financiada por americanos... Qual é a tua, hein, negão?” A tua era a prática do Afro-Asiático, a prática da Ford... Eram positivas. Os militantes, hoje ilustres doutores aí, dizem isso. Mas na altura era: “Para mim, não!” Eu estava habituado, tinha a escola africana. Fui criado com chineses, soviéticos, americanos, de onde viesse a arma, eu estava ali. Então

---

<sup>197</sup> Márcia Contins. *Lideranças negras*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2005. Trata-se de um livro com depoimentos de 23 lideranças negras.

<sup>198</sup> Márcia Contins foi a orientadora do doutorado de Amauri Mendes Pereira, realizado entre 2002 e 2006. Ver: Pereira, Amauri Mendes. “*Para além do racismo e do anti-racismo: a produção de uma Cultura de Consciência Negra na sociedade brasileira*”. 2006. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

havia isso, sim. Mas não produzia uma paralisia, uma dicotomia. Nós vamos ter: o Sinba seria mais socializante, não é o marxismo, é o social *versus* o racial. Essa que é a dicotomia. Aquela perda da virgindade de que “resolvido o social, o racial estará resolvido.” E isso dá a seleção cubana não ter mulata. Isso é o contrário. Já reparaste? Agora tem uma mulata. A seleção cubana só tem preta.

V.A. – A seleção de quê?

J.P. – De Cuba, de vôlei, basquete... Espera lá. Alguma coisa está errada nisso. Não dá para explicar pelo viés de que “o esporte foi uma promoção dos negros...” Não dá para explicar. E repara que eu não disse “não tem branca”. Não tem uma mulata. Não é possível, num povo metade mulato. Ali há qualquer coisa... Enfim, eu tenho um exemplo interessante em Cuba, quando eu fui com Bebel, minha namorada, a Cuba e vi três flagrantes de discriminação. Flagrantes não de discriminação, mas de proibição. Nós passamos por Varadero e Bebel tem a cor devida e um espanhol razoável, tipo mexicano, então ela passa por negra cubana. Então, logo no primeiro dia, ela foi na frente, nós íamos entrar num restaurante: “Não, meu marido vem logo aí atrás.” A única vez que ela me considerou marido. “Precisa de documento.” Aí eu me aproximei e disse: “Em que a embaixada do Brasil pode ajudar os senhores?” Pronto. No dia seguinte, eu estava outra vez na praça...

V.A. – Mas é o quê? Ela não podia entrar como negra?

J.P. – Não. Ela não podia entrar porque era uma cubana negra. Era numa área de turismo. Não podia entrar. Americana negra tudo bem, mas não como cubana negra. Depois não podia entrar na praia de Varadero. Eu fui tomar Coca-Cola, ela ficou sozinha e lá veio aquele vigilante do quartirão. Aí lá vim eu: “O que a embaixada do Brasil pode...” Eu sou *office-boy* aqui para vocês, mas lá fora eu pareço embaixador.

V.A. – E se ela fosse uma cubana branca?

J.P. – Não tinha problema não.

V.A. – Podia entrar na área de turismo?

J.P. – Desde que estivesse protegida, não tinha problema. Até porque cubana branca não é prostituta. Quer dizer, a cubana branca até pode ser, mas não obrigatoriamente. A preta é obrigatoriamente. Não há saída. É, digamos, a ciência do olhar, a ciência dos olhos. Depois a última foi nós no Marguerita, aquele célebre bar cubano onde Hemingway bebia, nós na porta de entrada, Bebel comigo –Bebel é Nirlene, Bebel é o nome de jornalismo dela –, aí uma negra cubana, prostituta, gritando: “Por que ela pode e eu não posso?” Porque ela não poderia entrar no bar, no Marguerita. Ali já estamos em Havana. Não estamos em Varadero. Aí depois outra situação foi no Centro de Estudos Africanos, porque eu passei quase os dias todos no Centro de Estudos Africanos. Bebel saiu com médicos cubanos e tal e eu fiquei. No Centro de Estudos Africanos tinha um negro e ele fazia assim<sup>199</sup>, para não mostrar o constrangimento na sala com a minha fala. Primeiro, não tinha negros. E segundo, aquela minha fala desabrida, toda natural: “Não é...” E o Gonzalez, era um branco moreno que tinha vivido em Angola, e nós estávamos falando de África com aquela naturalidade e falando de preto no Brasil, e de preto em Angola, e de racismo em Angola, de não sei quê... Aquilo chocou tremendamente. Era um silêncio. E o único negro fazia assim, para não mostrar a satisfação dele de ver um tabu sendo tratado com a maior desfaçatez por aquele branco brasileiro, que chega aqui e fala de branco como se fosse de açúcar.

V.A. – Qual é o nome de sua namorada?

J.P. – Bebel Nepomuceno é o nome profissional. Nirlene Nepomuceno. Minha namorada há nove anos, mas não é culpa minha não.

V.A. – Bom, aí não tem culpa nenhuma. [risos]

J.P. – Eu sabia que tinha que ter uma resposta. Para mim tem, meu Deus do céu. Tenho até vergonha...

---

<sup>199</sup> Tampava a boca com a mão.

V.A. – Outra coisa que eu queria perguntar: se eu entendi bem, o que o senhor falou no início que houve três fatores que propiciaram a renovação no movimento negro. Um, são os bailes *soul*; outro, digamos a redemocratização, ou distensão...

J.P. – Espera lá, esse é o caldo em cima do qual assentam os três fatores.

V.A. – Quais são os três fatores?

J.P. – Os três fatores são o baile *soul*, o movimento negro nos Estados Unidos pelos direitos civis e a guerrilhas na África. E por baixo disso tudo, como caldo dessa cultura toda, como mar dessas plataformas, está o projeto de distensão, o milagre brasileiro, as agudizações etc.

V.A. – E aí o senhor falou da nova luta do negro. São os três fatores... Uma vez o senhor falou da renovação do movimento negro, e da outra vez o senhor falou da nova luta do negro. Eu queria entender essa renovação e essa nova...

J.P. – Vamos lá. A primeira luta do negro, e aquela que mais aparece porque é a que é falada mais alto, é o grito de revolta, é o grito de denúncia. Isso não é o movimento sentido na história do negro, seja antiga, seja contemporânea, mas é aquilo que mais é ouvido. O negro sempre teve propostas alternativas de ação e eu cansaria vocês... Eu tenho um curso chamado “Raça e pensamento social brasileiro” em que... E tenho as minhas posições folclóricas, como seja: “Quer ganhar mil reais? Me dá um nome de um pintor branco antes de 1800.” Aí tu vai catar um pintor branco, e não tem pintor branco, não tem escultor branco. É capaz de encontrar um cabritozinho. Por quê? Porque o saber não era elemento de poder. Então ler era coisa para um frade e contar era coisa para... Como eu: “Computador é coisa para a secretária.” Então nós tínhamos isso. Nos anos 1970, nós estamos ainda na afirmação do racismo, na negação do mito, derrubar o mito da democracia racial, tentar dar um perfil mais nítido a um racismo brasileiro que não aparece nas leis e que se esconde nas dobras da multicoloralidade, não é? Nós estamos em 1974, 1975. Em 1976 há uma mudança no conhecimento sobre a realidade do negro. A Pnad...<sup>200</sup> O IBGE faz uma pesquisa intercenso e, pela vez primeira, ajunta renda, cor e escolaridade. Antigamente só via renda e cor. Então

---

<sup>200</sup> Pnad: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

todos os fatores demonstrativos da discriminação eram jogados a...: menos renda por ser preto, era pobre por ser preto. E aquelas estatísticas de renda mostravam a renda do branco, a renda do mulato e a renda do negro. Em 1976, a escolaridade entra e começa-se a cruzar a escolaridade de maneira a tornar mais visível, não as dez camadas salariais, a olhar para o topo, o nível do ensino. É aí que o mulato dança: o médico negro e o médico mulato se igualam – coisa que não existia antes; o médico negro sempre ganhava menos e o mulato mais e o branco ainda mais – na tremenda distância em relação ao médico branco. Aí eu procuro explicar isso em sala de aula: “Como é que aparece? Afinal todos de manhã não estão no INSS, fazendo seu plantãozinho? Lá o salário é igual.” Aí eu digo à turma: “É de tarde. De tarde é que vem a desigualdade. Porque o médico negro vai ter seu consultório em Ipanema. E o médico branco em Bangu.” Aí a turma toda diz: “Não, é o contrário.” Eu tinha uma expressão que era assim: “Um estivador. A sua dominação social é assim e a dominação racial é esta.”

V.A. – Não entendi. O que é dominação social e o que é dominação racial?

J.P. – É a discriminação, perdão. O grau de discriminação social que ele sente é maior do que a discriminação racial. Ele é estivador. Mesmo assim ele tem. Porque, quando ele é um estivador branco, ele tem que ter menos gasto com aparência, exibição de vida... A cervejada do negro tem que ser maior que a do branco, a festa de casamento da filha... Todos os mecanismos sutis de ascensão social, que cabem ao preto – negro em geral, preto em particular – arcar. E também o tipo de vida que vem, o branco é filho de imigrante que veio com cultura de poupança e por aí afora. Bom, não é isso. É esse cansaço que me tira do sério. Desculpa.

V.A. – Não tem cansaço nenhum. A Pnad de 1976, então, mostra que a escolaridade...?

J.P. – Mostrava a escolaridade. Então pronto, ficou visível. Esse foi outro caráter que facilitou... Aí Hasenbalg faz a tese dele.<sup>201</sup> Nós tínhamos as teses racialistas todas do XIX, princípio de XX – até essas teses racialistas, essa prática vai até Getúlio. Juscelino Kubitschek ainda recomenda que a imigração tenha um perfil eugênico, de acordo com

---

<sup>201</sup> Carlos Alfredo Hasenbalg. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

nossos melhores interesses nacionais. Juscelino Kubitschek. Eu ganhei isso de um livro chamado *O diploma da brancura*, *The Whiteness Diploma*, de um americano que vai identificar a discriminação racial na formulação do ensino, do ensino especialmente o magistério primário.<sup>202</sup> O “diploma da brancura” porque as professoras primárias até 1940 são seletivamente brancas. Depois é que nós temos as negras invadindo a nossa querida Mariz e Barros<sup>203</sup> e vestindo, indevidamente, aqueles uniformes lindos, que também ficariam na senhora.

V.A. – O Juscelino falou isso onde?

J.P. – Não tenho isso de cor, tenho citação.

V.A. – Quer dizer, mais uma vez o Jânio é que é o renovador, não é isso?

J.P. – Não. O Jânio só é renovador em política externa. O Jânio não toca. E Juscelino é um pecador em política externa. É o boneco dos portugueses, o boneco dos americanos... Não, aí entra um refinamento: Juscelino é levado a juntar-se a Portugal...

V.A. – O senhor já falou.

J.P. – Pronto. Jânio não entra em questão de raça, nada.

V.A. – De imigração?

J.P. – Não.

V.A. – Eu queria então entender por que o senhor falou que esse é um novo movimento negro. Por que é um movimento de renovação?

---

<sup>202</sup> Jerry Dávila. *Diploma of whiteness: race and social policy in Brazil, 1917-1945*. Duke University Press, Durham & London, 2003, 292p.

<sup>203</sup> A rua onde fica localizado o Instituto de Educação, tradicional escola de formação de professoras no Rio de Janeiro.

J.P. – Eu interrompi. Isso eu aguento bonitinho e não sou ruim não. Nós temos, primeiro, a denúncia. Primeiro não é nem a denúncia, é o grito. Eu sou capaz de colecionar duzentas, nos meus arquivos todos, aquela figura que tu foste criado... aqueles grilhões estilhaçados e tal, que eu e teu pai já não erguíamos – 37ª vez que eu digo “teu pai” hoje, mas deixa para lá. Então nós temos o grito, a denúncia. A forte denúncia, depois, se centraliza na democracia racial, que é o grande material de propaganda do Estado. E não é um material de propaganda; no fundo é um ideal, e é um ideal que nós não... A miscigenação é um resultado, não é uma solução. Não precisa ser uma solução. Seremos miscigenados não nos faz sermos menos nem mais racistas. A miscigenação, naturalmente, como processo histórico, é bem-vinda. Agora, ela não é a solução. E a miscigenação era a grande cortina que não nos deixava ver a questão racial. Então o movimento negro até anos 70 está na posição de denúncia.

V.A. – Denúncia de quê?

J.P. – Denúncia contra o mito da democracia racial. Não é contra só o racismo. É: “Olhem para esse racismo que não se vê!” Eu fui feliz na frase? “Olhem! Atenção, olhem para esse racismo. Porque ele não é visto se vocês não olharem de um modo diferente. Esse racismo não é como os outros racismos. Ele não tem lei, ele não tem bipolaridade.” Isso é o que mais atinge esses brancos, é a questão da bipolaridade. Esses brancos não aceitam que é negro ou branco. Eles não aceitam... Zé Maria, olha a bagunça. Desculpa, agora vou bagunçar um pouquinho só. O grande problema nosso, de entendermos a questão racial, é que a ausência de racismo, a identidade nacional... Há duas construções teórico-políticas que são inatingíveis: uma é a nossa identidade de nação, unidade nacional; e a outra é que toda a solução brasileira é do social. Não me venham com outra que não passe pelo social universal. E isso... Por que o universal não é aceite e o social é a única solução? Porque não se aceita a diferença. Então: “Ou tudo é universal... Ou vamos com o ensino secundário bom para todo mundo, ou então não vamos. Não funciona cotas.” Porque é o sentido do universal. É o iluminismo universal. O social do marxismo... Portanto é algo que fere, não a condição de branco; fere a condição deles de brasileiro. Essa coisa da diferença... Por exemplo: “Estão tornando o nosso país racial. Meu Deus, eu passei a vida toda lutando contra raça. Não existe raça.” E ele é favorável, ele é lutador pela democracia *racial*. Então existe raça ou não existe raça? Ele sabe que a raça que falamos não é uma raça biológica, é uma raça social-política.



Mas ele nem poderia sequer esquecer-se porque ele tem a democracia racial, a raça é o centro da formação da nossa nacionalidade. Era por ignorância nossa e por força das teorias racialistas da Europa. Era o que tínhamos à disposição como instrumento de conhecimento, era clima e raça. Fazia sentido naquela época. Então este par...

V.A. – Então até 1970, denúncia...

J.P. – Denúncia. 1970 começa a denúncia da democracia racial, começa-se a implantar a frase o “mito da democracia racial”. Que antes nós não chamávamos o “mito da democracia racial”; antes dizíamos: “Democracia racial não existe.” E alguns acrescentavam: “Ainda.” Depois nós passamos a considerar: “Democracia racial é mito, não vai se realizar nunca.” É uma frase que daqui a pouco devemos abandonar e deixar. A questão não é se vai existir ou não. A questão é a aceitação da desigualdade e a aceitação dos caminhos diferentes para conseguir a igualdade. Isso é que a gente não acerta.

V.A. – Espera aí. Eu queria entender...

J.P. – Primeiro: denúncia até 1970.

V.A. – Denúncia de quê?

J.P. – Do racismo. 1970 para 1975... Atenção: o que nos traz o 68 nos Estados Unidos? Traz: não é só denunciar que temos racismo. É denunciar que nós não somos feios, que nós temos história, que nós temos direitos. É a propositividade da luta antirracista. A positividade: nós somos! É o *black panther*, é o vestuário, é o baile... e o samba. O samba é a nossa música de ninar e a nossa música de dançar, mas não é a nossa música de lutar.

A.P. – Isso até 1970. Aí de 1970 em diante?

J.P. – Não. Os anos 1970 recobrem isso. Depois entramos nos anos 1980.

V.A. – Espera aí. O que o senhor ia falar aqui em 1975? O senhor tinha escrito aqui 1975.

J.P. – Nada de especial em 1975. Vamos aqui em 1980...

V.A. – Porque o senhor está falando – deixa só eu recuperar – da renovação do movimento negro.

J.P. – Isso, eu vou dizer as fases da renovação. Estou nelas, minha senhora. Eu vou lhe dar cinco fases...

V.A. – Então a renovação não é aqui em 1970?

J.P. – Não. Tudo já é renovação. Espera lá. Renovação tem cinco fases: tem a fase da denúncia; tem a fase da positividade: “nós somos negros, nós valemós”; tem a fase da diferença; depois tem a fase da ocupação dos espaços governamentais, que é a ida para as secretarias... Dentro dessa ocupação dos espaços tem... objetivando a valorização cultural. É o último grande período cultural da nossa luta. Vai dizer para o teu pai que eu ando dizendo vosso não sei quantas vezes... Medeiros diz: “É o único branco que eu aceito dizer ‘nós’.” Mas, enfim... Mas sai, filho. Eu estou aqui dando testemunho e sai... É a última parte cultural da nossa luta.

V.A. – Então é a denúncia, a positividade, diferença, ocupação dos espaços...

J.P. – Ocupação dos espaços, o que são? As secretarias, lembra? Secretaria de Estado para Promoção da População Negra. Abdias do Nascimento começa como um touro, com a minha irmã de criação, Thereza Santos, que é a primeira secretária.<sup>204</sup> Eu tenho uma irmã em São Paulo, de criação, a família é muito grande... E depois, tem aqui Brizola. Aí as secretarias se

---

<sup>204</sup> Thereza Santos (1930-2012), pseudônimo de Jaci dos Santos, atriz, publicitária e militante negra. No início dos anos 1970, assumiu a direção do setor de teatro do Ministério da Educação e Cultura de Guiné – Bissau. A partir de 1976, exerceu função similar em Angola, tendo chefiado a delegação angolana no 2º Festival de Arte Negra, na Nigéria em 1977, vindo a retornar ao Brasil em 1979. Participou da fundação do NZinga de São Paulo; fundou e dirigiu a Associação Cultural Agostinho Neto e foi assessora da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, de 1984 à 1985. Ver: Lopes, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo, Editora Selo Negro, 2004, verbete “Santos, Thereza”.

multiplicam, até hoje.<sup>205</sup> E depois vieram as ações afirmativas, que é a ocupação do espaço político e social, tendo como alavanca a universidade. São etapas... Eu nunca li, isso aqui é invenção do Zé Maria. Vale o que vale o Zé Maria.

V.A. – Está bem. Eu queria perguntar o seguinte: por que é novo? Em relação a que é novo?

J.P. – Tudo isso é novo. Protesto. “Nós protestamos.” O Teatro Experimental do Negro é que tentou passar, em 44, a imagem positiva: “O negro também sabe, o negro também é capaz de representar...” O Teatro tinha até um efeito psicológico e catártico, que era levar a nossa gente a se expressar, a não ter vergonha de se expressar; levar a nossa gente a representar grandes figuras negras. Mas isso lá nos remotos anos 1940, que depois foram soterrados pela democracia racial dos 1950 e 1960.

A.P. – Mas então não é novidade, se eles já propunham isso antes?

J.P. – Não. Aqui a novidade está nessas etapas todas, novidade está aqui na última. Todas elas são novidadeiras: nós nunca ocupamos o Estado; nós nunca tivemos uma propositividade de botar na cara dos brancos que a gente é bonito e mostrar isso. Nem no Teatro Experimental do Negro. O Teatro Experimental do Negro era uma instituição, eu estou falando de uma época, de toda uma geração, de todo um movimento pelo Brasil afora.

V.A. – Mas o Teatro Experimental do Negro não dizia “nós somos bonitos”?

---

<sup>205</sup> No início da década de 1980, os governos paulista de Franco Montoro e fluminense de Leonel Brizola, ambos de 1983 a 1987, passaram a incorporar a questão racial: o primeiro, com a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, e o segundo, convocando três negros para exercerem o cargo de secretários do estado: a médica Edialeida Salgado do Nascimento, que ocupou a Secretaria de Promoção Social; o jornalista Carlos Alberto de Oliveira (Caó), secretário de Trabalho, e o coronel da Polícia Militar Carlos Magno Nazareth Cerqueira, empossado na Secretaria da Polícia Militar. Pouco depois, o prefeito Jânio Quadros (1986-1989) criou, na cidade de São Paulo, o Conselho Municipal do Negro, que, na administração de Luiza Erundina (1989-1993), foi transformado em Coordenadoria Especial do Negro (Cone). Em 1991, durante o segundo governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1991-1994), foi a vez da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção da População Negra (Sedepron), posteriormente nomeada Seafro, cujo titular era Abdias do Nascimento.

J.P. – Não. Dizia: “Nós valem.” O bonito é americano. O bonito é novo. O bonito está também dentro da nova coisa da beleza, da beleza como... Enfim, que leva às misses, ao consumismo etc.

A grande novidade é a partilha do poder. Há um interstício aqui que é o voto negro. Mas nunca chegou a ser suficientemente marcante. Mas é aqui, é o espaço político. Essa é a última etapa em que nós estamos. A penúltima ainda é uma etapa culturalista, é ocuparmos espaços de cultura. Tanto que como é a Lei? A Lei é “o estudo da história da África e da cultura afro-brasileira”, e não “da história do negro no Brasil”.<sup>206</sup>

A.P. – Tem também nos parágrafos seguintes, no Artigo 26-A, “a luta dos negros no Brasil”...

J.P. – A luta dos negros no Brasil, a luta dos negros maiores e menores no Brasil, a luta dos negros... Tem repetido aquelas frases e tal. Tudo bem. Mas era a cultura que era o nosso alvo. Hoje não. Hoje é o espaço de poder. E nós fomos atingir aquela coisa mais sagrada, que é a universidade.

V.A. – Agora, o espaço do poder. A Frente Negra Brasileira era um partido político.

J.P. – Era sim senhora.

V.A. – Então, qual a diferença para agora? Também queriam o espaço do poder. Se não fosse o Getúlio ter fechado os partidos...?

J.P. – Ah, sim. Não precisava fazer uma pergunta tão inteligente assim para cima de mim nesta hora. [risos] A Frente Negra tinha uma atuação exibida muito maior do que qualquer dos movimentos isoladamente. A Frente Negra tinha inclusive uma ambiguidade que a favorecia: ela acolhia os dois nacionalismos. Um nacionalismo negro de esquerda e um nacionalismo negro de direita. Ela tinha todo o nacionalismo manchado de vermelho e preto, de fascismo e de comunismo. Hoje não tem Frente Negra Brasileira. Hoje tem o Brasil todo:

---

<sup>206</sup> A Lei 10.639, de 9/1/2003, torna obrigatório o ensino da temática “História e cultura afro-brasileira”, incluindo “o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil”.

é deputado, é governo, é ministro. Hoje não existe Teatro Experimental do Negro, Frente Negra Brasileira, imprensa paulista...<sup>207</sup>, não existe mais. Hoje a imprensa está na imprensa. Os brancos também estão na imprensa “pra burro”, os brancos como brancos. Quer dizer, aqueles que são contra as cotas, que estão ali numa militância de brasileiro de cor branca. Não são só..., são brasileiros de sensibilidade branca. Hoje é um patamar que jamais nós exibimos. Talvez... Eu ia dizer uma tolice... talvez só no tempo da escravidão. No tempo da escravidão não tínhamos poder, mas era quando fazíamos mais coisas no Brasil, era quase só nós que fazíamos. Só os negros... Agora já é tarde, agora já está gravado.

V.A. – É porque é uma preocupação nossa, inclusive teórica, porque a gente está fazendo esse tipo de estudo sobre o movimento negro, não é? E a gente tenta entender as diferenças em relação a outras iniciativas.

J.P. – Marcadas. Primeiro: grito de revolta. Por que é preciso grito de revolta? Porque não havia racismo no Brasil.

A.P. – Isso tudo o senhor considera a década de 1970 como marco?

J.P. – Não. Essas décadas são... A renovação vai se sobrepondo. Eu estou mais interessado em marcar qual é a marca de cada época, com a imprecisão que isso acarreta...

V.A. – Mas é tudo a partir de 1970?

A.P. – Essa renovação?

J.P. – Sim. Por quê? Porque até 1970 nós tínhamos minguardas as organizações negras. Eu não contei aqui aquelas tentativas que fizemos ali nos anos 1960 e tal.

V.A. – Mas eles também denunciavam o racismo.

---

<sup>207</sup> Refere-se à imprensa negra paulista, importante forma de atuação no início do século XX.

J.P. – Sim. Não no coral, regido, como passou a ser de 1960 para 1970. O coral começou se organizando em 70.

A.P. – Então o tamanho, a dimensão maior...

J.P. – Dimensão. Por isso que eu chamo de coral, que vai do Rio Grande do Sul até...

A.P. – Isso é novidade?

J.P. – Isso é novidade desde os anos 1970. Agora repara: cultura negra desapareceu, meu filho. Cultura negra não é mais reivindicação. A reivindicação antigamente era cultura. Até recente... O último grande passo foi quando se passou do culturalismo para o político. Esse foi o último grande passo. Por favor, para melhores informações, tem um autor que eu recomendo: Pereira, Amauri Mendes.<sup>208</sup> Recomendo. [risos]

V.A. – O senhor estava falando até desse coral. Quer dizer, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos é de 1973, 1974 tem a Sinba. Antes, no Rio Grande do Sul, em 1971, tem o Palmares; em 1973 também o Cekan em São Paulo, não é isso?<sup>209</sup> Os senhores tinham conhecimento disso na época?

J.P. – Minha senhora, isso é café pequeno. Claro que tínhamos. Eu frequentava.

A.P. – Inclusive é amigo da Thereza.

J.P. – Na Guiné-Bissau dizem que não somos amigos, nem sequer que somos irmãos de criação, somos filhos do mesmo pai, aquele milagre. O velho Luiz, o presidente da República, pensou que fôssemos irmãos mesmo, que Gilberto Freyre tinha feito esse milagre. [riso] Mas não, éramos irmãos de criação. A gente é irmão desde 1962, quando ela acompanhou toda a criação dos meus filhinhos.

---

<sup>208</sup> Trata-se do pai do entrevistador Amilcar Araujo Pereira.

<sup>209</sup> Em 1971, foi criado o Grupo Palmares, em Porto Alegre, e, em 1972, o Centro de Estudos e Arte Negra (Cekan), em São Paulo.

V.A. – Então o senhor tinha uma interlocução com essas outras instituições?

J.P. – Sim. Agora, por favor, hoje, a dimensão... Hoje a senhora nem vê mais as organizações negras aparecerem em primeiro plano. Quando elas aparecem, já vem instrumentadas com o sabre de ONGs, doutora. O sabrezinho financeiro de ONGs. É Geledés, é Ceap, eu sou pago ali pela Petrobrás, no Ceap, aulas, o meu livrinho saiu...<sup>210</sup> É outra dimensão. Não é mais... E hoje é no ensino. Nós ferimos o ensino em duas coisas básicas: na participação e no conteúdo. Ferimos; não digo matamos. Eu nunca falei tanto em nós não, hoje foi exagero. Tinha que ser assim.

V.A. – Participação o senhor está chamando as cotas, e conteúdo é a Lei 10.639?

J.P. – É. E cotas está errado.

V.A. – Ação afirmativa. Está bem.

J.P. – Não. O que está existindo é cotas, nós não estamos fazendo ações afirmativas. Quer dizer, algumas imperceptíveis, mas de impacto. Você não pode andar no metrô descansado e ver aquela propaganda, aquelas moças bonitas, aquele jovem bonito negro, a velhinha branca linda e o garotinho, a gente já não sabe quem é o mais lindo, se é o branco ou se é o negro. Tudo bonito, tudo bem exibido. Claro que são empresas estatais. E hoje temos uma sensibilidade... A minha filha já sabe qual é: “Olha, pai, a Oi está safada, não tem a gente.” A gente já se adverte um ao outro.

A.P. – Mas a sua neta ainda não gosta do nariz e o cabelo ainda está complicado...

J.P. – Mas a minha neta ainda não. Mas a gente, quando casa, o elemento branco tem que alinhar-se. Se não alinhar o casamento não dá. O Rogério é um branco que adora a família, chora pela minha tia como nem eu choro.

---

<sup>210</sup> Geledés - Instituto da Mulher Negra, criado em São Paulo, em 1988; Ceap: Centro de Articulação das Populações Marginalizadas, fundado no Rio de Janeiro, em 1989.

V.A. – Quem é o Rogério?

J.P. – Meu genro. Mas o Rogério não se afasta um milímetro da inveja que tem a família dele, a mãe e os filhos, que são belíssimos e inteligentes. Acontece que a minha filha é um monstro de resistência, de trabalho, de competência e de chatice. Então eles têm uma inveja e descontam na minha Raquel. E a minha Raquel tem...

A.P. – Não. Mas eu quis dizer que ainda hoje existe essa dificuldade...

J.P. – Sim.

A.P. – Por mais que haja mudança...

J.P. – Espera lá. Nós estamos no início da briga.

A.P. – Ainda estamos ferindo.

J.P. – Estamos no início da briga, que é briga por espaço político. Ainda não manejamos o voto, ainda não manejamos reconhecimento. Há um ano atrás eu via programa de televisão, a nossa gente falava e eu ficava todo nervoso: “Será que vai dizer besteira? Não faz isso, não diz isso.” Agora não, filho. Agora, só se ouvir aqueles deputados antigos. Até o meu Caó fala besteira. Mas o meu Caó, que era o cara mais lúcido do meu tempo, agora não. Agora a negada vai para lá e manda bonitinho. Não precisa ser Medeiros. Medeiros é um cassete perfeita, aquilo não tem uma vírgula a mais nem a menos. Eu sou parceiro de Medeiros há muitos anos, aquilo é cassete perfeita. Apanham dele... Isso é começo.

V.A. – A gente ainda tem algum tempinho para falar da sua busca do tempo perdido, da viagem, ou não?

A.P. – Inclusive, na busca do tempo perdido, eu queria retomar aquela primeira...



J.P. – Essa viagem é rentável para vocês. Não é questão negra só, é questão política externa brasileira. Essa questão eu queria...

V.A. – Então talvez a gente pudesse deixar para amanhã?

J.P. – Para amanhã. É a única porque o resto já foi. Essa aí é...

A.P. – Eu queria retomar o Paulo Freire lá na África.

J.P. – Está aí. É isso tudo. Aí são todas as viagens à África, aí é um carnaval.

V.A. – Então podemos encerrar por hoje, e amanhã...

[FINAL DA TERCEIRA ENTREVISTA]

*4ª Entrevista: 28.12.2006*

V.A. – Então, nós ontem combinamos de começar hoje com a busca do tempo africano, não é isso?

J.P. – Não. É em busca do tempo perdido. É uma brincadeira com o Proust. “Em busca do tempo perdido”.

V.A. – A sua viagem.

J.P. – Vamos primeiro ao contexto. Não é tão relatado, eu li o livro de Celina, de Geisel e fiquei surpreso, fiquei surpreso: Geisel não tinha uma visão estratégica do que estava acontecendo.<sup>211</sup> Por outro lado, nos brinda com a maior diatribe antiamericana que eu já ouvi – com exceção da ala vermelha do PC do B e do MR-8: “Os americanos imperialistas conquistaram a Califórnia, conquistaram isso e aquilo. São piores que os russos.” Meu Deus,

---

<sup>211</sup> Trata-se da entrevista de Ernesto Geisel publicada pela Editora FGV: *Ernesto Geisel*. Organizadores Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997. 494p. il.

eu fiquei lívido. Mas Angola limitou-se a petróleo, ele não tinha uma ideia exata. Bom, vamos ao contexto: nós estamos em 1973, o reconhecimento é de 1975...

V.A. – O reconhecimento dos dois, Moçambique e Angola?

J.P. – Não. São cinco reconhecimentos; os três são extremamente importantes e têm que ter explicações específicas. A não ser a “casa-grande”, o Itamaraty, que sabe dar, e quem melhor dá isso não é Alberto da Costa e Silva, quem melhor dá isso é Samuel Pinheiro Guimarães – dá uma excelente explicação. Então, vamos ao contexto, e aí eu acho que vale a pena, aí eu me atrevo a falar, não é vida pessoal, é vida do país. O contexto é 1972, Médici. Nós estamos em Médici, e o Itamaraty começa se incomodando com o isolamento brasileiro a nível internacional, não dos países da Europa, que também acompanham o colonialismo, mas dos países da África, do Oriente Médio, do terceiro mundo em geral. Que estranho: 1972, a Guiné, colônia portuguesa, está praticamente libertada; o Exército português não tem mais ação. Poucos meses depois obtêm-se os mísseis *sunset*, os Strellas; o PAIGC, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde obtém os Strellas, que são mísseis de ombro, mas que derrubaram a aviação portuguesa. Não há luta contra a guerrilha sem helicóptero e avião de napalm. O napalm até era pouco usado na Guiné. Foi mais usado, um pouco em Moçambique, em Angola... A Guiné é muito pequena, então o napalm poderia atingir as cidades onde estavam os portugueses. Era mais, de fato, bombardeio nas florestas de abrigo. O contexto internacional é, portanto, um contexto de pressão pela independência. O Brasil esboça uma tentativa de conciliação entre os movimentos de libertação e o governo português. Imediatamente ele perde, em 1972 nós não estávamos ainda em crise... O petróleo vai subir em 1973, Delfim está muito confiante no poder da África branca – branca no sentido do *apartheid*, das colônias portuguesas, aquela África austral –, o comércio está se dando por ali. Embora Portugal não abra as suas colônias para investimentos brasileiros no café... O café angolano fazia concorrência ao nosso. Não em termos absolutos – são dois cafés diferentes –, mas em termos relativos. O governo brasileiro começa se mexendo. Entretanto, nós estamos assistindo a uma mudança na política externa brasileira, que... eu esqueci detalhes, mas se for sutilmente estudada, ela vem desde a viagem do Costa e Silva aos Estados Unidos, em 1968, se eu não me engano. Atenção às minhas datas de Brasil, que são fracas. Neste contexto o Brasil faz uma aproximação com África. E se a senhora quiser

ver essa aproximação em colorido e ouvir em som estereofônico, favor ler o depoimento de Gibson Barbosa – que olhou para mim assim: “O senhor é professor de quê?”<sup>212</sup> Porque eu sabia os detalhes. Eu encontrei com ele assim junto com Antônio Carlos Magalhães, naqueles... E ele ficou muito surpreso quando eu comecei a entrar nos detalhes do livro dele e nos detalhes da viagem dele. Mas, vamos ao sério.

V.A. – Onde foi isso?

J.P. – Bahia.

V.A. – Quando?

J.P. – Eu vou saber. Eu estava representando o Norberto Odebrecht, que resolveu que iria a um seminário organizado por Antônio Carlos Magalhães, ninguém foi preparado, à última hora ninguém tinha... e chamou-se o Zé Maria de maneira muito encabulada, e aí o Zé Maria disse: “Claro, vou. Não tem outra saída...”

V.A. – Seminário sobre o quê?

J.P. – Era um seminário Brasil-África. Antônio Carlos Magalhães...

V.A. – Quando foi, o senhor se lembra?

J.P. – Vamos situar isto...

A.P. – Década de 1980?

J.P. – Depois eu situo. Nós vamos ter um tempozinho, enquanto vocês digitam e tal. É um trabalho de casa que eu devia ter feito, mas não deu. 1980... Não, espera lá! Eu já era

---

<sup>212</sup> Mário Gibson Alves Barbosa (1918-2007) bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito em 1937. No Governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), foi ministro das Relações Exteriores. Ao deixar o Ministério, foi embaixador do Brasil em Atenas (Grécia) e em Roma (Itália). Ver *DHBB*.

veterano da Odebrecht, e entrei lá em 1982. Já não era nem o... Era o novo chefe de África, que não me conhecia bem, portanto, tentou me dizer quanto é que eu cobrava. Aí eu pedi desculpa e disse: “Vocês têm que me dar a passagem porque a universidade não está bem de finanças.” Ele esbugalhou os olhos, aí entrou o Jarbas Sant’Anna, que é pouco na Odebrecht mas é o grande conselheiro político. Aí o Jarbas falou: “Não. É Zé Maria, ele tem uma relação conosco especial. Não ligue.” Me pagaram a passagem e eu fui. É o único lugar em que eu apareço como Odebrecht e não como Candido Mendes.

V.A. – Isso foi na década de 1980, mais ou menos, esse seminário do Antônio Carlos Magalhães. E aí o senhor conheceu o Mário Gibson, que ficou espantado porque o senhor sabia tanta coisa...

J.P. – Foi final da década de 1980, na Bahia. Exato. E depois que ele perguntou isso eu ainda soube mais coisas e contei a ele outras coisas que...

V.A. – Que ele não sabia?

J.P. – Ele sabia, mas não queria saber. Eu vou até contá-las porque são interessantes. Vamos lá. 1972, portanto, Médici dá um passo interessante em relação à África. Faz-se uma viagem aos países africanos da África Negra, uma viagem que, em 1971, visita nove países, que são os únicos citados nos livros, e no ano seguinte, em 1972, visita Egito e Quênia. Ao que me consta Egito e Quênia são África. Então eu digo 11 países visitados.<sup>213</sup> É o chamado “trem da alegria”, como uma vez me disse Samuel Pinheiro Guimarães, foi um trem da alegria. Isto é, a viagem valeu não do ponto de vista político – vou contar dois, três episódios –, mas do ponto de vista econômico. Impressionante: a África precisava dessa parceria. Então as vendas para a África eram insignificantes, elas saltaram. Depois vão saltar 500%, mas logo ali, 1973, a gente já nota um aumento grande. Então essa viagem é o primeiro passo numa reaproximação com a África. Lendo alguém recentemente... E quem eu devo ler... Alguém

---

<sup>213</sup> O entrevistado deve estar se referindo a viagem de uma comitiva brasileira composta de empresários e funcionários do governo brasileiro, realizada em 1973, a África. Os países visitados foram Senegal, Costa do Marfim, Gana, Togo, República Popular do Benim, Nigéria, Camarões, Zaire e Líbia. Acompanhava a delegação uma mostra itinerante com mais de duzentos produtos de origem brasileira que eram apresentados em exposições montadas em cada uma das capitais visitadas. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X20030003000006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X20030003000006&script=sci_arttext) [acesos em 26/3/2007].

pega e me conta a reticência que a segurança põe a essa viagem... É o Gibson – não no livro, num outro artigo. E o Gibson, claro, vence todas as resistências, ele é o herói da história. E o certo é que vão. Este fenômeno é acompanhado das aproximações... A pressão brasileira sobre Portugal vai se ter... A nossa independência foi em 1822, portanto em 1972 nós temos 150 anos, aí há um carnaval de aproximação...

V.A. – Sesquicentenário, não é isso?

J.P. – Sesquicentenário... Bom, este é o clima. Eu vou reduzi-lo. Portanto, dá-se essa viagem, que é interessantíssima...

V.A. – E por que “trem da alegria”? Porque as pessoas foram esbanjando dinheiro?

J.P. – Não. A expressão até não é feliz. Não foi um trem da alegria, porque um trem da alegria não dá origem à mercadoria que ele deu. Um trem da alegria, porque foi de uma improvisação razoavelmente bem-feita. Eu vou falar da Câmara de Comércio Afro-Brasileira. Adalberto Camargo cria uma Câmara de Comércio Afro-Brasileira por volta de 1972, e ele, numa entrevista a um orientado meu, conta coisas que nem havia me contado naqueles meus papos com ele.<sup>214</sup> Adalberto Camargo é um empresário negro que fez muito dinheiro com táxi, o nosso grande homem de negócios nos anos 1960, 1970. Depois entrou na Arena como deputado em 1966. E esta viagem a esses países foi marcada por uma grande mostra de produtos brasileiros, acompanhada do nosso navio, que eu agora esqueço o nome – eu acho que é *Custódio de Melo*. É o navio da Marinha que faz as viagens, visita aos portos e tal. Então o navio levou uma exposição de produtos brasileiros, aquela grande comitiva, e a parte que não é contada é que eram necessários empresários negros, e não havia. Era necessária uma participação no corpo do Itamaraty de um diplomata negro, e não havia. Então

---

<sup>214</sup> Adalberto Camargo, político brasileiro, fundou em 1968, a Câmara de Comércio Afro-Brasileira, a fim de estimular o comércio entre o Brasil e os países do continente africano. Elegeu-se, em 1966, pela legenda do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), a Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, conseguindo sucessivas reeleições até 1978. Após o fim do regime de bipartidarismo, em 1979, transferiu-se para o PDS (Partido Democrático Social), sucessor da ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Ver: Santana, Ivo de. Relações econômicas Brasil-Africa: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 517-555, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-546X2003000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 de mar. de 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300006>.

improvisou-se. Adalberto Camargo alugou – é o termo – uns executivos negros para passarem por empresários, assessorados com executivos dessas empresas e tal. E quanto à questão de termos um diplomata negro, improvisou-se com o dr. Jair. Quem é dr. Jair? Dr. Jair é um menino que desde cedo foi *office-boy* do Itamaraty, depois passou para a carreira de funcionário administrativo – tem um nome -, e depois formou-se em medicina.

V.A. – Como é o nome dele?

J.P. – Jair...

V.A. – Depois vem...

J.P. – Depois vem. Jair tem uma história longa...

V.A. – E quem foram os empresários negros alugados, para se fazerem passar por empresários?

J.P. – Não se fala. Isso está no livro, num depoimento que Adalberto de Camargo deu a Ivo de Santana, num livro de Ivo de Santana sobre relações Brasil-África.<sup>215</sup> O título não está... Depois eu vou recuperar essas coisas, vou trabalhar com vocês...

V.A. – E que tipo de empresários eram? Quer dizer, não eram empresários.

J.P. – Não. Eram pessoas com um certo tino das coisas, nós tínhamos intelectuais negros e executivos negros. Mas não eram empresários. Adalberto Camargo, eram uns seis ou sete. Eu depois leio o livro direitinho para citar... Isso nunca foi sabido. O Banco Real banca tudo. O Banco Real era o grande banco do comércio exterior brasileiro. Banca, financia, prepara esses empresários, faz os contatos... Eram nove países, uma terra virgem para o Brasil.

---

<sup>215</sup> Ivo de Santana. *A experiência empresarial brasileira na África (1970 a 1990)*. Salvador, Ed. Ponto e Vírgula, 2004. Trata-se da dissertação de mestrado apresentada em 2002 ao mestrado em Administração de Empresas e Comércio Internacional, Universidad de Extremadura, Espanha, sob orientação de Jacques d'Adesky. Ver: *Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Ivo de Santana)*. Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/731362262773451>>. Acesso em 9 de mar. de 2007.

V.A. – Nove em 1971? Quais eram?

J.P. – Em 1972...

V.A. – Em 1972 Egito e Quênia. Quais eram os países em 1971?

J.P. – Vai na memória: Senegal, Gabão, Benin, Nigéria, Gana, Camarões, Togo... tudo litoral... Congo Brazzaville – não o Congo Zaire – e falta um... Eu não tenho certeza. Quantas vezes eu dei aulas com esses nomes todos... Bom, essa viagem... Vamos completá-la, depois nós voltamos ao contexto. Então a viagem se deu, a sequiosidade africana não era tanto por mercadoria, era também por assistência técnica, por produtos de, digamos, por *joint ventures*, ver se o Brasil fazia *joint ventures* para investimentos, era uma promessa que o Brasil havia feito ao Senegal e nunca conseguiu cumprir nos anos 1960, retoma-se isso. A viagem, nesse aspecto, foi um sucesso – isso, a versão do meu querido Alberto da Costa e Silva, versão certa, é só nuançar. Vamos a ver os aspetos polêmicos dessa viagem. Os aspetos produtivos eu faço questão de colocar logo no início, porque eu fui um dos que criaram a expressão “trem da alegria”, depois eu fui ver nas estatísticas e foram expressivos. Os dados políticos... Eu vou usar uma frase do Alberto da Costa e Silva muito feliz: “É, naquele tempo, eles davam mais valor à gente do que agora. Porque naquele tempo nós estávamos ali em cima do muro. Então eles puxavam a gente para baixo do muro. Agora nós já estamos no terreno deles, então agora não precisam nos cativar como precisavam na época.” Isso diz o Alberto da Costa e Silva.

V.A. – Eles são quem?

J.P. – Eles, os africanos. Dez anos de coordenação de história oral, não passa, você não esquece de um buracozinho. E eram, e era certo. Alberto da Costa e Silva foi dizer isso em 1985. O aspeto polêmico da viagem é que, em Gana, um jornalista ganês identificou que não havia ninguém do Itamaraty, nenhum diplomata negro. Então perguntou: “Mas a delegação não tem nenhum membro negro?” Ah, chamaram de imediato o dr. Jair. Dr. Jair devia estar na segunda fila, apareceu e tal. “O senhor é diplomata?” Disse: “Não. Sou médico.” O

jornalista ganês disse: “Sua especialidade?” “Ginecologista.” O que fazia um médico ginecologista numa delegação de homens? Era só por ser negro. Então essa foi a manchete no jornal de Gana. Depois, no jornal da Nigéria também criticaram. O certo é que, objetivamente, foi um passo. Depois, o nosso Gibson Barbosa conta as dificuldades que teve para o serviço de segurança, o SNI, o setor da segurança, admitir essa viagem. E o setor português do Itamaraty já tinha sido, em grande parte, removido. Os tempos do Vasco Leitão, os tempos daqueles chanceleres mais pró-portugueses, dos comendadores, havia passado.<sup>216</sup>

V.A. – Mas que tipo de entrave o setor de segurança colocou? Por que era perigoso?

J.P. – Era perigoso, primeiro, porque causava uma ferida na relação com Portugal. A relação com uma África que estava ameaçada de comunismo para a semana seguinte não podia ser trocada por uma relação estável de cinco séculos. Segundo, porque aquilo era... Tenho impressão até que o “trem da alegria” era um pouco essa expressão: “Aquilo não vai render nada.” Acho que o “trem da Alegria” vem talvez mais da direita do Itamaraty do que de nós, não é? Então esse é o primeiro quadro de mudança para aquilo que vamos falar – a operação “em busca do tempo perdido” – com a reaproximação com os movimentos de libertação que vai proporcionar o reconhecimento de Angola.

V.A. – Agora, nessa viagem, nenhum país que era colônia de Portugal foi visitado.

J.P. – Não. E eram visitados antes. O Custódio de Mello foi a Angola – Angola, colônia; o próprio Alberto da Costa e Silva, mais tarde, fará uma viagem com o Negrão de Lima a Angola, que é um desastre, no sentido político. A viagem foi uma tentativa de abrir para a África negra.

V.A. – Mas não se estava afrontando Portugal diretamente, porque nenhuma das colônias estava sendo visitada.

---

<sup>216</sup> Vasco Leitão (1903-1984) diplomata brasileiro, foi ministro da Justiça entre 1941 a 1942 e ministro das Relações Exteriores entre 1966 a 1969. Como diplomata assumiu as embaixadas brasileiras na União Soviética (1962-1964) e nos Estados Unidos (1966-1969). Ver: *DHBB*, verbete “Leitão, Vasco”.



J.P. – Não. Nenhuma das colônias foi visitada. Nós visitávamos as colônias portuguesas afrontando os africanos, porque era visita... João Neves da Fontoura, chanceler de Juscelino Kubitschek, dizia: “A política brasileira com Portugal não é uma política externa. É uma política de família. E com família não se faz...”<sup>217</sup> Já devo ter passado essa frase. Então eram esses Joãos Neves da Fontoura, os Vascos Leitão da Cunha, os Plínios, os comendadores...

V.A. – Que Plínio?

J.P. – Ele anda por aí, meu Deus do céu...

V.A. – Deixa pra lá. Então o senhor estava querendo concluir a viagem...

J.P. – Conclui-se a viagem. À viagem prossegue o quê? Um aumento... Essa viagem conclui-se, dá resultados positivos, no sentido comercial. É muito cobrada ao Brasil a intermediação junto a Portugal para que haja uma transição. Os Estados Unidos já tinham prometido até um Plano Marshall – me desculpe o exagero da expressão – para Portugal, para Portugal poder conceder a independência a Angola. Isso mais atrás. Depois, ali em 1972 os Estados Unidos já estavam hesitantes numa independência de Angola que não estivesse sob o seu controle. Aí nós vamos entrar depois mais tarde nisso, que é o apoio à FNLA, ao partido de oposição ao MPLA. Bom, prosseguindo. Então essa viagem traz os seus resultados, o Brasil é sensível a essas pressões, aumenta a aproximação com Portugal, uma aproximação de pressão no sentido de... Cria-se a possibilidade de uma comunidade luso-afro-brasileira, e os dois grandes interlocutores seriam o Senegal, pelo lado dos movimentos de libertação... O Senegal era vizinho da Guiné-Bissau e Amílcar Cabral – que Deus o tenha, e que tem o nome aqui tão bem honrado... Amílcar era de uma *sagesse* diplomática... Amílcar tinha conseguido vergar Senghor a dar apoio ao PAIGC e prometeu a Senghor ser bem flexível nas negociações. Entretanto, em 1972 para 1973, o Espínola, o grande general português da contrarrevolução

---

<sup>217</sup> João Neves da Fontoura (1889-1963) político brasileiro, foi embaixador em Portugal de 1943 a 1945. Foi também ministro das Relações Exteriores em duas ocasiões em 1946 e de 1951 a 1953. Ver *DHBB*, verbete “Fontoura, João Neves da”.

na Guiné, que teve um sucesso extraordinário...<sup>218</sup> O general Antônio Espínola conseguiu fazer uma contrarrevolução exemplar na Guiné, de modo a criar até organismos com falsa autonomia, mas com uma participação relevante. A contradição existe: falsa autonomia, mas participação relevante. A grande Guiné tinha assembleias, digamos, populares, consultivas. E a coisa mais marcante era que Espínola conseguiu formar um corpo de soldados guineenses africanos, que tinha entre oito e 11 mil homens, um exército maior do que o do PAIGC. Quer dizer, havia um maior número de guineenses junto às tropas portuguesas. Isso é muito comum, isso vem desde a ocupação colonial. Passa despercebido na história. É sempre fácil, Roma fazia isso, todos os impérios sempre têm a seu lado um número maior de nativos do que a rebelião, seja os sipais na Índia, seja quem for.<sup>219</sup> Muito bem. Então Espínola consegue ter esse exército e consegue ter assim: um soldado branco ferido e um soldado negro ferido, o helicóptero pega primeiro o soldado negro. O chamado comando. Espínola só não consegue reconquistar a Guiné, não digo em termos políticos, mas em termos militares, porque o PAIGC estava já muito forte, muito bem plantado. Quer dizer, normalmente, o progresso militar de um movimento de libertação é crescente. O progresso diplomático é decisivo. Não se faz uma luta de libertação para vencê-la militarmente, mas sim para criar condições políticas para que haja a vitória política. A Argélia estava derrotada quando ganhou a sua independência – derrotada militarmente, mas estava insustentável para a França. Angola e Moçambique, a mesma coisa. A Guiné não, a Guiné teve o auge ali por volta de 1966, chegou a ter 3/5 depois 2/3, mas o Espínola conseguiu uma contenção. Quem desequilibrou isso? Foi o armamento soviético. Primeiro a Kalashnikov.<sup>220</sup> Eu nunca vi tanta Kalashnikov na minha vida. Eu andava no mato e via Kalashnikov pendurada e tal. Eu comemorei a passagem de 1975 para 1976 com tiros de Kalashnikov; não houve um foguete, eram tiros de Kalashnikov. Tinha chegado a Guiné nesses dias.

Então vamos adiante. Portanto eu quero realçar o período de tentativa de intermediação do Brasil com os movimentos de libertação. O Brasil faria a intermediação junto a Portugal, e o Senegal, um país moderado, um país governado por um *sage*, por um

---

<sup>218</sup> O General Antônio Espínola foi governador militar de Guiné-Bissau, antes dessa proclamar sua independência em 1975. Ver: *Antônio de Spínola, o primeiro presidente depois do 25 Abril*. RTP Ensina. Disponível em: <<http://ensina.rtp.pt/artigo/antonio-de-spinola-2/>>. Acesso em 03 de fev. de 2020.

<sup>219</sup> Sipais, ou cipaies, eram soldados indianos que serviam no exército da Companhia Britânica das Índias Orientais, sob as ordens de oficiais britânicos. Em maio de 1857, contudo, se amotinaram e marcharam para Délhi, onde outros indianos se juntaram à rebelião. A revolta provocou o fim da administração local da Companhia e, em agosto de 1858, a coroa britânica assumiu o governo da Índia.

<sup>220</sup> Fuzil AK-47

sábio, fazia a intermediação junto aos movimentos de libertação, especialmente o da Guiné, que tinha hegemonia política sobre os demais. Amílcar Cabral era mais importante do que Agostinho Neto; mais importante do que Mondlaine e, mais tarde, do que Samora Machel, os respectivos chefes da Frelimo, o Movimento de Libertação de Moçambique. Bom, estamos vivendo esse contexto em 1972; mas nada, em 1972 já não é Salazar. Salazar tem um acidente vascular cerebral que o tira da atividade em 1968, ele morre em 1970, e é Marcelo Caetano em quem se depositava esperanças de mudança.<sup>221</sup> Não, Marcelo não tem fibra política e talvez a lucidez de que aquilo só cairia com o regime, se ele fizesse mudança ele também cairia. E a economia portuguesa estava lucrando muito com a guerra colonial. Então setores fortes de Portugal... Salazar foi quem plantou isso. É o seguinte: todos nós sabemos que as colônias portuguesas eram basicamente sustentadas, em termos macroeconômicos, pelo capital estrangeiro mineral e ferroviário. Depois, em 1965, Salazar é obrigado a, não mais a entreabrir, mas a escancarar as portas das colônias ao capital estrangeiro. Recordo-me, em 1957, quando se descobre o petróleo em Angola dizia-se que Salazar havia batido com a mão na mesa e dito: “Só me faltava mais esta.” Era o fim do casulo fechado do império. Quando Salazar tem que abrir para os capitais estrangeiros, utiliza um capital político-administrativo importante, de atrelar a cada monopólio estrangeiro um monopólio português – a cada multinacional, um monopólio português. Monopólio é assim: é a gente não poder acender um isqueiro, porque o monopólio dos fósforos impedia que se usasse isqueiro, a menos que se pagasse uma licença. Não tínhamos Coca-Cola em Portugal, para que não afetasse os sucos portugueses. A cerveja era comedida para que não perturbasse o vinho português. Eu estou caracterizando essa fase de tentativa de transição pacífica para a independência das colônias portuguesas. Nada demove Caetano, nada, nem comunidade... Não se chega a fazer nem um artefato de artifício, comunidade falsa, nem isso chega.

V.A. – O que quer dizer comunidade?

J.P. – A comunidade seria como a *commonwealth*, quer dizer, os países entre semiautônomos, autônomos e, quem sabe, depois independentes, todos ligados a comunidade, como a

*commonwealth*.<sup>222</sup> Quer dizer, o chefe de Estado seria a rainha, no caso o nosso rei Salazar, se vivo permanecesse. Enfim, uma transição, como acabaram sendo a comunidade britânica e mais ainda a *communauté* francesa. Muito bem.

V.A. – E isso também não interessava a Marcelo Caetano?

J.P. – Nada. Não houve assim um pequeno avanço. Ele poderia ter dado um presente para a gente, dizendo: “Olha aqui, cafeicultores, vamos fazer *joint ventures*? Nós temos café, nós somos o quarto produtor mundial.” Naquela época Angola tinha saído do terceiro para o quarto; Costa do Marfim entrou em terceiro, Colômbia, em segundo, e Brasil, em primeiro. Nada, nem um gesto econômico. Isso vai depois mudar um pouquinho e acender as esperanças de Delfim Neto, mas por pressão da África do Sul. Nós começamos a fazer bons negócios com a África do Sul, o empresariado português começa vendo que não pode ficar sozinho, começa se juntando ao brasileiro, mas muito tenuemente. Eu estou mais falando no discurso do que na contabilidade, do que nos números. Forma-se uma Câmara de Comércio... Porque eu sou filho dessas circunstâncias, porque é nessas circunstâncias que Delfim vem para eu fazer aquele estudo. Bom, avancemos. Nós estamos em 1972, eis que chega 1973. E em 1973 a coisa é muito séria. Em 1973 não há só o aumento do preço do petróleo. Em 1973 há uma decisão dos países árabes de alguns países não receberem petróleo. O Brasil estava entre eles. Por causa de quê? Não da dona Arábia Saudita, mas da Argélia. 1973 Argélia era a meca dos revolucionários africanos, latino-americanos, portugueses, nós tínhamos lá Arraes, tínhamos o pessoal da guerrilha, a Frente Patriótica Portuguesa, que faziam um *lobby* forte contra Brasil e contra Portugal. Então o Brasil esteve na lista. A tempo conseguiu-se tirar o Brasil da lista. Com o quê? O voto contra o sionismo. Esse foi o preço de nossa... Lembra-se do voto contra... “O sionismo é uma forma de racismo”.<sup>223</sup> Esse foi *in extremis*, na hora certa para tirar o Brasil da lista que era liderada pela Argélia. E por que a Argélia estava tão ligada assim...?

---

<sup>222</sup> A Comunidade das Nações (Commonwealth of Nations), ou Comunidade Britânica das Nações, é uma associação voluntária de 53 países independentes, todos antigas colônias britânicas (à exceção de Moçambique, admitido na associação em 1995)..

<sup>223</sup> A Resolução 3.379 da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotada em 10 de novembro de 1975, considerou o sionismo uma forma de racismo. Houve 72 votos a favor (entre eles, o voto do Brasil), 35 contrários e 32 abstenções. A medida foi anulada pela Resolução 4.686, de 16 de dezembro de 1991, que contou com 111 votos (entre eles, o voto do Brasil) contra 25, e 13 abstenções. Ver [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org), acesso em 12/3/2007.

V.A. - A Opep?

J.P. – Não. Não era a Opep. Eu já disse uma ligação da Argélia, que sediava os movimentos de libertação, movimentos de contestação brasileiros e portugueses. Mas a Argélia, mais do que isso, era a meca do mundo. Eu me lembro de um prédio na Argélia que devia ter uns 30 andares. Eu subia a pé e a cada canto tinha um movimento de libertação: Camboja, Timor Leste, não sei quantos. Os maiores tinham casas próprias, como a OLP. Os nossos movimentos de libertação depois foram ganhando. Antes também era tudo no sétimo andar. Você subia aquilo. Quer dizer, a Argélia tinha uma liderança enorme, e vai ser a principal beneficiária, logo, da subida dos preços em 1973. Então, temos uma leitura... Após a viagem do “trem da alegria”, nós temos a ameaça, não do preço do petróleo, que vai ser realizada de qualquer modo, mas a ameaça do boicote à venda de petróleo. Nós tínhamos que fazer negócios com o Irã, que era o único país não-árabe que podia nos vender...<sup>224</sup> Mas o Irã já tinha como cliente a África do Sul, que também estava por aqui. Embora a África do Sul fizesse gasolina através do carvão. Então essa foi a primeira mudança. Entretanto, acaba Médici e vem Geisel. Quando Geisel se instala, em 15 de março, já há uma resolução de não mais seguir Portugal. Mas entre o não seguir Portugal e o seguir as colônias havia ainda um grande espaço a percorrer. Esse espaço foi explodido. Por quê? Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974. Pronto, tudo foi aparentemente facilitado. Agora entro eu. Há o 25 de abril, as chancelarias brasileiras começam a se mexer e há uma entrevista de Sérgio Vieira, um dirigente importante da Frelimo, que depois foi ministro do Transporte, foi ministro da Segurança – é meu interlocutor na Frelimo, o Serginho.<sup>225</sup> E o Sérgio Vieira dá uma entrevista dizendo: “Intermediação do Brasil? Não, não vejo necessidade. Nós somos três movimentos de libertação, de um lado – a Frelimo, o MPLA e o PAIGC...” Cabo Verde era igual ao PAIGC; faltava a colônia São Tomé e Príncipe, que não tinha feito luta armada e vinha no rescaldo do processo. “...E de outro lado, nós temos o movimento de libertação, o

---

<sup>224</sup> Até 1979, quando a chamada revolução iraniana levou ao poder o Aiatolá Khomeini, o governo iraniano era pró-ocidental, sob a chefia do xá Rhexa Pahlavi. Ver [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org), acesso em 12/3/2007.

<sup>225</sup> Sérgio Vieira (1941-), licenciado em Ciências Políticas na Universidade de Argel (Argélia), em 1967, exerceu importantes cargos políticos em Moçambique, entre esses, foi diretor em 1975 do gabinete do Presidente de Moçambique, Samora Machel; em 1978 assumiu a direção do Banco de Moçambique; entre 1982 e 1983 foi ministro da Agricultura e no ano seguinte assume o Ministério da Segurança. Além de suas atividades políticas, lecionou na Universidade Eduardo Modlane e foi membro fundador da Associação dos Escritores Moçambicanos Disponível em: [www.macua.org/temp/ZeBetoCasteloBrancotalqual.htm](http://www.macua.org/temp/ZeBetoCasteloBrancotalqual.htm) [acesso em 24/3/2007].

movimento das forças armadas.” Essa declaração assustou um pouco o Itamaraty e o próprio Conselho de Segurança Nacional. Essa declaração é feita em 1974; portanto, antes da independência de Moçambique, mas logo como primeira declaração. Eu acho que foi essa declaração que detonou aquilo que me é devido relatar aqui: a minha missão de *office-boy* brasileiro junto aos movimentos de libertação que já estão na situação de governos de transição. Quando eu vou aos cinco países africanos de língua portuguesa, todos eles já têm governos de transição. A Guiné não. A Guiné já tem um governo independente, reconhecido até pelo Brasil. Depois falaremos desse reconhecimento. Angola, Moçambique, São Tomé e Cabo Verde estão em governos de transição: um chefe de governo português, uma autoridade militar, normalmente, e ministérios mistos com os três partidos em Angola e o governo português. E eu nunca vou saber a razão da minha ida, quem foi que tomou a iniciativa. Se foi Golbery que disse: “Manda aquele careca lá, porque ele é amigo daquela gente.” E é possível que tenha sido iniciativa do Golbery. Ou Candido disse: “Eu vou mandar o Zé Maria.” Eu acho que foi o Golbery, porque Candido se recorda que Golbery trouxe um dossiê meu desse tamanho. Ora, se Golbery trouxe um dossiê desse tamanho, Golbery tomou a iniciativa de Candido mandar a mim, não é? Aí Candido ficou espantado. Aí eu expliquei a Candido: “Não, é porque a sede do MPLA era a minha casa. Então qualquer documento não colocado na cama do respectivo era de minha responsabilidade.” Então o dossiê era assim. Está na Marinha; é um sonho meu poder recuperar um dia essas coisas.

Muito bem. Então Candido me manda para ir para África na véspera.

V.A. – Que dia?

J.P. – Isto era junho.

V.A. – Junho de...?

J.P. – Junho de 1974, e eu só embarco em outubro de 1974. Até hoje eu não sei como consegui enrolar Candido e adiar. Bom, nesse intervalo aí o *office-boy* foi competente. Eu vou daqui para os cinco países de língua portuguesa, Portugal e Senegal, sendo um *office-boy* de vários interesses, de vários grupos. Ora bem, aí eu vou contar um pouquinho uma história anterior para poder compreender. Eu havia participado do movimento de libertação na

clandestinidade em Portugal, no trabalho clandestino; aqui no Brasil, no trabalho que eu já contei, de 62 a 64, que originaram aquelas prisões. Houve um recesso nosso de trabalho. Em 1972 aparece na minha casa um representante do PAIGC – do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde –, para que, junto aos imigrantes cabo-verdianos aqui – guineenses eram poucos –, eu fizesse uma organização. Me foi até apresentado o elemento local, que, digamos, eu ficaria sendo o assistente dele. E eu desempenhei um trabalho muito interessante. E esse trabalho, por azar, quem se encarregava do Brasil era um incompetente, muito responsável – as duas coisas juntas –, Proença... Então nós fazíamos coisas aqui no Brasil que o PAIGC não sabia direito, porque seu Proença não desempenhava... E nós, engraçado, nós sempre vamos um pouco... Aqui no Brasil, nosso trabalho do MPLA, o auge, foi numa crise do MPLA. Então ele se realçava. O nosso trabalho aqui no Brasil foi numa época dura do PAIGC, aquela época de transição, morte de Amílcar etc., então também chamou a atenção. Resultado: o dossiê do Brasil foi parar nas mãos de Luis Cabral, que, após a morte de Amílcar, já era o dirigente – não do partido, que era o Aristides, mas depois o que foi presidente da República da Guiné. Então o Luis acompanha o meu trabalho. Então eu sou o interlocutor direto de Luis, do presidente da República.

V.A. – E esse Proença ficava lá? Não entendi.

J.P. – Proença já estava situado no Senegal, e era o Senegal que recebia as demandas e as informações do Brasil. E eu tinha uma amiga de infância, que era considerada minha irmã, Thereza Santos, que estava lutando ao lado do PAIGC, cuidando de órfãos, cuidando da comida dos acampamentos...

V.A. – Onde?

J.P. – Na guerrilha. Não na área de fogo; na área de refugiados, na fronteira do Senegal. Então Thereza também fazia um pouco de barulho por mim: “Olha, o trabalho no Brasil está empatado, porque, enfim...” Bom, não é importante. O importante é essa ligação estreita. Por outro lado, eu representava aqui o setor de ponta... Representava, não, eu era militante. Eu era militante de quê? Da mais aguda esquerda portuguesa no Brasil. Traduzindo: eu era amigo pessoal de refugiados políticos que haviam assaltado o Santa Maria. Lembra de um pacote

português que foi assaltado em 1961? Eu era representante do movimento armado português Luar. Era de gente que saiu do Partido Comunista, fez ações armadas, assaltou um banco e tal. Luar, Luta Unida pela Revolução... Eu não me lembro qual é o nome do Luar... O Luar deu gente que assaltou o Santa Maria também. Todos os que eram, digamos...

V.A. – Esquerda radical portuguesa.

J.P. – Zé Maria era o recadeiro. Ia no MPLA... Isso era razoavelmente eficiente. E havia uma crença... Bom, eu fazia tanta besteira aqui, tanta ação, que havia uma crença em mim: “Esse não trai. O que ele faz é besteira, não é traição.” [riso] Besteira por excesso de trabalho também. Por isso é que eu me comparei um pouco a Anselmo. Não é uma comparação que se faça livre de julgamento da história. Mas esse ativismo...

V.A. – Selmo?

J.P. – Anselmo, “cabo” Anselmo. Então representava esse setor. Isso tudo tem importância porque... Representava já o desejo que eu vinha desenvolvendo aqui, de enviar cooperantes brasileiros para trabalhar na Guiné-Bissau. Fernando Lopes, o nosso secretário de Finanças de Brizola, deputado, já tinha a mesa dele ao lado da mesa do ministro da Economia na Guiné-Bissau, que depois foi o Dubos, um nosso membro da luta armada... É um geógrafo conhecido da esquerda brasileira, foi da luta armada. Eu ia dizer Alexandre Dubos, mas não tenho bem a certeza se é... A falta de memória me põe nervoso.

Bom, então tinha os interesses da esquerda portuguesa, os interesses de uma cooperação com a Guiné-Bissau, de unir cooperantes... Eu fui a Paris juntar o grupo de imigrantes que estava em Paris com o Fernando... Ah, Zé Maria, até esse! Um membro famoso da esquerda brasileira em Paris... Então eu representava esse interesse... Ah, um péssimo jornalista do *Opinião*, daqueles que fazia artigo como se fosse verbete. Aí o Raimundo Rodrigues Pereira dizia: “Zé Maria, não se começa em mil, oitocentos e oitenta e tal. O jornalismo é hoje.” Eu até sabia um pouco o que era jornalismo, esqueci ao fazer verbetes. Raimundo Rodrigues foi meu chefe de jornalismo. Como eu não tinha jeito e tinha as coisas, ele ia ao Afro-Asiático fazer a matéria por mim, me puxar a matéria. Depois eu fui correspondente internacional do *Opinião*, quando eu fui a Portugal e à África: “Zé Maria, faz



uma entrevistas e tal.” Eu não fazia, mas sempre tinha um jornalista a minha disposição que fazia por mim, melhor do que eu. Bom, era esse conjunto de interesses portugueses... Não tinha ainda o Itamaraty. Eu parti do Brasil com a seguinte orientação de Candido: “O senhor não entra em nenhuma embaixada brasileira.” Tinha outra que não era orientação, mas é verdade: eu não levava uma carta dizendo quem eu era. Não levava uma carta assim: “Este é o professor Zé Maria.” Nada. Não levava nada. Eu não podia ir a uma embaixada. Era missão cega. Houve dois momentos de arrependimento de Candido. Quando eu fui me despedir dele, ele encheu o meu bolso do paletó de notas de 100 dólares. Eu levei dinheiro que deu para comprar bicicleta, arca, geladeira, tudo para a família em Angola. E livro que Deus me livre. Eu trouxe quatrocentos e tal quilos. Eu estou com consciência agora disso. Na época eu nem me lembrei que eu não levava nenhuma carta. Também é verdade que se diga que eu não precisava. Aí ele reuniu o embaixador de Portugal para me proteger etc., e disse: “Quando chegar a Lisboa, o senhor me telefona. ”

V.A. – Eu não entendi. A missão quem lhe deu foi o Candido?

J.P. – Candido Mendes.

V.A. – Mas em nome de quem?

J.P. – Em nome de Candido. Não tem nome. Nem me fale no general.

A.P. – Isso é antes da viagem oficial? A viagem oficial o senhor...

J.P. – Não. Isso é a preparação da viagem oficial, quando eu estou saindo para a primeira viagem, que não é oficial. Depois, viagem oficial é mais tarde, aí eu faço uma série delas.

V.A. – Isso foi em outubro de 1974?

J.P. – Outubro de 1974 foi quando eu saí.

V.A. – E o que o Candido disse que era para o senhor fazer?

J.P. – “Arruma lá, passa confiança da gente...” Não disse muita coisa. Eu agora estou tentando mais copidescar o que ele não disse do que... Eu me lembro que é: “A Candido Mendes será a porta-voz do processo de descolonização português.” Sabe por que eu me lembro dessas palavras? Porque essas palavras foram ditas no almoço de saída meu com o embaixador português. Então eu vi Candido falar essas palavras formais. Para mim Candido não disse nada: “Vem cá, nós temos a Guiné, você é amigo do presidente. A Guiné está independente, nós começamos por aí. Forma alguma coisa de cooperação lá.”

V.A. – Cooperação com a Candido Mendes?

J.P. – Com a Candido Mendes.

V.A. – Não tinha nenhuma missão do governo brasileiro?

J.P. – Nada. Eu não podia nem ir à embaixada. Essa coisa, eu me lembro de Candido. Era coisa de Golbery, e eu sei por quê. Porque na embaixada em Lisboa, quem estava? Fontoura.<sup>226</sup> Anos mais tarde, eu soube por uma criptógrafa do Itamaraty: “Você que é o Zé Maria? O Fontoura mandava telegramas seguidos: ‘Quem é esta pessoa e por que está aqui? Está na televisão, está nos jornais, está em todo lugar!’” E ninguém respondia; no Itamaraty, ninguém sabia. Era coisa que estava correndo fora do Itamaraty.

V.A. – E o senhor na televisão e nos jornais em Lisboa...

J.P. – Em Lisboa.

V.A. – Falando o quê?

---

<sup>226</sup> Carlos Alberto Fontoura foi designado em março de 1974, pelo até então presidente da República, Ernesto Geisel, a ser o embaixador do Brasil em Portugal, em substituição a Luiz Antônio Gama e Silva. Ver: *DHBB*, verbete “Fontoura, Carlos”.

J.P. – Falando sobre a posição da Candido Mendes, pioneira da descolonização no Brasil, no apoio ao grande processo de descolonização que o governo português estava fazendo, e a inteireza, firmeza e ponderação dos movimentos de libertação. Isso foi dito no *Fantástico*, na primeira exibição do *Fantástico* em Portugal. Calma, não é o *Fantástico* brasileiro daqui.

V.A. – Lá também um programa chamado *Fantástico*?

J.P. – Inaugurou-se um *Fantástico*. Na minha primeira entrevista: “O Zé Maria, com aquele gesto dele de Chacrinha, é um ótimo para inaugurar o *Fantástico*.” Ainda levei um filme das nossas cerimônias de independência da Guiné e tal. Foi um *show*. Eu não visitei minha mãe, eu não visitei a minha família, nada. Souberam de mim quando eu estava na televisão. Quando telefonaram para a televisão, eu já estava em Paris. Eu não podia fazer nada. Eu estava no hotel Tivoli, um hotel caro. *O último tango* estava ao lado e eu não fui ver nem *O último tango*.<sup>227</sup> Eu tremia feito varas verdes.

V.A. – Por quê?

J.P. – Professora... Em 1975, embora eu tivesse já os meus trinta e tal anos, eu era um analfabeto. Nessa viagem eu falei com seis presidentes da república, eu falei com trinta e tal ministros. Eu fui olhado com desconfiança por todo mundo. Eu cheguei em Lisboa, e a esquerda brasileira diz: “Zé Maria, nós temos confiança em ti, mas tu estás sendo usado pelo imperialismo brasileiro para penetrar na África e tal.” Gente angustiada, não me acusando pelas costas, me acusando pela frente, angustiada. E eu só respondia: “Vocês não têm confiança nos movimentos de libertação? Vocês não têm confiança? Eu vou falar com o movimento de libertação.” Já em Lisboa eu estava em contato. Era uma missão... Eu acho que é a primeira vez que eu dou um pouco de sentido para a professora, por que eu me chamo *office-boy*, é quando a senhora vê assim, a fluidez da minha missão, não é? Parecia uma coisa muito fluida. E, no entanto, eu sou recebido por Senghor, por ministros das Relações Exteriores, por Mário Soares... Vamos lá. Eu consigo atrasar esse processo para entrar em contato clandestino com a Guiné, juntar as forças portuguesas aqui para Mário Soares... Porque havia aqui uma grande oposição portuguesa. Já não só aquela radical, uma nova

---

<sup>227</sup> *O último tango em Paris*, filme de Bernardo Bertolucci, de 1972.

também. Havia a antiga e havia essa nova. Então representava... Nessa viagem ainda não levei o *Sinba*. O jornal *Sinba* foi só na viagem de 1977. Não havia o *Sinba* nessa altura. E ainda tinha uma linha de ligação especial com o Senegal. O Senegal tinha um embaixador que era muito amigo meu, um cônsul que era meu *mêtre à penser*, a pessoa que me deu aulas de diplomacia, como atuar, como fazer um relatório, como apresentar-se. Foi ministro das Relações Exteriores do Senegal. Então eu tinha uma aproximação, eu era o querido de Senghor. Senghor havia visitado o Brasil em 1964, e eu era o menino querido de Senghor, como dizia o sobrinho dele, que era embaixador aqui: “Tu és o melhor plagiador que eu conheço do velho. Tu plagias o velho e a gente não sabe nem a diferença.” Isso foi a respeito de um discurso que eu fiz para ele, e ele me pediu para eu fazer sobre Carlos Gomes. Eu fiz sobre Carlos Gomes e, para dar coerência, eu traduzi o pensamento de Senghor. No dia seguinte eu olho para os jornais, e nada do que eu tinha dito de Carlos Gomes apareceu. Carlos Gomes, não, o poeta da escravidão...

V.A. – Castro Alves.

J.P. – De Castro Alves. Podemos parar um pouquinho? É muito cedo para eu estar assim.

M.B. – A gente aproveita e troca a fita.

#### [FINAL DO DISCO 10]

A.P. – Eu não lembro bem onde a gente parou, mas tem uma pergunta que eu acho importante e que eu gostaria de gravar – que a gente estava conversando aqui enquanto a estava desligada a máquina. Você disse que, em 1977, leva o jornal *Sinba* para a África, em uma de suas viagens, e eu queria lhe perguntar se havia alguma interlocução, se havia um interesse dos movimentos de libertação lá na África – aí já eram governos, enfim – em relação ao movimento negro aqui no Brasil. Como era isso?

J.P. – Primeiro, eu levo os jornais da *Sinba* em 1977, mas eu levo fotos daquilo que acontecia no Afro-Asiático. Isto é, as reuniões de sábado, a grande festa do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial... É exibida na televisão portuguesa a foto da festa,

todos negros, meia dúzia de brancos... Porém, atenção: naqueles anos, era extremamente delicada para Angola a questão racial. Para Moçambique era tão pouco o número de brancos, digamos, que estavam engajados na revolução, que o problema podia ser desconhecido e então Samora não tinha nenhum problema em nomear cinco ministros brancos. Coisa que em Angola só se podia fazer porque os melhores quadros eram brancos, poucos, mas mulatos, muitos. Na Guiné e em Cabo Verde, a situação era diferente, não era tanto uma situação racial. Era uma situação de guineenses pretos e cabo-verdianos... O cabo-verdiano preto é de alma mulata, alma crioula, pronto. Então, ao nível da chamada camada intelectual jovem e camada intelectual madura – não a camada política oficial –, uma curiosidade. Curiosidade de coração, mas um certo... Eles nunca entenderam muito bem a nossa questão racial. Por quê? Porque eles tinham a pedagogia terrível da imagem, a pedagogia da miscigenação, a pedagogia enganadora da miscigenação, a pedagogia do futebol... A democracia racial era uma imagem invasora de todo o universo. O que é que eles conheciam do Brasil? Eu me lembro da minha velha geração, mais velha do que eu, recitava de cor a seleção de 1950, depois a de 1958, o mais jovem, já a de 1962; conheciam... Os romancistas quem eram? Jorge Amado era 80%, 20%... Ah, Manuel Bandeira era importante, porque Manuel Bandeira, na sua indisciplina rítmica, de poética livre, justificava aos cabo-verdianos e angolanos – os maiores poetas em número e qualidade – a sua indisciplina métrica. Uma vez Candido Mendes me pergunta: “Aquele poema de Manuel de Bandeira, “falar a língua errada do povo, a língua certa do povo...” Por que causa tanto impacto?”<sup>228</sup> É um poema de Manuel Bandeira em que ele mata lá os nossos poetas antigos, que eu não sei o nome.

V.A. – Parnasianos.

J.P. – Parnasianos. “Candido – dizia Alfredo Margarido, um dos maiores críticos literários do império...”<sup>229</sup> Era um português angolanizado, casado com uma são-tomeense. Ele dizia para o Candido: “Candido, essa poesia para nós era chave, porque era o desmontar da rima

---

<sup>228</sup> Trata-se do poema *Evocação do Recife*, de que faz parte a seguinte estrofe: “A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros / Vinha da boca do povo na língua errada do povo / Língua certa do povo / Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil / Ao passo que nós / O que fazemos / É macaquear / A sintaxe lusíada.” Manuel Bandeira. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 115-116.

<sup>229</sup> Alfredo Margarido, nascido em 1928, é escritor e jornalista português e estudioso das literaturas das nações africanas de língua portuguesa.

portuguesa de conceição com coração. Era um desmontar.” Então, voltamos à questão do dr. Araujo Pereira.

A.P. – De como era visto o movimento negro...

J.P. – O movimento negro era algo assim que era interessante, mas não convinha muito misturar. E agora eu vou te dar a frase chave, que só me veio há pouco na cabeça, do presidente Cabral, o Luis: “Caipira...” “Zé Maria”, ou “Caipira” – Caipira é meu nome de guerra. Acho que foi “Zé Maria”, porque era solene. “Zé Maria, você muito útil para nós durante a revolução. Mas agora nós não queremos a tua utilidade de militante, nós queremos que tu tragas o teu governo para cá. Nós precisamos de tudo, até daquele *ganado*...” A expressão saiu em espanhol. “Aquele *ganado* mato-grossense que se dá tão bem naquelas rias...” Naquele terreno alagadiço do sul da Guiné.<sup>230</sup> Então, nós queríamos coisas que... Não queríamos entrar em litígio com o governo brasileiro. Nós – do lado de lá. Isso também... Digamos, num 1977, em Angola, em que há uma cisão que tem muito de racial, sim – o movimento negro. Mas o nosso movimento negro também, o que era, naquela época? Era denúncia, era grito. Já não era mais os grilhões, mas ainda era incipiente. O *Sinba*, o que impressionava no *Sinba* eram os artigos de África, era a aproximação com África. Não quero que essas palavras tenham muita validade, porque eu tenho muita dúvida nelas, mas também havia um cheiro americano no nosso modo de ser negro aqui no Brasil, corretíssimo, mas que para eles era esquisito. Mais tarde nós vamos ter uns africanos que vão se especializar em ser a ponte entre África e Brasil. O mais famoso e duradouro deles é Kabengele Munanga. O meu querido Kabê, que eu tive a honra de trazer clandestinamente do Zaire, com uma carta falsa com a assinatura do Candido Mendes.

V.A. – Como? Não estou entendendo. Clandestinamente do Zaire?

J.P. – Não. Clandestinamente está errado. Irregularmente, com uma carta falsa.

V.A. – Como?

---

<sup>230</sup> “Rias” é o nome que se dá aos antigos leitos dos rios no litoral da Guiné, que são invadidos pelo mar.

J.P. – Vamos abrir um parêntese aqui. Pelo menos aí a memória não falha. Kabengele foi um moço que se mestrou na Bélgica e depois veio para o Brasil, onde se doutorou.<sup>231</sup> Muito ligado a mim e tal. E depois de se doutorar ele volta para o Zaire. E dois fenômenos terríveis: Mobuto estava no auge da repressão.<sup>232</sup> Ele é um luba de quinta categoria, porque não é de família nobre.

V.A. – O que quer dizer luba?

J.P. – Luba é o povo da fronteira de Angola com... A mulher dele tinha outro homem, porque ele passou muitos anos aqui. Isso não é tão grave. Não se paga com a vida, se paga com uma reparação material e pública. Engraçado, a gente tem a impressão que um adultério na África é a morte. Não é. Senão meu filho mais velho estava morto. Então voltou para o Zaire e queria voltar para o Brasil. Eu não me recordo dos detalhes, mas sei que fiz uma carta, em nome de Candido Mendes, convidando para um seminário no Brasil, com todas as despesas pagas etc., e que era um seminário seguido de um grupo de estudos. Enfim, era uma coisa que eu dava para vir 15 dias ao Brasil. Não dei o dinheiro, quem deu o dinheiro foi um espanhol zairense que deu o dinheiro para a viagem... Porque essa carta foi falsa, o Candido não teve nada a ver com isso.

V.A. – Não havia seminário nem grupo de estudos?

J.P. – Nada. E ele viria para o Afro-Asiático. Quando ele chegasse aqui aí eu empurrava e Candido iria pagar a ele, como fiz várias vezes. Candido pagava tudo. Pagava pouco, mas pagava tudo. Então Kabengele saiu do Zaire com o dinheiro e vinha para o Rio. Passa por São Paulo e o João Batista, antropólogo famoso, consegue um emprego para ele, eu nem sei como, de professor visitante numa universidade de Rio Grande do Norte. Então ele foi para o Rio Grande do Norte.<sup>233</sup> Portanto, não precisou vir para o Afro-Asiático ganhar 1.500; foi

---

<sup>231</sup> O antropólogo Kabengele Munanga, professor titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), fez extensão universitária em artes africanas na Bélgica, em 1971, e doutorou-se em ciência social pela USP em 1977. Ver: *Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Kabengele Munanga)*. Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7127393102182978>>. Acesso em: 13 de mar. de 2007.

<sup>232</sup> Mobuto Sese Seko, ditador do Zaire por 32 anos, de 1965 a 1997.

<sup>233</sup> Kabengele Munanga foi professor visitante na Universidade Federal do Rio Grande do Norte de 1979 a 1980.

para o Rio Grande do Norte, ganhar dois mil e pouco naquela época. E depois ele consegue voltar para São Paulo. Até hoje, o fato foi assim<sup>234</sup> e Kabengele conta assim.<sup>235</sup> Ele tem uma gratidão... Mas também nós temos.

V.A. – O senhor falou de um “ganado mato-grossense”. Quem é?

J.P. – A Guiné... Quem precisava mais do gado... Eu me lembro que o Luis Cabral falou em espanhol. Falou *ganado*. Os livros dele de veterinária e coisas do gênero eram livros cubanos. Então é gado do pantanal, que seria adaptável a isso. Eu me lembro disso, primeiro porque foi dito em espanhol, e segundo porque foi uma espécie de exemplo típico.

V.A. – Então ele precisava do gado mato-grossense?

J.P. – E de muitas outras coisas.

A.P. – Precisava de uma aproximação com o governo.

J.P. – Com o governo...

V.A. – E o gado mesmo, o boi que ia para lá...?

J.P. – Exato.

V.A. – Pensei que era alguém do Mato Grosso que ele chamava de “ganado mato-grossense”.  
Aí falei: “Vou perguntar.”

J.P. – Vou arrumar dinheiro para mais chocolate. Porque o que vocês estão aturando...  
[risos]<sup>236</sup>

---

<sup>234</sup> Faz um gesto pequeno, sinalizando que o fato foi insignificante.

<sup>235</sup> Faz um gesto indicando grande.

<sup>236</sup> O entrevistado presenteou os entrevistadores e o técnico de som com chocolate, nesse dia da entrevista.



A.P. – Você falou uma coisa que eu não entendi bem, e acho que pode ser importante: sobre essa relação... Como eram as relações raciais? Em Moçambique tinha poucos brancos, como é isso?

J.P. – Eram relações que deviam ser caladas. Em Angola... Primeiro, porque nós tínhamos três tipos de brancos em Angola, assim *grosso modo*. Não vale essa classificação. Nós tínhamos aqueles minúsculos 0,1% que participaram da luta armada, que não era permitido participar da luta armada na condição de branco. O sujeito que era branco ficava na Argélia. Depois, em 1967, o Pepetela conseguiu ir para Cabinda, para ser instrutor. O Costa Andrade, que foi depois meu chefe aqui do MPLA, de quem eu falei, é cabrito quase branco. Cabrito é mistura de mulato com branco. E o Costa Andrade, para andar nas ruas da Zâmbia, tinha que por um... “Está ferido.” E punha assim um capacete que o cobrisse, uma espécie de saco, para não perceberem que ele era branco. Porque na África não se aceitaria. Mesmo aquela África... Na Zâmbia. Na África Austral sim, porque estávamos habituados a ter os brancos do ANC, do Congresso Nacional Africano. E esses brancos até eram os que eram encarregados dos trabalhos mais perigosos, porque, sendo brancos, tinham mais metros a alcançar sem vigilância. Então não havia...

V.A. – 0,1 % que participavam...

J.P. – 0,1% dos brancos que participavam... Depois nós temos os 2%, 3%, que a gente chama de óleo de palma, do azeite dendê. O azeite dendê é uma expressão brasileira. A angolana é óleo de palma. O dendê é nigeriano. O óleo de palma é aquela pessoa que está aculturado, ou tem mulher preta, filhos mulatos, está lá na terra, não vai sair dali... Depois vai deixar a loja dele. Vai pra onde? Pra Portugal fazer o quê? Têm esses. Depois tem aqueles que juntam o comércio a um certo viver angolano. Que é o sujeito que é comerciante e é presidente da associação de hóquei em patins, ou de basquete... Angola, em basquete, é primeiro, segundo ou terceiro da África. Esses tipos de associações, ou é uma associação cultural, como foi a minha, puramente cultural – antes de ser política foi cultural, quer dizer, vem desde a infância; ou é aquela cultural-ideológica, aquela que viu a exploração do colonizado, ele era o menino branco da escola privilegiado; ou aquela por ambiente, um pouco era como meu pai, brancão, paternalista, pai de mulata que não reconheceu, mas ele não aguentava mais de seis

meses em Portugal. Faltava lá a gente dele, a preta dele etc., ele não aguentava. Então, esses três tipos, isso é uma coisa que estava antes da independência, vem depois da independência... Mas o resto são aqueles que ficaram, porque sair era não levar nada. Os que tinham instrução saíram, levaram os motores, levaram as oficinas, os carros que tinham, tudo. O navio, o porto era cheio dessas coisas. E vieram. 40 mil deles chegaram ao Brasil. Então a questão racial é uma questão parada.

Na Guiné, a morte de Amilcar já se relaciona com a questão cabo-verdiana. O cabo-verdiano, qualquer que seja a cor dele, é um mestiço. Seja branco, é um mestiço. Brancos são poucos, não chega a 1%; mestiços, setenta e tal, e pretos trinta e poucos. Numa visão assim, bem livre. E em Moçambique, muito poucos. Em Moçambique não dava para ver interpenetração cultural. Os advogados brancos defendiam os nacionalistas moçambicanos, mas não sabiam comer uma comida na cozinha moçambicana. Não por eles, como pessoas humanas, mas a vida social era muito segregada. Muito diferente. Os pretos angolanos chegavam em Moçambique para festivais desportivos e tal, e se atiravam nas piscinas dos clubes moçambicanos. E ficava aquele constrangimento entre proibir... “Não. Deixa porque eles estão aqui dois dias ou três... Mas olha o exemplo que eles dão para os pretos moçambicanos. Daqui a pouco essa gente também quer usar as nossas piscinas.” Esse subjetivismo da minha descrição te dá uma ideia cultural das coisas. Dizem que eu sou bom nessa visão cultural. Vivi e, sobretudo, ouvi muito. Portanto, o movimento negro brasileiro era uma coisa vista... “Os nossos negros...” Mas era uma coisa amortecida por duas razões: a eficácia da democracia racial e a delicadeza do problema interno. E aquilo que nós todos alinhavamos, eu e teu pai, que era o socialismo.

A.P. – Isso que eu ia perguntar agora. Porque há um alinhamento com a questão...

J.P. – Exato. E o *Sinba* tinha aquela linguagem marcada.

A.P. – Embora falasse sobre a questão racial e tal, mas tinha...

J.P. – Não. Tira o “embora”.

A.P. – Era fundamental.

J.P. – Eu vou telefonar para ele e dizer: “Amilcar disse ‘embora’... Viu velho?”

A.P. – Associava.

J.P. – Associava. Tu dizes “embora” porque a marca da separação era o socialismo como a força última e o ser negro, o valorizar-se negro, a identidade seria a força primeira que era necessária. Bom, voltemos.

V.A. – Por que o senhor chama essa viagem de “em busca do tempo perdido”?

J.P. – Está na frase de... Sérgio Vieira. Quando Sérgio diz “Não precisamos do Brasil como intermediário. Nós somos movimentos de libertação. Os portugueses e nós entendemo-nos diretamente.”, Golbery do Couto e Silva e a turma esperta do Itamaraty diz: “Vamos ir atrás do prejuízo” – como se diz no Brasil. Mas eu, como sou um leitor de Proust diário [riso], eu encontrei a expressão “em busca do tempo perdido”. Quer dizer, daquele apoio a Portugal que nos custou tanto na África, e que ia nos custar anos... Repara: 1955, 1974 são os “anos de brasa”, os “anos de fogo” do terceiro mundo. E nós passamos alheios a esses anos de fogo. Em 1955 nós tivemos uma fagulha, no governo Jânio Quadros.

V.A. – O senhor então, em Portugal, chegou a falar com o Mário Soares?

J.P. – Exatamente. Essa fala com o Mário Soares foi a primeira grande surpresa de Candido. Candido não sabia que eu tinha...

V.A. – Articulado antecipadamente...

J.P. – Não. E que eu tinha um passado. Ainda hoje eu tenho. Eu uso a palavra *office-boy*, mas eu tenho um senhor passado, tenho uma respeitabilidade grande, dos velhos, sobretudo. Dos novos é o meu modo de falar, o meu saber e tal, mas os novos não entendem o tanto quanto eu fiz, o tanto quanto eu sei, porque eles não têm... Mas os velhos...

Quer dizer, claro, eu chego em Portugal, como é que eu vou falar com o Mário Soares? Eu vou falar com Mário Soares simplesmente porque o meu parceiro, o Amandio Silva, que fez o primeiro sequestro de avião, era meu amigo de família. O Amandio era do Partido Socialista, do grupo brasileiro, que o Mário Soares estava olhando assim de revés, porque era um grupo muito esquerda: “Os brasileiros estão muito à esquerda...” Tanto que eu fui falar com o Mário Soares, ao lado de Amandio, eu falei com o Mário Soares uns dois minutos: identifiquei a situação brasileira, identifiquei o que queríamos fazer com o poder da nossa universidade na imprensa, capaz de dar uma imagem – que era isso que o Mário Soares queria – extremamente brilhante, não só positiva, da descolonização portuguesa e que ia servir a pequenos interesses de Mário. Mário mandou eu vigiar Espínola, que estava aqui, Mário me perguntou sobre uma porção de pretensos aliados do governo português que ele desconfiava, entende? Tudo isso até, no final... Eu falo com o Mário; ao fim de dois minutos, ele me apresenta a equipe dele: “Aqui meu chefe de gabinete, dr. Vitor, não sei se você conhece...” “Ô, Zé Maria.” Foi meu patrão no Brasil. “Tu não arruma lá um trabalho para mim?” “Vocês estão loucos? Eu estou aqui procurando apoio.” Eles estavam aflitos com o avanço comunista. Aí me apresenta o chefe de gabinete dele; me apresenta o secretário-geral, meu colega da Casa dos Estudantes do Império; apresenta o outro que havia sido cônsul na Bahia... Quer dizer, quando ele viu que eu era da tribo, ele passou foi a brigar com o Amandio sobre coisas do PS e me deixou falando lá com todo mundo e tal. E depois fechou com esses pedidos e mandou telefonar para o *Diário de Notícias*, que era o principal jornal, para eu dar uma entrevista. Foram cinco colunas: “Angola é o maior laboratório político do mundo.” Esse foi o título... Depois eu trago as cópias.

A.P. – Muito interessante.

J.P. – Meu filho, hoje eu sei que foi interessante. Na época eu estava tão coisa... Essa foi a primeira entrevista. Não tinha dado entrevista em jornal. Eu ligo para Candido Mendes: “Professor Candido, eu estou aqui...” Ele disse: “Eu estou muito preocupado com o senhor. Mas pode ficar tranquilo. O embaixador de Portugal aqui vai dar todo apoio ao senhor.” “Agradeço muito, professor Candido. Eu estive com o ministro das Relações Exteriores, Mário Soares, ontem...” “Hein?” “Eu estive com o ministro Mário Soares e ele...” Aí houve aquele silêncio assim, e aí aquela gargalhada de satisfação... “Eu estive com o ministro

Zenha, da Justiça.<sup>237</sup> Foi num programa de televisão, estivemos juntos.” Foi uma senhora viagem. Começo com Mário Soares. Aí Mário Soares já telefona para Luanda para eu ser recebido pelo Rosa Coutinho, chefe de Luanda; telefona para Moçambique...<sup>238</sup> Quer dizer, eu ia protegido do lado português, Mário arma tudo isso. Estava assumindo a direção da televisão um menino – menino não, da minha idade – que eu conhecia aqui do Brasil, o Joaquim Aletria, um cara que tinha vindo da BBC de Londres. Então ele quis fazer o que eu chamo de *Fantástico* comigo: abrir um programa novo, já foi em novembro, quase no final da minha viagem. Um programa novo em que eu fui entrevistado e passou o filme da Globo, que filmou a cerimônia da independência da Guiné feita aqui no Brasil; passou fotos; passou o “Chacrinha” que vocês conhecem, sem perda de memória naquela época e falando mais ainda do que hoje. Então tudo isso tem uma repercussão. O jornal. Aí entrevista nos outros jornais, entrevista na rádio. Bom, aí eu saio de Portugal e vou para o Senegal. Quando eu chego no Senegal... Eu vou transcrever as palavras de João Cabral de Melo Neto.<sup>239</sup> Depois de eu estar alguns dias no Senegal eu vou visitar a embaixada, e João Cabral diz para mim: “Tu é um brasileiro safo! O pessoal vem aqui pedir carona do carro da embaixada... Tu já estiveste no gabinete do presidente – soube que te deu uma fotografia autografada; tu estiveste com o ministro das Relações Exteriores Assane Seck, que nomeou o embaixador do Senegal na Guiné um amigo teu.<sup>240</sup> Eu soube que foste recebido pelo secretário geral do ministério... Você sabe onde você foi? Você não foi à casa dele não. Você foi à casa da amante dele, que é uma intelectual importante.” “Eu sei, sr. embaixador. Ela é uma grande pintora e tal.” “O que é que eu vou fazer com o Silveirinha quando ele chegar aqui daqui a duas semanas? Vai ter só um almoço público com o Senghor. O resto você já fez tudo.” Palavras de João Cabral de Melo Neto. Por quê? Porque eu era aquela esperança... O sobrinho do Senghor era muito meu amigo e foi embaixador longos anos. O Senghor esteve aqui em 1964, em condições péssimas, uma viagem requeitada – ele havia sido convidado por João Goulart e ele cai em pleno governo Lacerda, que põe uma guarda com a maioria de soldados negros para recebê-lo, é isolado pelo Itamaraty... Aí Candido Mendes que lhe dá a Academia Brasileira de Letras

---

<sup>237</sup> Francisco Salgado Zenha (1923-1993), político português, foi ministro da Justiça de julho de 1974 até agosto de 1975, durante os quatro primeiros governos provisórios após o fim do regime militar em Portugal. Ver: *Francisco Salgado Zenha*. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <[www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=salzenha](http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=salzenha)>.

<sup>238</sup> Antônio Alva Rosa Coutinho foi presidente do governo provisório de Angola de julho de 1974 a janeiro de 1975.

<sup>239</sup> Durante a época referida pelo entrevistado, João Cabral de Melo Neto era embaixador do Brasil em Senegal.

<sup>240</sup> Assane Seck foi ministro das Relações Exteriores do Senegal de 1973 a 1978.

e outras coisas. E fizemos um sarauzinho... Então Senghor lá... Alguém fala e ele diz: “Seus filhos serão traço de união entre Brasil e África.” Cesaire que fala... Agora eu sei por que ele sabia. É que, em 1963, o Aimé Cesaire esteve em minha casa. Não vou contar agora.

A.P. – Você já contou na outra entrevista.

J.P. – Agora é que eu descobri onde Senghor tinha essa ideia. Porque não era o nome Zé Maria, era um brasileiro casado com uma africana e eu fui ver o filho dele. Era assim, essa lembrança. Prossigamos. Então, o Senegal está sintetizado. Quer dizer, era uma coisa pessoal. Não tinha grande função, já estava a independência da Guiné declarada etc. Aí sim, do Senegal eu parto para Guiné, logo com um telefonema do presidente: “Você quer que o avião vá te buscar? Tem hoje um automóvel saindo daí com o teu chefe; você quer que mande buscar o avião, ou quer o automóvel?” “Não, presidente, eu vou de automóvel.” Lá fui eu pela trilha de guerra. Ainda estavam os quartéis todos em prontidão, não tanto pelo Exército português, porque já havia a declaração da independência e Portugal já havia reconhecido, oito dias depois do Brasil, mas sim pelo problema dos soldados pretos do Exército português, soldados guineenses, que foram expulsos para o Senegal e as tropas do PAIGC, as tropas da Guiné, queriam ir atrás deles... E depois foram. Então havia essa insegurança, não tanto por parte do Exército português. Aí eu entro na Guiné, e aí não precisa de muita descrição. Vários episódios que eu não mereço contar pela dispersão de tempo que tenho praticado, mas há um interessante... Não, esse é da segunda viagem. Vamos à primeira viagem. Logo que o Luis pode, me atende e, quando eu chego, vejo um montão... Eu tinha mandado para a Guiné por avião 1.200 livros brasileiros, diretamente para o gabinete de Luis, que depois distribuía. Grande parte deles – os dicionários, as obras básicas – ficaram na biblioteca do Luis. Ele ainda estava me mostrando: “Olha, teus livros chegaram aqui e tal.” Depois eu fui ver as bibliotecas dos ministérios, eram livros cubanos e aqueles poucos livros brasileiros que eu havia mandado. Muito livro cubano.

Essa viagem à Guiné, de fato, foi muito importante do ponto de vista pessoal, do ponto de vista político e do ponto de vista histórico. Eu sou recebido duas vezes pelo presidente, um almoço na presidência e um jantar com ele, privado, e só. Duas vezes direto. Depois foi em circunstâncias especiais, no Grande Hotel etc. Bom, o objetivo. O objetivo da visita nossa, qual era nossa oferta? Era apoio à educação. Nessa primeira viagem não se fala

de universidade, de faculdade na Guiné, se fala em apoio à educação. Mandaríamos uma equipe para ver quais seriam os melhores planos de educação na Guiné. Logo no almoço, o presidente Luis Cabral me dá a boa notícia: “Sabes que a Beatriz...” Beatriz era a esposa do ministro da Educação, Mário Cabral, meu bom amigo e adversário político. Ele era de uma ala radical do PAIGC e eu era ortodoxo. Pois bem: “Sabes que a Beatriz está no Brasil para pegar o método Paulo Freire?” Eu disse: “Camarada presidente, não é o método Paulo Freire.” “É sim, Zé Maria, é aquele dos *slides*.” Era o Mobral. Aí eu expliquei: “Não, camarada presidente, é o Mobral.” Eu dispenso vocês da explicação que eu dei, que era diferente. “Mas nós pensávamos que fosse a aplicação do método Paulo Freire.” “Não, o método Paulo Freire, o Paulo Freire pode vir aqui fazer isso.” “Mas, Zé Maria, sejamos realistas. O Paulo Freire, eu sei, ele está em Genebra. Ele não vai vir aqui na Guiné. Não tem condições dele vir aqui.” “Camarada presidente, uma das minhas assistentes é irmã do principal da equipe de Paulo Freire, D’Arcy de Oliveira.<sup>241</sup> Então é possível que Paulo Freire aceite.” Aí ficamos lá discutindo, depois... Aí surgiu logo a hipótese de ir uma equipe brasileira à Guiné-Bissau, enviada por Candido Mendes, pela Universidade. Ah, ainda há um aspecto importante dessa visita. Isso é que é mais auto-elogiativo – se é que se pode dizer auto-elogiativo. Eu ouvi críticas, passados 30 anos depois, eu ouvi uma crítica, e vale a pena contar. Vamos ver primeiro o que eu fiz, depois a crítica que eu recebi. Eu cheguei e o país havia sido independente há um ano já, mas não havia ocupado inteiramente a capital, e o fez com muito cuidado. Por quê? Porque aquela capital era uma capital de economia de guerra – esta expressão “economia de guerra” é o oposto àquela que nós pensamos. Eu vou explicar o que eu entendo neste caso por “economia de guerra”. Economia de guerra é quando especialmente os custos da guerra são absolutamente ignorados em função de ganhar a população. Então a pequena burguesiazinha de Bissau tinha sido financiada para construir casas e casas para acolher os oficiais. Repara: Guiné tinha 800 mil habitantes. Bissau tinha 100 mil habitantes. O Exército português tinha quase 30 mil na Guiné. Está explicado? Então não havia falta de arroz, não havia falta... Eu comprei, não me lembro como era, sei que comprei, um alimento que os astronautas usam, estava no supermercado e eu comprei. Esse é um mau exemplo, mas as famílias guineenses eram abastecidas do que fosse necessário.

V.A. – Pelo PAIGC?

---

<sup>241</sup> Miguel D’Arcy de Oliveira.

J.P. – Não.

V.A. – Pelo Exército português.

J.P. – Pelo Exército português. Era a capital. Aí eu chego e tenho aquela felicidade – preciso me criticar, mas de vez em quando tenho ideias brilhantes, e essa foi uma delas. “Eu estou em duas repúblicas hoje.” Isso eu sou a segunda pessoa a falar para um auditório cheio de alunos e professores, umas 200 ou 300 pessoas.

V.A. – Onde?

J.P. – Na Guiné-Bissau.

V.A. – Sim, mas auditório de quê?

J.P. – Auditório do Liceu. O Liceu era a principal instituição de ensino. Não havia universidade. “Eu estou em duas repúblicas: a República da Guiné-Bissau e aqui, na República de Bissau.” Eu começo denunciando o aspecto de favoritismo de Bissau. “Eu nunca vi um parque com tantas motos e tal.” E aí eu enveredo por uma defesa do PAIGC e me lembro que um aluno pergunta: “Camarada professor, nos ensinaram que a história é movida pela luta de classes. Então nós não temos história, porque a nossa sociedade...” Os balantas eram os mais conhecidos porque tinham sido a grande... – eram povos do sul e do norte, mas o grosso do sul –, que haviam feito a luta armada. E os balantas eram uma organização sem Estado, aquelas comunidades de linhagem. Então eu disse: “Amilcar Cabral corrigiu numa nota de pé de página esse descuido de Marx. Amilcar diz que a história não nasce com a luta de classes, diz que Marx estava ignorando a história nas sociedades que não tinham classes.” Aí eu me lembro dessa afirmação. O resto eu não me lembro porque foi uma catilinada a favor do PAIGC, que saí dali e nos dias seguintes eu fui fazer palestra em tudo quanto era ministério. Fazia palestra e dava aulinha de África, assim introdutória – dessa vez não dei cursos. Aí, retorno e, logo na passagem do ano de 1975 para 1976, eu chego com Luiz Rodrigues da Cunha e José Arapiraca. Luiz Rodrigues da Cunha era o Paulo Freire



marxista. Da Fundação Getúlio Vargas, aqui da escola, Luiz Rodrigues da Cunha, Lula, tem vários livros sobre a universidade, muito bom.<sup>242</sup> E Arapiraca, um baiano com grande sensibilidade política. Então a primeira viagem se encerra...

V.A. – É nessa passagem de 1975 para 1976 que o senhor comemora com os...

J.P. – Fuzis. Mas eu queria ainda fechar para dar a vocês a ideia de expectativa que a Guiné tinha na ajuda brasileira.

A.P. – E se o Paulo Freire chega na Guiné? Você tem essa interlocução? Como é essa história?

J.P. – Bom, eu escrevo uma carta para Paulo Freire, e a carta desnecessária, só para oficializar, porque a Mariel telefonou logo: “Olha, o professor vai à Guiné.” O professor tinha tido uma experiência na Tanzânia. Bom, Paulo vai na Guiné, eu acompanho essa ida. Nunca estive com o Paulo na Guiné, mas estive com a gente dele e acompanhei o drama que é. Paulo Freire teria que ensinar a partir do português; o método Paulo Freire é ensinar a partir da vivência da pessoa, as palavras-chave são as palavras nascidas do cotidiano. Então o ideal era que Paulo Freire ensinasse os guineenses em crioulo, que era a língua geral. Crioulo não é uma língua própria dos guineenses; é uma língua de 20% dos guineenses, nem 10%. E 30% falavam crioulo porque era à volta da capital. Crioulo é de Cabo Verde, adaptado. E depois, com a guerra, 60% acabaram a falar crioulo, porque era a língua dos ministérios. Às vezes eu ficava perdido, estava numa reunião do ministério esperando alguém chegar e as reuniões eram em crioulo. Por que estou falando nisso?

V.A. – Paulo Freire teria que ensinara em crioulo.

J.P. – Em crioulo. Não, Paulo Freire teve que ensinar em português, porque era necessário. Então aquilo deu pouco resultado e Paulo Freire salvou sua missão botando o Exército

---

<sup>242</sup> Luiz Antonio Constant Rodrigues da Cunha, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi professor da Fundação Getúlio Vargas de 1974 a 1982. Ver: *Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Luiz Antonio Constant Rodrigues da Cunha)*. ‘Plataforma Lattes’. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5810253486833165>>. Acesso em: 3 de fev. de 2020.

guineense a falar português. Isso foi muito bom. Mas, assim, com os adultos, não teve muito resultado.

A.P.- Isso em 1975?

J.P. – Não, em 1976. Eu vou no intervalo entre Paulo... Eu vou em 1975, volto; em 1976 eu vou duas vezes, e no meio dessas duas vezes o Paulo havia estado lá. É interessante porque ele me manda uma carta muito grande, que eu já encontrei e já perdi, uma espécie de carta documento, que era para este burro ler e mandar para a Guiné. Era a apresentação teórica e o plano dele. Eu não mandei. Até hoje tenho aí. [riso] E depois ele explana isso de outra forma. Há um livro dele, *Cartas para Guiné*, em que ele não cita o meu nome, porque seria problemático.<sup>243</sup> O Itamaraty, se soubesse, na época, que eu intermediei Paulo Freire para a Guiné e torpedeei a ação do Mobral, seria grave, não é?

V.A. – Mas o senhor ia falar da expectativa da Guiné em relação ao Brasil.

J.P. – Isso. Essa expectativa que começa com o *ganado* mato-grossense e vai para o ensino, vai para os cooperantes... Eu estive na França e comecei juntando o grupo de cooperantes, exilados brasileiros que iriam para a Guiné. Quando eu cheguei dessa primeira viagem à Guiné, aqui no Brasil, reuniu-se no Afro-Asiático uma plateia de médicos, agrônomos, de tudo, mobilizados por Fernando Lopes, foi uma coisa linda. Então eu falo, chegadinho da Guiné. Então falo e começam-se a reunir grupos de médicos para fazer projetos. Tudo isso depois vai cair, porque o grande projeto brasileiro qual é? Eu vou na primeira viagem, e na segunda viagem eu vou com uma equipe que identifica as possibilidades de montar uma faculdade em Bissau. E essa faculdade, eu faço questão de detalhar minimamente possível. Como era? Era uma faculdade de ciências. Tinha física, biologia, matemática e química. Ora bem, isso bolado pelo professor do instituto de educação que havia aqui na Fundação Getúlio Vargas, o sr. Luiz Rodrigues da Cunha. Sinteticamente era o seguinte: havia um ciclo básico e um ciclo profissional específico. O Luiz virou. O ciclo de física básico era dado para entender de circuitos elétricos; o de biologia era para aprender a fazer exames de sangue

---

<sup>243</sup> Paulo Freire. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 173p. ilustr. (O Mundo, hoje, v. 22).

básicos; o de matemática era para fazer cálculos de construção; o de química era para fazer exames, eu não me lembro de quê... Entende? Quer dizer, a pessoa frequentava a faculdade e, no segundo ano da faculdade, era um técnico de nível médio bom, e depois fazia mais outros dois anos e fechava. Os professores todos brasileiros. Custa um milhão e meio de dólares.

V.A. – Quem pagou?

J.P. – Ninguém. Mas quem pagaria? O Itamaraty daria um milhão. O outro meio milhão viria dos canadenses. Na altura andávamos namorando muito a cooperação canadense. Esses países criam... Os suecos até que não namoravam muito a gente. Porque nós fomos os primeiros. Ainda não tinha nem sequer chegado a independência e a gente já estava lá. Portugal dando aquela publicidade toda a essa intervenção brasileira. Portugal ainda inseguro com os rumos da descolonização e com os rumos dele mesmo. Eu fiz toda essa atuação no período mais esquerdista de Portugal, Vasco Gonçalves.<sup>244</sup>

V.A. – Mas não aconteceu então essa...

J.P. – Por que não aconteceu? Não aconteceu pelo reconhecimento de Angola. O que tem a ver uma coisa com a outra? Esperava-se que a Guiné... Isso eu expliquei ao presidente Luis Cabral. “Mas por que isso? Por que vocês estão fazendo isso aqui? A gente não vale nada...” “Camarada presidente, nós queremos montar uma montra, uma vitrine na Guiné da cooperação. O Brasil quer usar a Guiné-Bissau como cooperação. Veja como podemos fazer. Enquanto Angola e Moçambique se ajeitam.” Ainda não tínhamos nessa altura, em 1974, reconhecido o governo de Angola, foi só em 1975. Portanto, era essa a ideia do Itamaraty. O Itamaraty não esperava que fosse levado a reconhecer Angola na altura da independência, nas circunstâncias em que foi, com o relevo que teve, e que Angola abrisse logo as portas da cooperação, da mercadoria, de tudo. Então, eu repito se não estiver bem claro: então, não era necessária a vitrine, o armazém angolano abria as portas com a maneira como reconhecemos. Faz sentido? Por outro lado, lá vai: o Itamaraty manda uma missão à Guiné e a Cabo Verde, e

---

<sup>244</sup> Vasco dos Santos Gonçalves (1921-2005) foi primeiro-ministro durante os II, III, IV e V governos provisórios instituídos após a Revolução dos Cravos, de julho de 1974 a setembro de 1975. Ver [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org), acesso em 13/3/2007.

o Costa Couto<sup>245</sup>, embaixador meu amigo, para quem eu falsifiquei documentos para os filhos dizerem que tinham o segundo ano de faculdade Candido Mendes para entrarem no Itamaraty... Tinha três filhos, todos diplomatas. Depois, mais tarde ele suicidou-se. Costa Couto vai à Guiné e vai a Cabo Verde e ele não vai me contradizer nesse aspecto – o embaixador Costa Couto – que o falhanço da Guiné...

V.A. – O quê?

J.P. – Não se usa falhanço aqui, não? Ah, falhanço é português.

V.A. – Fracasso?

J.P. – Fracasso... Ele não estava imbuído inteiramente de “Não precisamos da Guiné porque já temos o armazém.” Não. Ele também vai à Guiné e vê que a Guiné está muito carente de quadros, tudo marcha muito devagar. Então por telefone ele me diz: “Professor, se nós montássemos uma coisa dessas era mais útil em Cabo Verde. Aquela gente da Guiné não tem condição de ter uma faculdade assim.” Então eu viajo para Guiné com urgência para oferecer a barba como um... há um episódio português... Nós havíamos feito uma promessa à Guiné e não vamos cumprir, porque sem o leão do Itamaraty não é possível. Eu ainda cometo a loucura de querer ir à Líbia buscar a Kadhafi um milhão.<sup>246</sup> Bom dispenso comentários da minha bela inteligência e atitude. Na época não era tão louco não. Só que depois aquilo é pensado como se não fosse Líbia, como se fosse CIA. Aí eu aguentei a barra porque eu tinha passado. Mas houve gente que desconfiou: “O que é isso? O Zé Maria está tão interessado em montar uma faculdade? Vai lá tirar o dinheiro dos canadenses e da Líbia?” Porque parecia que eu teria percentagem, não é? Bom, esse episódio... Eu só soube porque a mulher do presidente Luis Cabral me contou isso, mas já indignada com o fato.

V.A. – Agora, eu não entendi. Se a Guiné estava tão necessitada de quadros, por que não fazer a faculdade? Eu não entendi esse argumento. Justamente porque estava necessitada de

---

<sup>245</sup> O entrevistado se refere ao embaixador Mauro Fonseca Costa Couto.

<sup>246</sup> Muammar Kadhafi

quadros é que tinha que fazer uma faculdade que formasse o técnico eletricista, de laboratório... Não?

J.P. – Eu falei com o ministro Botafogo Gonçalves, que era o diretor da Subin, Superintendência...<sup>247</sup> A Subin antigamente era um órgão financiador dos grandes projetos brasileiros. Botafogo me disse: “Professor, o senhor tem ideia do que é um milhão de dólares? O Brasil não tem nenhum projeto no mundo de um milhão de dólares. E o senhor quer enterrar isso na Guiné-Bissau?” Foi essa a resposta.

V.A. – Então o projeto em si inicialmente já não era para sair, não é?

J.P. – Era, porque quando ele foi bolado nós não tínhamos Angola. Não tínhamos Angola. É verdade que a viagem desestimulou... Eu ficava horas na sala da presidência, porque o Luis me chamava às três horas e me atendia às seis. E eu ficava ali ouvindo os soviéticos, as alemãs... Os esforços que eles faziam para que as coisas andassem! Eu me lembro que eles falavam português, e os soviéticos falam português sem sotaque, porque o som da língua deles é muito parecido com a nossa. E aquilo de fato era uma desgraça para funcionar qualquer coisa, qualquer documento girar, ser assinado, a decisão ser tomada. Primeiro porque era muito democrático, no sentido democratístico do termo: era discussão em cima de discussão, sem uma disciplina de decisão. E segundo porque não havia... Ali eu aprendi um conceito filosófico, que ainda hoje tenho, chamado “as forças produtivas mentais”. Tu conheces as forças produtivas materiais, a tecnologia e tal. Forças produtivas mentais, meu filho, era raciocínio. Eles não tinham. Eles tinham dificuldades em falar português. Enquanto Cabo Verde, naquele tempo, era mais intelectualizado, era a colônia mais alfabetizada – foi mais alfabetizada do que Portugal na década de 1950 –, a Guiné não. O português era falado por uma pequena elite. Então, de fato, tinha muitas dificuldades. Isso eu sentia. Eles não tinham quadros. Por isso é que aquela união Guiné-Cabo Verde, estrategicamente Amílcar a concebeu porque sabia que precisava de guerrilheiros guineenses e quadros cabo-verdianos. A Guiné, na altura da independência, tinha sete pessoas formadas. Até a independência só sete. Depois vieram centenas com a União Soviética. Então, claro que foi oportunismo, eu fui

---

<sup>247</sup> Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (Subin) do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

e voltei para a Guiné. Encontrei a Guiné frustrada, aí foi um mês difícil que eu passei na Guiné, mais porque fui para o norte. Luis estava em um congresso, não pôde me atender e tal, que era para resgatar. Mas não tinha o que resgatar. Estava perdido. Aí o Zé Araújo me recebe – era o ministro principal, era um Zé Dirceu, pronto – e diz: “Zé Maria, é claro que não apresentamos.” “Araújo, o Itamaraty diz que vocês não apresentaram como prioritário o projeto da faculdade.” “Claro que não, Zé. Nem chegamos a isso. Tudo o que nós apresentávamos era dificultado. Tinham nos prometido um sistema de telecomunicações porque iam mudar o do Brasil, o que sobrasse do antigo viria para nós. Nada. Tudo o que nos prometeram... Nem falamos em faculdade.” Aí eu degringolei, foi quando eu comecei a pensar em ir à Líbia e tal; Candido Mendes mandou eu ter juízo. Eu fiquei desesperado, na verdade.

V.A. – Nessa sua primeira viagem, então, que o senhor saiu daqui em outubro de 74, o senhor voltou para o Brasil quando?

J.P. – Em 31 de dezembro de 1974. Foi menos de...

V.A. – Então a viagem durou pouco? Foi Portugal...

J.P. – Portugal, França, Senegal, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Eu chegava, era recebido, era palácio direto. E para ver essa falência do você estar no local onde as coisas se passam, eu estava no palácio no momento-chave da descolonização e não soube nada, estava dentro do palácio a 20 metros do Rosa Coutinho, discutindo literatura com um ministro e não soube de toda uma mudança do destino de Angola, que se passava a dez passos de mim. Fui a saber depois, fora. Isso para um pouco tirar o mito de que você sabe se estiver no local, no lugar certo. Depende de você estar no local certo com a antena ligada. De fato, foi uma viagem curtíssima.

V.A. – Então o senhor voltou em 31 de dezembro.

J.P. – 31 de dezembro. Eu cheguei em Angola e passei 20 dias em Angola. Passei 8 dias em Moçambique. Na Guiné-Bissau visitei quase todos os ministros. Em Moçambique fui

recebido pelo irmão do Chissano, o presidente – naquele tempo não era presidente, era primeiro-ministro;<sup>248</sup> pelo presidente Aristides, de Cabo Verde;<sup>249</sup> pelo primeiro-ministro Pedro Pires...<sup>250</sup> Não fui recebido, brigamos um pouquinho assim, coisa do antigamente da vida. Foi assim uma visita relâmpago com todos os... Ministros de Portugal: foi Mário Soares, Zenha... Visitei o principal chefe militar de Portugal, que era Otelo Saraiva de Carvalho.<sup>251</sup> Naquele tempo Portugal tinha um ministro ligado ao Partido Comunista e tinha o comando militar centralizado num homem só: Otelo Saraiva de Carvalho, um moçambicano branco que havia participado das negociações da independência. E há um momento qualquer em que Otelo se insurge contra Mário Soares, porque queria, digamos, diminuir a rapidez do processo de independência, e reclama com Mário Soares, e Samora Machel diz: “Otelo, passa para cá. Você é daqui.” São pequenos episódios que o Otelo me contou. Mas a frase mais interessante: Otelo era o chefe militar. Eu fui visitá-lo por “cereja do bolo”. Mas no gabinete dele: “Professor, nós vamos construir o socialismo em Portugal com os pezinhos de lã.” É uma expressão que tem que ser traduzida: “pezinhos de lã” é quando a gente constrói uma coisa de maneira tão disfarçada que ninguém percebe. Quando percebe, já está. É o pezinho de lã do gatuno.

V.A. – Bom, então o senhor voltou no dia 31 de dezembro de 1974.

J.P. – 31 de dezembro de 1974.

V.A. – No ano seguinte, de 1975 a 1976, o senhor vai de novo para a Guiné...?

J.P. – Em 75 eu vou no final do ano, e chego a Guiné no último dia de 75. Em 76 eu vou três vezes à Guiné. Que é para, digamos, da formação do projeto até a sua falência. E depois, em

---

<sup>248</sup> Joaquim Alberto Chissano, primeiro-ministro de Moçambique de setembro de 1974 a junho de 1975.

<sup>249</sup> Aristides Maria Pereira, primeiro presidente de Cabo Verde, de 1975 a 1991..

<sup>250</sup> Pedro Pires foi primeiro-ministro de Cabo Verde de 1975 a 1991 e é presidente do país desde 2001..

<sup>251</sup> Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho (1936-), nascido em Moçambique, foi capitão em Angola de 1961 a 1963 e também na Guiné entre 1970 e 1973, sendo um dos principais comandantes do MFA e responsável pelo sector operacional da Comissão Coordenadora do MFA (Movimento das Forças Armadas) e foi ele quem dirigiu as operações dia 25 de Abril, que depôs, o então presidente, Marcello Caetano. Em 1976 e 1980 se candidata às eleições presidenciais, saindo derrotado nos pleitos. Ver: *Saraiva, Otelo*. Marxists International Archives: Dicionário Político. Disponível em:

<[https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/saraiva\\_otelo.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/saraiva_otelo.htm)>. Acesso em: 3 de fev. de 2020

outubro, ainda vou ao Senegal para o aniversário do presidente Senghor. Vamos lá a essa procura do tempo perdido...

V.A. – E o reconhecimento de Angola e Moçambique?

J.P. – Ora bem. Exatamente, vamos agora passar para isso...

M.B. – Vou trocar a fita...

[FINAL DO DISCO 11]

V.A. – Então, o reconhecimento de Angola e Moçambique.

J.P. – Muito bem. Quando eu volto da viagem à Guiné-Bissau, em 1975, o Brasil instala em Angola um representante diplomático. Não é embaixador. Os outros países tinham os seus cônsules em Angola e tinham representantes. O governo de transição possibilitava um tipo de semi-embaixador. Porque havia um governo de transição, havia a soberania portuguesa misturada com a ascensão da soberania... Então o nosso querido Ovídio de Melo é esse representante.<sup>252</sup> E o que eu vou falar chama-se “operação Barra do Piraí” – eu faço questão, me desculpe. Porque essa aí não há modéstia, foi aprovada com louvor por Ítalo Zappa e Ovídio de Melo. A operação Barra do Piraí é a operação de reconhecimento de Angola, e tanto o Zappa quanto o Ovídio de Melo são naturais de Barra do Piraí. E são os dois, um em cada ponta... O Ítalo Zappa era o chefe do departamento de África, Ásia e Oceania, 2/3 do mundo. E era o homem encarregado de convencer Silveirinha, e Silveirinha convencer Geisel, e Geisel sossegar os militares. Toda uma cadeia difícil. Então eu vou para a Guiné, não vamos falar disso... No ano de 1975 eu tenho uma utilidade em ser ouvido pelo Itamaraty. Isto tudo começa com o início de 1975, em que eu vou visitar as embaixadas africanas, vou visitar a Câmara, o Senado. Ali já não é *office-boy*, ali é relações públicas da Candido Mendes, do Afro-Asiático, das colônias portuguesas em via de independência etc. E está na chefia da Comissão de Relações Exteriores da Câmara um cara da Arena, que eu

---

<sup>252</sup> Ovídio de Melo, diplomata brasileiro, foi representante especial do Brasil durante o governo de transição que precedeu à independência de Angola.



sempre esqueço o nome, mais tarde ele vai ser o presidente da Câmara de Deputados.<sup>253</sup> E eu chego numa hora tal, estava fazendo a minha propaganda da independência dos países... Ele disse: “Não. Não quero nem escutá-lo. Nós vamos fazer a inauguração dessas obras aqui da Câmara em abril e o senhor vai vir aqui fazer uma conferência na Câmara. Nós queremos mostrar que nós aqui na Câmara trabalhamos com técnicos, com consultores, com gente competente, e não só com homens de cortina de veludo.” Pronto, o Zé Maria vai fazer uma conferência no dia 24 de abril de 1975, e isso desencadeia um processo interessante. Estou me preparando para fazer a conferência, faço meu textozinho, razoavelmente bem feito, passo pelo Itamaraty, o Samuel Pinheiro Guimarães lê: “Rapaz, você repetiu aqui um parágrafo.” Foi digitado em Lettera. “Cola aqui um papel por cima e vamos para a xerox.” E ficou aquele vazio, que depois iria ser suspeitíssimo – seria a censura do Itamaraty. Bom, tudo bem, aí eu chego no dia da conferência – vou resumir –, o presidente da Comissão de Relações Exteriores me recebe: “Professor Conceição...” Eu digo: “Ih, meu Deus do céu. Conceição só chama quem me prende ou quem me paga.” Ele não havia me pago, não havia me prendido, portanto, coisa...

V.A. – Coisa boa não era.

J.P. – Coisa boa não era. Sintetizando: “O senhor é do Partido Comunista?” “Não. Sou nacionalista.” Tudo bem, dei a ele a ler o texto. “Não querem que o senhor faça a conferência. Mas o senhor vai fazer a conferência.” Muito bem. Isso foi na véspera. Na noite eu vou à embaixada da Nigéria e tal, e como eu não como em recepção de embaixada, é Coca-Cola na mão e três minutos de conversa, que é o máximo que qualquer diplomata me concede, não é? Aí circula. Então estava eu jantando a minha omelete e me telefona Candido: “Doutor...” Doutor é mau sinal. “Doutor, o senhor não pode amanhã fazer essa conferência. O general não quer isso.” “Mas, professor Candido Mendes, a Câmara está com a bandeira da autonomia, fizeram obras, o Flávio Marcílio convidou as embaixadas todas, a União Soviética pediu seis convites, a embaixada de Portugal vai inteira...” “O senhor não dê a conferência em condições nenhuma. Eu vou a caminho daí. O senhor enrola o que for possível e eu vou a caminho daí. Mas não dê a conferência.”

---

<sup>253</sup> Poucos minutos depois o entrevistado lembra que se tratava de Flávio Marcílio, que havia sido presidente da Câmara dos Deputados de 1973 a 1975, e exerceria novamente o cargo em 1979-1981 e 1983-1985.

Bom, resumindo, o Flávio Marcílio ficou zangado e disse: “Eu vou lá para o plenário e vou dizer que o seu reitor não deixou o senhor fazer a conferência.” Foi para o plenário e disse. Eu queria sugerir que era o Itamaraty que havia impedido. Quando eu estou sugerindo, chega aquele especialista em música, o nosso embaixador Vasco Mariz: “Estamos aqui para prestigiar a sua conferência.” “Está vendo professor, a sua história está mal contada. O seu reitor vai ter que explicar isso para mim.” Candido chega, direto a conversa com o Flávio Marcílio. Eu disse: “Professor Candido, não tem conversa. Quem foi culpado fui eu. Eu interpretei mal as suas palavras e assumo a responsabilidade de fazer um erro cretino e dane-se.” “Não precisa disso.” “É isso professor. Sou eu que vou pagar. Não tem conversa.” Aí vamos ao Flávio Marcílio, e Candido diz: “Eu vim aqui, meu caro presidente, lamentar o meu erro.” Eu disse: “Senhor presidente Marcílio, o meu reitor não está se expressando bem. Eu sou um soldado novo que ainda não sei bem os toques de clarim. O meu reitor me deu um toque de clarim de avançar e eu interpretei como um toque de clarim de recuar.” Bom, poupo-vos as palavras que se seguiram. O Flávio Marcílio botou as mãos assim na cabeça: “Candido, eu resisti tanto ao Falcão, que veio aqui pressionar para que não fizéssemos a conferência, e você se acovarda e inutiliza todo o meu esforço.” Entendeu? Não era o Itamaraty, eram as forças de segurança. Quem havia telefonado a Candido dizendo “O Zé Maria não pode falar” foi o Golbery. Ele disse: “O homem me telefonou para me convencer, quando eu disse ‘não vai ser possível, porque está tudo engalanado’.” Então essa conferência relevou um pouquinho o meu papel.

V.A. – Mas não aconteceu?

J.P. – Aconteceu nos jornais. Foi a conferência que valeu mais a pena por não ter acontecido do que por ter acontecido, porque o teor dela foi distribuído e, nos jornais, foi um carnaval... Bom, a consequência disso foi de fato o Itamaraty dizer: “Precisamos chamar o Zé Maria aqui para ficar mais perto da gente, senão nós temos mais desentendimentos.” E aí eu comecei a ser sabatinado meses a fio. Eu ia ao Itamaraty de dois a três meses, meses a fio. Me lembro de uma sessão exemplar: era Baena Soares no fundo e os meus barbudinhos queridos, que a senhora conhece, que é o Sardenberg, que é o Abdenur.<sup>254</sup> A senhora já não se lembra

---

<sup>254</sup> João Clemente Baena Soares, diplomata brasileiro, foi secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores entre 1979 e 1984 e secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) entre 1984 e 1994. Foi

deles, eram barbudinhos há 30 anos atrás. Quem chamava eles de barbudinhos era o Departamento de Estado: “Aqueles barbudinhos!” Porque em 70 nós tínhamos conflitos com os Estados Unidos em todos os andares e todas as salas do Itamaraty. Então eu me lembro dessa situação, de eu dar explicação de por que nós devíamos reconhecer o MPLA. Eu reconhecia que éramos militarmente mais fracos, mas salientava que era a identidade cultural – eu ligava mito à parte cultural –, que era parte importante. O Baena Soares disse: “O senhor disse: quem é o exército mais forte?” Eu disse: “Embaixador, o exército da FNLA.” “Então, por que o senhor defende que nós devemos reconhecer o MPLA, se não tem nem força para...” Naquele tempo não sabíamos dos cubanos nem nada. “Por causa dos enfermeiros.” Lá vinha eu com aquela minha linguagem. “O que o senhor quer dizer com isso?” “Embaixador, o senhor lembra do médico de família? O médico de família é a pessoa, digamos, de poder e saber mais penetrada em todas as comunidades. Em Angola não tem o médico de família, tem o enfermeiro. O MPLA é o partido que tem mais quadros intermediários, além dos quadros superiores, porque é a elite crioula etc. – essa é a explicação.” Vamos em frente. Há um momento também, numa outra situação, em que é o Ítalo Zappa que me pergunta. O Ítalo Zappa era o chefe do Departamento de África, Ásia e Oceania. O Baena chefiava o Departamento Político, e na platéia estava o Ouro Preto, Samuel Pinheiro Guimarães e o...<sup>255</sup> O cara que mais me aturou no Itamaraty... Gelson Fonseca, que aturava os meus esquerdismos no Itamaraty com uma paciência.<sup>256</sup> Gelson Fonseca, Sardenberg, Ouro Preto... Falta um chefe de divisão importante. Não era importante, mas, enfim, a situação dele era. Enfim, eram aqueles que me sabatinavam. E o Baena Soares no fundo da sala, só fazia as perguntas mais importantes. Então eu acho que eu convenci o

---

também membro da Comissão de Direito Internacional da ONU. Ver: *Brasileiro investigará possíveis abusos de Israel no Líbano*. Folha de S. Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u56566.shtml>>. Acesso em 23 de mar. de 2007. Ronaldo Sardenberg, diplomata brasileiro, formado em direito pela Universidade do Brasil. Lecionou no Instituto Rio Branco e na Universidade de Brasília. Durante a época descrita pelo entrevistado, exercia o cargo de primeiro secretário da embaixada brasileira embaixada brasileira nos Estados Unidos (1970-1973). Ver: *DHBB*, verbete Sardenberg, Ronaldo”. Roberto Abdenur, diplomata brasileiro formou-se em Direito pela Puc-RJ. Durante a época descrita pelo entrevistado, exercia a função de primeiro secretário da embaixada brasileira em Washington (Estados Unidos).

<sup>255</sup> Affonso Celso de Ouro Preto, diplomata brasileiro, formou-se pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris. Dentre as funções exercidas no Brasil, destacam-se as de Secretário de Relações com o Congresso (1988-1990) e de Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (1993-1994). Como diplomata assumiu as embaixadas brasileiras em Guiné-Bissau (1983-1986), na Suécia (1990-1992), na Áustria (1995-1999) e na China (1999-2004).

<sup>256</sup> Gelson Fonseca Júnior, diplomata brasileiro e presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Foi também professor do Instituto Rio Branco e representante permanente do Brasil na Onu. Como diplomata, assumiu a embaixada do Brasil no Chile.

Itamaraty de que os laços, a cultura profunda da elite do MPLA era mais importante do que a sua ligação com a União Soviética. E isto vinha de acordo com o espírito do Zappa. O Zappa dizia: “Eles são soviéticos por causa da guerra fria. Quem é que ia apoiar, quem ia dar uma pistola para os angolanos?” Nenhum país europeu. Primeiro porque Portugal era membro da Nato, nem Noruega ou Suécia mandavam remédios, apoio. Então, tudo que eles tinham era da União Soviética. E tempo houvesse eu até explanava mais sobre essa multifacetada cooperação. Não era possível. Não tínhamos ganho a luta naquela época. Íamos ganhar como o *apartheid* em noventa e tal. Dava para aguentar. Noventa e tal é exagero, mas oitenta e pouco.

De fato, eu sou ouvido muitas vezes. Chegava às vezes e o Ouro Preto não me recebia, e o chefe dele, o Marcos Azambuja, grande embaixador, me atendia até antes de Ouro Preto.<sup>257</sup> Eu tinha audiências no Itamaraty mensais, às vezes mais frequentes.

V.A. – Em Brasília.

J.P. – Em Brasília. Pago por Candido Mendes. Houve um tempo, acerca da Guiné-Bissau, depois que acabou o sonho da faculdade e a Ford nos financiava, eu disse para o embaixador brasileiro na Guiné-Bissau: “Eu tenho cinco mil dólares por mês para a Guiné-Bissau.” “Zé Maria, eu não tenho isso por ano.” A Ford me dava cinco mil dólares para livros, para publicações, para trazer moçambicanos... Era um carnaval. Nós ficamos na história das relações do Brasil com a África.

V.A. – E qual foi a “operação Barra do Piraí”, do Ovídio e do Ítalo?

J.P. – Pronto. Está na hora. Então nós estamos nesses momentos, em setembro de 75. Eu acho que já não sou ouvido depois de setembro. O que está se passando? Está se passando que o MPLA ganha um peso no terreno militar com ajuda... Não, isso está mal contado. Eu vou contar de novo. Delete por favor. A decisão começa a ser pensada em setembro, mais ou

---

<sup>257</sup> Marcos Castrioto de Azambuja (1935-) diplomata brasileiro, que durante sua carreira como diplomata, assumiu as embaixadas da Argentina e da França. NO Brasil exerceu o cargo de Secretário-Geral do Itamaraty (1990-1992). Foi também Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Chefe da Delegação do Brasil para Assuntos de Desarmamento e Direitos Humanos, em Genebra, de 1989 a 1990. Ver: *DHBB*, verbete “Azambuja, Marcos”.

menos. Em setembro, outubro e início de novembro. Porque até então nós recebemos no Brasil um ministro de um partido, depois um ministro de outro...

V.A. – Do MPLA e...

J.P. – Do MPLA não; veio só um da FNLA e veio um da Unita. A escala não permitiu que viesse um do MPLA. O Itamaraty fica duvidoso, mas o Zappa e o Ovídio... O Ovídio não tem grande conhecimento da realidade. O Zappa tinha mais. O Ovídio estava lá... Eu leio pelas conversas com o Ovídio e pelo livrinho dele que eu leio com cuidado. Mas o Zappa tem essa noção, que eu talvez tenha colaborado um pouquinho, uns 10%, que é identidade cultural. A Maria Regina Soares de Lima costumava dizer: “O Zé Maria não é bom em relações internacionais. Mas é o melhor que eu conheço em cultura de relações internacionais. Ele não olha para os tratados, ele olha para a cultura, para o modo de decidir do poder. Ele conhece aquela gente pessoalmente.” E era isso que eu acho que eu passei. O MPLA era isso. O que não se podia jogar era numa derrota militar. Em setembro o MPLA já está dominando o país quase todo. Então, é aí que se formula a ideia do apoio ao MPLA. Aí sucede uma surpresa: a invasão sul-africana por baixo, em outubro, novembro; zaireense e mercenários portugueses pelo norte. E aí, no dia 10 de novembro, no dia 11 à tarde, nós temos Luanda cercada...<sup>258</sup> Íamos fazer uma grande festa na Candido Mendes – festa única, porque foi uma festa simples, ninguém ficou nem sentado. Eu me lembro que a um determinado momento, na portaria: “Só entra preto.” Por quê? Porque estava tudo cheio e era a forma de não evitar que se deixasse de entrar africanos. Então “Só entra preto”. Em pé, uma cerimônia em pé. Presente: o embaixador do Zaire... Todos embaixadores que não deveriam estar presentes numa cerimônia de independência em que afinal o MPLA acabou sendo vencedor. Só que eles não sabiam. Então estava a Costa do Marfim, Zaire... Eu tenho essa fotografia. É um espetáculo de cerimônia. E assim, em pé, tudo muito improvisado. Porque não sabíamos; às

---

<sup>258</sup> O processo de independência de Angola ocorreu sob intensa luta armada entre três organizações divergentes: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de orientação marxista e pró-soviético; a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), anti-comunista, apoiada pelos Estados Unidos e pela República Democrática do Congo; e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), inicialmente de orientação maoísta, e depois, anti-comunista, apoiada pelo regime sul-africano do *apartheid*. Em 11 de novembro de 1975, o MPLA proclamou a independência, e seu líder, Agostinho Neto, tornou-se presidente da República Popular de Angola, o qual adotou o regime socialista. Após a independência, grupos de oposição ao governo, liderados principalmente pela Unita, mantiveram Angola em uma guerra civil contínua. Ver: *Guiné Bissau. Mulheres Negras – Do Umbigo Para o Mundo*. Disponível em: <[www.mulheresnegras.org/bissau.html](http://www.mulheresnegras.org/bissau.html)>. 30 de ago. de 2007.

cinco da tarde Candido Mendes me diz: “Olha, Angola está sendo bombardeada. Um avião está sobrevoando Angola e vai começar o bombardeio.” Eu fujo para a Agência Portuguesa de Notícias e Lisboa me informa: “Não, é uma avionete da FNLA distribuindo panfletos.” Aí eu venho para a Candido: “Não, nós vamos comemorar de qualquer forma.”

V.A. – Comemorar o quê?

J.P. – A independência de Angola no dia 11 de novembro. Atenção: estou em dupla narrativa, a narrativa da operação Barra do Piraí e a narrativa da nossa comemoração. Bem, Barra do Piraí, como se dá? Então se tem a convicção de que afinal o apoio militar soviético foi suficiente para recuperar o terreno perdido. Só não se sabe o resultado... Há uma contraofensiva sul-africana. Isso tudo é muito marcado por um horário, o tempo entre a invasão sul-africana, que percorre os seus dois, três mil quilômetros, a chegada em Luanda... Nós não sabíamos o que ia acontecer em Luanda. Aí o Ovídio e o Zappa partem do pressuposto... eles não têm notícias ainda da dimensão da invasão sul-africana, e o Ovídio nega que soubesse que havia cubanos em Angola. Ele sabia, mas não sabia na escala certa. Eu vou explicar, é fácil e rápido: Cuba tinha nos países amigos um corpo de oficiais que treinavam o exército local e tal. Isso os americanos têm, não é só no Panamá; os franceses na África, os chamados conselheiros. Ora, isso não é tropa de invasão, são conselheiros. Então Cuba tinha em Congo, vizinho de Angola. Então, antes dos sul-africanos invadirem o sul de Angola, os cubanos estavam no Congo treinando; descem para Angola à mesma altura que os sul-africanos começam invadindo o sul... A surpresa até aí... Isso o Ovídio sabia; mas não sabia o contingente de quase mil e poucos que chegam no dia 8 e vão estar em 15 mil logo em três semanas. Então Ovídio diz que não tinha conhecimento disso, e a maneira como ele fala faz sentido, só que ele era suficientemente informado. Me garantiram que ele sabia; quem me informou me garantiu que ele sabia. Então a operação Barra do Piraí é o quê? Todo um trabalho de convencer os partidos a aceitar uma representação brasileira. Por quê? Porque Portugal não estava muito interessado, porque afinal era um rival. Os partidos nacionalistas estavam desgostosos: “Esse aí é cristão-novo, converteu-se ao nacionalismo ontem, depois da Revolução dos Cravos.” Então foi um bom trabalho de Zappa. Agostinho Neto foi arguto, ele disse: “Não, recebemos e tal.” Moçambique não; não quis. E Guiné já era independente, já

tínhamos até embaixada. O problema era Angola. Então Agostinho recebeu, os outros partidos também concordaram, então lá foi o Ovídio de Melo para lá.

Como foi o reconhecimento? Eu não estou explicando a coisa mais importante, que é o que levou o Zappa a reconhecer, o Zappa a fazer uma análise para poder passar para o Silveirinha e Silveirinha a Geisel. Para mim foi: “Isto aqui não é vencido por esses zairenses e por essa FNLA. Eles podem vencer no dia da independência, mas vai continuar uma guerra e isto vai parar nas mãos do MPLA. Por duas razões: é o partido mais competente...” O Zappa nunca se impressionou com o marxismo da Frelimo. O Zappa foi embaixador em Moçambique, sofreu o diabo e soube fazê-lo, nunca se impressionou. Ele sempre sabia que aquilo era o *modus operandi* de ganhar a independência, era o alinhamento com a União Soviética. Não tinha outra saída. Então, Zappa, com a consciência disso, sabendo que mesmo com uma eventual derrota militar, iria seguir-se uma guerra civil em que o MPLA iria, no mínimo, dividir o poder, e era carta certa... Nós tínhamos tido uma experiência brasileira junto com a FNLA. O Câmara Cascudo tem um filho, Fernando, que foi adido militar da FNLA, como um indivíduo, como publicitário.<sup>259</sup> Houve uns mercenários brasileiros nunca bem identificados e tal, mas o comportamento da FNLA... Eu fui até intérprete da FNLA em Luanda, porque eles não sabiam falar português. A FNLA é a Frente Nacional de Libertação de Angola. Metade deles era nascida já no Zaire, foram refugiados em 61, quando começou a guerra. Nem quicongo falavam; falavam lingala, que é uma língua comum, uma língua franca do Zaire. E falavam francês. Então não tinham nenhuma identidade. A batalha foi ganha em Luanda. Aquela batalha cultural. Que Samuel Huntington, amaldiçoado seja, me perdoe. Mas ali foi, Samuel. Ali foi a cultura do lumpen, a cultura do povão, que não podia ver aqueles estrangeiros, até por duas razões. Primeiro, porque se considerava superior a eles: eles eram os luandenses, os crioulos, os mestiços culturais. “Aqueles outros nem falavam português.” Engraçado, não criticavam a FNLA e os quicongos por nem sequer falarem quicongo – falavam uma língua veicular do Zaire –, mas sim por não falarem português. Falar português passou a ser identidade nacional. Para quem? Para aqueles descendentes daquela camada culturalmente mestiça, que fez o tráfico. A minha família fez o tráfico, como contabilista do tráfico, logística do tráfico: tantos escravos, 400 quilômetros, dez dias de abrigo, tanto de

---

<sup>259</sup> Segundo o embaixador Ovídio de Andrade Melo, o jornalista Fernando Câmara Cascudo trabalhou em Luanda para a FNLA como assessor político de Álvaro Holden Roberto, fundador e presidente da FNLA, em 1975. Ver “O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975”, em *Comunicação & política*, n.s., v. VII, n. 2, p. 75-165.



fuba, tanto de esteira, tanto de carne em conserva etc. E eram os que sabiam escrever, ler e contar. Então é a Luanda lumpen – proletariado, aquela gente que é desempregada, que é biscateira, mas que é profundamente ligada a sua cidade e que conhece todas aquelas vielas... Ali ganhou-se a batalha de Luanda. E a FNLA era muito não-nacional. A Unita só entra mais tarde. A Unita entra depois alimentada pela África do Sul, depois pelos Estados Unidos. A Unita representa um pouco daquela Angola profunda. O que é a Angola profunda? Aquela Angola que tem feiticeira ainda, que morre e mata, aquela Angola que não fala português direito, mas fala as línguas locais. A Angola hoje, 67% das pessoas falam português. Isso é raríssimo. Na África é inexistente. Agora, o que é escandaloso, absolutamente inexistente na África, é que 26% só falam português, têm a língua materna portuguesa. Isso não foi colonialismo, isso foi a guerra nos dois sentidos. Quatro milhões de angolanos em Luanda – portanto, a língua comum acabou sendo o português, porque já era a língua da elite local – e o exército andando, fazendo guerra civil para os lados, o português era a única língua de ligação. Então isso tornou o português muito falado e tornou o quimbundo erodido. Essa turma jovem não fala mais quimbundo.

Então a operação Barra do Pirai. Como é o reconhecimento? Uma vez estava reunido o Itamaraty lá de Angola, o Mirex, Ministério das Relações Exteriores, e não sei quem pergunta: “Eu queria ver o documento de reconhecimento do Brasil.” Chega para lá, chega para cá, e ninguém consegue. “Telefona para o Zé Maria.” Eu não sou tão famoso no Ministério, é porque o representante das Américas é quase meu compadre. Aí ele diz: “Vou telefonar para o Zé Maria que vai já apresentar o documento por fax.” Telefona para mim, eu peço a ele para esperar um pouco e telefono para o Ovídio: “Professor, foi o seguinte... O senhor sabe o que é uma nota verbal?” “Sei.” É uma nota que é só verbal, não é nota. “Foi mais ou menos isso: nós combinamos que às oito horas da noite entra o *Jornal Nacional*. São quatro horas de fuso horário; meia-noite Angola tornar-se-ia independente. Nós iríamos reconhecer Angola pelo *Jornal Nacional*. O *Jornal Nacional* anunciaria às oito horas, meia-noite em Angola – ‘A República dos Estados Unidos do Brasil reconhece o governo da República Popular de Angola chefiado pelo MPLA’. No dia seguinte eu mandei uma nota – nota mesmo – para as embaixadas dizendo que reconhecíamos e mandei uma nota verbal para o governo. Nota verbal, portanto, não tem nota.”

A importância do reconhecimento foi para o sistema internacional todo. E agora vou... Ainda temos tempo, senão eu ia fechar com uma frase amargamente bonita, me contada por



Pepetela – o mais famoso escritor angolano, branco: “Caipira, eu estava na frente sul. Você sabe que eu fui salvo por causa daquela icterícia. Eu tive icterícia e me atiraram num caminhão. Senão eu teria morrido. Todo o meu comando morreu com os sul-africanos. Eu estava em Benguela quando o alto-falante anunciou: ‘Atenção, atenção! A República dos Estados Unidos do Brasil reconhece a República Popular de Angola’. E um gajo que eu nem sei quem é gritou: ‘Nós já ganhamos! Estes gajos sabem o que fazem.’” Tradução: não era a solidariedade do Brasil que moveu o Brasil a reconhecer Angola. Mas sim a famosa *expertise* do Brasil, que é considerada tanto pelos argentinos – “O Itamaraty no improvisa” –, até pelos americanos. Então foi a crença na sábia identificação pelo Brasil do vencedor. O Pepetela até hoje não sabe quem disse essa frase, só ouviu. Então essa é a “operação Barra do Piraí”. Claro que, logo no dia seguinte, o Geisel se depara com cinco mil cubanos em Angola, e enforca-se o Ovídio de Melo. Manda-se ele para a Tailândia; aguenta-se o Zappa, não havia como não... O Ovídio serviu como eu: “eu assumo a culpa”. Houve outra vez que eu disse: “Professor Candido, eu não posso ir para o exterior porque eu tenho aqui família.” “Não, a gente evacua todo mundo.” Essa foi outra também do Golbery, aí o Golbery salvou.

Outra foi o emprego que eu ia perder para o cardeal. Desculpa, agora só uma aguazinha agora de papo: chegam uns cardeais africanos ao Brasil e vem de Roma aquele monstro chamado Agnelo Rossi, um dos maiores mastodontes do Vaticano, brasileiro – cardeal Agnelo Rossi. Todo mundo está em pleno Rio de Janeiro: o cardeal da Costa do Marfim, um padre do Gana, que era o assistente deles, e um velhinho do Alto Volta. Dois cardeais velhinhos, um padre e eu. Estamos na CNBB e eu me aproximo da fotografia dos nossos bispos. E os dois velhinhos: “Nada de bispo negro.” Quando eles constatarem isso, eu estou lendo, traduzindo para o inglês, no *Jornal do Brasil*, as sábias palavras de dom Agnelo Rossi, que dizia o seguinte: “Nós não precisamos, como está se pensando, mandar padres africanos para o Brasil para mostrar a realidade africana a nossa gente. Nós precisamos é mandar nossos evangelistas para lá, os nossos padres, porque eles ainda vivem naquela vida de paganismo e tribalismo.” Quando eu traduzo isso, o Zungara, com seus 78 anos, dá um salto. Bom, deixemos de folclore em homenagem ao teu pai, e passemos para a dureza do telefone à noite: “Doutor, o que o senhor andou dizendo para os cardeais?” “Professor Candido,...” “Doutor, me conte, porque o dom Eugênio quer a sua cabeça.” Aí eu contei a Candido. E ele: “Mas Agnelo também... Olha, ele quer a sua cabeça. Mas vamos fazer o seguinte: amanhã vai à missa da Globo, que o dom Eugênio vai rezar e fica lá assim de forma

que ele te veja...” Lá fui eu; ele teve a habilidade e o cuidado de conseguir não me ver. Mas disse para Candido: “Não, esqueçamos isso aí. Eu já sei que ele é assim.” E eu permaneci.

Mas voltando ainda à “operação Barra do Pirai”, ela foi uma mudança grande, porque entretanto, no dia 25 de junho, havia tido um episódio oposto. Ainda falta Guiné-Bissau. Eu agora vou a Moçambique, vou falar agora do não-reconhecimento de Moçambique. Em 25 de junho de 1975, Moçambique torna-se independente. Torna-se independente e monta uma grande cerimônia no Estádio da Machava, o estádio de futebol. E quem é convidado pelo Brasil? Uma ilustre comissão chefiada por Luiz Carlos Prestes, Miguel Arraes e quem mais vós quereis colocar nessa bela pizza. Meu filho, quando os militares sabem isso e... Moçambique é mais tarde, Moçambique fica lá para o Oriente, portanto...

V.A. – O fuso horário.

J.P. – Lá é meia-noite e aqui ainda cedo. Então sabemos isso com relativa antecedência. O que eu vou dizer agora foi Candido que me contou: nós estávamos comemorando a independência de Moçambique – por sorte, não no Centro de Estudos Afro-Asiáticos, estávamos comemorando na Academia Brasileira de Letras com o movimento negro. Foi a nossa primeira festa junta. O velho Abdias puxou... A Academia Brasileira de Letras, não. A ABI, Abdias puxou, o cônsul de Portugal foi, Geraldo Melo Mourão, Medeiros, com um cabelo de fazer inveja e um bigodinho, trinta e tal anos atrás, para a mesa, este locutor que vos fala...<sup>260</sup> Tudo bem, uma cerimôniazinha bonita, sem grandes aparatos. Nesse momento está um coronel na sala de Candido para falar com Candido, e para fechar o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, com todo o respeito, porque nós íamos cortar relações diplomáticas com todos os países africanos. Foi um dia assim, o dia 25 de junho, em que o Sílvio Frota e a sua gente desmunhecou. Porque eles queriam assim corte de relações, uma coisa assim. Aquilo deve ter durado duas, três horas. Candido pede desculpa ao coronel porque a mãe está doente e acaba de telefonar: “Um instante, coronel.” Vai ali atender e liga para o Golbery: “Está aqui fulano para fechar a Candido Mendes.” Golbery chama o coronel e mais uma vez o Afro-Asiático não foi fechado, e eu não fui preso. Graças ao Golbery. Então o Golbery vai temperar todo o resto da... Porque o pensamento era mesmo o corte de relações. Era

---

<sup>260</sup> Geraldo Mello Mourão (1917-2007) poeta e escritor, era jornalista, líder integralista, trabalhou como correspondente do jornal Folha de São Paulo em Pequim (1980-1982). Ver *DHBB*.

impressionante. Essa é a independência de Moçambique. E a independência de Moçambique, nós só viemos a recuperar... Porque a Frelimo fez isso conscientemente. E só depois, quando a Frelimo de Moçambique viu o nosso reconhecimento de Angola, e não tinha prestado suficientemente atenção ao nosso reconhecimento da Guiné-Bissau, que eu vou explicar depois porque é diplomaticamente muito complicado, aí é que Moçambique começou a sorrir. E o filho da mãe do Zappa tinha aquele intelectual certo, tinha o meu grande mestre de África, Aquino de Bragança, intelectual certo com quem ele sabia se entender.<sup>261</sup> O Zappa... Houve um acidente familiar com o Zappa e ele aguentou e não foi se queixar ao governo. O governo soube e ficou tremendamente grato a ele. Foi um acidente familiar grave, que gente moçambicana da rua fez na família e ele não se queixou.

V.A. – Não entendi nada.

J.P. – Não posso ir mais além. Foi um acidente e ele absorveu, entende? Normalmente seria... Por exemplo, a nossa embaixadora até mandou carta porque protestou contra umas coisas que a imprensa moçambicana disse.

V.A. – O anúncio no *Jornal Nacional* do reconhecimento de Angola foi em que data? O senhor se lembra?

J.P. – Não. Foi na hora. Não é data, foi na hora. O *Jornal Nacional* abre às oito horas, meia-noite em Angola, e a primeira notícia é: “O governo...”

V.A. – Mas o senhor sabe dizer que dia foi isso?

J.P. – No dia 11 de novembro de 1975. Espera lá, deixe-me acertar. Ora bem, quando Angola diz que proclamou a independência em 11 de novembro, ela proclamou da noite de 10 para 11, certo? Porque zero horas é de 10 para 11. Então, o *Jornal Nacional* foi no dia 10 de novembro às oito horas. Eram meia-noite em Luanda, mas aqui eram oito horas do dia 10 de novembro. E logo em seguida, isso foi contado a mim pelo telefone, o Ovídio mandou as

---

<sup>261</sup> Aquino de Bragança (1928-1986) era diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Mondlane, em Maputo, e faleceu junto com o presidente Samora Machel, em desastre aéreo.

notas verbais para as embaixadas e para o governo e confirmou a notícia. Foi um grande impacto. *De jure*, foi o primeiro governo no mundo. *De facto*, os primeiros governos eram aqueles que estavam representados pelos seus exércitos. Estavam as grandes artilharias guineenses, estava um grupo de soldados moçambicanos não sei de que área, estavam os cubanos, estava dinheiro nigeriano e alguns médicos – quer dizer, estavam no terreno, não é? E evidentemente a República do Congo... Mas, digamos, formal, que teve tempo de fazer uma declaração *de jure*, embora de nota verbal...

V.A. – O senhor ia falar também do reconhecimento da Guiné, e o senhor tinha comentado que houve uma cerimônia filmada pela Globo. Que cerimônia é essa?

J.P. – Exato. Vamos ao reconhecimento da Guiné-Bissau em 1974. A Guiné-Bissau proclama a sua independência em 24 de setembro de 1973, essa independência é reconhecida pela ONU em julho de 1974. Durante esse período, 80 países reconheceram. O Brasil é o octogésimo primeiro. O Brasil reconheceu antes de Portugal. Essa é a marca, porque foi a primeira desobediência ao tratado de amizade e consulta.

V.A. – Mas reconheceu depois que a ONU reconheceu?

J.P. – Não. Reconheceu antes da ONU reconhecer, embora tenha reconhecido depois de 80 países do terceiro mundo, da África e tal. Qual é a importância desse reconhecimento? Jamais o governo brasileiro havia reconhecido um outro governo que não ocupasse a capital. Em revoluções isso é raro de se defrontar, de ser um problema, mas em golpes militares é. Você não reconhece um novo governo que deu um golpe exitoso, mas se ele não ocupa a capital, você não reconhece. Isso é o novo governo, quando é golpe. E quando é independência de países, não havia no retrospecto brasileiro uma situação dessas de reconhecimento de um país cuja capital estava ocupada pela potência colonizadora. Não havia ainda governo provisório, não havia não. A independência foi em 1973. Então, do ponto de vista jurídico, diplomático, de direito internacional, foi a maior aventura. O Zappa, o Gelson, o... consideram como o maior feito diplomático, o maior contorcionismo diplomático, porque...

V.A. – Porque os rebeldes ainda não tinham ocupado Bissau.

J.P. – Ocupado a capital.

V.A. – E o Brasil assim mesmo reconheceu.

J.P. – Reconheceu. Mais ainda: o governo português não havia reconhecido. Em Angola, o governo português sai antes da meia-noite. O governo português não passa o poder; o governo português abandona, baixa a bandeira e sai antes da meia-noite.

V.A. – E que cerimônia foi filmada pela Globo?

J.P. – E que seria? A cerimônia do mais importante centro de estudos africanos do mundo. É que nós comemoramos a independência da Guiné, com a presença...

V.A. – Em 24 de setembro?

J.P. – No dia 24 de setembro.

V.A. – E a Globo filmou?

J.P. – Filmou. Não exibiu, claro. Mandou-nos lá, conseguimos tirar lá aquela bobina, que ainda tenho lá em casa e não funciona. Agora eu me lembro: ela não foi exibida em Portugal, em Portugal foram exibidas várias fotos do evento. Essa bobina nunca funcionou direito. Eu tenho ainda essa bobina. A Globo prestigiou, naquela época. Eu tenho o meu *portfolio* de entrevistas e é enorme.

V.A. – Então agora a Odebrecht.<sup>262</sup> Como foi esse contato?

---

<sup>262</sup>A construtora Odebrecht começou a atuar em Angola em 1984. Ver: Affonso, Julia; Coutinho, Mateus; Macedo, Fausto. *Hidrelétrica reformada pela Odebrecht é a 2ª maior de Angola*. Exame, 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/hidreletrica-reformada-pela-odebrecht-e-a-2a-maior-de-angola/>>. Acesso em: 03 de fev. de 2020.

J.P. – Eu estava dando aula e me aparece Roberto Dias, um dos vice-presidentes e o grande estrategista.<sup>263</sup> Gosto muito dele. E não mereço que ele goste de mim porque eu não me comporto direito.

V.A. – O senhor estava dando aula quando?

J.P. – Na Candido Mendes, em 1982, quando Roberto Dias me aparece: “Sou da Odebrecht, quero conversar com vocês...” Em suma, pediu para eu fazer um projeto para dar sessões de trabalho, seminários, para o grupo diretor da Odebrecht. Depois disso eu fazia uma série de apostilas para que fossem passadas para esse corpo diretivo, umas 15, 20 pessoas. Pronto, era isso. E depois eu fiquei.

V.A. – Sobre o quê, o seminário?

J.P. – O nome é deles: “Compreender Angola”. É um tipo de seminário em que a gente expõe, eles fazem perguntas, eu digo “não sei” e eles reperguntam: “Seu *feeling*?” Eu digo: “Tenho um *feeling* baixo.” “Diga o seu *feeling* baixo. É isto.” “Não, tenho um *feeling* alto: é isto.” Para o empresário não há “não sei”. Você não julga somente com certezas, mas com percepções. Essa é a diferença entre a vida acadêmica e a vida de consultor. A gente tem que ter percepções. E eu sou treinado para isso. É uma coisa que me diferencia um pouco. E a outra sempre é a relação. Uma vez eu fui chamado para ir a Minas Gerais dar uma consultoria à Mendes Júnior. Era para duas horas, aí ao fim de duas horas veio o cheque, mas faltava mais duas horas, aí veio outro cheque; faltava mais duas horas. Eu recebi 600 reais por quatro horas. Por quê? Porque a Mendes Júnior, talvez sabendo que eu era consultor da Odebrecht, não queria abrir o que é que eles iam fazer em Angola.

V.A. – Não entendi.

J.P. – É o seguinte: para um consultor funcionar, é preciso saber o que o seu cliente pretende. Como é a cultura da casa do seu cliente.

---

<sup>263</sup> Diretor de relações institucionais da construtora Odebrecht.

V.A. – Entendi. A Mendes Júnior não disse para o senhor?

J.P. – Não. Aí eu fiquei falando. Mendes Júnior, construção, estradas, eu já conhecia, o meu querido João Cabral de Melo Neto tinha me ensinado muitas coisas sobre o que a Mendes Junior tinha feito na Mauritânia: “Zé Maria, a coisa mais importante é que formaram 200 carpinteiros, 200 marceneiros, 200 pedreiros e deixaram essa mão-de-obra na Mauritânia. Foi mais importante do que a estrada.” Uma pequena síntese de João Cabral de Melo Neto.

V.A. – O senhor foi falar na Mendes Júnior e eles não disseram o que era.

J.P. – Só no final. Aí gastaram seis horas, e como era uma empresa de construção, eu comecei a...

V.A. – E o que eles queriam?

J.P. – Não sabiam bem direito o que queriam. A Odebrecht é Cambridge, é Oxford. Não tem nem conversa.

V.A. – E aí o que a Odebrecht fez?

J.P. – Durante muitos anos... Primeiro fizeram-se as aulas, depois eu fui a Angola. Eles me deram 700 dólares para eu ficar lá mais três dias, porque eles iriam chegar lá. Apresentei o pessoal... Não precisei... eu dei consultoria para a Odebrecht, talvez, nesses 22 anos, uns dois anos. Depois eles sabiam mais do que eu. A minha última aula foi: “Não corrompa. Namore.” Que é o seguinte... Não, ainda dei uma aula boa recentemente. Vou explicar. “Não corrompa. Namore.” Isso a Odebrecht depois sabe fazer, é uma coisa que eu aprendi. Qual é a diferença? A diferença é o modo como você acaba corrompendo ou cooptando. Mas o modo... Por que eu chamo namoro? É o modo como se faz. Por exemplo: não se dá dinheiro, se dá uma associação. Um amigo da Odebrecht tem um frigorífico de carnes. Pronto, a Odebrecht

combina com ele e ele faz uma sociedade com o primeiro-ministro, com o Lopo do Nascimento.<sup>264</sup> Está vendo, que bonito?

V.A. – Sociedade para quê?

J.P. – Para sócio do frigorífico.

V.A. – Para o primeiro-ministro?

J.P. – Sim.

V.A. – E o que o empresário ganha com isso? O primeiro-ministro tem dinheiro para passar?

J.P. – Não.

V.A. – Não entendi então.

J.P. – O empresário recebe da Odebrecht. O empresário é pago pela Odebrecht para oferecer uma sociedade ao Lopo do Nascimento. Esse foi o exemplo que eu me lembrei, que é o exemplo que eu conheço.

A.P. – Aí a Odebrecht ganha do ministro as obras que vai realizar lá.

J.P. – É. Ganha isso e ganha sem fazer muito peso para o ministro, porque entretanto a Odebrecht está na casa de todos os intelectuais angolanos, a Odebrecht paga tudo que é hospedagem... pagava, isso há vinte e poucos anos. Tudo a Odebrecht paga. Tudo que é em Angola. Aquele guitarrista que está lançando, vem ao Brasil... Ela tem um envolvimento tremendo. Esse envolvimento que eu chamo cooptação, namoro. Não chamo de corrupção. Corrupção é quando é o dinheiro direto, não é? Cooptação, namoro. Bom, as minhas lições sobre cooptação e corrupção não são muito seguidas. Estou mais explicando o fazer. Mas o importante nisso, o que é positivo, não foi ensinado por mim. Eu chamo a Odebrecht de

---

<sup>264</sup> Lopo do Nascimento foi primeiro-ministro de Angola de novembro de 1975 a dezembro de 1978.



velha-preta-gorda-baiana. Uma vez eu disse isso num banquete e houve aqueles dois segundos de silêncio, até que o coisa e o Emílio abriram o riso, aí todo mundo riu.<sup>265</sup> Porque era um atrevimento chamar a Odebrecht... “Essa velha baiana gorda entrando numa sala de cristais claro que quebra tudo.” Era a Odebrecht entrando em qualquer lugar. Isso era a propósito de me queixar que a Odebrecht... Essa foi a última vitória que eu tive sobre a Odebrecht. É o seguinte: a Odebrecht, por exemplo, ganha uma concessão para fazer uma rua. Não trabalha com rua, trabalha com estrada, mas, enfim, era preciso a rua. A Odebrecht faz a rua, chove em Luanda – é muito pouca chuva em Luanda, foi um daqueles acidentes. Chove em Luanda umas 14 vezes por ano, mas quando chove entulha isto tudo. Aí eu fui a Jarbas, que é o meu parceiro, é o meu chefe direto, com quem eu...

V.A. – Na Odebrecht?

J.P. – Na Odebrecht. Mas anda apanhando de mim e da realidade um pouco. Jarbas disse: “Zé Maria, mas nós não ganhamos a concessão de fazer o esgoto. Isso é lá com os angolanos.” “Jarbas, nada é com os angolanos. Tudo é com a gente. Nem que fosse de graça. A gente superfaturava noutro lugar ali.” Outra briga recente com a Odebrecht. A Odebrecht desastrosamente... Porque agora eu estou afastado. É erro meu, porque eu devo muito a eles do ponto de vista humano. Não é tanto dinheiro não. Pagaram muitos dólares, mas é do ponto de vista humano, uma coisa maravilhosa. Eles fizeram uma coleção, editaram uma coleção de literatura angolana. Já está errado. Para editar uma coleção de literatura angolana, primeiro se fala com o Zé Maria, com o Pepetela, e depois é que se começa a botar o projeto para frente. Botaram o projeto nas mãos de um menino angolano, que é *ghost writer*, que escreve o discurso do presidente, o Mena Abrantes.<sup>266</sup> E o Mena tem o azar de não ter a sensibilidade política e começa a coletânea pelos mais antigos. Realmente, até o critério não está ruim. Os mais antigos são brancos, mulatos e três ou quatro pretos. Deu a maior confusão em Angola. Porque agora nós vivemos um momento de tensão racial. Vivíamos, isso foi há três anos atrás. Estou na casa do Jarbas, num jantar com o presidente da Assembleia Nacional, que era um dos escritores que não foi contemplado, mas, enfim, presidente da Assembleia Nacional, meu amigo – mais amigo do que eu pensava muito tempo atrás – e abre-se a discussão, eu

---

<sup>265</sup> Emílio Odebrecht, presidente do Conselho de Administração.

<sup>266</sup> José Mena Abrantes (1945), assessor de imprensa do presidente de Angola desde 1993.

abro essa discussão. Claro, o Roberto de Almeida, presidente da Assembleia Nacional, que estava lá, fica quietinho. E o Jarbas dá de defender a posição da Odebrecht diante de mim. “Zé Maria, Zé Eduardo mandou os parabéns ao Mena.” – o organizador.

V.A. – Quem é Zé Eduardo?

J.P. – O presidente.<sup>267</sup> Eu digo: “Nunca... Zé Eduardo teve que mandar. Vocês não deviam deixar. Zé Eduardo teve que mandar.” Aquelas coisas que nem parecia Odebrecht. Era o filho da casa falando ao pai. “Mas vocês nunca deviam deixar fazer isso.” Aí Roberto Dias, um estrategista filho da mãe, que está fazendo a jogada com a Venezuela, vem sonhando essa jogada há muito tempo com a Venezuela, disse: “Zé Maria tem razão”. Foi minha última consultoria para a Odebrecht. Mas foi uma grande casa. E eu sempre... O chamado namorar é aquele telefonema que se faz... Você é Vasco e o cara lá angolano é Flamengo. E Vasco ganhou, e você telefona para o cara: “Então, o Flamengo tu estás desgraçado...” Deu para entender? Quer dizer, aquela intimidade... Ele telefona não na vitória do Vasco, ele telefona no oposto. Olha, é uma série de coisas que não foi ensinada, o pessoal foi aprendendo.

V.A. – Mas isso é corrupção, não é? O exemplo do ministro.

J.P. – Tudo.

V.A. – Você pode chamar de namorar, mas não é.

J.P. – É Zé Maria que esconde sua profissão de consultor atrás de conceitos fáceis...

V.A. – Esse exemplo do frigorífico é...

J.P. – É corrupção. Eu vou dar uma mais inteligente, mais específica. Agora, quando eu digo “Namore, não corrompa”, eu estou errado, mas o meu comportamento é certo. Porque é o comportamento mais eficaz para a Odebrecht. É. Agora, só os angolanos lá de cima sabem que as relações de Angola com o Brasil marcham na favorabilidade que marcham para

---

<sup>267</sup> José Eduardo dos Santos, presidente de Angola desde setembro de 1979, quando faleceu Agostinho Neto.

Angola porque a Odebrecht é interessada no negócio. Se não fosse a Odebrecht, não havia os créditos, não havia Capanda, não havia uma porção de coisas.

V.A. – Capanda?

J.P. – Capanda é a maior hidroelétrica que tem em Angola, que foi a Odebrecht com os soviéticos... A Odebrecht entrou em Angola de carona com os soviéticos, porque havia se encostado com eles no Peru, numa hidroelétrica. Os soviéticos gostaram da Odebrecht. Então, quando foram a Angola, conciliaram com a Odebrecht. Aí a Odebrecht entrou em Angola. Namorar é corrupção, mas eu estou olhando para uma coisa no sentido, digamos, empresarial, político e cultural. Quer dizer, eu sei o que é corrupção, eu sei o que é aquele montão de dinheiro que você dá num envelope para o secretário entregar à pessoa. Ali não. O namoro é quando você dá... Pronto, Jarbas Sant’Anna de Miranda... Nunca acredita que eu o conheci quando ele era diretor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e eu era assessor da UNE. Eu me lembrei da cara dele. Foi no meu primeiro dia de UNE.

[FINAL DO DISCO 12]

V.A. – Então, o senhor ia contar um exemplo específico desse namoro.

J.P. – Isso. Ora bem, um exemplo específico do namoro é o aparente pouco valor do presente. Quer dizer, a corrupção grossa, a corrupção Mendes Júnior, a corrupção com o Maluf e tal, é aquela do envelope: “Não entregue diretamente...” Às vezes diretamente, quando é militar é direto. Não. É aquele CDzinho vagabundo que custa 35 reais, que você conseguiu saber pelo empregado dele que ele estava procurando, e você dá esse CD a ele. Ele diz: “Puxa como você soube? Eu estou procurando esse CD.” “Ah, nós temos gostos semelhantes.” Pronto, é um exemplo. Esse é um exemplo até por sinal inventado agora.

Outra coisa assim, típica da Odebrecht: Paulo Maluf, Jarbas Sant’Anna e José Eduardo dos Santos presidente de Angola. Zé Eduardo se enamora de um violão. Zé Eduardo é violonista, eu tenho um disco dele antigo. Ele se enamora do violão e quer levar o violão. O dono da loja diz: “Não posso. Este violão está já pago pelo governador Paulo Maluf.” Pano

rápido na história; Jarbas tirou o violão do Maluf, desde que o Maluf desse um abraço no Zé Eduardo. O que foi dado. A Odebrecht providenciou.

Essa foi uma pergunta da Odebrecht sobre níveis de decisão: “Zé Maria, quem manda mais, o primeiro-ministro ou o ministro de Minas e Energia?” Digo: “Depende. Se você vender 500 milhões de dólares de soja, o ministro da Agricultura é suficiente para resolver o assunto. Se você fizer 500 milhões de estrada, já não é o ministro dos Transportes, já é o Conselho de Ministros.” É a mesma quantia, o valor estratégico é diferente: vender uma mercadoria ou vender uma estrada. Eu me lembro da Odebrecht fazer essa pergunta e eu me lembro de responder, e muito bem. Bom, posto isso, centrou-se no..., depois que a obra foi contratada – eu estava em Angola no dia em que Norberto Odebrecht foi assinar, em novembro de 1984. Eu estava em Angola, morando onde? Na embaixada. Não tinha ido para a família, tinha ficado na embaixada, que era um lugar estratégico. Costa Couto gostava muito de mim, Terezinha, mulher dele, mais ainda. Aí ele disse: “Ô Japi, leva o professor hoje para fora daqui, almoça contigo, mostra aquela coleção, porque hoje vai ser assinando aqui o acordo da Odebrecht.” Eu já trabalhava para a Odebrecht – era 1984. Então, como é esse processo de decisão? Ficou importante que o ministro de Minas e Energia fosse o interlocutor privilegiado para a construção de Capanda. Porque Capanda o que era? Era a construção de uma hidroelétrica, paga com o quê? Não com dólares, com prestação de serviços. E a prestação de serviços era paga com o quê? Com dólares, não. Angola pagava 20 mil barris diários de petróleo à Petrobrás, e a Petrobrás pagava em dinheiro à Odebrecht pelos serviços prestados. Deixa eu falar melhor, é o chamado *barter or countertrade* – não entram divisas. A Odebrecht em Capanda é só prestadora de serviços. Ela não tem um parafuso. E é prestadora de serviços em condições muito especiais, porque não há dólar, ela não é paga em dólar, a não ser uma passagem de avião... Angola vende à Petrobrás 20 mil barris de petróleo por dia, também não recebe dólares da Petrobrás, e a Petrobrás paga em reais, cruzeiros na época, a Odebrecht. Então é uma operação em que não entram divisas. Então extremamente útil. O que eu vou mostrar é... Quer dizer, onde vai se concentrar o processo de decisão? Então o processo de decisão sai do Conselho de Ministros, o projeto é aprovado, marcha, então é preciso dar toda força ao ministro da Energia. Ele não é meu primo, mas a nossa família é família cliente deles, cliente política há 200 anos. Então ele nos autoriza e eu trato ele por primo, e quando eu não trato ele cobra, benignamente. É a família Vandune, a família mais famosa de Angola. Os Vandune, são holandeses. Ministro Loy Vandune de Minas e

Energia. Bom, como se faz para se adquirir a confiança total de um ministro? Ele é ministro, o Loy, mas era preciso dar um cargo a ele, um cargo político importante, não era só um cargo executivo, um cargo político. Loy não era nem sequer do Comitê Central. Loy passa do Comitê Central para o Bureau Político. Calma, não foi obra da Odebrecht. Loy estava em plena pujança, ele era ministro de quê? Petróleo e Energia. Capanda e petróleo, ele era ministro da maior operação que Angola tinha. Então é natural. Muito vivo, morreu, infelizmente. Eu tenho uma fotografia com ele muito interessante. Como se faz para botar um ministro...? Como a Odebrecht pode influenciar na nomeação de uma pessoa para o Comitê Central, e ainda por cima, do Comitê Central para o Bureau Político? Foi muito trabalho de sapa. Mas esse trabalho de sapa, trabalho de bastidores, tem uma vitrine. E a vitrine foram 20 camarotes na Marquês de Sapucaí com todo o Comitê Central assistindo o carnaval. [riso] Esse riso merece uma crítica, merece esse sorriso duvidoso.

V.A. – Quem é sapa, muito trabalho de sapa?

J.P. – Desculpe, vocês estão falando com um cara cansado, e um cara cansado fala português arcaico. Trabalho de mina, de preparação. Agora, não vamos... Se o Loy não fosse quem era, não chegava. A Odebrecht não é milagreira. Conteí do violão. Outra: eu estou no gabinete de Jarbas e aparece uma menina: “Dr. Jarbas, eu não consegui pagar o aluguel mais um mês. Meu pai não mandou...” “Você está me falando agora que não conseguiu...” Insultou a menina: “Eu vou fazer queixa a seu pai, porque você já devia... vou já fazer... Dona Cláudia, esse pagamento aí já.” Aquele carnaval todo. Eu disse: “Deve ser filha de ministro.” Não. Era filha da pessoa que serve café no gabinete da presidência.

V.A. – Da Odebrecht?

J.P. – Não, de Angola. Da presidência da República. Era o mordomo do presidente. E Jarbas fez aquele carnaval por que a menina não tinha já dito a ele que estava precisando de dinheiro: “Eu vou me queixar a seu pai, porque deixou passar isto. Com que moral eu fico com ele?” Isso não era... Não sei o quanto tem de teatro, mas eu sei o quanto tem... Eu conheço aquele Jarbas, comunista velho como eu.

V.A. – O senhor se referiu algumas vezes, por exemplo, no caso da biblioteca do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, que 1986 era um ano marco...

J.P. – Foi. Porque foi a mudança. Eu deixei de ser vice-diretor, assumiu o novo vice-diretor, Carlos Hasenbalg, que deu uma guinada no Centro muito interessante.<sup>268</sup> Na medida em que o Centro era um centro de estudos africanos e de militância negra. Os estudos africanos eram relativamente modestos, eram estudos de difusão. Modestos, porém muito necessários, até hoje são. E militância negra. Com Hasenbalg no financiamento da Ford, passou-se a formar negros mestres, doutores, formou-se uma dúzia, doutoraram-se nos Estados Unidos quatro ou cinco. Então foi uma mudança positiva. Para a comunidade negra, para o movimento negro não. Porque o Afro-Asiático era aquele espaço aberto da comunidade, e não teve mais esse espaço. Quase o Hasenbalg, brincando, dizia: “Não quero militante aqui. Eu quero acadêmico.” A revista tornou-se uma revista, não africana, mas afro-brasileira muito importante. Então aí não fui mais vice-diretor, fiquei só como coordenador e fui fazer meu mestrado e doutorado, porque, quando pedia a Candido para fazer mestrado, ele dizia: “E quem vai ficar com a barriga no balcão?” Aí é que eu fui fazer o meu mestrado. Aí então... E Hasenbalg também quis limpar aquela casa toda. Ninguém gosta – até hoje, o Beluce<sup>269</sup> –, ninguém gosta de herdar uma instituição que tem uma pessoa que é a cara da instituição, que fez a instituição, fez materialmente, deu livro, deu tudo. É muito difícil dirigir a instituição. Hasenbalg dirigiu comigo bem, porque Hasenbalg não se interessava por África, tinha uma boa segurança, em relação a África ele não precisava se incomodar, deixava comigo, não era importante. Aquilo que era importante ele sabia, conhecia e fazia, que era negro-Brasil. E só se incompatibilizou comigo quando a Ford faz um financiamento para trazer estudantes moçambicanos para se formarem aqui. Aí eu entrei como coordenador do projeto. Aí Hasenbalg não queria. Queria que fosse um inglês africanizado, muito amigo, que fosse o coordenador. Candido queria ter em mim a confiança e me manteve. Até que Hasenbalg mexeu os pauzinhos: Ford, Peter Fry e tal. E aí eu tive que sair do posto de coordenador do projeto da Ford e passar essa coordenação para Colin Darch...<sup>270</sup> Aí todos os postos do qual

---

<sup>268</sup> Carlos Hasenbalg foi vice-diretor do CEAA de 1986 a 1996.

<sup>269</sup> Beluce Belucci, Pró-Reitor de Graduação da Universidade Candido Mendes desde julho 2006, e diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos a partir de 1996.

<sup>270</sup> Professor na Universidade de Cape Town, na África do Sul.

eu tirei, o Candido disse: “Você fica, Hasenbalg. E Zé Maria, você fica.” Mas aí foi mudança...

V.A. – Não entendi. Quem ficou?

J.P. – Eu falo errado, não é você que não entende. Meu Deus do céu. Agora eu estou no limite das três horas, estou mais desculpado. Eu sou demitido das funções de vice-diretor. Até aí era um acordo.

V.A. – O senhor foi fazer seu mestrado...

J.P. – Meu mestrado. E fiquei com esse projeto da Ford, de formação. Aí Hasenbalg não queria que eu ficasse com um troço da Ford, embora eu estivesse dirigindo aquilo muitíssimo bem. Não queria que eu ficasse com nada da Ford. Eu tinha um financiamento da Finep, eu coordenava e Hasenbalg nem... A Ford, não. Então foi nesse momento, obras na casa, biblioteca do Zé Maria... Hasenbalg diz: “Vamos fazer uma coisa, Candido, não precisa mais da biblioteca do Zé Maria, ele recolhe isso tudo para a casa dele.” Eu demorei um tempo. E Hasenbalg ameaçou botar fora, e disse: “Zé Maria, leva as tuas coisas. Olha, aquilo que está na cozinha eu vou botar fora em oito dias.” Aí eu fui, arrumei uma Kombi, Candido me deu as estantes em retribuição às antigas de madeira que eu havia levado, as suecas. E eu levei para casa sabe o quê? Todos os arquivos do Afro-Asiático. Tudo. Hasenbalg não queria saber de nada. Ninguém quer saber a história do Afro-Asiático. E Beluce, muitíssimo bem, pegou o Afro-Asiático, tornou uma franquia, quando pensaram em fechar o Afro-Asiático, ele disse: “Não, não tem ninguém do Afro-Asiático.” Eu era coordenador do Afro-Asiático, passei a professor titular. Quer dizer, desapareceram com a instituição, ficou a franquia, e têm o meu aplauso. Por quê? Nós damos curso de África na graduação, não dávamos antigamente, temos graduação; eu iniciei e Beluce continuou a pós-graduação em África. Claro, perdemos sempre aquele espaço, o “Centro de Estudos Afro-Asiáticos”, não é mais aquele espaço. Mas todas as nossas potencialidades estão lá. E em contrapartida o que criamos? Um instituto, que o Iuperj devia ter a vergonha de ter criado há 30 anos atrás. Uma graduação que já ficou em primeiro

lugar no último Enem<sup>271</sup> em história. Então, parabéns. E eu herdei aquela papelada toda. Ele levou ao exagero e mandou botar fora até os livros de história contemporânea. Então, muitos eu fiz troca, eu sei que eu ganhei uns 500 livros do Afro-Asiático, que não eram meus, eram já comprados pelo Afro-Asiático. Então esse é o fim da minha carreira como diretor do Afro-Asiático. E hoje eu lamento. Logo que eu tiver saúde, eu vou ser um assessor forte de Beluce e do novo diretor. Beluce não é mais diretor do Afro-Asiático, Beluce é pró-reitor. Diretor é o Reinaldo Melo, que ainda tem menos experiência de casa.

V.A. – No seu currículo, que a gente conseguiu no Lattes, está escrito “coordenador de consultoria sobre África para organizações governamentais e empresas”. Além da Odebrecht e dessa palestra na Mendes Júnior, quais são as...?

J.P. – Minha senhora, eu coordenei projetos para a Finep, para a Fundap – Fundação de Apoio Administrativo do estado de São Paulo – fui consultor deles, conferencista; Itamaraty... Itamaraty, aquilo que eu chamo agora no meu currículo de “gestão diplomática”. Por exemplo, a senhora não vai chamar essa viagem em que eu falo com presidentes, ministros e tal, de viagem de cooperação acadêmica. Não é. Aí foi o Zé Flávio Saraiva de Brasília que me ensinou: “Gestão diplomática.” Eu faço gestão diplomática. Zé Flávio Saraiva, que hoje é o nosso melhor em Brasil-África.<sup>272</sup> Como prática e passado histórico, sou eu. Outro dia eu fiquei muito desanimado, porque eu pensei que ele fosse o Zé Maria do Itamaraty de hoje. Com muita vantagem sobre mim. Fora aquela experiência cultural, eu sou mais o Zé Flávio do que eu. Não. O Itamaraty está órfão. Não houve ninguém. Acerta pela metade. Porque o velho Samuel sabe das coisas. O que mais?

V.A. – Então, Fundap, Finep, Itamaraty...

---

<sup>271</sup> O entrevistado deve estar se referindo ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), sistema de avaliação da educação superior, e não ao Enem, Exame Nacional do Ensino Médio.

<sup>272</sup> José Flávio Saraiva, professor doutor da Universidade de Brasília, foi diretor-geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, e assessor de Assuntos Internacionais da UnB. Ver: *Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Jose Flavio Sombra Saraiva)*. Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0686325368257137>>. Acesso em: 03 de fev. de 2020.



J.P. – Isso como consultor. Em empresas, só a Mendes Júnior e pequenas empresas, tipo Rádio de Brasília, e fiz trabalhos para o ministério de Delfim Neto, que é a minha glória, foi o trabalho inicial. Então, eu sou muito conferencista, consultor da CNBB nos piores momentos, dom Ivo... Como é o nome de dom Ivo?

V.A. – Lorscheider.

J.P. – Não. Lorscheider são os dois, têm nomes diferentes, mas é por erro. O Ivo e o irmão, esqueci agora. Fui consultor da CNBB muito tempo, conferencista da Escola de Guerra Naval um tempo; na Academia Brasileira de Letras, de organizar cursos e fazer conferências na Academia. Deixa eu ver, Exército, Igreja...

V.A. – Escola de Guerra Naval não é Exército, é Marinha.

J.P. – Não. Mas eu quero... a minha atuação ao nível...

V.A. – Forças armadas.

J.P. – Forças armadas, Igreja, as três grandes... E falta o terceiro ramo, que era o Partido Comunista. Não é mais. O meu currículo, nesse sentido, é grande. Eu dei aulas em cursos em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau. Guiné-Bissau foram cursos mesmo. Em Angola, ciclo de conferências. Guiné-Bissau foram cursos de 30 dias, intensos. Fiz um cursinho nos Estados Unidos de política externa...

V.A. – O senhor falou, *foreign affairs*. Está bem. Eu só queria esclarecer essa parte.

J.P. – Eu tenho que completar isso, está muito incompleto. Mas dá o suficiente. Eu já fui júri agora em São Paulo em concurso de professor de história da África.

A.P. – A gente até comentou isso na primeira entrevista.

J.P. – Eu comentei, não é? Fiquei surpreso. É o processo de doutoramento. Eu estou certo em apoiar isso. Eu fico desiludido, mas é erro meu. O certo é isso: você passa dez anos só com um assunto e depois é que você começa a abrir. Novaes demorou 11 anos para fazer a tese de doutorado dele. Falcon não fez doutorado, fez livre-docência, sete anos. Aí você tinha desse tamanho a sua abrangência histórica. Os doutorezinhos é assim. Eu fui, a banca era limitada, todos professores de história da África e todos eles eram limitados. E os candidatos, sobrou um.

V.A. – Por mim acabou. O senhor quer falar mais alguma coisa?

J.P. – Não. Depois, se tiver, eu dou depoimentos para fechar coisas. Eu estou encabulado. Isso eu ainda tenho que cuidar. Eu vou cuidar com nomes, com as fotos e tal. Ou cuida ou não ganha nem uma gravação cassete, quanto menos um vídeo. E não ganha a digitação prontinha. Portanto, ou dá o que prometeu ou não ganha nada.

V.A. – Puxa...

A.P. – Está registrado. [risos]

J.P. – Eu disse para mim mesmo. Ou dá ou então você perde uma grande importância...

V.A. – Então podemos desligar. Obrigada, Marco.

[FINAL DO DEPOIMENTO]